

A Traição da OCI (U)

Nahuel Moreno

Sumário

Capítulo I: A teoria dos campos burgueses progressistas

Capítulo II: O revisionismo nos partidos revolucionários

Capítulo III: A frente única anti-imperialista como expressão da teoria dos campos burgueses progressistas

Capítulo IV: A realidade francesa através da teoria dos campos

Capítulo V: A política da OCI (u)

Capítulo VI: E se houvesse uma guerra civil na França?

Capítulo VII: A política em face dos partidos operários contra-revolucionários

Capítulo VIII: A OCI abandona o Programa de Transição em benefício de um programa mínimo

Capítulo IX: Um programa oportunista ante as necessidades mínimas das massas

Capítulo X: Um programa mínimo ante o Estado e a Igreja

Capítulo XI: Lambert e Pablo apóiam o governo

Apêndice: Em resposta a algumas críticas

Bibliografia

CAPÍTULO I

A TEORIA DOS CAMPOS BURGUESES PROGRESSISTAS

A direção da OCI, como toda direção revisionista que se reivindica trotskista, esconde suas verdadeiras posições atrás de um amontoado de frases trotskistas. Em vez de dizer que apóia o governo e a coalizão frente-populista liderada por Mitterrand, como faria um estalinista ou um social-democrata, afirma que "nossa tática é dirigida contra a burguesia, e, nesse combate contra a burguesia, /não temos/ nenhuma responsabilidade pelo governo Mitterrand" (*Proyecto de informe político*, p. 3).

No entanto, basta separar as frases necessárias ao disfarce de trotskista para que apareça a verdadeira política da OCI:

"Nesse combate contra a burguesia, sem assumir a menor responsabilidade pelo governo Mitterrand, *estamos no campo de Mitterrand em suas ações de resistência à burguesia*" (Op. cit. p. 3).

Como o documento não menciona nenhuma outra tática ou combinação de táticas, devemos concluir que esta é a orientação central da OCI para todo o próximo período: estar no "campo" burguês frente-populista. É preciso reconhecer o poder de síntese do autor do documento (Pierre Lambert); essa fórmula é, literalmente, a que utilizaram todos os revisionistas do leninismo e do trotskismo.

Lambert nos diz, com total clareza, que a OCI participa do campo integrado pelos partidos operários traidores, gaullistas e radicais de esquerda e liderado pela máxima instituição do estado burguês e da Vª República: a presidência exercida por Mitterrand.

O trotskismo afirma, endossado por toda a sua experiência histórica, que o campo da frente popular é burguês e, portanto, contra-revolucionário, e que este caráter se acentua ao máximo quando a frente popular chega ao governo, porque ela se converte em líder do campo capitalista através do exercício do poder do estado capitalista. O atual revisionismo da OCI não modificou essa concepção clássica. Lambert é consciente de que passou para o campo burguês contra-

revolucionário, por isso esconde sua posição revisionista, afirmando que "sua tática é dirigida contra a burguesia".

Se desenvolvermos este raciocínio, chegaremos a uma conclusão no mínimo inusitada de que o campo burguês de Mitterrand é bastante raro, uma vez que realiza "ações de resistência à burguesia". E, ainda assim, a tática principal, ou única, da OCI é ser parte política desse campo.

Trata-se, evidentemente, de uma contradição. Consciente disso, Lambert tenta fundamentar sua tática com o seguinte argumento: Lenin e Trotsky fizeram parte do mesmo campo que Kerenski contra Kornilov; Trotsky esteve no campo de Chiang Kai-Shek contra a invasão japonesa da China⁵⁶ e no campo da República espanhola contra Franco⁵⁷.

Nós respondemos que, efetivamente, Trotsky esteve nesses campos burgueses contra seus respectivos adversários e chamou os que se opuseram a esta tática de traidores. Mas existem duas diferenças fundamentais entre Trotsky e Lambert: Trotsky nunca disse que se devia tomar parte política, mas apenas *militar*, no campo de Kerenski e Negrín, e além disso toda a sua tática estava destinada a *destruir* o campo burguês. Este era seu objetivo ao entrar no campo burguês e assim o proclamava. Sua política poderia ser sintetizada na frase, "estamos no campo militar de Kerenski para derrotá-lo, como única forma de derrotar Kornilov e todos os Kornilovs que virão.

Quando Lambert diz que tem que estar "no campo de Kerenski ou de Negrín nas suas ações de resistência à burguesia", está afirmando que não só luta contra o golpe de Kornilov e contra a insurreição fascista de Franco, como *apóia as ações políticas de Kerenski e de Negrín*.

Os três exemplos que ele dá referem-se a situações históricas em que as circunstâncias objetivas obrigaram os revolucionários (os bolcheviques na Rússia e os trotskistas na China e na Espanha) a fazerem parte de um campo comum com um governo burguês contra a reação fascista ou bonapartista ou a invasão imperialista de um país semicolonial. Mas, nos três exemplos, nem por um instante deixou-se de denunciar Kerenski como agente de Kornilov, Chiang como agente

dos japoneses e Negrín como agente de Franco, e combateram-se suas ações por serem antioperárias.

Trata-se de uma situação igual à que nos leva a aplicar a tática de entrismo⁵⁸ em algum partido operário burguês de massa. Suponhamos que num grande partido social democrata "o de Blum por exemplo" surjam correntes de esquerda que comecem a desenvolver posições iguais às do trotskismo. Segundo Lambert, teríamos que aplicar um entrismo, dizendo que "estamos com Blum em suas ações contra a burguesia". Nós, trotskistas, sustentaríamos o contrário. Ao entrarmos, denunciaríamos mais do que nunca a política contra-revolucionária de Blum e tentaríamos desenvolver essas correntes trotskistas para destruir o partido de Blum por dentro e captar essas correntes para a seção nacional da IVª Internacional⁵⁹. Essa é a política principista tradicional do trotskismo, quando a situação objetiva nos obriga a entrar ou permanecer em uma frente com um partido que não é o da classe operária em luta com a burguesia.

Então, voltando à política atual de Lambert, ele está num campo burguês "progressista" contra o outro campo burguês que considera mais reacionário. Esta é a característica mais notória do revisionismo neste século. Este revisionismo tem se expressado historicamente sob duas formas: a dos mencheviques⁶⁰ e a dos estalinistas. A essência do menchevismo, com sua "frente anticzarista", e do estalinismo, com sua "frente popular" (que desenvolveremos em detalhes um pouco mais adiante) consistia no seguinte: o eixo da estratégia permanente destes partidos é formar frentes com a burguesia "liberal" (os mencheviques) ou "democráticos" (os estalinistas), ainda quando as mesmas não existam na realidade.

Existe um terceiro tipo de revisionismo que se diferencia do anterior por que a conformação das frentes policlassistas desta natureza não é sua estratégia permanente, senão uma reação em face da realidade objetiva.

Explicamos: quando duas frentes burguesas se enfrentam em choque físico (guerra colonial, guerra civil entre republicanos e fascistas, etc.) surgem, nos partidos revolucionários, correntes oportunistas que capitulam politicamente diante da direção burguesa do "campo progressista", com o argumento de "derrotar primeiro o fascismo" (ou o

imperialismo) . Este é o caso de Kamenev-Stalin, em 1917; Stalin-Bukharin, em 1924; Stalin-Mao, em 1925-27; Molinier-Schachtmam, em 1936; Pablo, em 1951; Mandel a respeito da Nicarágua, em 1979⁶¹; e agora a OCI na França.

Os dois primeiros revisionistas são um claro projeto político que se persegue constantemente: a conformação de um campo com um setor "progressista" da burguesia. Sua direção pode estar formalmente nas mãos de um partido operário burguês, como acontece com o atual campo miterrandista. Mas sua essência pró-capitalista, contra-revolucionária, não muda, por mais que ele seja liderado por partidos operários contra-revolucionários e dele participe somente a. Por isso, a política dos campos burgueses progressistas é revisionista.

O terceiro revisionismo é a resposta empírica a um processo da realidade, ao surgimento de campos burgueses que se enfrentam fisicamente. Não responde à concepção geral, mas constitui uma capitulação oportunista. Em alguns casos (como o de Molinier, que depois veremos) a capitulação não é diretamente à frente "progressista" senão à sua ala "esquerda", a alguma ala de um partido operário burguês que faça parte do campo, mantendo, porém, uma posição crítica diante de sua direção. Esta política é tão revisionista quanto a anterior, visto que não tenta *romper* o campo, mas apenas empurrá-lo para a esquerda.

Neste capítulo, vamos-nos deter nos revisionistas conseqüentes e, num próximo, estudaremos as transformações dos partidos revolucionários.

1. Dos possibilistas a Bernstein

Quando dizemos que a teoria dos "campos burgueses progressistas" constitui a base do revisionismo neste século, estamos nos referindo ao revisionismo pós-bersteiniano, ou seja, posterior às revoluções russas de 1905 e, fundamentalmente, ao de 1917. Entretanto, parece-nos útil rever rapidamente os revisionistas anteriores e suas diferenças com o menchevismo.

O revisionismo de Bernstein corresponde à época do capitalismo em ascensão e ao começo do imperialismo, quando as lutas do movimento operário conquistavam reformas que não contestavam a propriedade privada capitalista e nem o estado burguês. Começamos

pela situação francesa na década de 1880, para ver como o revisionismo bernsteiniano é um produto típico desta época.

Em 1881, a organização proletária francesa chamada Federação dos Trabalhadores Socialistas sofre um forte revés eleitoral. Como consequência disso, surge uma forte discussão interna que origina a formação de duas correntes que se enfrentam no congresso de Saint Etienne. A minoritária, dirigida por Jules Guesde, reivindicava-se marxista. A majoritária passou para a história com o nome de "possibilistas", apelido que lhes puseram os guesdistas. Esta, que se proclamava inimiga do marxismo, tinha todas as concepções que caracterizaram posteriormente o bernsteinianismo, a primeira corrente revisionista dentro do marxismo.

Eles proclamaram em seu órgão de imprensa, *Le Proletaire*, a famosa fórmula "Apresentar, de algum modo, de imediato, algumas de nossas reivindicações para torná-las finalmente possíveis" (daí vem o apelido de "possibilistas"). Esta frase significa, com efeito, o abandono da luta pelo socialismo e o chamado para lutar unicamente por migalhas que o capitalismo possa conceder.

Vinte anos mais tarde, Bernstein retoma esta concepção. Ela se baseia num fato certo: que o movimento operário, em suas grandes lutas, arrancava do capitalismo uma conquista atrás da outra (legalização dos sindicatos, legalização dos partidos socialistas, etc.). Por isso, Bernstein considera que não está desistindo da luta pelo socialismo mediante a conquista do poder. Para ele, o programa cotidiano do movimento operário e da social-democracia consiste em conquistar reformas, não em apresentar tarefas revolucionárias que questionem a propriedade privada capitalista e o Estado burguês. Chegar-se-ia à sociedade socialista mediante o acúmulo de reformas, e a própria conquista do poder seria o produto de uma evolução gradual. Para Bernstein, a estrutura estatal parlamentarista está acima das classes e o proletariado pode chegar ao poder dentro do seu marco. Em síntese, o socialismo seria produto das conquistas sociais do proletariado e dos avanços eleitorais da social-democracia (hoje temos 10 deputados; amanhã, teremos 100; e, depois de amanhã, a maioria do parlamento).

Essa concepção, baseada na célebre máxima "o movimento é tudo, o fim, nada", explica o fato de que Bernstein não tenha formulado uma estratégia para a conquista do poder, mas apenas táticas.

A partir desta concepção, baseada na realidade da luta de classes e na prática do movimento operário de sua época, Bernstein chegava à conclusão geral teórica de que o processo histórico sempre se desenvolveria com esta dinâmica e perspectiva. Sustentava que a etapa em que o capitalismo imperialista poderia conceder reformas se ampliaria constantemente e somente chegaria ao fim com o socialismo.

O processo histórico desmentiu essa concepção e a política reformista dela derivada. A primeira guerra imperialista⁶² demonstrou que o regime capitalista mundial e os países imperialistas não poderiam continuar ampliando as liberdades democráticas e as conquistas mínimas da classe trabalhadora; que, pelo contrário, a sobrevivência deste sistema obrigava o capitalismo a tirar dos trabalhadores as conquistas econômicas e políticas já conseguidas.

Rosa Luxemburgo, e em princípio Kautsky, se opuseram à teoria bernsteiniana. Advertiram que o problema central da política social-democrata era a conquista do poder pelo proletariado, não a obtenção de pequenas reformas. Quem mais desenvolveu esta teoria foi Lenin, junto com os bolcheviques, e não por acaso: os revolucionários da Rússia tinham o desafio de derrubar o czarismo como primeiro passo para obter as conquistas mínimas e democráticas já conseguidas pelo movimento operário da Europa Ocidental.

2. O revisionismo menchevique:

a teoria dos campos burgueses progressistas

Os mencheviques russos são considerados, com justa razão, um pólo de fundamental importância do desenvolvimento do marxismo neste século. Hoje em dia são muito mais conhecidos que Bernstein, a quem muitos consideram uma superada teoria que só deve ser objeto de estudo por parte dos historiadores. O menchevismo, ao contrário, como corrente política antagônica ao bolchevismo, é ponto de referência obrigatório. Entretanto, não se refletiu suficientemente

sobre esta corrente como ponto de partida do revisionismo característico do presente século.

O revisionismo menchevique é a resposta oportunista a uma etapa histórica diferente da de Bernstein: não é a etapa das conquistas mínimas do proletariado dos países ricos, mas a das revoluções e contra-revoluções.

Na Rússia, a luta entre bernsteinistas e marxistas ortodoxos (revolucionários) se manifestou como combate encarniçado entre o economicismo⁶³ e o iskrismo⁶⁴: entre os que diziam que a classe operária deveria lutar por conquistas econômicas e os que davam à luta um eixo político, defendendo a derrubada do czar para instaurar a democracia.

A luta entre mencheviques (revisionistas) e bolcheviques (marxistas) teve um eixo inteiramente diferente. Ambos tinham acordo em relação à luta contra Bernstein e seus discípulos russos, os economicistas, e defendiam que o eixo da luta operária na Rússia deveria ser a derrubada do czar.

Os mencheviques jamais negaram a necessidade da luta pela derrubada do czar como tarefa imediata do movimento operário. A diferença com os bolcheviques residia em como fazê-lo e que tipo de regime deveria sucedê-lo.

A grande "contribuição" dos mencheviques ao revisionismo é a teoria dos campos ou frentes burguesas progressistas. De acordo com essa teoria, para derrubar o czarismo autocrático e instaurar um novo regime, o movimento operário e seus partidos deveriam formar um campo ou frente anticzarista, cuja direção estaria nas mãos da burguesia liberal e de seu partido, o Kadete⁶⁵. Assim explica Axelrod, um de seus teóricos mais importantes:

"O proletariado luta para conseguir as condições que permitirão o desenvolvimento burguês. As condições históricas objetivas determinam *que seja o destino de nosso proletariado colaborar inevitavelmente com a burguesia na luta contra o inimigo comum*" (citado por Trotsky, *Escritos*, T.XI, vol. 1, p.78).

Durante a revolução russa, o ex-marxista Plekhanov, que tornou-se porta-voz da extrema direita social patriota, dizia "devemos nos alegrar pelo apoio dos partidos não-proletários e *não afastá-los de nós com ações pouco táticas*" (Op. cit., p.82).

Daí para a teoria da revolução por etapas foi apenas um passo. Os mencheviques sustentavam que a derrubada do czarismo, longe de pôr fim à frente "anticzarista", policlassista, abriria uma etapa na qual, sob o governo da burguesia liberal, a atrasada Rússia se converteria num país capitalista adiantado. Nesta etapa, o proletariado adquiriria experiência e consciência, através da luta por conquistas mínimas. Depois se abriria a segunda etapa, a da conquista do poder pelo proletariado.

A essência da política menchevique foi sintetizada anos depois por Trotsky, que afirmava que a linha de demarcação entre o bolchevismo e menchevismo" consistia em que este buscava formar "uma frente comum de colaboração política com o inimigo de classe." (*The Crisis of the French Section*, p. 56 e 57).

3. A resposta bolchevique e trotskista

Em face da teoria dos campos do menchevismo, Lenin e Trotsky defenderam uma teoria oposta. O fato de haverem adotado, cada um por seu lado, esta segunda teoria é o que explica sua profunda unidade em 1917 e o fato de terem dirigido juntos a Revolução de Outubro, superando suas divergências anteriores.

Para eles, a divisão fundamental da sociedade russa é, como sustenta o marxismo ortodoxo, em classes: burguesia e proletariado. O eixo de sua política é o desenvolvimento da luta de classes até a conquista do poder pelo proletariado. Daí deriva uma teoria dos campos diametralmente oposta à dos mencheviques, baseada no fato de que, fora as duas classes fundamentais, existem outros setores explorados e exploradores na sociedade. Um desses campos é o *contra-revolucionário*, integrado pelo czarismo, pelos latifundiários e por *toda* a burguesia, incluídos os setores liberais "anticzaristas". O outro, *revolucionário*, é integrado pela classe operária, pelos camponeses e por todos os explorados. Esta é, como se vê, uma teoria "campista" baseada na concepção marxista tradicional da luta de classes.

A diferença entre Lenin e Trotsky antes de 1917 foi que este desenvolveu esta teoria até as suas últimas conseqüências. Ao compreender, como Lenin, a verdadeira natureza dos campos enfrentados, Trotsky chegou à conclusão de que o campo revolucionário necessitava de uma direção que não poderia ser outra senão o proletariado. Assim negava, ao mesmo tempo, a teoria menchevique da revolução por etapas.

Dado que o campo revolucionário, anticapitalista, é encabeçado pelo proletariado, a revolução contra os exploradores é diretamente socialista por sua dinâmica de classe, por suas tarefas e pelo tipo de governo que imporá ao chegar ao poder: uma ditadura da classe operária apoiada no campesinato e no conjunto dos explorados. Esta é a teoria da revolução permanente tal como a desenvolveu Trotsky em seu início, ao extrair as lições de 1905.

Esta teoria de Trotsky tem uma debilidade fundamental: não inclui a concepção de um partido centralizado que encabece a classe operária (a qual encabeça, por sua vez, o campo revolucionário) na luta contra o czarismo. Nessa etapa, entre 1905 e 1917, Trotsky compreende a organização proletária como um partido do tipo da social-democracia ocidental, apto para as eleições e para a luta parlamentar, quer dizer, para a ação reformista, não-revolucionária.

Em Lenin, ocorre a contradição oposta. Compartilha da compreensão de Trotsky quanto ao caráter dos campos, porém não indica que classe deverá dirigir a aliança revolucionária das classes exploradas; por esse motivo, coincide com os mencheviques na idéia das duas etapas para a revolução. Em contrapartida, sua concepção da organização revolucionária é a de um partido centralizado, apto para a luta pela tomada do poder. Sua concepção geral é "mais revolucionária" que a de Trotsky, porque a prática da construção de tal partido o levaria às mesmas conclusões daquele. Lenin chegará finalmente a essas conclusões, não por assimilação da teoria da revolução permanente, senão como culminação do desenvolvimento de sua própria teoria dos campos e do partido.

A contradição no pensamento de Trotsky se resolve em 1917, por um processo análogo ao de Lenin. O desenvolvimento de sua teoria o convence, depois de anos combatendo a concepção leninista de

partido, da necessidade de construir uma organização centralizada como a dos bolcheviques para fazer a revolução. O partido de Lenin era, pois, o adequado para a teoria de Trotsky.

A síntese do leninismo e trotskismo que se produz em 1917 obedece à lógica de classe da teoria "campista" compartilhada por ambos.

4. Stalin e a frente popular

A concepção dos "campos" e da luta entre eles que supera a luta de classes surge, pois, com os mencheviques. No entanto, quem elevou esta concepção ao nível de uma teoria geral, de aplicação permanente pelos partidos operários em todos os países e circunstâncias, foi Stalin com sua frente popular.

Em 1935, realiza-se o sétimo congresso mundial da Internacional Comunista, que já estava totalmente dominada pelo estalinismo. Aí se promulga esta estratégia, que passou a ser a característica do estalinismo desde então.

O problema em discussão era o avanço do fascismo⁶⁶ na Europa: à vitória de Mussolini, uns quinze anos antes, se unia agora a de Hitler na Alemanha, ao mesmo tempo que a IIIª República francesa⁶⁷ havia adquirido fortes traços bonapartistas a partir da ação reacionária de 1934. Diz Trotsky:

"A conclusão que [os dirigentes estalinistas] tiraram de tudo isso é que é necessária a mais *sólida unidade de todas as forças 'democráticas' e 'progressistas'*, de todos os 'amigos da paz' (essa expressão existe) para a defesa da União Soviética, por um lado, e da democracia ocidental, por outro(...). O eixo de todas as discussões no congresso foi a última experiência na França, sob a forma da chamada 'Frente Popular', que era um bloco de três partidos: Comunista, Socialista e Radical" (*El congreso de liquidación de la Comintern*, em *Escritos*, t. VII, vol. 1, p. 133 e 135-6).

Como vemos, esta é a teoria dos campos, agora na esfera internacional: onde os mencheviques diziam "czarismo", Stalin diz "fascismo", e no lugar da burguesia "liberal anticzarista", temos a "democracia antifascista". O campo reacionário internacional, liderado pela Alemanha nazista, é integrado pela Itália fascista, pelo governo

japonês e por outras forças como Laval na França e Franco na Espanha. O campo democrático é integrado pelo estado operário soviético e pelas forças chamadas "democráticas" e "amigas da paz", isto é, pelo governo frente-populista de Blum, por seu homônimo espanhol de Largo Caballero e Negrín e pelos imperialismos francês, britânico e norte-americano.

A política dos partidos comunistas em todos os países deve orientar-se para o fortalecimento do campo democrático "antifascista" a nível nacional e mundial. É necessário fazer todo o possível para manter a burguesia "democrática" no campo antifascista, o que era precisamente a proposta dos mencheviques em relação à burguesia "liberal".

Em relação aos países, esta política teve sua expressão mais clara na Espanha, onde o PC decidiu fazer parte do governo frente-populista de Largo Caballero antes da guerra civil, e do de Negrín durante ela.

A teoria das frentes populares já teve diversas variantes: por exemplo, nos países semicoloniais⁶⁸, os estalinistas procuravam formar "frentes antiimperialistas" com a chamada "burguesia nacional" ou "antimonopolista".

Porém, a essência é sempre a mesma: a conformação do campo burguês progressista.

5. Mao e a teoria das contradições

Como vimos, os mencheviques foram os primeiros a aplicar a política dos campos burgueses progressistas, embora Stalin a tenha elevado ao nível de uma estratégia permanente. Faltava dar um passo: elaborar um princípio teórico-filosófico que lhe desse fundamento. Este foi o papel que cumpriu Mao Tse-Tung, com a teoria das contradições.

Em sua conhecida obra "Sobre a contradição" disse, elevando a um nível filosófico o que era sua política em relação à invasão japonesa na China.

"Quando o imperialismo faz uma guerra de agressão contra um país [semicolonial], as diferentes classes deste, com exceção de um pequeno número de traidores, podem unir-se numa guerra nacional

contra o imperialismo. Então, a contradição entre o imperialismo e o país em questão passa a ser a contradição principal, enquanto que *todas as contradições entre as diferentes classes no país ficam relegadas temporariamente a uma posição secundária e subordinada*" (Mao, *Obras Escogidas*, T.I, p.354).)

E conclui: "Deste modo, se num processo há várias contradições, necessariamente uma delas é a principal, a que desempenha o papel dirigente e decisivo, enquanto as demais ocupam uma posição secundária e subordinada. Portanto, ao estudar qualquer processo complexo em que existam duas ou mais contradições, devemos nos esforçar ao máximo para descobrir a contradição principal" (Op.cit., p.355).

Invertendo a ordem dos argumentos, perceberemos que para Mao existem na sociedade contradições principais e secundárias, porém o caráter de principal ou de secundário não é permanente, mas muda de acordo com as circunstâncias. Ele diz ainda que "na sociedade capitalista, as duas forças contraditórias, o proletariado e a burguesia, constituem a contradição principal". Porém, quando ocorre uma invasão imperialista, essa contradição passa a ser temporariamente secundária e subordinada, e a contradição entre a nação semicolonial em seu conjunto e o agressor imperialista passa a ocupar o lugar principal. Como consequência disso, toda a nação, ou seja, suas diferentes classes, com exceção de "um pequeno número de traidores" devem unir-se contra o imperialismo.

Aqui temos a teoria dos campos burgueses progressistas, expressa em termos filosóficos, ou pseudofilosóficos. Contra o campo integrado pelo imperialismo e pelo "pequeno número de traidores" que o apóia, forma-se o campo progressista da "nação", dirigido pela burguesia.

6. Revisionistas e marxistas:

síntese das diferenças

Como conclusão, vemos um fio condutor perfeitamente claro desde a "frente anticzarista" dos mencheviques até as "contradições" de Mao: é a teoria dos campos burgueses progressistas.

Esta teoria se justifica com a generalização abusiva de um fato real: as diferenças entre os distintos setores burgueses. Segundo Trotsky, na classe burguesa sempre existem antagonismos muito maiores que no seio do proletariado. É um fato fácil de explicar: para o trabalhador, dá no mesmo ser explorado por um patrão ou por outro, seja este "nacional" ou "imperialista"; ao passo que, entre os diferentes setores burgueses, existe uma luta constante e feroz para repartir a mais valia nacional e mundial. No plano político, esta luta se traduz no choque dos partidos, sindicatos burgueses, etc., que com freqüência chegam ao confronto físico: golpes de estado, guerras civis, invasões imperialistas e guerras imperialistas.

Às vezes, como no caso de Mitterrand, o setor mais "esquerdista" da burguesia é o próprio governo. Em outros casos, o setor mais "direitista" instaura um governo fascista ou bonapartista e pode sofrer a oposição da outra parcela da burguesia. Deste fato real, o revisionismo deduz que os partidos do proletariado devem fazer parte do campo "progressista" ou "democrático", ou do "antiimperialista", no caso dos países semicoloniais. Para esta teoria e política, tanto faz que o campo "progressista" esteja no poder ou na oposição.

Contra esta teoria da colaboração de classes, o marxismo levanta sua concepção clássica, da sociedade dividida em classes e da necessidade de desenvolver a luta entre elas até a conquista do poder pelo proletariado. Isto não significa que o marxismo ignore a existência de rivalidades entre os distintos setores da burguesia, e se estas rivalidades chegarem ao choque físico, o partido deve formular uma política de acordo com as circunstâncias. Mas isso significa que se devem aproveitar estes choques e jamais apoiar politicamente uma frente de colaboração de classes que possa surgir deles. Qualquer que seja a situação da luta de classes, o objetivo *imediato* dos marxistas revolucionários não muda: é a revolução proletária e a conquista do poder.

Esta última é a diferença fundamental entre revisionistas e marxistas, a que sintetiza todas. Stalin ocultou sua política de colaboração de classes durante a guerra civil espanhola, por trás do seguinte argumento: "primeiro derrotar Franco, depois lutar pelo socialismo". Disse a mesma coisa para justificar a aliança com o imperialismo anglo-americano durante a guerra mundial: "a primeira tarefa é

derrotar Hitler". Mao expressou em termos filosóficos: primeiro liquidar a contradição principal - China *versus* Japão - depois a contradição entre as classes voltará a ser a principal. Em outras palavras, a revolução deve passar por duas etapas. Na primeira, o campo progressista deve derrotar o reacionário; nesta etapa, aplica-se a política da contradição de classes. Na segunda etapa, relegada a um futuro indeterminado, será lançada a luta pelo socialismo.

O que defendem os marxistas? Suponhamos o caso aparentemente mais favorável para a posição dos revisionistas: que dois campos burgueses estejam se enfrentando numa guerra, como aconteceu entre a República e o franquismo na Espanha. Diante desta situação, os revisionistas partem da base de que existem dois campos se enfrentando e que *um é mais "progressista" que o outro*, embora não neguem o caráter burguês de ambos.

O ponto de partida dos marxistas é: *os dois são campos burgueses, logo contra-revolucionários*. Essa é a essência do problema. A aparência do problema é que existe um confronto, que de maneira alguma se pode dizer que não seja real. Este conflito deriva das divergências no seio da burguesia quanto à *maneira de derrotar um grande ascenso operário e impor a vitória da contra-revolução*. A direção da República defende que o caminho para alcançar este objetivo deve ser a abolição da monarquia, instituição especialmente prejudicial para as massas, e a canalização das lutas para o parlamentarismo burguês. Os fascistas sustentam, ao contrário, que é necessário massacrar fisicamente os trabalhadores, liquidar suas organizações sindicais e políticas, seguindo o modelo hitleriano.

Na Espanha, esta diferença se desfez pelas armas, porém nem sempre acontece assim. Na França, em 1934, ocorreu um levante fascista que buscava a derrota do presidente. No entanto, os fascistas não conseguiram arrastar um setor importante da burguesia, porque os dois campos optaram por um acordo: manter o parlamento para manter as formas democráticas, mas ampliar os poderes do presidente para que cumprisse um papel bonapartista. Foi por isso que Trotsky qualificou a IIIª República, a partir de fevereiro de 1934, de "bonapartismo semiparlamentar", ou seja, uma república bonapartista com alguns traços de parlamentarismo.

A partir da análise de classes dos campos que se enfrentam numa guerra, os marxistas sustentam que seu objetivo imediato, a conquista do poder pelo proletariado, não muda. Pelo contrário, se o proletariado não tomar o poder não pode haver solução para nada: nem para o fascismo, nem para a miséria do proletariado, nem para nenhum dos problemas das massas, todos produtos da existência do regime capitalista.

Mas no exemplo que estamos trabalhando existe uma situação objetiva: o fascismo se levantou para massacrar fisicamente os trabalhadores e liquidar todas as suas conquistas; isto combina com o fato de que os marxistas revolucionários (os trotskistas) são uma pequena minoria, e as massas seguem os partidos operários contra-revolucionários que fazem parte do "campo burguês progressista".

As massas vêm corretamente em Franco o inimigo imediato a ser derrotado; nós, os marxistas, queremos ganhá-las para nossa concepção de que o inimigo a ser imediatamente derrotado é a burguesia *em seu conjunto*, mediante a conquista do poder e a instauração de um estado operário. Por qual desses dois objetivos imediatos lutamos nós marxistas? Por *ambos*: sabemos que se não estivermos na primeira fila da luta contra Franco, não teremos condições de ganhar as massas para a luta contra a burguesia em seu conjunto. Por isso, Trotsky diz: "Participamos da luta contra Franco como os melhores soldados e, enquanto buscamos a vitória sobre o fascismo, agitamos a revolução social e preparamos a derrota do governo derrotista de Negrín. Só uma atitude assim pode nos aproximar das massas" (*La revolución española*, T.2, p.166).

Em outras palavras, a guerra entre a república e o franquismo pode terminar com a vitória de um ou outro lado. Contudo, a vitória da república jamais significa a derrota *histórica* do fascismo. Este perigo continuará existindo, enquanto existir o regime capitalista. Também existirá a miséria crescente não como perigo, senão como realidade. Nenhum problema pode ser resolvido senão pela conquista do poder.

CAPÍTULO II

O REVISIONISMO NOS PARTIDOS REVOLUCIONÁRIOS

A política dos mencheviques, difundida e generalizada depois por Stalin, com a frente popular, e por Mao, com as "contradições", corresponde a uma teoria clara, a dos campos. Insistimos na palavra teoria: não se trata de uma resposta empírica ante determinado giro da realidade, mas de uma concepção que leva essas correntes revisionistas e oportunistas a aplicar essa orientação para que as frentes surjam na realidade.

Não foi tão fácil, nem para os mencheviques, nem para Stalin e nem para Mao formar as frentes. Ao contrário, a burguesia liberal russa tinha como estratégia buscar acordos com o czarismo. Do mesmo modo, apesar dos esforços de Mao para formar uma frente sólida com Chiang Kai-Shek contra a invasão japonesa, esta se rompeu em várias ocasiões. E se bem que a frente popular tenha sido uma política permanente dos partidos estalinistas para os países desde o VIIº Congresso do Comintern, na maioria dos casos ela não pode ser formada, apesar de seus esforços.

Entretanto, em momentos excepcionais do processo histórico surgem de fato duas frentes antagônicas que podem desfazer suas diferenças políticas através de uma guerra civil. Isto é característico das situações geradas por grandes vitórias do movimento operário: a revolução de fevereiro, na Rússia, a revolução de 1952⁶⁹, na Bolívia, e as revoluções em andamento na Nicarágua e Irã⁷⁰, ou então as vitórias eleitorais das frentes populares francesa e espanhola de 1936⁷¹.

Nestas ocasiões, a realidade parece dar razão aos teóricos dos "campos", posto que os mesmos surgem na realidade e têm, sobretudo este último, um caráter policlassista.

O surgimento destas "frentes progressistas" exercem uma forte pressão sobre os partidos revolucionários que não vivem numa redoma de vidro, senão que, embora sendo muito minoritários, estão inseridos na sociedade e no proletariado. Sob estas pressões, surgem, no seio dos partidos revolucionários, correntes que adotam a teoria menchevique-estalinista-maoísta dos campos.

Este fenômeno se observa principalmente quando o triunfo operário se vê ameaçado gravemente pela contra-revolução: por exemplo, quando esta lança mão das armas para derrubar um governo frente-populista

e derrotar o movimento operário, como aconteceu na guerra civil espanhola, ou quando o imperialismo resolve que chegou o momento de colonizar um país semicolonial e derrubar o governo burguês local. Foi justamente no surgimento destes graves perigos contra-revolucionários que o estalinismo encontrou uma magnífica oportunidade para colocar em prática a sua teoria dos campos. Isto, por sua vez, multiplica sobremaneira as pressões sobre os partidos revolucionários, levando alguns de seus setores a integrar, como dissemos, o "campo burguês progressista".

Digamos então, para sintetizar, que a política permanente dos mencheviques e de seus discípulos, os estalinistas e os maoístas, fundamenta-se na teoria dos campos. Daí que todos os seus esforços se orientam para a conformação de "frentes populares", "frentes antifascistas", "frentes anti-imperialistas", ou mil e uma variedades do mesmo tema, com setores da burguesia "democrática", "antimonopolista", etc. Esta política não depende de que tais frentes existam na realidade. Se não existem, como acontece na maioria das vezes, então tenta-se criá-las, mesmo que isso os obrigue a nadar contra a corrente.

Em contrapartida, os partidos revolucionários ou centristas de esquerda que, violando todos os princípios bolcheviques, apoiaram politicamente estas frentes populares de aliança de classes não o fizeram porque adotaram conscientemente a teoria dos campos, mas porque se dobraram perante as tremendas pressões exercidas sobre os partidos inseridos no movimento operário quando estas frentes surgem na realidade.

No entanto, o fato de ceder a estas pressões gera uma lógica infernal. O partido revolucionário que viola seus princípios para apoiar uma frente policlassista cai finalmente na degeneração teórica e política e termina adotando a teoria dos campos como base permanente de sua política. Foi o que aconteceu com o estalinismo, que surgiu como a ala de um partido revolucionário, e, em nossas fileiras, com o pablismo⁷².

O partido revolucionário (ou setor do mesmo) que abandona a política de independência de classe quando surgem os dois campos na realidade cai numa política oportunista, cujas características principais são as seguintes.

Abandona a denúncia sistemática do governo em sua agitação cotidiana e em sua imprensa e concentra todos os seus ataques nos adversários reacionários do mesmo; deixa de atacar os partidos operários contra-revolucionários que participam de um governo frente-populista para buscar acordos com eles; não denuncia o caráter imperialista do governo nem chama o movimento operário para a solidariedade ativa com seus irmãos de classe do país colonial; não leva adiante uma luta incansável contra as forças armadas do regime; abandona a tarefa de "explicar pacientemente" às massas que o objetivo fundamental na etapa aberta pelo triunfo proletário é realizar a insurreição operária para derrotar o governo burguês e implantar o poder operário revolucionário; não levanta palavras de ordem de governo; não tem uma política permanente para desenvolver e fortalecer o partido revolucionário, condição indispensável para a vitória da revolução.

É justamente a política oposta à de um verdadeiro partido trotskista. Sem deixar de atacar a burguesia, o imperialismo e os adversários reacionários do governo, o partido ataca constante e implacavelmente o governo frente-populista, o "campo burguês progressista" e os partidos operários contra-revolucionários que o apóiam ou o integram como serviçais dos inimigos declarados das massas. O partido trotskista denuncia constantemente o governo e repudia, em sua agitação cotidiana, todas as suas medidas, por mais "progressistas" que possam parecer. Coloca na cabeça das massas a mais absoluta desconfiança e ódio de classe em relação ao governo e levantam constantemente as palavras de ordem de poder que indicam que tipo de governo é necessário instaurar. Não abandona por um só dia a luta contra o imperialismo de seu país, contra o governo frente-populista que o serve e contra as forças armadas do regime.

Existem certas seitas e grupos ultra-esquerdistas ou anarquistas cuja postura pode coincidir com essa política geral. Há um fato, porém, que os separa do partido leninista. O eixo da política deste partido é dirigir a classe operária e as massas até seus objetivos, até a insurreição para mudar o governo e implantar a república socialista. Para isto, considera, e proclama constantemente, que é condição indispensável desenvolver e fortalecer seu partido. O partido revolucionário que esconde seu objetivo e essa condição cai no oportunismo. O partido revolucionário que não se propõe a conquistar o poder na etapa do

governo frente-populista, que não prepara a derrota deste governo pela revolução, cai no oportunismo, *porque é justamente na etapa do governo frente- populista que está lançada a possibilidade de que a classe operária conquiste o poder, dirigida pelo partido trotskista.*

Agora veremos como, através de toda a história da luta de classes do presente século, sempre existiram partidos revolucionários ou correntes centristas de esquerda que adotaram a política revisionista dos campos.

1. Kamenev-Stalin contra Lenin e Trotsky

O exemplo clássico do que dissemos ocorreu na revolução russa entre fevereiro e outubro, durante o governo provisório. De um lado, existiu um bloco revolucionário, integrado por uma ala do partido marxista (Lenin - Trotsky), por alguns grupos anarquistas e pelos social-revolucionários de esquerda.

No outro pólo, surgiu um bloco oportunista, integrado por anarquistas como Kropotkin, por revisionistas do marxismo como Plekhanov, pelos mencheviques internacionalistas⁷³, liderados por Martov, e *por um setor do partido marxista revolucionário: a ala Kamenev-Stalin do Partido Bolchevique.*

Desde a revolução de fevereiro até março de 1917, o partido bolchevique foi dirigido por uma corrente jovem, cujo principal orador era Molotov, diretor do *Pravda*⁷⁴. O eixo de sua orientação era a denúncia sistemática do governo burguês surgido da revolução de fevereiro e o repúdio a todas as suas medidas. Kamenev e Stalin, desde sua chegada a Petrogrado em março, excluem este grupo da direção e dão uma nova orientação, totalmente oportunista, ao partido e a seu órgão. Vejamos o que diziam, por exemplo, em relação à questão crucial da guerra:

"Quando um exército combate contra outro exército, não há política mais absurda que a de propor que um dos dois abandone as armas e vá para casa. Essa política não seria uma política de paz, senão de escravidão, uma política que um povo livre deve refutar com desprezo. Não. O povo permanecerá corajosamente em seu posto, respondendo às balas com balas e aos obuses com obuses. Isto não admite discussão. *Não devemos permitir a menor desorganização nas forças*

armadas da revolução" (*Pravda* nº 9, 15 de março de 1917, editorial "Nada de diplomacia secreta").

Sendo assim, como se propõe pôr fim à guerra? O mesmo artigo responde: "Nossa palavra de ordem não é o grito vazio de "Abaixo a guerra", que significa a desorganização do exército revolucionário (...) Nossa palavra de ordem é *pressionar o governo provisório para obrigá-lo a tentar abertamente, sem hesitação, aos olhos da democracia mundial, induzir todos os países beligerantes a iniciarem negociações imediatas para pôr fim à guerra mundial. Por hora, que todos permaneçam em seus postos!*".

E se esses países beligerantes não quiserem fazer a paz, o que faremos? "Se as forças democráticas da Alemanha e da Áustria não escutarem nossa voz, defenderemos a pátria até a última gota de sangue" (resolução do Soviete de Petrogrado, citado com aprovação no mesmo artigo).

O *Pravda* de 16 de março insiste: "*A saída consiste em pressionar o governo provisório para que se proclame disposto a iniciar negociações imediatas pela paz*".

Esmiucemos estas posições. Em primeiro lugar, aqui não há classes que lutam, mas um "*povo livre*", que "permanece em seu posto". Esse "povo livre" é, evidentemente, o que saiu vitorioso na revolução de fevereiro, porém *não só os operários e camponeses, que fizeram a revolução*, mas também a burguesia liberal, que chegou ao poder graças a ela e implantou o governo provisório.

Aqui já está formado o campo chamado "povo": o governo provisório burguês; a burguesia liberal com seu partido, o cadete; o soviete dirigido pelos partidos operários contra-revolucionários e os operários e camponeses que lutam no exército burguês, chamado aqui de "forças armadas da revolução". Ante ele, se levanta o outro campo, o reacionário, integrado pelos demais "países beligerantes" (novamente, não se fala de *classes* mas de *países*).

Nosso dever como revolucionários é lutar com lealdade no campo do "povo", "que todos permaneçam em seus postos", "defenderemos a pátria até a última gota de sangue". Porém, ao mesmo tempo, é necessário acabar com a guerra, o que está nas mãos do "chefe" do

nosso campo, o governo provisório. Para isso, devemos pressioná-lo para que declare estar "disposto a iniciar negociações pela paz".

Mas o fato que o *Pravda*, muito convenientemente, "esquece" de mencionar é que o líder do nosso "campo" é um *governo burguês e imperialista*; que a guerra é uma guerra interimperialista de rapina, iniciada, do lado da Rússia, pelo czarismo; que o exército é o mesmo exército czarista, com sua casta de oficiais e com a mesma estrutura, que envia os soldados (ou seja, operários e camponeses) para morrerem nas trincheiras a serviço da burguesia imperialista russa e de seus aliados da *Entente Cordiale*⁷⁵.

Nada disso importa para Kamenev e Stalin: o importante é a unidade do "povo", ou seja, do campo do governo burguês e das massas.

Como sabemos, foi Lenin quem imprimiu uma reorientação radical à política do Partido Bolchevique, expressada em suas "*Teses de Abril*": nenhum apoio ao governo provisório, combate implacável contra ele, orientação até a conquista do poder pelos soviets liderados pelo partido revolucionário. Todavia não impôs essa idéia sem dificuldades: ao contrário, teve que fazê-lo mediante uma batalha política árdua e prolongada contra essa ala do comitê central Bolchevique.

A política de Kamenev e Stalin é o exemplo clássico de como uma ala do partido revolucionário aplica a política de apoiar o "campo burguês progressista", cedendo à pressão gerada pelo surgimento desse campo na vida real. Stalin elevaria sua política ao nível de uma teoria, alguns anos depois.

3. Stalin e o socialismo num só país

O coroamento da teoria estalinista é, desde o início, o "socialismo num só país". Esta teoria foi formulada por seu autor em 1924 e consagrada como base de orientação aos partidos comunistas, no VIº Congresso da Comintern.

A teoria do socialismo num só país nasceu como reação a um fato real, a derrota da Revolução Alemã⁷⁶, e se consolidou diante de outro fato semelhante, a derrota da Revolução Chinesa em 1925-27⁷⁷.

Essas derrotas jogaram momentaneamente por terra as esperanças de Lenin e Trotsky de que a expansão da revolução proletária para um

país adiantado como a Alemanha acabaria com o isolamento da URSS e daria um poderoso impulso ao desenvolvimento das forças produtivas sob o regime da ditadura do proletariado.

Junto com isso, a paralisia total das forças produtivas na URSS, devido à guerra civil e ao isolamento do Estado Operário, havia obrigado a direção bolchevique, desde 1921, a implementar a Nova Política Econômica (NEP)⁷⁸. A essência dessa política consistia na restauração do mercado interno capitalista (não do comércio exterior, cujo monopólio continuou nas mãos do Estado Operário), para facilitar o intercâmbio entre a agricultura, privada em sua maior parte, e a indústria, majoritariamente estatal.

A aplicação dessa política teve um duplo efeito: por um lado, deu um impulso às forças produtivas, por outro, permitiu o ressurgimento de uma pequena classe capitalista, exploradora, na URSS: os homens da NEP, nas cidades, e os kulaks⁷⁹, ou camponeses ricos, no campo.

A burocracia governante, comandada por Stálin e Bukharin, lançou a palavra de ordem de "enriquecei-vos" aos camponeses, sustentando que com ela eles seriam ganhos para o socialismo. Mas, na realidade, como mostra Trotsky, isso só significou o enriquecimento de uma pequena minoria de camponeses às custas da maioria. Ao mesmo tempo, surge o chamado "homem da NEP", o comerciante privado entre a agricultura e a indústria.

Contra essa situação a oposição de esquerda propôs seu plano de industrialização, cujos fundos deviam vir dos impostos arrecadados da nova classe de kulaks. Como se sabe, a oposição foi acusada de "superindustrialização" e de "inimiga dos camponeses" .

A política da NEP, tal como foi aplicada pela burocracia, foi a origem do "socialismo num só país". Escutemos Trotsky:

"A vacilação perante as empresas camponesas individuais, a desconfiança em relação aos planos, a defesa do ritmo mínimo de industrialização, o descuido com os problemas internacionais, tudo isso junto constitui a essência da teoria do "socialismo num só país", apresentada pela primeira vez por Stalin em 1924, após a derrota do proletariado na Alemanha. Não apressar a industrialização, não lutar contra os camponeses, não acreditar na Revolução Mundial e,

sobretudo, proteger o poder da burocracia partidária das críticas". (*The Revolution Betrayed*, Pathfinder, 1972, p. 32).

Ou seja, a teoria do socialismo num só país é também uma aplicação particular da teoria dos campos. Neste caso, o campo inimigo é o da burguesia dos países capitalistas, que conseguiu derrotar a revolução proletária. O campo progressista é o da NEP, com o Estado Operário e a burguesia que começa a reaparecer (kulaks e os nepman). Este campo deve ser preservado a todo custo: por isso, é necessário construir o socialismo "a passos de tartaruga", segundo a conhecida frase de Bukharin, não acelerar a industrialização, nem aplicar políticas que impeçam o enriquecimento dos aliados no campo. Ao mesmo tempo, nega-se e oculta-se a luta de classes dos kulaks e nepman contra os explorados e o estado operário.

Evidentemente, o processo de enriquecimento de uma classe exploradora traz uma dinâmica fatal para o Estado Operário. Os kulaks e os homens da NEP sabem que seu enriquecimento tem um limite, imposto pela existência da indústria nacionalizada e do monopólio estatal do comércio exterior. Ao começar a questionar estes limites para seu desenvolvimento, colocam em perigo a existência do Estado Operário, fonte de poder e privilégios da burocracia, que, por sua vez, realiza então um giro de 180 graus: a palavra de ordem "enriquecei-vos" é trocada pela de "destruição dos kulaks como classe"; e o "passo de tartaruga" da industrialização se converte em um "galope furioso". O campo se rompe, não por culpa da burocracia, que favorece o mais que pode o enriquecimento dos "aliados de campo", mas por estes últimos, que vêem corretamente na existência do estado operário um empecilho para seu maior enriquecimento e desenvolvimento como classe capitalista.

O socialismo em um só país é também a teoria dos campos no contexto internacional. O campo progressista, neste caso, é o da URSS e os estados burgueses e imperialistas que "coexistem pacificamente" com ela, mantêm boas relações comerciais, etc.

Para não redundarmos em exemplos, recordemos que, no afã de manter o campo "antifascista" com as burguesias democráticas, adotou-se a política das frentes populares, que conduziram à derrota da Revolução na Espanha e na França.

Na atualidade, é considerado um "aliado de campo" qualquer Estado burguês que mantenha boas relações diplomáticas e comerciais com a URSS. É essa consideração que explica o fato de que a burocracia soviética seja uma inimiga feroz da ditadura de Pinochet, no Chile, ao passo que ela e o PC Argentino se encontrem entre os melhores aliados da ditadura de Viola⁸⁰. A única diferença entre as duas ditaduras é que esta última mantém excelentes relações comerciais com a URSS.

4. Marceau Pivert e a frente popular de combate

No ascenso revolucionário do proletariado francês de 1936, que possibilitou a instauração do governo frente-populista de Blum, uma tendência socialista centrista de esquerda, a Esquerda Revolucionária dirigida por Marceau Pivert, foi pressionada para apoiar o governo burguês frente-populista de Leon Blum.

Temos que esclarecer que a ala bolchevique do movimento operário era bastante débil. Era integrada unicamente pelos trotskistas do Partido Operário Internacionalista⁸¹, em uma frente única revolucionária com a Federação do Sena da Juventude Socialista⁸², dirigida por Fred Zeller. Esta frente pôde ser formada graças ao audaz trabalho de entrismo dos trotskistas na **SFIO**.

Quanto à corrente de Pivert, não se pode negar que tinha uma postura de criticar o governo e de impulsionar as lutas operárias. Tanto é assim que, segundo relata Daniel Guerin (*Front populaire, révolution manquée*, Paris, Maspero, 1976), no Congresso de Huyghens da SFIO, a ER apresentou uma moção de solidariedade total aos grevistas.

No entanto, sua política em relação ao governo não avançou além da crítica: jamais rompeu com Blum, e ele mesmo, Pivert, fez parte do seu governo.

Sua política, chamada de "frente popular de combate", consistia em formar uma frente com as bases dos partidos operários, para empurrar seus dirigentes traidores para uma política "revolucionária". Segundo Guerin: "No que diz respeito à frente popular número dois, [a de combate], fomos pressionados a participar lealmente, muito lealmente, da Frente Popular número um, [a de Blum]. Esse compromisso tinha

uma justificativa aparente. *Devíamos estar dentro da número 1 para impulsioná-la e levá-la a se confundir com a número 2. Acreditávamos haver encontrado uma solução para as nossas dificuldades de vocabulário, fazendo-nos campeões de uma Frente Popular de combate (...). Mas acabou sendo uma denominação bastarda. Apesar das duas palavras agregadas, não nos diferenciamos o suficiente da Frente Popular número 1; assim, ajudamos, de certa forma, a divulgar propaganda enganosa*" (Guérin, Op.cit. p.103).

Tem razão Guérin, ao dizer que a Frente Popular "de Combate" não se diferencia da de Blum, apesar da fraseologia revolucionária, do apoio às lutas operárias e das críticas ao governo: "toda a eloquência fraternal de Pivert não podia apagar o embaraço inicial: ele pertencia à equipe do governo, aparecia perante os grevistas como um personagem consular, que trazia uma saudação da cúpula" (Op.cit., p. 123).

Isto, como reconhece o próprio Guérin, deveu-se ao fato de que "não podíamos repudiar a Frente Popular sem mais trâmite, [porque] nos isolaríamos deste formidável movimento, surgido do seio das massas ..." (Op.cit., p.103).

Este argumento de "não se isolar das massas" é também uma variante da teoria dos "campos". As massas estão no campo da Frente Popular, então também devemos estar aí. É o típico argumento usado pelos centristas e inclusive pelos revolucionários que capitulam diante da frente popular. Em face da necessidade de não nos isolarmos do "campo" onde se encontram as massas, não as chamamos para que rompam a aliança com a burguesia e com o governo frente-populista. A Revolução Francesa de 1936 foi derrotada porque, como disse Trotsky, "os operários foram incapazes de reconhecer o inimigo, porque o haviam disfarçado de amigo" (citado por Guérin, Op.cit., p.136).

5. Molinier e Schachtman: a primeira aparição

da teoria dos campos em nossas fileiras

As fileiras do trotskismo não ficaram imunes ao fenômeno pelo qual o setor do partido revolucionário passa a fazer parte da frente oportunista. Isto ocorreu na França, em 1936. Ali não se tentou uma

capitulação *direta* perante a frente popular de Blum, mas indireta, por via da adaptação à "frente popular de combate" de Pivert. Seus protagonistas foram Raymond Molinier e Pierre Frank.

A eles se dirigiu a carta de Trotsky citada no capítulo anterior, para alertar a seção francesa sobre a existência de "sintomas perigosos em nossas fileiras".

Esses sintomas se concretizaram pouco depois, quando Molinier e Frank romperam com o partido trotskista para formar seu próprio grupo, em torno do jornal *La Comuna*. E o primeiro ato político deste grupo foi o de chamar a corrente centrista de Pivert para participar de uma frente comum.

Numa carta ao seu colaborador Jan Frankel (11/12/35), Trotsky disse: "Você já está informado da traição de Molinier. *Estes rapazes não querem permanecer "isolados", por isso capitulam perante a tendência de Pivert, que, por sua vez, capitula perante Blum.* Se lhes dissermos que estão participando da preparação da união sagrada, logicamente se indignarão. Porém, essa é a pura verdade. *Esta é a primeira e infeliz capitulação diante da poderosa pressão chauvinista⁸³ que a opinião pública burguesa exerce sobre a classe operária com a ajuda indispensável da burocracia estalinista*" (Trotsky, *The Crisis of the French Section*, p. 13).

Novamente, temos o argumento de Pivert, com uma ligeira variante. Segundo ele, é preciso estar na mesma frente de Blum para não se isolar das massas. Para Molinier-Frank, é preciso estar com Pivert com o mesmo fim. A política é sempre a mesma: estar com as massas significa estar no "campo progressista" burguês no qual elas confiam.

Schachtman aplicou outra variante da teoria dos campos na Espanha, ao perguntar a Trotsky se os revolucionários deviam apoiar nas Cortes o orçamento militar solicitado por Negrín. Sua surpresa "segundo ele mesmo esclarece", foi enorme, ao receber a seguinte resposta de Trotsky: "se tivéssemos deputados nas Cortes, teríamos votado *contra* o orçamento de Negrín (...). Votar o orçamento militar de Negrín significa outorgar-lhe apoio *político*" (*La Revolución Española*, vol. 2, p.164; grifado no original).

Aqui a política dos campos, tal como a aplica Schachtman, tem uma aparente fundamentação na realidade, uma vez que os dois campos realmente existem e se enfrentam na guerra civil. O orçamento que solicita Negrín é para combater o fascismo, por isso, diz Schachtman, deveríamos aprová-lo.

A resposta de Trotsky, de evitar qualquer ato de solidariedade política com o governo burguês, é decorrente da política bolchevique e das lições da Revolução Russa. Assim como se derrotaram o levante de Kornilov e a contra-revolução, denunciando-se Kerenski e conquistando-se o poder, a única garantia para a vitória definitiva e histórica contra o fascismo é a política de independência de classe, orientada para a derrubada do governo burguês frente-populista de Negrín e para a conquista do poder pelo proletariado.

6. A teoria dos campos, versão pablista

Em 1951, em seu célebre documento "*Para onde vamos?*", Pablo apresenta uma nova versão da teoria dos campos. Vejamos o que disse:

"Para nosso movimento, a realidade social objetiva consiste essencialmente *no regime capitalista e no mundo estalinista (...)*, dito esquematicamente, a relação de forças a nível mundial é a relação de forças entre estes dois blocos." (*SWP, Education for socialiste bulletin*, março 1974, p.5).

Como vemos, também aqui existem dois "campos" a nível internacional: o "progressista", da URSS, e o "reacionário", do regime capitalista. Em que consiste a novidade ?

Para o marxismo, o "regime capitalista" é uma totalidade integrada pela burguesia e pelo proletariado. Significa, então, que Pablo integra em seu "campo reacionário" o *proletariado* dos países capitalistas e principalmente dos Estados Unidos, país líder do campo; ao passo que, para os revisionistas anteriores, o proletariado sempre era parte do "campo progressista".

Por outro lado, o "campo progressista" pablista era integrado pela URSS em seu conjunto, ou seja, pela burocracia.

É interessante notar que a teoria revisionista de Pablo, como todas as que estamos vendo neste capítulo, também respondia a um fato real: a "Guerra Fria"⁸⁴ entre a burocracia soviética e o imperialismo americano.

A posição de Pablo foi magnificamente refutada por Favre-Bleibtreu, da seção francesa, em "*Para onde vai o camarada Pablo?*". "Nós acreditávamos que a realidade social consistia na contradição entre as duas classes fundamentais, o proletariado e a burguesia. Evidentemente, estávamos equivocados: de agora em diante, o regime capitalista, que inclui essas duas classes, se converte em uma totalidade que se contrapõe... ao mundo estalinista" (ESB, março 1974, p.10). Favre-Bleibtreu acrescentava que, ao abandonar o critério marxista de classe em favor das idéias revisionistas dos campos, Pablo se veria obrigado a se alinhar com o "Bloco anticapitalista" (o estalinismo) e terminaria capitulando diante dele.

Nós, os trotskistas ortodoxos latino-americanos, como eram chamados nesta época os que combatiam Pablo, afirmamos que a definição de Favre-Bleibtreu era justa, mas limitada: Pablo capitularia não só ao estalinismo, mas a todos os aparatos burocráticos ou burgueses que tivessem apoio de massas.

7. Bolívia e Nicarágua: duas aplicações

do revisionismo pablista

Os fatos não tardaram em nos dar razão, a Favre-Bleibtreu e a nós. A Revolução Proletária Boliviana de 1952 destruiu as forças armadas da burguesia e levou ao poder o partido nacionalista burguês de Paz Estensoro, que formou seu governo com alguns burocratas sindicais como Lechín.

Fiel à sua teoria revisionista, Pablo sustentou que se formaram duas frentes: a reacionária, integrada pela oligarquia Boliviana (a "rosca")⁸⁵, pelos grandes patrões do estanho, pelos fazendeiros e pelo imperialismo expropriado. A progressista era integrada pelo governo nacionalista e pela direção da Central Operária.

O partido trotskista POR⁸⁶, nessa época muito poderoso, sustentava, orientado por Pablo, Mandel e Posadas, que se devia defender este

governo dos ataques do imperialismo e da oligarquia e apoiar suas medidas "progressistas". Em outras palavras, que se devia participar deste campo.

Os resultados dessa política são conhecidos: a burguesia boliviana pôde reconstruir seu exército e derrotar a revolução. Por seu lado, o trotskismo boliviano, *que estava em condições de tomar o poder*, não pôde até o momento (30 anos depois) recuperar-se dessa derrota.

Nas três décadas transcorridas, as massas bolivianas se levantaram uma ou outra vez, mas o trotskismo, reduzido a uma pequena seita, não cumpriu nenhum papel nestes ascensos.

O outro caso muito mais recente e conhecido por nosso movimento é o da Nicarágua, em 1979. Ali, uma organização guerrilheira de caráter pequeno-burguês e com influência de massas, a Frente Sandinista⁸⁷, dirigiu a luta que tirou do poder a ditadura de Somoza para instaurar um novo governo burguês.

O Socialist Workers Party⁸⁸ dos Estados Unidos caracterizou o GRN⁸⁹ diretamente como operário e camponês. Em contrapartida, Mandel, fiel discípulo de Pablo, caracterizou-o corretamente como burguês, mas defendeu que era necessário apoiá-lo. Levou essa política até o ponto de apoiar o governo em seus atos de repressão aos combatentes internacionalistas da brigada Simón Bolívar⁹⁰, criada por iniciativa da Fração Bolchevique, dentre os quais existiam muitos camaradas trotskistas.

Nisso, Mandel foi conseqüente com sua política, que leva há anos, de apoiar os grupos guerrilheiros latino-americanos e por meio deles o castrismo.

Com sua política na Nicarágua, Mandel aplicou a teoria dos campos: apoiou o "campo progressista" do governo burguês contra-revolucionário, formado pela FSLN, inclusive contra os revolucionários trotskistas.

8. As razões de uma capitulação

Vimos como, em todas as etapas abertas por grandes vitórias do movimento operário, um setor do marxismo revolucionário, formando

um bloco com correntes oportunistas, capitula em face da frente popular, apoiando-se na teoria dos "campos". A vítima mais recente deste fenômeno é a direção da OCI, os mesmos camaradas que defenderam a nossa Internacional do liquidacionismo pablista.

O fato de que camaradas com semelhante trajetória tenham capitulado ao frente-populismo, como já ocorreu com outros revolucionários da história, requer uma explicação marxista, ou seja, de classe.

Quando um governo frente-populista chega ao poder, despertam-se nas massas, principalmente em seus setores mais atrasados, ilusões de que esse governo pode resolver seus problemas (desemprego, miséria, etc.). Essas falsas esperanças exercem uma tremenda pressão sobre os partidos que militam no movimento operário. A pressão vai se dar nas fábricas, escritórios, universidades, exército, etc., onde os militantes estão rodeados por companheiros que confiam no governo. Esses militantes começam a se perguntar: "Apesar de tudo, não será verdade? Será que o governo frente-populista não é melhor do que acreditávamos, ou do que nos ensinou Trotsky? Em todo caso, vamos dar um prazo ao governo para ver o que ele faz".

Sobre a direção do partido revolucionário é exercida outra pressão, porém mais forte e perigosa. Mais forte, porque não vem das massas atrasadas, que perderiam as ilusões rapidamente perante as inevitáveis traições do governo burguês, mas dos *quadros dos partidos operários contra-revolucionários*, os mais interessados em manter o governo frente-populista no poder, já que são parte dele.

Nossos quadros e dirigentes têm estreitas relações (que podem ser conflitivas, mas nem por isso menos estreitas) com os quadros e dirigentes dos partidos oportunistas, porque estão nas mesmas organizações e sindicatos operários. Quando um governo frente-populista chega ao poder, os dirigentes traidores se tornam funcionários estatais e adquirem grande influência no aparato estatal. Aproveitam essa situação para "oferecer seus bons serviços" a nossos dirigentes, fazer-lhes acreditar que, com uma política paciente e astuta, podem ver atendidas gradualmente todas as reivindicações com o novo governo, que, dizem, é compreensivo com a esquerda revolucionária, é quase amigo dela. Se a esquerda revolucionária não acredita nisso, que peça uma entrevista com o ministro tal, com o

secretário de estado tal ou com o próprio presidente, e vão perceber como eles os recebem e atendem aos seus pedidos.

Por isso, o verdadeiro inimigo não é o governo, mas os burgueses e, sobretudo, os grandes monopólios.

Nenhum verdadeiro partido revolucionário é imune a essas pressões. Um partido trotskista que, num período de governo frente-populista, não sofrer grandes lutas internas, não é um partido, mas, no melhor dos casos, uma seita cristalizada, isolada das massas e de suas organizações. Se for um partido inserido no movimento de massas - mesmo que seja minoritário -, um setor de sua direção cederá perante as pressões de seus "amigos reformistas", com argumentos do tipo "não devemos nos isolar das massas" ou "é necessário combater as ilusões no terreno das ilusões", e terminará capitulando ao frente-populismo.

Isto é praticamente a mesma coisa que dizia Trotsky, em sua já citada carta, para explicar as razões da capitulação de Molinier e de Frank. A OCl está sofrendo agora as mesmas pressões e está percorrendo o mesmo caminho dos fundadores de *La Commune*.

CAPÍTULO III

A FRENTE ÚNICA ANTIIMPERIALISTA COMO EXPRESSÃO DA TEORIA

DOS CAMPOS BURGUESES PROGRESSISTAS

Uma das expressões específicas mais importantes da teoria dos campos burgueses progressistas foi formulada pela própria Internacional Comunista: é a frente única anti-imperialista. Posteriormente, esta teoria foi desenvolvida de maneira oportunista por Stalin e Mao, pelas correntes revisionistas do marxismo e do trotskismo, até chegar a Lambert e Favre.

O conteúdo principal desta teoria pode ser sintetizado assim: *o eixo estratégico do partido revolucionário nos países atrasados é a formação de uma frente única anti-imperialista com a burguesia nacional.*

Dada a enorme importância que possuem os países atrasados na luta de classes mundial, pelo fato de envolver a imensa maioria da humanidade, este aspecto particularmente odioso da teoria revisionista dos campos merece que lhe dediquemos um capítulo. No presente capítulo, veremos em primeiro lugar a teoria de Lambert-Favre e de seus mestres, Stalin e Mao; depois as concepções da IIIª Internacional, de Lenin e também de Trotsky até 1917, que, em nossa opinião, se orientam num sentido muito parecido ao que tinham os bolcheviques antes da revolução de 17, ou seja, a revolução por etapas e a ditadura revolucionária operária e camponesa para desenvolver a revolução democrático-burguesa; e finalmente o posterior desenvolvimento ideológico de Trotsky até chegar à sua concepção da revolução permanente nos países atrasados.

1. A teoria Lambert-Favre da frente única anti-imperialista

Em nossas fileiras, esta variante da teoria dos "campos burgueses progressistas" foi explicada por Luís Favre numa intervenção no Conselho Geral da CI (QI), diretamente inspirada, em seu conteúdo, por Pierre Lambert.

No início de sua intervenção, Favre sustentou categoricamente: "Creio que, em linhas gerais, o eixo da luta pela frente única nos países coloniais e semicoloniais passa pela luta pela *frente única anti-imperialista* e pela auto-organização da classe operária" (*Sobre a frente única anti-imperialista*).

Aqui se expressam dois conceitos. Um, implícito, é que a frente única é uma estratégia permanente. Não nos deteremos sobre este falso conceito aqui, porque será tema de um capítulo posterior. O outro, este sim explícito, é que, nos países coloniais e semicoloniais, a frente única se concretiza na frente única anti-imperialista e que esse é o eixo da estratégia revolucionária em tais países.

Estabelecido esse eixo, Favre passa a definir a frente: "O partido do proletariado deve lutar em um bloco unido com os partidos da burguesia e da pequena burguesia" (idem).

Isto é assim, segundo Favre-Lambert, porque "existe uma *diferença qualitativa* entre a burguesia imperialista e a dos países coloniais e semicoloniais" (idem).

A conclusão é: "Não se trata de fazer a frente única anti-imperialista somente quando existem conflitos com o imperialismo: a luta contra a dominação imperialista do país é permanente (...). Pois bem, estamos dispostos *a levar esta luta com quem quer que seja. A fazer um bloco com qualquer um, com base nessa linha. Inclusive com o PSR [peruano], que se proclama nacionalista-burguês*".

Resumindo os argumentos de Lambert-Favre, teremos: nos países semicoloniais e coloniais, existem dois campos, o anti-imperialista, integrado pelo proletariado, pelas massas e pelo setor da burguesia chamado "nacionalista", e o imperialista, representado pelo imperialismo e pelos setores da burguesia ligados a ele.

O dever do partido do proletariado, o *eixo* de sua política, é formar um "bloco unido" com os partidos da burguesia e da pequena burguesia, contra o campo imperialista.

O eixo da política de Lambert-Favre não é buscar a independência de classe do proletariado e, neste marco, estudar a conveniência tática de fazer tal ou qual acordo limitado e circunstancial com algum setor da burguesia, mas fazer exatamente o contrário. O permanente, o estratégico, é o acordo com a burguesia; a "auto-organização da classe operária" (supondo, com uma grande dose de boa vontade, que isso é sinônimo de independência de classe), fica em segundo plano.

Neste terreno, a concepção de Lambert e Favre não coincide com a de Molinier e Schachtman, que capitularam à política dos campos quando estes apareceram na realidade. Ela coincide com a concepção dos mencheviques, dos estalinistas e de Pablo, que levaram essa política ao nível de uma teoria e de uma orientação permanente. Lambert e Favre sustentam que, quando o bloco com a burguesia não existe (como é na maioria absoluta dos casos), *o partido revolucionário deve criá-lo*.

2. Stálin, Mao e a luta contra o "militarismo"

e contra o " imperialismo" na China

Na realidade, Lambert e Favre não "descobriram a pólvora". Sua concepção é igual a que formularam Stalin e Mao para a Revolução Chinesa de 1925-27.

O tristemente célebre programa do Comintern, escrito por Bukharin sob a inspiração de Stalin, defendia, tal como defende Lambert e Favre hoje em dia, que a burguesia colonial pode desempenhar um papel anti-imperialista e que portanto "os acordos com a burguesia nacional dos países coloniais são legítimos, contanto que a burguesia não destrua a organização revolucionária dos operários e camponeses e trave uma autêntica luta contra o imperialismo". (citado por Trotsky, *The Third International After Lenin*, p.167-168).

Se existe alguma diferença entre Stálin-Bukharin e Lambert-Favre, é que aqueles são um pouco mais cautelosos, empregam o termo condicional em suas afirmações ("contanto que"). Segundo eles, é possível que a burguesia lute contra o imperialismo e, nesse caso, os acordos com ela são "legítimos". Já para Lambert-Favre, o que se busca não é um acordo, senão um "bloco unido" com a burguesia "anti-imperialista", e essa política, mais que legítima, é um "dever" e o "eixo" da atividade do partido revolucionário.

Voltando ao estalinismo, o principal impulsionador dessa política no Partido Comunista Chinês foi o jovem Mao Tse-Tung, recentemente eleito para o comitê central do partido (veja-se a Introdução do trotskista chinês Pen Shu-Tse a *León Trotsky, On China*). Mao expôs suas posições no jornal do partido, no artigo "O golpe de Estado de Pequim e os comerciantes" (os comerciantes aqui são a burguesia).

"Devido à necessidade histórica e à situação conjuntural, a obra pela qual os comerciantes deveriam assumir a responsabilidade na Revolução Nacional é mais importante que a obra que deve assumir o povo. Sabemos que os militares e as potências estrangeiras se uniram para impor uma dupla opressão ao país. Logicamente, o povo de todo o país sofre profundamente uma dupla opressão desse tipo. No entanto, quem sente este sofrimento de maneira mais aguda são os comerciantes" (citado por Peng, Op. cit., p.41; grifado no original).

Conseqüente com essa análise, Mao chega à seguinte conclusão: "quanto mais ampla for a organização dos comerciantes, quanto maior for a sua influência, *maior será a sua capacidade para dirigir o povo de todo o país e mais rápido será a vitória da revolução*" (Op. cit., p.42; grifado no original).

Outro novo membro do CC, Chu Chiu-pai, avançou um pouco mais: "*Os comerciantes, camponeses, operários, estudantes e mestres, todo o povo deve unir-se ao Kuomintang*⁹¹". (Op. cit., p.43; grifado no original).

A concepção aqui expressa é a de que as tarefas da revolução anti-imperialista ("nacional") deve ser cumprida principalmente pelos comerciantes, ou seja, pela burguesia, que deve *encabeçar* o campo do "povo" contra o campo dos "militares e potências estrangeiras". Com um adendo, o de Chu, de que o campo progressista deve integrar-se num partido único, o Kuomintang.

Como diz Peng, muito acertadamente, "é evidente que estamos diante de duas manifestações do pensamento menchevique" (Op. cit., p.43). São três expressões, acrescentaríamos nós, se juntarmos a de Lambert-Favre, idêntica à de Stálin-Mao, exceto o aspecto do partido único.

3. Mao e a invasão japonesa da China

A concepção clássica de frente única anti-imperialista como variante da teoria dos campos burgueses progressistas foi elaborada por Mao, durante a invasão japonesa na China, pouco antes da Segunda Guerra Mundial.

Num informe programático, apresentado à Conferência Nacional do PC chinês (maio de 1937), com o título "As tarefas do PC da China no período da resistência ao Japão", diz:

"Pelo fato de que a contradição entre a China e o Japão passou a ser *a principal*, e de que *as contradições internas da China ficaram relegadas a um plano secundário e subordinado*, as relações da China com o exterior e as relações de classe dentro do país sofreram mudanças que iniciam uma nova etapa de desenvolvimento da situação atual" (*Obras escogidas de Mao Tse Tung*, T.I, p.283).

Quais são essas "contradições internas" que passaram para um "plano secundário e subordinado"? O próprio Mao responde: "Há muito tempo que a China vive duas contradições agudas e fundamentais: a contradição entre a China e o imperialismo e a contradição entre o feudalismo e as grandes massas populares (...). Com seu desenvolvimento, a contradição nacional entre a China e o Japão ganhou um *peso político relativo maior que as contradições entre as classes...*" (Op. cit., p. 283 e 285).

Isto significa que, para Mao, as contradições jamais são *entre as classes*, mas entre o povo e o feudalismo, por um lado, e entre a nação chinesa e o agressor japonês, por outro. Em ambos os casos são contradições entre campos burgueses, com a classe operária e as massas fazendo parte do mais "progressista" deles. No momento em que Mao escreve seu documento, a contradição China-Japão relegou a contradição povo-feudalismo a um plano secundário, devido à realidade da invasão. Prossegue Mao:

"Isto impõe ao PC da China e ao povo chinês a tarefa de integrar *uma frente única nacional antijaponesa. Nossa frente única incluirá a burguesia* e todos aqueles que estejam a favor da defesa da Pátria, e *simbolizará a unidade nacional* contra o inimigo estrangeiro" (Op. cit., p.284).

E mais: "A China deve não só unir-se à URSS, que sempre foi amiga fiel do povo chinês, senão também, na medida do possível, *estabelecer relações de luta conjunta* contra o imperialismo japonês *com aqueles países imperialistas* que no momento estejam dispostos a manter a paz e se oponham a novas guerras de agressão" (Op.cit., p. 284).

Daqui se depreende um programa, cujos pontos principais são os seguintes:

"No interesse da *paz interna, da democracia e da guerra de resistência* e com vistas a estabelecer a frente única nacional antijaponesa, o PC da China, em seu telegrama à IIIª Seção plenária do Comitê Executivo Central do Kuomintang, assumiu os quatro seguintes compromissos:

"1) Mudar o nome do governo (...) que dirige o PC da China⁹² (...) e o do Exército Vermelho, tornando-o parte do Exército Revolucionário

Nacional, de modo que tal governo e tal exército fiquem dentro da jurisdição do governo central de Nankín e de seu conselho militar, (ou seja, sob o comando político-militar de Chiang Kai-shek);

2) Aplicar um sistema democrático;

3) *Suspender a política de derrubar o Kuomintang pela força das armas e;*

4) *Suspender o confisco das terras dos latifundiários*" (Op. cit., p.289-290).

Então, a invasão japonesa propiciou o surgimento de dois campos na China: o imperialista, integrado pelo Japão e por seus aliados, e o "progressista" ou anti-imperialista (antijaponês), encabeçado pelo governo burguês de Chiang Kai-Shek e integrado pela burguesia nacional e pelas potências imperialistas que tenham diferenças com o Japão. O partido do proletariado deve integrar-se a esse campo progressista anti-imperialista, razão pela qual deve "suspender" a luta para derrotar o governo e as expropriações revolucionárias dos latifundiários pelos camponeses. Mais ainda, dissolve os governos revolucionários das zonas controladas por ele e por seu exército, para integrá-los ao governo e ao exército burguês, sob o comando do fascista Chiang Kai-Shek.

Conclui Mao: "Nossos inimigos - os imperialistas japoneses, os colaboracionistas chineses, os elementos pró-japoneses e os *trotskistas* - vêm fazendo tudo quanto podem para torpedear cada passo que se dá a favor da paz e da unidade..." (Op.cit., p. 289).

Tem razão ao dizer que os trotskistas são inimigos da unidade com a burguesia que ele defende, já que se trata de unidade *política*, de subordinação do proletariado à burguesia. Exatamente nesta época, Trotsky escrevia, na carta datada de 23/9/37:

"Não negamos a necessidade de um *bloco militar* entre o PC e o Kuomintang. No entanto, pedimos que o *PC mantenha sua independência política e organizativa total*, e que, tanto na guerra civil contra os agentes internos do imperialismo quanto na *guerra nacional contra o imperialismo estrangeiro*, a classe operária, ao mesmo tempo

que se mantém na primeira linha da luta militar, prepare a derrota política da burguesia" (*On China*, p. 570).

Isto é exatamente o oposto do que defenderam os teóricos dos campos. A guerra nacional de defesa contra o imperialismo de maneira alguma relega a luta de classes a um plano secundário. Pelo contrário, o proletariado e seu partido lutam na linha de frente contra o invasor estrangeiro, mas mantém sua total independência política e organizativa e prepara a derrota revolucionária da direção burguesa.

Os trotskistas lutam contra o imperialismo japonês na linha de frente, porém:

1) Não se subordinam à "jurisdição do Governo Central e de seu Conselho Militar", mas "criam organizações 'bélicas' *sobre bases classistas* (...) em tempo de guerra, a vanguarda proletária permanece em *oposição irreconciliável com a burguesia*" (p.564-565).

2) Não "suspendem a política de derrubar o Kuomintang", mas "preparam o autêntico governo operário e camponês, ou seja, a ditadura do proletariado" (p.565).

3) Não "suspendem os confiscos de terra", mas compreendem que "se abrem grandes oportunidades para as lutas econômicas dos trabalhadores" (p.565).

Os partidos que seguem a orientação de Lambert-Favre nos países coloniais e semicoloniais, se forem conseqüentes até o fim, *deverão aplicar a política de Mao e não a de Trotsky*.

4. A política da III Internacional

para os países coloniais e semicoloniais

Se Lambert, Favre e os atuais defensores desta teoria revisionista que estamos comentando querem encontrar um ponto de apoio, muito relativo e muito difícil por outro lado, nos textos clássicos do marxismo, queremos desde já poupá-los deste trabalho de busca: podem encontrá-lo nos documentos e resoluções da Terceira Internacional e em certos textos de Lenin e Trotsky daquela época, em relação aos países atrasados.

Mais adiante analisaremos alguns destes textos, que, em nossa opinião - e o dizemos com toda franqueza -, em relação à revolução permanente, são centristas, como era a posição de Lenin antes de 17, ao concordar com os mencheviques sobre o caráter burguês da revolução e o etapismo, divergindo deles sobre a dinâmica de classes. São textos que expressam a concepção não somente da revolução por etapas, mas também do apoio e defesa do "campo burguês progressista" nos países coloniais e semicoloniais, principalmente nos mais atrasados.

Trata-se, porém, de um menchevismo "*sui generis*", que tem um aspecto revolucionário, já que situa essa revolução por etapas dentro da revolução socialista mundial principalmente, e porque insiste na independência política da classe operária européia. Entremos no assunto.

O IVº Congresso da Comintern aprovou umas "teses gerais sobre a questão do Oriente", que incluem uma tese sobre a "frente anti-imperialista única". Ali se diz:

“Nos países ocidentais que atravessam um período transitório caracterizado por uma acumulação organizada das forças, lançou-se a palavra de ordem de frente única proletária. Nas colônias orientais, é indispensável, na atualidade, lançar a palavra de ordem de frente única anti-imperialista. No momento, ela está condicionada pela perspectiva de uma luta a longo prazo contra o imperialismo mundial, luta que exige a mobilização de todas as forças revolucionárias (...) Assim como a palavra de ordem de frente única proletária contribuiu e contribui no Ocidente para desmascarar a traição cometida pelos social-democratas contra os interesses do proletariado, assim também a palavra de ordem de frente única anti-imperialista contribuirá para desmascarar as vacilações dos diversos grupos do nacionalismo burguês. Por outro lado, também ajudará no desenvolvimento da vontade revolucionária e no esclarecimento da consciência de classe dos trabalhadores, incitando-os a lutar nas primeiras fileiras, não só contra o imperialismo, *mas também contra todo tipo de resquício feudal*.

O movimento operário dos países coloniais e semicoloniais deve, antes de tudo, conquistar uma posição de verdadeiros revolucionários

autônomos na frente anti-imperialista comum. Só se for verdadeiramente reconhecida a importância de sua autonomia e conservada a sua plena independência política, os acordos temporários com a democracia burguesa são admissíveis e até indispensáveis.(...) A frente única anti-imperialista está indissolúvelmente vinculada à orientação da Rússia dos Sovietes.

Explicar para as multidões de trabalhadores a necessidade de sua aliança com o proletariado internacional e com a República Soviética é um dos principais pontos da tática de frente única anti-imperialista. A revolução colonial só pode triunfar com a revolução proletária nos países ocidentais" (*Los cuatro primeros congresos...*, Tomo 2, p. 231-232).

Depois, sintetiza o programa para os países atrasados, em relação à frente única anti-imperialista:

"A reivindicação de uma aliança estreita com a República dos Sovietes é a bandeira da frente única anti-imperialista. Depois de prepará-la, é preciso travar uma luta decidida pela máxima democratização do regime político a fim de privar de toda força os elementos social e politicamente mais reacionários e assegurar aos trabalhadores a liberdade de organização, permitindo-lhes lutar pelos interesses de classe (*reivindicação de uma república democrática, reforma agrária, reforma tributária, organização de um aparelho administrativo baseado no princípio de um self-government (autogoverno), legislação operária, proteção do trabalho, proteção da maternidade, da infância, etc.*)" (Op. cit., p. 232-233).

Como se pode ver, aqui não se propõe a perspectiva da revolução operária e a ditadura do proletariado para os países atrasados. Pelo contrário, só se propõe a luta contra o "imperialismo" e, dentro do país, contra os "ranços feudais", com o objetivo de chegar a uma república democrática na qual a classe operária conquiste reivindicações parecidas com as do proletariado ocidental.

A quinta tese esclarece o papel do partido do proletariado na revolução democrática e na república democrática:

"Duas tarefas incorporadas numa só cabem aos partidos comunistas coloniais e semicoloniais: por um lado, *luta por uma solução radical*

dos problemas da revolução democrático-burguesa, cujo objetivo é a conquista da independência política; por outro, organização das massas operárias e camponesas para permitir que elas lutem pelos interesses particulares de sua classe, utilizando para isso todas as contradições do regime nacionalista democrático-burguês" (Op. cit., p. 230).

Novamente, trata-se de conseguir a revolução democrático-burguesa e conseguir um lugar específico, independente, para a classe operária dentro dela. A tarefa do Partido Comunista, o partido revolucionário do proletariado, não é conquistar o poder, mas ganhar um lugar próprio dentro do campo burguês que realiza a revolução democrático-burguesa.

Temos um bom exemplo da aplicação dessa política, na "Carta aberta do Quarto Congresso do Comintern aos comunistas e ao povo trabalhador da Turquia":

"O Partido Comunista da Turquia sempre apoiou o governo nacionalista- burguês na luta das massas trabalhadoras contra o imperialismo. O Partido Comunista inclusive mostrou-se disposto, diante do inimigo comum, a fazer sacrifícios temporários quanto ao seu programa e ideais". (The Communist International, vol. 1, p. 380).

Alguns delegados falaram contra a posição das Teses, o hindu Roy, por exemplo, defendeu: *"Os movimentos revolucionários nacionais nos países onde milhões e milhões querem a libertação nacional não podem progredir sem se libertarem econômica e politicamente do imperialismo. E não triunfarão sob a direção da burguesia"*. Acrescentou que a burguesia seguramente desertaria da revolução nacional e a traição e, neste caso, a direção deveria ser assumida *pelos partidos comunistas*. (Op. cit., p. 382).

No entanto, como mostrou Radek em sua resposta, também as teses do Segundo Congresso do Comintern defendiam o apoio aos movimentos nacionalistas do Oriente sem se referirem à luta de classes. Ele observou que Marx, em seu tempo, propôs uma política de apoio à burguesia, embora fosse revolucionário. Essa foi a posição que prevaleceu no Quarto Congresso.

5. O contexto teórico das

posições da III Internacional

A chave da resolução da Terceira Internacional que estamos analisando reside numa concepção teórica imposta por Lenin e Trotsky em relação aos países atrasados.

A teoria da revolução permanente, tal como havia formulado Trotsky até esse momento, referia-se à revolução russa e europeia, não aos países atrasados, que não mereceram maior atenção dele até depois da Revolução de Outubro. Trotsky considerava que a revolução permanente, como combinação das revoluções democrático-burguesa e socialista e como necessidade da conquista do poder pelo proletariado para resolver as tarefas da revolução democrática, era uma teoria para a revolução no império czarista, combinada com a revolução europeia. Ou seja, era uma teoria para os países adiantados e para um país como a Rússia, europeu e atrasado, porém com elementos de forte desenvolvimento capitalista (segundo diz em sua conhecida exposição da Lei do desenvolvimento desigual e combinado, no prefácio à *Historia de la Revolución Rusa*).

Depois de 1917, ao estudar a situação dos países da Ásia e da África e comprovar a tremenda debilidade de seu desenvolvimento capitalista, chega a uma conclusão semelhante à de Lenin e dos mencheviques, e oposta à da revolução permanente. Considera que a revolução nos países atrasados do Oriente e da África passará por duas etapas, claramente diferentes: primeiro ocorrerá a revolução nacional e democrática, que durará até que o proletariado se consolide como classe; em seguida, virá a etapa da revolução socialista.

No entanto, como dissemos no começo, essa concepção inclui um aspecto adicional: que a primeira etapa dos países atrasados se combinaria com a revolução proletária nos países adiantados da Europa Ocidental. Em outras palavras, ele vê a revolução mundial (conceito este que está totalmente ausente da teoria menchevique) como um processo em que se combinam "revoluções desiguais": socialistas, nos países adiantados, e democrático-burguesas, nos atrasados.

E vejamos com suas próprias palavras. O Manifesto do Primeiro Congresso, redigido por ele, diz, em relação às "insurreições e ao fermento revolucionário que se deu nas colônias": "Escravos coloniais

da África e da Ásia! A hora da ditadura proletária na Europa soará para vocês como a hora de sua emancipação!" (*The First Five Years...* vol. 1, p. 24 e 25).

E insiste: "Nos países onde o processo histórico brindou essa oportunidade, a classe operária utilizou o regime da democracia política para se organizar contra o capitalismo. O mesmo ocorrerá também, *no futuro*, nos países onde as condições para a revolução proletária *ainda não amadureceram*" (Op.cit., p.2).

Ou seja, existem países maduros e "ainda não maduros" para a revolução proletária. Para estes, impõe-se a tarefa da libertação nacional e da democracia, e a luta por ela se combinará com a revolução proletária na Europa.

Algo parecido dirá Trotsky no Segundo Congresso: "A luta simultânea contra os opressores estrangeiros e seus aliados locais - senhores feudais, padres e agiotas - está transformando o crescente exército da insurreição colonial numa grande força histórica, numa poderosa reserva do proletariado mundial" (Op.cit., p.125)

Como podemos ver, aqui Trotsky fala de um "exército de insurreição colonial", sem diferenciação de classe, e dos inimigos deste exército: os opressores estrangeiros, os *senhores feudais, padres e agiotas*, não a burguesia.

Entre o Segundo e o Terceiro Congressos volta a insistir, dando ênfase aos dois aspectos de sua concepção, tanto do caráter da revolução nacional no Oriente como de sua íntima ligação com a revolução proletária no Ocidente imperialista. Em resposta ao ultra-esquerdista Gorter, que defendia que a classe operária inglesa estava isolada da pequena burguesia, ao contrário da russa, que teve o apoio dos camponeses, disse:

"Os proletários ingleses não podem alcançar a vitória final, enquanto os povos da Índia não se levantarem e enquanto o proletariado inglês não proporcionar a tal levante um objetivo e um programa. *Não se pode falar de vitória na Índia sem a ajuda e a direção do proletariado britânico*. Desse modo, tem-se a colaboração revolucionária do proletariado e dos camponeses nos confins do Império britânico" (Op. cit., p. 139).

Assim temos a vinculação entre as revoluções britânica e hindu; qual é o "objetivo e o programa" que o proletariado britânico proporcionará aos camponeses hindus? Trotsky responde:

"Gorter enfoca a questão do ponto de vista inglês, esquece-se da Ásia e da África, passa por cima da conexão *entre a revolução proletária do Ocidente e as revoluções agrárias nacionais no Oriente.*"

Isto é, para a Índia, a tarefa não é ainda a revolução proletária, mas a revolução nacional e agrária; e não isoladamente, mas em íntima relação com a revolução, está sim proletária, na metrópole.

Logo depois do IV^o Congresso, a posição de Trotsky começa a se modificar num sentido: o da dinâmica *interna de classe* da revolução mas ainda não quanto aos objetivos de classe de tal revolução: "O desenvolvimento do proletariado nativo paralisa as tendências nacional-revolucionárias da burguesia colonial. Porém, ao mesmo tempo, as multitudinárias massas camponesas obtêm uma direção encarnada na vanguarda comunista consciente. A combinação da opressão nacional militar, exercida pelo imperialismo estrangeiro, com a exploração capitalista por parte das burguesias estrangeira e nativa, somada à sobrevivência da servidão feudal, está criando condições favoráveis, nas quais o *jovem proletariado colonial se desenvolverá rapidamente e ocupará seu lugar à frente do vasto movimento revolucionário das massas camponesas*" (Op. cit., vol. 1, p. 250).

Sintetizando, Trotsky, ainda quando Lenin era vivo, chega a formular a combinação das lutas camponesas e dos movimentos nacionalistas dos países atrasados com a revolução socialista nos países adiantados. Acerca das perspectivas revolucionárias dos países coloniais e semicoloniais, o máximo a que chegou em sua análise resume-se na constatação de que a revolução camponesa ou anti-imperialista pode ter como ponto de apoio e direção o proletariado se este se tornar independente politicamente. Porém, assim como Lênin, que, antes de 1917, considerava que a revolução anticzarista seria dirigida pelo proletariado e pelas massas exploradas, mas seus objetivos seriam puramente nacionais e democráticos, Trotsky jamais estabelece para os países atrasados, como dinâmica de classe da revolução, a conquista do poder pelo proletariado, a instauração de sua ditadura e o começo da realização da revolução socialista.

6. A Revolução Chinesa e a evolução teórica de Trotsky

No início, Trotsky enfocará a revolução chinesa dentro da concepção teórica que acabamos de estudar, ou seja, concebe que será uma revolução em duas etapas e que o processo chinês encontra-se em sua primeira etapa, de caráter nacionalista e democrático-burguês. Nesta etapa, a política do partido comunista chinês deve ser de aliança com a burguesia nacional e inclusive com o seu governo, contra o imperialismo japonês. É nada menos que a política do "campo burguês progressista" e, neste caso, "anti-imperialista".

É isso que, numa nota datada de 22 de março de 1927, expõe com clareza:

"É evidente que os comunistas não podem abandonar o apoio ao exército nacionalista e ao governo nacionalista, nem, aparentemente, podem se recusar a fazer parte do governo nacionalista. Entretanto, o problema da independência organizativa total do PC, ou seja, de sua saída do Kuomintang, não pode ser adiado nem por um dia (...) Os comunistas podem formar um governo unificado com o Kuomintang, sob a condição de total independência dos partidos que formam o bloco político" (On China, p.126).

Trotsky está defendendo aqui que o PC deve pôr fim à política que vinha praticando de entrismo no partido nacionalista burguês, mas deve, não apenas não romper sua aliança política com ele, como também apoiar seu governo e inclusive *participar deste governo burguês*.

Mais ou menos na mesma época, insiste:

"A tarefa de traçar a demarcação organizativa (entre o PC chinês e o Kuomintang), que deriva inevitavelmente da diferenciação de classe, não exclui, mas, pelo contrário – sob as condições políticas existentes –, pressupõe o bloco político com o Kuomintang em seu conjunto e com elementos dele, em toda a república ou em certas províncias, de acordo com as circunstâncias. Porém, em primeiro lugar, o PC chinês deve garantir sua própria independência organizativa total e a clareza no programa político e na tática de luta para ganhar influência nas

massas proletárias que acabam de despertar. Só com esse enfoque, pode-se falar seriamente em ganhar as amplas massas do campesinato chinês para a luta" (Op. cit., p. 116).

A contradição desta posição é evidente. Trotsky está propondo que o PC deve ganhar sua independência organizativa como partido com base na diferença de classes, para ganhar influência sobre o proletariado e que este dirija o campesinato. Em outras palavras, ele deve formar um bloco das classes exploradas contra a burguesia, porém, ao mesmo tempo, deve manter sua aliança política com a burguesia, seu bloco com o Kuomintang. Isto, com o objetivo, "não de tirar a classe operária do marco da *luta nacional-revolucionária*, mas para garantir o papel do lutador mais decidido na mesma..." (Op. cit., p.114).

Em síntese, é a proposta de lutar em bloco contra a burguesia e, ao mesmo tempo, fazer um bloco com a burguesia para realizar a revolução nacional e democrática.

Trotsky começa a superar essa contradição, um pouco depois. Numa carta a um camarada da Oposição de Esquerda (em 29/3/37), coloca:

"O problema da luta por um governo operário e camponês de maneira alguma pode se identificar com o problema de uma 'via de desenvolvimento não-capitalista' para a China, que só pode ser admitida de maneira provisória e somente dentro da perspectiva da revolução mundial. Só um ignorante de tipo socialista reacionário poderia pensar que a China atual, com suas atuais bases tecnológicas e econômicas e por seus próprios esforços, poderia *pular a fase capitalista*. (...) Ainda que o problema de que a revolução chinesa se transforme numa revolução socialista *seja apenas uma possibilidade a longo prazo*, a questão da luta por um governo operário e camponês tem uma importância imediata, tanto para o curso da revolução chinesa, como para a educação revolucionária do proletariado e de seu partido".

Trotsky aqui continua defendendo que a revolução é democrático-burguesa e que a revolução socialista deve ser adiada para uma segunda etapa ("Não se pode pular a fase capitalista", "a revolução socialista é uma possibilidade a longo prazo"). No entanto, aqui já se mostra a concepção de *governo operário e camponês* para

impulsionar a revolução democrática. O que defende aqui é a concepção *leninista* (não a sua própria) do que devia ser a Revolução Russa: uma revolução burguesa democrática e nacional, por seus objetivos, operária e camponesa, por sua dinâmica interna de classes. É a política que Lênin sintetizou na palavra de ordem de "Ditadura democrática revolucionária dos operários e dos camponeses".

Esta carta de Trotsky tem uma importância fundamental por outro aspecto: aqui se nega, com várias décadas de antecedência, a teoria lambertista dos campos - progressista e reacionário - que se enfrentam. Vejamos:

"Você comete um erro quando expressa com toda a clareza (...) que na China surgiram 'dois campos notadamente hostis': num estão os militaristas, os imperialistas e alguns setores da burguesia chinesa; no outro, 'os operários, artesãos, pequenos burgueses, estudantes, intelectuais e certos setores da média burguesia que possuem uma orientação internacionalista'. Na realidade, existem *três campos* na China, os reacionários, a burguesia liberal e o proletariado, e os *três lutam para conquistar a hegemonia sobre os grupos inferiores da pequena burguesia e do campesinato* (...) O Kuomintang, sob sua forma atual, cria a ilusão de que existem dois campos e, com isso, mantém a máscara nacional revolucionária da burguesia, facilitando sua traição" (Op. cit., p. 128).

Os três campos a que se refere Trotsky são os campos de classe e cada um deles luta para ganhar o campesinato e a pequena burguesia, não são os dois campos de Lambert que aqui aparecem com os mesmos nomes.

Qual deve ser a política do PC nesta situação? "O que devemos defender no curso da revolução é, principalmente, que o partido independente do proletariado avalie constantemente a revolução do ponto de vista dos três campos e seja capaz de lutar pela hegemonia do terceiro campo e, por conseqüência, da revolução em seu conjunto" (Op. cit., p.129).

O "terceiro campo" é, naturalmente, a aliança dos operários e camponeses contra a burguesia. Isto, combinado com a defesa da necessidade de um governo operário e camponês, mostra uma

decidida superação das posições de Trotsky. No entanto, subsiste a contradição de que, para ele, a revolução é democrático-burguesa:

"Não devemos esquecer o 'pequeno detalhe' de que o que está ocorrendo na China não é uma revolução socialista, senão uma revolução *nacional burguesa*" (Op. cit., p.131).

Que não se diga que é abusiva nossa interpretação da política de Trotsky em toda esta etapa: como acabamos de ver, ele exclui explicitamente a possibilidade de a revolução chinesa assumir tarefas anticapitalistas, socialistas; para ele, suas tarefas são exclusivamente democráticas e burguesas.

Vamos citar, por último, sua carta ao Burô Político do Partido Russo de 31 de março de 1927:

"Um sistema de sovietes na China não seria, no próximo período, *um instrumento da ditadura proletária, mas da libertação nacional revolucionária* e de unificação democrática do país (...). Na China, o que está ocorrendo é uma *revolução nacional democrática e não socialista*" (Op. cit., p. 135).

Ou seja, novamente se expressa a contradição entre o caráter da revolução – democrático-burguesa – e sua dinâmica de classe: deve ser dirigida pelo proletariado organizado em *sovietes*.

A superação definitiva vem logo em setembro de 1927, em sua tese "As novas oportunidades para a revolução chinesa, novas tarefas e novos erros", contra o programa de Stalin e Bukharin:

"Dada a existência de um estado de guerra civil entre as tropas revolucionárias e o Kuomintang, o movimento revolucionário só pode triunfar sob a direção do PC, e somente sob a forma de sovietes de deputados operários, soldados e camponeses (...). Isto exige um programa para o *período de luta pelo poder, para a conquista do poder e a implantação do novo regime* (...). Em outras palavras, trata-se agora da ditadura do proletariado".

E acrescenta: "A Revolução Chinesa em sua nova etapa triunfará como ditadura do proletariado ou não triunfará".

Esta é a concepção que Trotsky desenvolverá daí em diante, sintetizada na tese da Revolução Permanente.

CAPÍTULO IV

A REALIDADE FRANCESA ATRAVÉS DA TEORIA DOS CAMPOS

Para a OCI – acreditamos tê-lo estabelecido com toda clareza – a vitória eleitoral das massas francesas, que derrotaram Giscard e elegeram Mitterrand, originou o surgimento de duas frentes ou "campos". O campo "reacionário" é integrado pela patronal, agrupada na sua central sindical, a CNPF (a que, em várias ocasiões, se qualifica de "verdadeiro estado-maior político da burguesia"), pelos partidos burgueses UDF⁹³ e RPR⁹⁴ e pelas instituições da V^a República. O campo "progressista" é integrado por Mitterrand, pelo PS, pelo PC, pelos radicais e pelos gaullistas de esquerda (que têm ministros no governo). O outro integrante deste campo é a OCI, embora esteja "no campo de Mitterrand em suas ações de resistência à burguesia".

Quanto ao campo mitterrandista, cabe fazer um esclarecimento. Existe no governo de Mitterrand dois ministros burgueses, Jobert e Crépeau. Os documentos da OCI assinalam a necessidade de fazer "um governo PS - PCF sem ministros burgueses", o que levaria a crer que existe uma luta entre "campos", no seio do próprio governo, no qual Jobert e Crépeau seriam elementos do campo inimigo. Entretanto, não é assim, uma vez que a OCI se *nega* a levantar a tradicional palavra de ordem leninista - trotskista de "fora os ministros burgueses da frente popular". Mais adiante, veremos as razões dessa negativa, os argumentos com que a OCI a sustenta e como isso é coerente com toda a sua trajetória revisionista. Aqui só queremos chamar a atenção para o fato de que, para a OCI, os ministros Jobert e Crépeau e seus partidos, o radical e o gaullista de esquerda fazem parte do campo progressista, mitterrandista.

Dada a existência desses dois campos, para a OCI, a realidade atual e futura da França para os próximos anos, será caracterizada por um conflito agudo, cada vez mais violento, entre eles; ou seja, exatamente o mesmo que defendia Pablo para a realidade mundial, nos anos 50.

Já para os marxistas, a ascensão do governo frente-populista não altera a realidade fundamental, permanente, das lutas sociais no capitalismo: a luta, agora e sempre, se estabelece entre as *classes*. Se existem dois campos, são eles o da *revolução*, integrado pelos explorados e dirigido pelo proletariado, e o da *contra-revolução*, integrado pelos exploradores e encabeçado pelo governo burguês de plantão, seja ele frente-populista, fascista ou de qualquer outro tipo.

Vejamos agora se é correta nossa afirmação de que, para a OCI, a realidade francesa atual e futura não se caracteriza pela luta de classes, mas pela luta entre dois campos burgueses.

1. Dois campos incompatíveis

De acordo com o *Projeto de informe político*, o governo de Mitterrand é um governo burguês: "o governo Mitterrand - Mauroy é um governo burguês de colaboração de classes, de tipo frente-populista. Uma vez determinado seu caráter de classe, os revolucionários não podem considerá-lo um governo operário e camponês. Este não é *nosso* governo" (Op. cit., p.3; grifado no original).

Estas frases aparecem com insistência ao longo de todo o documento e, aparentemente, não deixa lugar a dúvidas. Porém, só *aparentemente*, pois se trata tão somente da repetição ritual de alguns conceitos, para demonstrar que, apesar de tudo, a OCI é um partido trotskista. A verdadeira caracterização do governo Mitterrand, ritos à parte, aparece um pouco mais adiante, e é coerente com a teoria dos campos: "existe uma *contradição (antagonismo) insuperável entre o governo burguês de Mitterrand e a burguesia*" (Op. cit., p. 4).

E mais adiante: "... o governo Mitterrand-Mauroy *entra forçosamente a cada passo em conflito com o aparato de estado burguês, com a burguesia, cujos interesses entretanto defende*" (idem).

E esta caracterização se completa com a seguinte afirmação: "... a *mera existência* da eleição de F. Mitterrand para a presidência da República e de uma maioria PS-PCF para a assembléia nacional, é *incompatível* com as instituições antidemocráticas e reacionárias da Vª República" (Informations Ouvrieres, nº 1019, editorial).

A tudo isso se soma a já citada afirmação de que o governo de Mitterrand realiza "ações de resistência à burguesia".

Resumindo, então, teremos um governo que é "burguês", mas que possui algumas características, no mínimo bastante especiais:

1. realiza "ações" (no plural) contra a burguesia;
2. sua mera eleição é "incompatível" com as instituições reacionárias da Vª República;
3. entra "forçosamente em conflito" com a burguesia e seu aparato estatal;
4. entre ele e a burguesia existe uma "contradição insuperável".

Sendo assim, é chegada a hora de mudar a posição tradicional do trotskismo a respeito dos governos de frente popular. Já não são governos burgueses contra-revolucionários e, no caso da França, imperialista, senão governo burgueses "*sui generis*" (para empregar a terminologia pablista) que têm um antagonismo "insuperável" com a burguesia.

De nossa parte, continuamos defendendo a velha caracterização marxista e trotskista. Opinamos que não existe outra "incompatibilidade" nem "contradição (antagonismo) insuperável" na sociedade capitalista senão a que existe entre exploradores e explorados, ou seja, entre o "campo" que integra os operários, camponeses e demais setores explorados, liderado pelo proletariado, e o "campo" dos burgueses, liderado pelo *governo burguês de plantão*. Esses são os dois campos que se enfrentam agora e continuarão a se enfrentar enquanto existir a sociedade capitalista.

Um governo burguês pode, em determinado momento, aplicar uma política e tomar alguma medida que desfavoreça algum setor do seu "campo" (entendido no sentido marxista, de classe). Mas o que *nenhum* governo burguês pode fazer é governar contra toda a burguesia, nem contra o aparato do estado burguês. Em outras palavras, nenhum governo burguês pode governar contra a sua própria classe.

Levada pela teoria dos campos, a OCI chegou ao ponto de inventar uma nova categoria, a do "governo burguês antiburguês", merecedor do apoio do partido operário revolucionário.

2. Uma guerra civil em gestação

No afã de justificar sua política de participar "do campo de Mitterrand", o autor do *Projeto de informe político* (o camarada Lambert), se vê obrigado a avançar para muito além da "incompatibilidade" dos campos. Num arroubo de realismo mágico – escola que nos deixou obras de ficção literária, mas cuja introdução na política tem resultados absolutamente catastróficos – chegou a defender que os campos estão enfrentados de fato numa guerra civil latente, que pode estourar a qualquer momento.

O *Projeto de informe político* repete umas mil vezes que "a burguesia não pode reconhecer o governo Mitterrand como seu governo", até chegar à seguinte afirmação: "*Mitterrand se choca com as necessidades reais da sociedade burguesa porque elas são antagônicas às das massas, tal como estas as reivindicaram quando rechaçaram Giscard. Sempre e em todo lugar, uma situação assim carrega o germe de uma guerra civil, e a burguesia nada pode fazer, senão prepará-la. Evidentemente, essa é a linha geral do desenvolvimento da luta de classes ...*" (Op. cit., p. 5).

Novamente, temos a concepção do "antagonismo insuperável" entre o governo burguês e a burguesia. As necessidades das massas são antagônicas às da burguesia (de fato, dizemos nós), entretanto quem expressa as necessidades das massas é ... o governo burguês. E, pelo fato de expressar as necessidades das massas, o governo burguês está em confronto com sua própria classe, numa guerra civil "em gestação".

Afirma-se que o início da guerra civil corresponde à "linha geral do desenvolvimento da luta de classes". Poderíamos estar de acordo com esta afirmação, já que nossa época de decadência total do sistema capitalista se caracteriza justamente pelas guerras e revoluções, que são o produto da impossibilidade de a burguesia satisfazer minimamente as necessidades das massas. Ou seja, existe uma guerra civil de fato entre o proletariado e a burguesia. Mas o que defende a OCI (u) é que existe uma guerra civil entre a burguesia e o

governo Mitterrand, e que está a ponto de estourar, amanhã ou no próximo mês: "o grande capital (está preparando) *ataques de guerra civil* e, embora Mitterrand queira opor-se a eles, está criando ele próprio as condições para isso (como a operação contra o SAC, as reformas feitas no funcionalismo público)" (Op. cit., p.5).

Em outras palavras, Mitterrand não quer a guerra civil, porém, com as medidas que está tomando (aqui citam-se duas contra o setor estatal), o grande capital já está preparando a guerra civil contra ele.

E, para confirmar que essa é de fato a análise que faz a OCI da atual situação francesa, o *Projeto* quer justificar sua política com três exemplos: a política bolchevique no levante de Kornilov contra Kerenski, a política trotskista quando da invasão japonesa à China e novamente a política trotskista na guerra civil espanhola. Quando se faz uma comparação histórica é para buscar não as diferenças (já que não existem duas situações históricas *idênticas*), mas os pontos comuns. O que existe de comum entre as três situações históricas citadas é a existência do enfrentamento *militar*, não só político, entre dois grupos: levante contra-revolucionário, invasão imperialista e guerra civil.

Por conseguinte, para a OCI, a guerra civil não só corresponde à "linha geral do desenvolvimento da luta de classes", mas é iminente, pode começar a qualquer momento.

3. Um novo acordo entre Pablo e Lambert

A linha de basear toda uma política (equivocada e revisionista, além de tudo, como veremos) numa guerra iminente tem um antecedente não muito honroso em nossas fileiras. No documento "*Aonde vamos?*", Pablo dizia:

"Nada resta ao capitalismo senão tomar o caminho de *maiores preparativos* militares, econômicos e políticos para *uma nova guerra* (...) O capitalismo avança rapidamente *para a guerra* (...) conseqüentemente, a discussão entre os marxistas revolucionários não pode ser sobre se a guerra é inevitável ou não, mas deve limitar-se ao problema de saber quando começará a guerra e qual será a sua natureza e suas conseqüências" (Op. cit., p.6).

Pablo justifica sua política de capitulação ao estalinismo e ao nacionalismo burguês com a perspectiva imediata e inevitável de uma "terceira guerra mundial" entre o "campo estalinista" e o "campo imperialista". Lambert justifica a sua capitulação a Mitterrand com a perspectiva da guerra civil "em gestação" (que, em seu caso, significa imediata) entre o "campo mitterrandista" e o "campo burguês".

Insistimos que o que diz o *Projeto de informe político* da OCI – que a guerra civil corresponde "à linha geral de desenvolvimento da luta de classes" – seria justo, se acrescentasse que essa guerra civil é entre as classes, não entre campos burgueses. Mas existe outro problema. Lambert e Pablo caem no erro metodológico de abstrair uma *tendência* da realidade e fundamentar toda a sua política nela. Nisto, procedem diferentemente dos marxistas, que buscam a todo momento precisar a dinâmica e as perspectivas da situação, traçam uma política que responda à situação atual, não futura, da luta de classes.

Por outro lado, diferentemente do que fala Lambert, a explosão da guerra civil não dependerá das medidas de Mitterrand contra o setor estatal (supondo-se que verdadeiramente existissem tais medidas) nem de qualquer outra medida do governo burguês. Dependerá do desenvolvimento da luta de classes e, fundamentalmente, do ascenso das massas. Até agora, o movimento operário e popular, freado por suas direções traidoras, tem realizado algumas lutas isoladas, várias delas importantes pelo caráter das empresas envolvidas, como é o caso da Renault. Porém, não observamos ainda uma tendência de que essas lutas se ampliem e sejam centralizadas. Por ora, a perspectiva da guerra civil na França deve medir-se por *anos* (quem sabe poucos: 2, 3 ou 5), não por *meses* ou *semanas*.

4. Uma confusão deliberada

Diz o *Projeto de informe político*: "Nós nos pronunciamos contra o governo de Chiang Kai-Shek, porém estávamos em seu campo durante a guerra contra o imperialismo japonês. Os bolcheviques se pronunciaram contra o governo de Kerenski, mas estiveram na primeira fileira do campo de Kerenski contra Kornilov. Nós condenamos o governo frente-populista espanhol e, no entanto, estávamos no 'campo' desse governo contra Franco" (Op. cit., p. 7).

Esta é a única comparação histórica que aparece no documento; devemos concluir, pois, que Lambert considera que esta é a situação atual da luta de classes na França: uma situação de *choque físico*, de embate militar direto entre os "campos".

De nossa parte, acreditamos que está tendo visões ao confundir as rivalidades entre distintos setores burgueses, com sua concomitância de expressões fortes, hostis, com uma guerra em gestação. Realmente, é preciso estar politicamente mal da vista para confundir os editoriais de *Les Echos*, ou de *Le Figaro*, ou as declarações de Ceyrac (o presidente da CNPF), com a invasão japonesa à China, com o levante de Kornilov ou com a guerra civil espanhola.

Entretanto, não é casual que o *Projeto de informe* não dê nenhum exemplo mais próximo da verdadeira situação francesa: por exemplo, o da Alemanha sob o governo Ebert – Scheidemann⁹⁵ ou o da França sob o governo Blum. Estas comparações são relativas, já que não existe na França atual um ascenso de massas remotamente comparado ao daquelas duas situações. O que as três situações têm em comum é a existência de profundas diferenças entre distintos setores da burguesia, diferenças que originavam fortes conflitos entre alguns setores e o governo. Por isso, é qualitativamente diferente dos três exemplos do *Projeto*, nos quais as diferenças alcançaram um grau tal que se traduziram em lutas físicas, em guerra.

Como tudo em política, a descabida comparação do *Projeto* tem um objetivo. É certo, e Trotsky o assinalou, que os bolcheviques lutaram na primeira fileira contra Kornilov, que os comunistas chineses tinham que combater na primeira fileira contra a invasão japonesa e que os partidos da IVª Internacional na Espanha deviam lutar na primeira fileira contra Franco. Na Espanha, chamou os que se negaram a aplicar esta política de "traidores" e "agentes do fascismo".

Porém, nestes três casos existia uma luta *militar*. Jamais Lenin e Trotsky defenderam que deveriam estar no "campo de Kerensky" antes do levante de Kornilov, ou no de Ebert e Scheidemann. Trotsky jamais chamou seu partido a combater no "campo de Largo Caballero", ou seja, no campo do governo republicano anterior à sublevação franquista, nem a apoiar suas ações contra a burguesia.

Com sua comparação absurda, o *Projeto* nos diz subliminarmente que a política trotskista na França *hoje* consiste em lutar na linha de frente do campo de Mitterrand contra o campo burguês.

Mas, além disso, o *Projeto* sustenta que nessa luta devemos apoiar *politicamente* o governo. Com isso rompe completamente com o trotskismo, que jamais se confunde politicamente com uma direção burguesa, haja ou não guerra civil.

Mais adiante veremos o que significa exatamente para os bolcheviques e trotskistas lutar "com Kerenski contra Kornilov" ou "com Negrín contra Franco". Agora tomemos um exemplo da luta de classes cotidiana. Suponhamos que a patronal envie um grupo fascista para destruir um sindicato. Logicamente, a burocracia sindical vai defender o organismo que é fonte de seus privilégios, e nós, trotskistas, defenderemos a organização operária dos pulhas do capital. Isso nos coloca no mesmo "campo" da burocracia, sob o ponto de vista militar, e deveremos aceitar esta condução enquanto seja mais forte que nossa organização. Mas jamais apoiaremos politicamente a burocracia, nem sequer em meio à luta. Sempre diferenciamos o plano político do plano militar.

Concluindo, devemos dizer que a comparação histórica que se faz no *Projeto* é inútil sob qualquer ponto de vista. Na França, não há perspectiva imediata de guerra civil e, ainda que houvesse, a política da OCI seria igualmente revisionista.

5. A verdadeira realidade francesa

Se a OCI considera que existe "incompatibilidade" e "antagonismo absoluto" entre o campo do governo frente-populista e o dos capitalistas e banqueiros, a ponto de significar uma guerra civil "em gestação" entre eles, não se pode dizer que os mesmos capitalistas e banqueiros também pensam assim.

Vejamos, por exemplo, uma das declarações mais "violentas" do jornal *Les Echos*, porta-voz autorizado do CNPF:

"Se por acaso o Presidente da República e o Primeiro Ministro lerem estas linhas, talvez compreendam porque os chefes de empresa, aos quais recorrem todos os dias, desconfiam deles; não se pode pedir a

colaboração e, ao mesmo tempo, permitir que os ministros se comportem como vulgares militantes para semear a desordem nas empresas" (8/10/81).

De maneira alguma isso pode ser considerado como um chamado para derrotar o governo. Pelo contrário, o mesmo jornal, inimigo ferrenho de Mitterrand, pede paciência aos patrões: "Governada pela esquerda, pela direita ou pelo centro, a França jamais cede aos extremos por muito tempo. Que não chegue o dia em que a França deva reprovar a quem detém o poder econômico e financeiro, aos chefes de empresa, *o fato de terem se desesperado muito cedo!*" (*Les Echos*, 30/9/81)

Exagerando um pouco os termos empregados por *Les Echos*, a patronal está dizendo: "Nunca vimos lixo pior que o governo de esquerda de Mitterrand, mas basta ter um pouco de paciência e a França o rechaçará".

Então, o que existe entre a patronal e o seu governo são algumas discussões fortes, que entretanto não saíram, nem por ora mostram sintomas de sair, dos marcos comuns de um regime bonapartista, com elementos de democracia burguesa: o parlamento e as colunas editoriais dos jornais que representam as distintas correntes.

6. A verdadeira incompatibilidade

Para os marxistas, nenhum governo burguês, mesmo que seja frente-populista, é "incompatível com o regime e o estado burguês, nem pode haver um "antagonismo absoluto" entre a patronal e um governo burguês. A única coisa que é incompatível com o regime burguês é a *mobilização das massas* e o surgimento de uma *situação de duplo poder*. Isso é o que a burguesia não pode tolerar por um só instante.

O governo frente-populista de Blum foi perfeitamente compatível com a Terceira República, a qual Trotsky caracterizou como "bonapartismo semiparlamentar" a partir das jornadas de fevereiro de 1934⁹⁶ (*On France*; Pathfinder Press, p.141). O governo de Blum caiu quando se mostrou incapaz de conter o ascenso das massas, porém a Terceira República sobreviveu até a invasão da França pelos nazistas e a implantação do regime de Vichy⁹⁷. E o próprio Blum foi chamado a

governar novamente depois da guerra, sob o regime da Quarta República⁹⁸.

Mitterrand será perfeitamente compatível com a Quinta República, enquanto for capaz de enfrentar o movimento de massas. Quando as lutas dos trabalhadores franceses se ampliarem e se centralizarem, quando começarem a aparecer organismos de duplo poder, ainda que embrionários, *então* a situação se tornará incompatível com a manutenção do regime burguês. Neste caso, é muito provável que a burguesia se veja obrigada a se desfazer do governo frente- populista, por métodos constitucionais ou mediante o golpe de estado, segundo o que a situação exigir.

Quando estiver dada esta situação, e *nem um minuto antes*, nós trotskistas, lutaremos militarmente no campo de Mitterrand.

7. Quem previu a atual situação francesa ?

Para o partido revolucionário, é imprescindível prever corretamente a dinâmica da situação, pois, em caso contrário, é impossível elaborar uma linha, ou seja, o conjunto de palavras de ordem e tarefas que o partido deve levar para as massas. Nesse sentido, vejamos quais foram as previsões feitas pelas duas correntes em que se dividiu a Quarta Internacional.

O camarada Miguel Capa, dirigente de nossa corrente, fez um prognóstico muito claro em seu artigo "O governo Mitterrand, suas perspectivas e nossas tarefas". Citamo-lo por extenso:

"Mitterrand chega ao governo em meio a uma séria crise da economia francesa e sem que tenha ocorrido uma 'primeira onda' de grandes greves que o obrigue a fazer concessões. Esses dois fatos serão determinantes para que seu governo *imponha os duros planos de fome e desemprego da burguesia, continuando a orientação de Giscard - Barre*. Tentará convencer os trabalhadores a aceitá-los e, se não o conseguir, apelará para todos os meios (...)

Para o movimento operário e demais setores populares, a vida se torna mais dura: tanto a inflação quanto o desemprego aumentaram durante os quatro meses do governo frente-populista (...)

Tudo indica que a frente popular *trará rapidamente mais miséria e desemprego para os trabalhadores, se não estourar a 'primeira onda' grevista e revolucionária que, por um tempo, o impedirá*"
(*Correspondencia Internacional*, nº 13).

O artigo de François Forgue, em resposta a Capa, publicado na mesma edição da revista, não responde a estes conceitos tão claros, nem formula uma alternativa própria. Nenhum outro material da OCI (u) o faz.

O mais próximo a uma posição própria aparece no *Projeto de informe político*:

"As contradições entre o governo Mitterrand - Mauroy e a burguesia são tantas *que Mitterrand pode sentir-se obrigado a comprometer-se muito mais do que ele havia previsto num conflito com a burguesia...*"
(p.7).

Isto está proposto em forma de hipótese; entretanto, na falta de qualquer afirmação, devemos considerar que esta é a previsão que faz a OCI (u) sobre a política de Mitterrand. Sua política se baseia nessa hipótese, já que apoiará o governo em suas "ações de resistência à burguesia".

Quem teve razão? Capa ou Lambert? É verdade que Mitterrand se comprometeu mais do que o previsto num conflito com a burguesia e que, por conseguinte, as massas vivem cada vez melhor? Ou, pelo contrário, teve razão Capa, ao afirmar que Mitterrand aplicaria os planos de fome e desemprego da burguesia e que seu governo traria mais miséria para as massas ?

Não é necessário ir muito longe para encontrar as respostas: a situação do proletariado francês, é tão sombria que a própria OCI (u) se vê obrigada a denunciá-la:

"Os salários estão congelados, os preços continuam subindo, os aluguéis aumentam cada vez mais e se tornam uma carga tão pesada que cada vez mais desempregados não podem pagá-los e já começam a ser despejados. As condições de trabalho em vez de melhorarem se tornam intoleráveis (...). Isso, sem falar do aumento do ritmo de trabalho – que já provocou uma greve de várias semanas dos

metalúrgicos da Renault–Sandouville – e do aumento do percentual do seguro social" (*I.O.* 1028, editorial).

E a lista segue: "...os operários sem especialização permanecem sem especialização, o trabalho continua sendo trabalho explorado, a interrupção dos estudos continua sendo realidade, as salas de aula seguem lotadas e sem professores, as demissões continuam e aumentam".

Todo esse quadro se resume em poucas palavras: *superexploração dos trabalhadores, garantida pelo governo a serviço dos patrões.*

Tudo isso confirma o prognóstico de Capa e nega categoricamente o de Lambert.

CAPÍTULO V

A POLÍTICA DA OCI (u)

Todo partido trotskista, toda corrente revolucionária do movimento operário que não seja ultra-esquerdista nem sectária, tem como política, quando existe um confronto político-econômico muito grave entre os distintos setores da burguesia (levante fascista, invasão imperialista, confronto nas ruas, sabotagem burguesa e guerra civil), alinhar-se no campo que considera mais progressista. Na hipótese de um levante fascista ou bonapartista contra um governo de frente popular, democrático ou bonapartista parlamentar, nos alinhamos no "campo" deste último; inclusive, muito excepcionalmente, podemos chegar a acordos práticos, estritamente delimitados, para a luta.

Pareceria que neste ponto nossa política coincidiria com a da OCI (u). No entanto, não é assim. Para os trotskistas, este alinhamento é puramente físico, militar. Jamais nos subordinamos à direção *política* da burguesia nem dos partidos operários contra-revolucionários. Além do mais, consideramos que este alinhamento, que nos impõe a subordinação ao comando *militar* do campo progressista, é um fato tático, que depende da relação de forças: aceitamo-lo enquanto a direção burguesa, estalinista e social-democrata for mais forte que nosso partido, mas o nosso eixo político é sempre o de *romper a*

aliança de classes, ou seja, o "campo progressista" frente-populista ou bonapartista parlamentar. Concretizamos este eixo, esclarecendo para as massas que, se os operários não derrubarem o governo frente-populista e tomarem o poder, não poderá haver uma verdadeira luta de fundo contra a ofensiva reacionária. Como disse claramente Trotsky, foi preciso derrotar a kerenskiada para derrotar definitivamente a korniloviada. Esta tarefa se completa com outra: o confronto físico com a korniloviada, quando ela ocorre.

A OCI(u) tem uma política contrária. Em primeiro lugar, o choque físico entre os dois campos burgueses na França de hoje só existe na imaginação febril do autor do *Projeto de informe político*, que busca com isso, justificar seu alinhamento político no campo mitterrandista.

Em segundo lugar, a política da OCI(u) busca semear confiança no campo do governo burguês e em sua direção, Mitterrand; é uma política de apoio explícito ao governo, inclusive aconselhando-o e servindo-lhe de assessor fraternal para impulsioná-lo a romper com a burguesia e tomar o rumo anticapitalista. No presente capítulo, veremos como se expressa essa política e sua aplicação prática.

1. A teoria Lambert - Forge

do "campo mitterrandista"

Vimos a política dos "campos", versão Lambert - Favre, a respeito das colônias e semicolônias do imperialismo. Porém, o que acontece com os países imperialistas? O que acontece concretamente com a França? Não se poderia aplicar aí essa política?

A resposta da OCI e de Lambert é um enfático *sim*, também na França se aplicam a teoria e a política dos "campos". Já vimos que o *Projeto de informe político* defende a necessidade de estar no "campo de Mitterrand em suas ações de resistência à burguesia".

Por sua vez, François Forge em sua resposta à Capa afirma:

"A 'crítica' ao frente-populismo (refere-se ao governo de Mitterrand) não é um fim em si mesmo, mas somente um meio para que a classe operária se mobilize contra a burguesia" (*Correspondencia Internacional*, nº 13, outubro 1981).

Ou seja, tenta-se mobilizar as massas somente contra a burguesia, não contra o governo (como se este não fosse justamente o estado-maior da burguesia e da contra-revolução); chama-se um governo de colaboração de classes, imperialista até a medula como o de Mitterrand, a governar contra a burguesia; não se denuncia este governo, mas critica-se fraternalmente seus erros.

O argumento sobre os fins e os meios, utilizado por Forgue, é muito velho para provocar impacto. Além disso, ele o usa muito mal.

Cada fim requer um meio, ou meios, adequado(s). Os meios são as ferramentas que o partido usa para alcançar seus fins. Qualquer operário sabe que, para tirar um parafuso, deve-se usar uma ferramenta adequada: uma chave de fenda. É necessária a crítica sistemática ao governo burguês de plantão, é necessário dizer incansavelmente aos operários que eles devem derrubar o governo burguês e tomar o poder, como único meio, como única ferramenta para derrotar a burguesia e arrancar esse parafuso social que nos destrói e esmaga.

Forgue nos diz que o meio que utilizamos para cumprir uma tarefa é uma questão secundária. Nós dizemos que existe uma profunda unidade entre meios e fins, que afirmar que "o principal são os fins" é tão falso como "o principal são os meios".

Como exemplo de sua orientação, Forgue diz: "O governo frente-populista respeita a burocracia do estado, nós a atacamos".

Um marxista diria: o governo frente-populista respeita a burocracia do estado, nós atacamos essa burocracia e denunciemos o governo por respeitá-la".

2. O outro integrante do "campo progressista"

Devemos assinalar que, em nossa relação dos integrantes do "campo progressista" que Mitterrand encabeça, nos esquecemos de um, e decerto não muito honroso. Trata-se de Pablo, o grande teórico da concepção dos campos, que levou o trotskismo a cometer a grande traição de sua história na Bolívia.

No primeiro número de seu jornal, chamado *Pour l'autogestion*, Pablo publica um editorial referindo-se à sua política para o governo de Mitterrand, onde diz: "*Apoiaremos todas as medidas do governo que satisfaçam as reivindicações dos trabalhadores e o movimento de emancipação geral do capitalismo e da burocracia a nível internacional*".

Evidentemente, Pablo vê mais virtudes no governo de Mitterrand do que Lambert, já que a ação "progressista" de tal governo se expande para o plano internacional. Porém, Pablo e Lambert dizem o mesmo.

Pablo: Este governo toma medidas que satisfazem as reivindicações dos trabalhadores.

Lambert: Este governo realiza ações contra a burguesia e por isso estamos no seu campo, apoiando seus "passos progressistas".

Afastadas as diferenças terminológicas, a coincidência é total. Tanto Lambert quanto Pablo estão no "campo" político de Mitterrand e apóiam suas medidas. Se é correto o antigo ditado que diz "Dize-me com quem andas e te direi quem tu és", os camaradas da OCI devem refletir. Depois de décadas de um combate feroz contra o estalinismo e contra Pablo, seu agente em nossas fileiras, agora se encontram no mesmo "campo" com ambos.

3. Impulsionar o governo burguês

para posições anticapitalistas

Num documento escrito por Stéphane Just e aprovado pelo Burô Político da OCI como "preparatório para o XXVIº Congresso da OCI (u)" (e que portanto tem a mesma importância do *Projeto de informe político*), diz-se com uma clareza e uma franqueza dignas das melhores causas:

"Estamos *dispostos a apoiar toda resistência do governo à pressão e sabotagem dos capitalistas, todo ato que questione a Vª República e suas instituições (o estado RDR - UDF) e ainda as reformas reacionárias da Vª República que satisfaçam as reivindicações das massas que atente contra os capitalistas. Sem ilusões, e sem semear ilusões, tentamos fazer com que o governo Mitterrand - Mauroy*

avance o máximo possível por esta via, [de satisfazer as reivindicações das massas e atentar contra os capitalistas]" (La Letre d'I.O. N°11, p.4).

Isto completa a informação do *Projeto de informe político* de que a OCI está "no campo de Mitterrand em suas ações de resistência à burguesia". Aqui afirma-se que o governo efetivamente vai resistir à "pressão e à sabotagem dos capitalistas" e "questionar a V^a República", não para substituí-la por algum outro regime burguês, mas para "satisfazer as reivindicações das massas" e "atentar contra os capitalistas". Ou seja, o governo frente-populista, contra-revolucionário, burguês e imperialista de Mitterrand - Mauroy pode orientar-se para uma posição anticapitalista. A tarefa da OCI é impulsioná-lo para que "avance o máximo possível por esta via". Se critica o governo, coisa que a OCI só faz às vezes e num tom muito fraternal, como se estivesse se dirigindo a um camarada "desorientado", é sempre com um mesmo fim: nossa crítica ao governo Mitterrand - Mauroy é sempre abordada do ponto de vista do combate contra as burguesia e o capital". (op.cit. p.4)

Se isso fosse realmente assim, se, do ponto de vista do marxismo, um governo burguês putrefato, contra-revolucionário e imperialista pudesse ser orientado contra a burguesia, então o estalinismo teria razão. Existiriam governos populares, não classistas, que poderiam governar contra uma ou outra classe de acordo com a pressão exercida sobre eles.

Ao adotar a teoria dos campos, a OCI (u) abandonou o método marxista, que define os governos por seu caráter de classe. Diante dessas afirmações de Just, e de outras semelhantes, caem as mil e uma declarações formais do *Projeto de informe político*, de que o governo Mitterrand é "burguês" e "não é nosso Governo".

Um camarada jovem poderia perguntar-se: por acaso o trotskismo não exige que se adote uma política de pressionar os partidos operários para que rompam com a burguesia, tomem em suas mãos o poder e apliquem um programa revolucionário de reivindicações transitórias?

De fato, respondemos e acrescentamos que essa análise tática do trotskismo confirma o método e a política classista do marxismo.

Do ponto de vista de seu caráter de classe, existe um abismo entre os partidos operários, mesmo os traidores, e os governos burgueses de qualquer tipo. Um partido operário traidor continua sendo *operário* e, portanto, altamente contraditório dentro da nossa classe. Em determinadas ocasiões, sob a pressão das massas, sua direção pró-burguesa pode ver-se obrigada a avançar mais do que desejaria no caminho da ruptura com a burguesia. Nós, trotskistas, devemos ter uma política para impulsionar este processo. Todavia, os momentos em que aplicamos essa política são excepcionais e os momentos em que esse processo ocorre na realidade são *ultra-excepcionais*.

Além disso, essa política se aplica para os partidos *operários*, jamais para governos *burgueses*, sobretudo quando incluem partidos *burgueses*, que não são nem operário-burgueses.

Por razões de classe, um partido trotskista não pode jamais aplicar a política da OCI (u) de chamar o governo burguês de Mitterrand a avançar no sentido da ruptura com a burguesia. Esta política é absolutamente irreal (e portanto reacionária), tão irreal como pedir a Reagan que avance o máximo possível pelo caminho de deixar de ser imperialista. Se essa é uma política factível, então, neste caso, o estalinismo tem razão: existem governos que não são nem burgueses nem proletários, sob os quais deve-se abandonar a luta de classes, porque a pressão exercida sobre eles pode orientá-los para um sentido antiburguês.

Voltando à Stéphane Just, sabemos que ele jamais entendeu coisa alguma do marxismo, porém devemos reconhecer o mérito de sua clareza. Acreditamos que Lambert, sendo tão revisionista como Just, ou quem sabe até mais, jamais disse que o eixo de nossa política é impulsionar o governo *burguês, imperialista*, que inclui os ministros *gaullistas e radicais*, para a ruptura com a *burguesia*. E, além do mais, "sem ilusões e sem semear ilusões". Seria o mesmo que dizer que o eixo de nossa política para a Igreja Católica é: "Sem ilusões e sem semear ilusões, tentemos fazer com que o Papa João Paulo II avance o máximo possível no sentido de cantar *A Internacional* na missa".

4. Semear ilusões é diferente

de depositar confiança?

Segundo a teoria de Lambert - Just, a política da OCI não deve "semear ilusões". No entanto, já vimos que para eles o governo burguês pode se converter num governo antiburguês ("satisfazer as necessidades das massas" e "atentar contra os capitalistas"). Isto por si só já é bastante estranho, mas há outro aspecto. Para nós, "semear ilusões sobre o governo" e "depositar confiança no governo" são duas formas de designar a mesma política. Poderia parecer que a OCI não vê assim, porque "sem semear ilusões" toda sua política está orientada no sentido de levar as massas a *confiar* no governo.

Vamos ver alguns casos, mas não qualquer caso: vamos ver os que o *Projeto de informe político* menciona, como exemplo do que deve ser a política da OCI aplicada na militância cotidiana de seus membros.

Primeiro exemplo: A Caixa do seguro médico

Segundo o *Projeto* (no capítulo "Um governo de crise"), o ministro Barrot, do governo Giscard, decretou o fechamento da Caixa Central de Seguro para a Doença da região de Paris (CPC). Agora a ministra da Solidariedade Social, Nicole Questiaux, do governo Mitterrand, decretou que o fechamento deve concretizar-se antes do fim deste ano. A CPC está sob o controle do CNPF desde 1967.

A célula da OCI na CPC publicou um panfleto dizendo: "Não se votou em Mitterrand para que sua ministra Questiaux leve adiante essa política" (a de Giscard) (op.cit.,p.4).

E o autor do *Projeto* comenta furioso: "Esta linha está completamente errada" (idem).

Por que está errada? O *Projeto* esclarece: "A conclusão de que esta linha está equivocada deveria ser a seguinte: 'É preciso impulsionar o combate contra o desmantelamento da CPC, organizado *pelo governo de Mitterrand - Mauroy e por sua ministra* e ditado pela CNPF'. Deve-se fazer tudo isso na linha de: 'É preciso derrubar esse governo burguês'" (idem).

A linha está errada porque *é dirigida contra o governo*. Qual é a linha correta?

"No caso do decreto de desmantelamento da CPC, a linha correta implica a seguinte resposta: (...) 'Pela defesa real dos nossos direitos e garantias, pela defesa dos segurados sociais, queremos o atendimento de nossas reivindicações, queremos a derrubada do decreto *Barrot*'. Nessa linha, (...) a OCI unificada deve tirar um panfleto que chame a formação de comitês e de *uma delegação para uma audiência com a ministra Questiaux*" (idem).

Em outras palavras, a "linha equivocada" consiste em mobilizar os trabalhadores da CPC contra o governo Mitterrand. A "linha correta" consiste em demonstrar que os verdadeiros responsáveis pelo desmantelamento são o governo de Giscard e a CNPF e que, portanto, os trabalhadores da CPC devem organizar *uma delegação para visitar a ministra de Mitterrand, para que ela resolva o problema*. A OCI (u) não chamou a mobilização, somente uma visita à ministra, como única alternativa contra a política ultra-reacionária de Mitterrand de liquidar o seguro social.

Para Lambert – Just, isso significa "não semear ilusões no governo". Para nós, significa depositar uma confiança quase absoluta no governo, confiar que ele resolverá os problemas dos trabalhadores, apenas com uma audiência com a ministra.

Segundo exemplo: a greve no aeroporto

Em julho, começa uma greve no aeroporto Roissy - Charles De Gaulle, porque o governo está efetuando uma "reestruturação" que significará o fechamento de 6 postos de trabalho. Diante da greve, o governo faz uma série de concessões, porém mantém as seis demissões. Qual é a política da OCI?

"Teria que ter falado na assembléia geral: (...) 'por acaso não houve uma mudança política depois da vitória das massas que derrotou Giscard? Por que, então, vendo que a direção geral *giscardiana* do aeroporto teve que recuar diante da greve, estaríamos obrigados a aceitar seu plano de reestruturação, contra o qual, justamente iniciamos a greve? Proponho que a delegação volte ao ministério para pedir-lhe que reverta as seis demissões, ou seja, a garantia formal da derrubada do *plano giscardiano de reestruturação*' " (op.cit., p.5).

O plano de reestruturação foi elaborado e aplicado pelo governo de Mitterrand. No entanto, a "linha correta" da OCI consiste em denunciar os funcionários *giscardianos* e enviar delegações ao ministério (neste caso, o dos transportes), para que o ministro *mitterrandista* resolva o problema.

Mais adiante, veremos sobre os dois exemplos, porque constituem uma síntese da política da OCI em todos os sentidos. Aqui queremos destacar que num dos conflitos em que o partido interveio, nos quais o patrão era o governo de Mitterrand, a linha da OCI foi não só *impedir* que os trabalhadores lutassem contra o patrão, fosse quem fosse, mas ainda levá-los a *confiar* no patrão Mitterrand.

5. Lambert, conselheiro de Mitterrand

A linha de Lambert-Just de impulsionar o governo para que avance pela via "anticapitalista" produz algumas expressões no mínimo curiosas, em *Informations Ouvrières*, o órgão da OCI. Porque ocorre que o governo, tal como era óbvio, não está avançando pela via anticapitalista, mas se comportando como um governo burguês normal na época de crise capitalista: está tomando medidas verdadeiramente antioperárias, que incluem um plano *de austeridade*.

Diante disto, a OCI não está atuando como um partido revolucionário "normal", que aproveitaria esta situação para desmascarar o verdadeiro caráter do governo frente-populista ante as massas. O que a OCI está fazendo, em sua linha de empurrar o governo para a esquerda (sem semear ilusões, entende-se!), é *aconselhar* o governo, ou melhor, *implorar* que tome o bom caminho. Vejamos:

Em *I.O.* nº 1021, aparece uma "Declaração do Burô Político da OCI unificada", primeira declaração do partido sobre a promulgação do plano de austeridade. Ali se diz: "nós, militantes da OCI(u), que lutamos incondicionalmente contra a divisão e a favor da unidade pela maioria do PS-PCF e de um governo de unidade PS-PCF sem representantes das organizações e partidos burgueses, dizemos que tomar medidas que impliquem em pôr em prática um plano de austeridade *é um erro muito grave, desastroso.*"

Um pouco mais abaixo: "As medidas essenciais tomadas pelo governo golpearão direta e duramente as massas trabalhadoras ao deixar os capitalistas e os banqueiros com as mãos livres."

Ou seja, o governo toma uma série de medidas inscritas num plano de austeridade, através das quais deixa as mãos livres aos capitalistas e banqueiros e golpeiam as massas trabalhadoras. Revela com isso sua essência burguesa? Segundo a OCI, não: está cometendo "um erro muito grave, desastroso", que consiste no seguinte:

"Todo o mundo constata: ao invés de apoiar-se na mobilização das massas trabalhadoras e da juventude [o governo] tenta apaziguar os capitalistas e os banqueiros.

Que devemos fazer diante deste "erro desastroso" do governo, de querer "apaziguar" a burguesia, ao invés de se apoiar na mobilização das massas? Mostrar-lhe que existe aquilo que a "Declaração" do BP chama de "a outra via":

"A outra via é a de quebrar a resistência dos altos funcionários que, por exemplo na educação, *sabotam clinicamente as medidas tomadas pelo ministro...* A outra via, compreendendo que o Seguro Social representa um salário direto, consiste em não permitir que o déficit seja pago pelos assalariados (...), mas mediante impostos sobre os lucros e prebendas dos capitalistas e banqueiros."

E depois de uma série de conselhos adicionais sobre o que significa "a outra via":

"É esse o dilema que se apresenta: colaboração de classes com o capital ou luta de classes com o capital. Assim se apresenta a questão diante dos graves problemas econômicos e financeiros. *Só as medidas anticapitalistas poderão salvar as massas trabalhadoras e a juventude*".

Há que se reconhecer em Lambert, Just, Forge e Favre a influência estalinista. O dilema do governo frente-populista e do "campo progressista" é "colaboração de classes" ou "luta de classes". Ou seja, ao chegar ao governo, a frente popular pode operar o milagre de praticar a "luta de classes". Apesar de tudo, este dilema, como qualquer outro, pode resolver-se num ou noutro sentido.

Com isso vêm abaixo o leninismo e o trotskismo, e novamente têm razão os estalinistas: a frente popular e seu governo podem romper com a colaboração de classes e praticar a luta de classes, porque é "progressista", popular, supraclassista.

Voltando ao que dizíamos antes, o fato é que o governo quer apaziguar a burguesia com medidas antioperárias, mas isso é um erro "desastroso" porque as massas vivem cada vez pior e a burguesia não se deixa apaziguar. Aconselhamos que este governo comece a tomar a "outra via": que se incline para a "luta de classes" e tome medidas anticapitalistas.

No dia 23 de outubro, a OCI realizou um ato na sala de La Porte de Pantin. O discurso principal foi feito por Lambert, que disse: "todas as dificuldades, os dois milhões de desempregados e as centenas de milhares de demissões já previstas, o aumento de preços, a inflação, *as medidas de intimidação contra o governo*, todas as dificuldades podem ser eliminadas. O governo tem os meios para isso" (I.O. 1023).

Aqui temos a razão pela qual o governo está cometendo seu erro "desastroso": a burguesia está intimidando-o, por isso o dilema estaria sendo resolvido, em favor da "colaboração de classes", ou seja, do "apaziguamento de capitalistas e banqueiros". Entretanto, nem tudo está perdido, o dilema ainda pode se resolver no outro sentido, uma vez que o "governo tem os meios para isso".

E, embora mais adiante tente corrigir-se dizendo que um futuro "governo PS-PCF sem representantes da burguesia teria os meios para isso" (ainda que não levante a palavra de ordem "fora os ministros burgueses", nem neste discurso, nem em nenhuma outra parte), sua política é para o governo atual, que "tem os meios" para praticar a "luta de classes".

A OCI, partido que se considera trotskista e portanto aspira conduzir as massas para a derrota da burguesia e do imperialismo, para a conquista do poder e a destruição do regime burguês, acredita que sua missão durante o governo frente-populista burguês de Mitterrand, como membro de seu "campo progressista", consiste em empurrá-lo para o caminho da "luta de classes" e das medidas "anticapitalistas", já que ele conta com todos os meios para fazê-lo. Se o governo se

desviar do bom caminho, a OCI deve então mostrar-lhe como ele pode retomá-lo.

Resumindo: sob o governo frente-populista, a OCI deixa de ser um partido de combate contra a burguesia e *seu governo*, para converter-se num abjeto assessor do mesmo.

6. Uma estranha ruptura com a burguesia

Em diferentes ocasiões, tanto nos documentos como no jornal *I.O.*, afirma-se que a OCI tem como política central a "ruptura com a burguesia": "Esta é a situação concreta que devemos levar em conta para formular a *linha fundamental de nossa política: ruptura da aliança com a burguesia*" (*Proyecto de informe político*, p.4).

Entretanto, a aliança com a burguesia existe *dentro* do governo, já que, como assinala corretamente o *Projeto*:

"... o governo Mitterrand - Mauroy inclui ministros gaullistas e do partido radical. Sua presença tem um significado político preciso: fortalecimento dos laços com a burguesia e, mais precisamente, a intenção do governo de não questionar a Vª República e suas instituições, o estado burguês modelado pelo bonapartismo bastardo" (Op. cit., p.7).

Em face dessa situação, mostrada com uma correção que nos isenta de comentários, o leninismo e o trotskismo têm uma linha tática tradicional, expressada na palavra de ordem "fora os ministros burgueses do governo". Essa palavra de ordem expressa de forma acessível para as massas a tática trotskista de exigir a ruptura dos partidos operários com a burguesia. Mas, para a OCI(u), a linha de ruptura com a burguesia não passa por essa palavra de ordem:

"A pouca importância de suas funções ministeriais – refere-se aos ministros gaullistas e radicais – e da força política que agrupam atrás de si, limita consideravelmente a eficácia da denúncia de sua participação no governo, diante das massas. Na realidade, *a reivindicação da ruptura com a burguesia não pode ser eficaz unicamente sob essa forma* (...). Ainda que em nossa agitação tenhamos que mostrar o que significa a presença de Crépeau - Jobert no governo, já que a CNPF aparece para todos como o estado-maior

político direto da burguesia, *devemos enfatizar o seguinte: por acaso se podem satisfazer as reivindicações das massas e aplicar ao mesmo tempo os planos da CNPF? Esse é o conteúdo principal da linha de ruptura com a burguesia*" (Op. cit., p.7).

Em outra parte, insiste-se: "A linha fundamental de nossa política [é] a ruptura da aliança com a burguesia, cuja materialização consiste *em enfatizar a mobilização contra o CNPF*" (op. cit., p.4).

Significa dizer que a linha de "ruptura com a burguesia" não significa romper com o governo frente-populista, expulsando os ministros burgueses, mas romper com o governo frente-populista *em seu conjunto*, com ministros burgueses e tudo, com o CNPF.

Esta política obriga a OCI a fazer estranhos malabarismos quando ocorrem conflitos nas empresas estatais, que possuem enorme peso na economia francesa. Ali os operários não se chocam com o CNPF, mas com o próprio governo de Mitterrand. Por exemplo, numa greve realizada numa empresa estatal, (na Renault, digamos, ou então, no aeroporto de Paris), "ruptura com a burguesia" significa *ruptura com o governo*: exijamos do governo Mitterrand que reintegre os militantes demitidos, ou aumente nossos salários, ou seja lá o que for.

Como a OCI resolve essa situação, o que faz para que os operários não rompam com o governo? Voltemos aos dois exemplos anteriores, que o *Projeto* cita.

No caso da CPC desmantelada por decreto do governo: "O *CNPF* manteve seu plano de desmantelamento da CPC (...). Pela defesa real de nossos direitos e garantias, pela defesa dos segurados sociais, podemos aceitar *que o CNPF continue ditando suas leis*? O CNPF foi derrotado, junto com Giscard – Barre - Barrot" (Op.cit., p.4).

No caso do aeroporto, que entrou em greve contra a demissão de seis militantes pelo governo: "o que tínhamos que fazer? Lutar pela vitória da greve, formulando uma tática que em seu desenvolvimento *estabelecesse a ruptura com a burguesia e, neste caso especificamente, o afastamento dos altos funcionários colocados por Giscard...*" (Op.cit. p.5).

E um terceiro exemplo, o da gigantesca empresa estatal Renault, cujos trabalhadores estiveram em greve contra o aumento do ritmo de trabalho na linha de produção, desde meados de setembro até final de outubro. Fazendo um balanço da greve, *I.O.* 1024 diz em seu editorial: "*Os homens nomeados por Giscard para dirigir a Renault, os Vernier - Palliez e os Hanon, enfrentam as mobilizações dos trabalhadores e aplicam os planos dos seus mandatários, os capitalistas e banqueiros*".

Há que se reconhecer o engenho revisionista de Lambert e do editorialista de *I.O.* Para esta situação sem saída, que leva os operários a romper inevitavelmente com o governo, inventam a desculpa do CNPF (CPC) e dos altos funcionários giscardianos (aeroporto e Renault), que são os "cínicos sabotadores" das boas intenções pró-operárias de Mitterrand e de seus ministros.

Esta linha é permanente, repete-se a cada número de *I.O.* No editorial do nº 1019, por exemplo, cujo título é "Em que situação se encontra Mitterrand ?", afirma-se:

"Em sua coletiva à imprensa, Mitterrand enumerou uma série de medidas tomadas pelo governo sob sua responsabilidade. Os professores têm todo o direito de perguntar: Para que servem as medidas tomadas pelo ministro da educação nacional, se sua aplicação é sabotada sistematicamente pela alta administração e pelos reitores?".

Quer dizer que, se fosse por Mitterrand, os bons professores da França estariam numa ótima situação. O problema é que os reitores e os funcionários sabotam sistematicamente estas medidas.

Todos esses argumentos da OCI não são mais do que recursos para avançar em sua linha central: manter intacto o campo do governo frente-populista e orientar este campo *em seu conjunto* contra a burguesia.

Isto é exatamente o contrário do que defende o trotskismo. Por exemplo: "De fevereiro a outubro, os mencheviques e os social-revolucionários, que constituem uma boa comparação com os 'comunistas' e social-democratas [e com os "trotskistas" lambertistas, acrescentamos nós], encontravam-se em estreita aliança e coligação

permanente com o partido burguês dos "Cadetes", com os quais formaram vários governos de coalizão. Sob o nome de Frente Popular se encontrava a massa do povo, incluindo os soviets dos operários, camponeses e soldados. É claro que os bolcheviques faziam parte dos soviets. Porém, não faziam a menor concessão à Frente Popular. Exigiam a *ruptura* dessa Frente Popular, a destruição da aliança com os *cadetes*, a criação de um verdadeiro governo operário e camponês" (Trotsky, *Oeuvres*, T.10, p. 248-249; grifado no original).

A linha que Trotsky nos mostra é diretamente oposta à da OCI: o eixo de nossa política é lutar pela independência política do proletariado, para destruir a colaboração de classes do proletariado com a burguesia no campo do governo; denunciar o governo frente-populista para as massas como um governo contra-revolucionário de colaboração de classes; mostrar, contra as ilusões dos trabalhadores, que este governo jamais poderá levar a luta de classes contra a burguesia, por *razões de classe*; que, por essas mesmas razões de classe, faz parte da luta da classe burguesa e do imperialismo contra os trabalhadores franceses e os povos das colônias e semicolônias.

7. Mentir para as massas

para proteger o governo

Voltamos novamente aos dois exemplos que sintetizam a política da OCI: a greve no aeroporto e a mobilização contra a destruição da CPC.

Diz o *Projeto de informe político*: "Nós não dissemos: 'O ministro (dos transportes) Fiterman é o responsável', mas dissemos: *a culpa é da direção geral (do aeroporto)*" (Op. cit., p.4).

E, comentando essa mesma greve, *Informations Ouvrières* diz: "Os trabalhadores bateram contra o muro *dos altos funcionários giscardianos*, decididos a aplicar no aeroporto de Paris a política geral dos capitalistas contra os trabalhadores e a colocar o novo governo diante do fato consumado dessa política (...) Os trabalhadores souberam criar as melhores condições para obrigar a *direção giscardiana* a retroceder".

E, mais adiante, numa afirmação que sintetiza tudo: "Esgotadas as possibilidades de negociar, os trabalhadores entraram em greve contra o patrão: os altos funcionários da direção" (I.O. nº 1009).

É um fato mais que elementar que quem decide as demissões numa empresa é o patrão ou a gerência. Em se tratando de uma empresa estatal, o patrão é o governo e o gerente geral é o ministro. Mas, nesse caso, o patrão é nada mais nada menos que o chefe do campo da OCI: Deus nos livre de atacá-lo! Devemos atacar é a "direção giscardiana" ou seja, o campo inimigo. Esta é nossa política, custe o que custar, mesmo que tenhamos que *mentir deliberadamente para as massas*.

Assim, o documento que expõe a política da OCI para todo o próximo período dá instruções sobre como se mente para as massas sobre quem é o seu patrão, para impedir que seu justo ódio chegue até o governo de Mitterrand e seus ministros. E o jornal, como vimos, é o fiel intérprete dessa linha.

O segundo exemplo é igualmente ilustrativo. Recordemos que a célula da OCI da CPC havia distribuído um panfleto que dizia : "Não se votou em Mitterrand para que sua ministra leve adiante essa política (de destruição da CPC)" (Op. cit., p.4). Essa linha, de acordo com o Projeto, "é completamente errada". Por quê? Por acaso, não é certo que a ministra estava aplicando a política de um ministro de Giscard? E não é igualmente certo, e claro como cristal, que os operários franceses, *não* elegeram Mitterrand para que aplique a política de Giscard? Sim, é certo. Entretanto, no afã de proteger o chefe do campo, Lambert diz a seus camaradas que devem *mentir para as massas*:

"Qual é, partindo das necessidades das massas, a linha correta? Devemos dizer: derrotamos Giscard e, ao votar em Mitterrand, *votamos contra o CNPF*" (Op. cit., p.4).

A verdade é que os trabalhadores franceses votaram *não só* contra o CNPF, *mas também* contra todos os partidos e organizações burguesas. Seu voto majoritário no PS e no PCF reflete a vontade de eleger um governo operário antiburguês, que avance o mais rápido possível para uma república socialista.

Mitterrand traiu esse mandato e todos os votos de confiança que lhe foram dados. Não tomou uma única medida contra o CNPF e a burguesia. No entanto, a OCI não só se limita a não denunciar o governo e a concentrar seus ataques no CNPF, vai ainda mais longe e *mente para as massas*. No aeroporto, onde o patrão é Mitterrand - Fiterman, diz que o patrão é a administração giscardiana. Na CPC, onde o patrão é Mitterrand - Questiaux, diz que é o CNPF. Em relação às eleições, diz que o voto operário e popular só foi contra o CNPF. Qualquer método, inclusive o mais vil e canalha de todos – mentir para as massas –, considera lícito, contanto que sirva para manter o "campo" de Mitterrand contra o CNPF.

8. Proteger o governo ou combatê-lo?

Os exemplos anteriores – e centenas de outros que poderíamos citar de *Informations Ouvrières* – demonstram claramente que a política central da OCI é evitar cuidadosamente que as lutas operárias se voltem para governo. A função da OCI é a de proteger o governo e desviar o ódio dos trabalhadores para outros alvos. Para isso, está disposta a recorrer a qualquer método, inclusive o mais abjeto de todos, que é o de mentir para as massas.

Trotsky tem a política oposta e já respondeu a quem aplicou a orientação da OCI.

Em julho de 1936, o jornal *Revolução*, da Juventude Socialista Revolucionária, cujos dirigentes eram membros da seção francesa, expressou a linha atual da OCI, nos seguintes termos: "Sob a *proteção vigilante* dos trabalhadores franceses, o governo da Frente Popular poderá realizar o seu programa".

Trotsky respondeu imediatamente (numa carta de 19 de julho), dizendo o mesmo que nós estamos dizendo ao longo desse documento: que nenhum governo burguês, mesmo que seja frente-populista como o de Blum, pode aplicar uma política antiburguesa. E concluiu:

"Nossa tarefa não é de nenhum modo a 'proteção' do governo de coalizão entre o proletariado e a burguesia (...) Nós e a Frente Popular temos inimigos comuns. Por isso, estamos dispostos a combatê-los junto com os grupos regulares da Frente Popular, *sem assumir a*

menor responsabilidade por esse governo nem nos levantarmos como protetores de León Blum. Consideramos que esse governo é um mal menor comparado ao de La Rocque. Contudo, ao combatermos o mal maior, não protegemos o mal menor" (Trotsky, Oeuvres, T.10, p. 271).

Se a OCI quiser elevar sua política ao plano teórico, terá que dizer exatamente o contrário: "Nós e o governo frente-populista de Mitterrand temos inimigos comuns: o CNPF e os funcionários giscardianos, aos quais combatemos juntos e assumimos uma pesadíssima responsabilidade, que é a de proteger o governo Mitterrand dos ataques da classe operária por todos os meios, procurando fazer com que os operários não o odeiem, mas confiem nele, e com que jamais vejam sua verdadeira face de governo burguês e imperialista, agente do CNPF. Por isso, abandonamos a política de Lenin e Trotsky, que consiste em mostrar aos trabalhadores de maneira sistemática que o primeiro passo para derrotar o CNPF e os funcionários 'giscardianos' consiste em derrubar esse governo e implantar o governo dos operários e camponeses".

9. A versão lambertista da frente popular de combate

Ao longo de todo o *Projeto de informe político*, nega-se a política de "Frente Popular de combate": "ajudar os aparatos contra a luta de classes (é) o desvio da frente popular de combate" (p. 2); "os doutrinários ignorantes (...) não demorariam a nos criticar na linha tão 'revolucionária' da frente popular de combate" (p.3); "os militantes da OCI unificada também sofrem a pressão da frente popular de combate" (p. 3). E assim sucessivamente: a OCI rechaça esta política com horror e asco.

Recordemos brevemente que, para Marceau Pivert, existem duas frentes populares. Uma é formada pelas direções dos partidos operários contra-revolucionários. Esta é reformista e agente da burguesia. A outra é constituída pela base dos partidos operários e por todos os que querem combater a burguesia e o regime. Esta é a frente popular de combate, cujo objetivo consiste em impulsionar a frente popular reformista para posições antiburguesas. Os revolucionários devem fazer parte dessa frente popular.

Entretanto, segundo o *Projeto* da OCI, toda a frente popular de Mitterrand realiza "ações de resistência à burguesia"; portanto, todo o

campo dessa frente popular é antiburguês. E o *Projeto* diz claramente: "estamos no campo de Mitterrand".

Por outro lado, Stéphane Just nos diz que a política da OCI busca impulsionar o governo frente-populista a "avançar o máximo possível no caminho da ruptura com a burguesia". É exatamente o que dizia Pivert, embora com um acréscimo cínico: que a OCI não deve "semear ilusões".

Isso não é mais que um tipo da "frente popular de combate", que a OCI rechaça com tanto desprezo... com palavras. Onde Pivert via duas frentes populares, Lambert vê somente uma, que inclui todos, desde Mitterrand até os operários de base, passando pelos ministros burgueses e pelos dirigentes do PS e do PCF. E, já que realiza "ações de resistência à burguesia", toda essa frente é uma grande "frente popular de combate", da qual os trotskistas devem participar com a orientação central de impulsioná-la para que avance cada vez mais no caminho de ruptura com a burguesia.

Lambert e Just rechaçam a tática de frente popular de combate com horror, sem compreenderem o que significa. O crime de Pivert foi ter acreditado que a frente popular em qualquer de suas variantes poderia praticar a "luta de classes" contra a burguesia. Lambert e Just cometem exatamente o mesmo crime, porém em relação ao governo de Mitterrand. Esta é a razão pela qual o trotskismo combate Pivert e Lambert - Just.

10. A OCI aplica uma política estalinista

Havíamos dito anteriormente que as profundas diferenças existentes no seio da burguesia originam o surgimento de diferentes setores, que, por sua vez, resolvem suas diferenças em distintos terrenos, que vão desde as eleições e o parlamento até o choque físico e a guerra civil, quando a situação os exige.

Diante dessa realidade, a política permanente do estalinismo é levar ao movimento operário a aliança com a burguesia "de esquerda", tanto quando se está na oposição – como ocorreu sob o governo de Giscard – como quando se encontra no poder – como ocorre agora com o governo de Mitterrand. Neste último caso, o estalinismo busca inclusive fazer parte do governo burguês.

Esta aliança já teve diferentes nomes e formas, embora a essência da colaboração de classes seja sempre a mesma. Assim se conformam as "frentes antifascistas", com a burguesia "democrática", e as "frentes anti-imperialistas", com a burguesia "antimonopolista" ou "anti-imperialista" dos países semicoloniais, etc. São todas conhecidas genericamente como frentes populares, já que respondem à política estalinista do "campo progressista" com a burguesia.

Esta é a política que a OCI está aplicando na França. Num momento em que não existe guerra civil, nem perspectivas imediatas de choque físico entre diferentes setores da burguesia, nem ameaça de golpe fascista, a OCI é um integrante político do "campo" burguês mitterrandista.

Sendo assim, a OCI teria que ser conseqüente: toda vez que aparecer um setor da burguesia à esquerda do governo reacionário do momento (por exemplo, se Chirac vencer as próximas eleições e Mitterrand voltar para a oposição junto com os radicais e gaullistas de esquerda), deverá fazer parte desse "campo burguês progressista" e, se for conseqüente com suas posições, deverá aplicar em relação a esse campo exatamente a mesma política que está aplicando em relação ao governo Mitterrand.

Se a OCI (u) tivesse aplicado essa política em relação à União de La Gauche⁹⁹, teria sido repudiada por todo o movimento trotskista. Isto é o que lhe ocorrerá a curto prazo, por trair os princípios mais elementares do marxismo revolucionário.

11. Uma tradição traída

Se a OCI for conseqüente com sua política atual, deve fazer uma autocrítica. Considera que um governo frente-populista como o de Mitterrand é antagônico ao aparato estatal da Vª República e ao regime burguês; realiza permanentemente, "ações contra a burguesia"; sua eleição por si só provoca uma grande crise no sistema de dominação burguês, até o ponto de se tornar "incompatível" com ele; originou o surgimento de dois campos tão antagônicos, que existe uma guerra civil "em gestação" entre eles.

Sua política diante desse campo "progressista" é impulsionar a luta contra o CNPF e os funcionários giscardianos. Mais ainda, procura

fazê-lo "ir o mais longe possível nessa via" da luta anticapitalista. Por isso, jamais ataca o governo, nem sequer o critica: limita-se a assessorá-lo fraternal e humildemente e a apontar seus "erros", ou seja, na realidade suas medidas antioperárias.

Se essa política é correta quando a frente popular está no poder, por que não é quando ela está na oposição? Por que, no momento em que se formou a Unión de la Gauche, com suas listas eleitorais encabeçadas por Mitterrand, não defendeu a mesma coisa que defende agora: "estamos no campo da UG em suas ações de resistência ao governo Giscard"; "orientamos as lutas dos trabalhadores contra o CNPF e Giscard, jamais contra os integrantes dessas listas frente-populistas"; "sem ilusões, sem semear ilusões, tentamos fazer com que a frente popular avance o máximo possível no caminho da luta contra o governo de Giscard?"

Aqui não pode haver nenhum problema moral. Se pensamos que a eleição de um governo frente-populista provoca semelhante desajuste ao regime, e que a frente popular no governo pode levar adiante a luta contra o capital, então, nossa política referente à frente popular na oposição deve ser a de chamar as massas não só para votar nela, mas também para confiar nela.

Se levarmos essa política às últimas conseqüências, deveremos reconhecer com toda a franqueza que o trotskismo sempre teve uma política errada, sectária, em relação ao frente-populismo. O trotskismo sempre repudiou o bloco eleitoral frente-populista e qualificou os partidos operários que participam dele de traidores e contra-revolucionários. Usou este adjetivo não só para a social-democracia e o para o estalinismo, mas também para o POUM¹⁰⁰ espanhol e para a Gauche Révolutionnaire francesa (o partido de Pivert), cujos dirigentes entraram nas frentes populares de seus respectivos países.

Essa foi a política da OCI até o último dia 10 de maio. Denunciou o frente-populismo e sua política eleitoral e atacou brutalmente os partidos operários que a praticaram. Contudo, abandonou essa política quando a Frente Popular chegou ao governo. Ela entrou no seu campo e deixou de atacar o PS e o PCF.

A OCI deve repensar seriamente sobre esse problema e tomar uma resolução. Não pode defender sua política atual e, ao mesmo tempo,

sua trajetória anterior, que é a do trotskismo. Ou faz autocrítica de sua trajetória e denuncia o sectarismo dos trotskistas ou dá uma virada brusca para romper com sua política atual.

12. A revolução por etapas, versão Lambert

Diz o *Projeto de informe político*: "O importante é compreender que as massas, inclusive as que querem ver atendidas suas reivindicações, vão se dirigir ao governo, aos ministros, considerando-os como seus aliados, pedindo-lhes que as apóiem para que seus pedidos sejam aprovados. É preciso, pela nossa prática política, abrir o caminho para esse processo político em que as massas vão querer entrar numa espécie de diálogo com 'seu governo' e 'seus ministros'. Iguamente necessitamos, mesmo que seja de maneira embrionária, desenvolver os primeiros elementos de auto-organização das massas. É assim que preparamos os momentos seguintes, nos quais as massas exigirão de 'seu governo' e de 'seus ministros' que satisfaçam suas reivindicações" (Op.cit. p.8).

Isto significa o seguinte: na atualidade, as massas querem que suas reivindicações sejam atendidas, mas consideram que o governo e seus ministros são seus "aliados", e buscarão diálogo com eles. Esta é a etapa atual, que, segundo se depreende de todo o documento, corresponde exclusivamente à luta contra o CNPF e os funcionários giscardianos.

Depois virá a segunda etapa, na qual as massas estabelecerão outro tipo de diálogo com o governo: vão lhe fazer *exigências*. Quando isso ocorrer, segundo o que se diz um pouco mais abaixo, "... abrir-se-á a crise revolucionária. Certamente, as massas tentarão opor suas exigências ao governo em meio à greve geral" (Op.cit. p.8).

Existem, pois, duas etapas claramente definidas: a primeira é de diálogo com o governo e durará até que as massas se decepcionem com ele; depois virá a segunda etapa, quando as massas passarão do "diálogo" à "exigência". Para Lambert, a derrubada do governo pelas massas e a instauração da ditadura do proletariado ficam adiadas para uma terceira etapa, num futuro indeterminado, mas tão distante que nem sequer se menciona. As duas próximas etapas têm como eixo o governo burguês de Mitterrand: a primeira será de negociação e a segunda de exigência.

Como todo revisionista, Lambert confunde uma realidade, hipotética além de tudo, com a política que deve ter o partido trotskista. É verdade que existe uma possibilidade de que o movimento operário negocie com o governo numa etapa e faça exigências na seguinte. Insistimos que é só uma *possibilidade*: para nós, parece mais provável que as negociações se combinem com as lutas e confrontos (como de fato está ocorrendo, no caso da Renault).

Entretanto, supondo que a hipótese de Lambert fosse correta, nós não transformamos a realidade objetiva em nossa política: se as massas acreditam em um governo burguês e se limitam a negociar com ele, nós não fazemos o mesmo, não fazemos seguidismo às massas atrasadas. Aceitamos essa realidade objetiva e adequamos nossa política através de uma tática, o que é completamente diferente. Por isso, repudiamos todas as teorias etapistas, seja a do estalinismo ou a de Lambert.

Nós consideramos que tem razão Trotsky contra Lambert e Stálin. Nossa política, e assim o defendemos diante do movimento operário e das massas, é que existe *uma única possibilidade*: derrotar o mais rápido possível o governo burguês e implantar o governo operário.

A tarefa de combater o CNPF e o governo de Mitterrand não estão separadas no tempo, mas intimamente combinadas. Taticamente pode ser necessário centrar nossa luta contra um golpe fascista ou uma ofensiva do CNPF. Porém, ao mesmo tempo que levamos a luta contra esse golpe e essa ofensiva, levamos nossa política de enfrentar e derrotar o governo. Não esperamos a derrota prévia do CNPF, porque essa derrota é impossível sem a derrubada revolucionária do governo. Por isso, em nossa agitação, mostramos o governo frente-populista como o agente da burguesia que impede nossa luta contra a reação.

Dissemos que a teoria de Lambert é etapista, como a de Stálin. Devemos retificar, pois existe uma diferença entre elas. O estalinismo prometia lutar contra Franco e depois, derrotado este, contra Negrín. Ou seja, a segunda etapa seria de luta contra o governo frente-populista e pelo socialismo.

Lambert propõe que a primeira etapa será de negociação com o governo e de luta contra o CNPF em aliança com o governo. Todavia

a segunda não será de luta *contra* o governo, mas de exigência para que este lute contra a burguesia. Isso é revisionismo dentro do revisionismo, já que, para Lambert, *jamais* chegará o momento de lutar contra o governo burguês da frente popular e pela ditadura do proletariado.

13. A OCI não tem palavra de ordem de governo

Evidentemente, com a concepção etapista da OCI (u), seria absurdo pensar que a organização levantaria alguma palavra de ordem de poder para a etapa atual na França. No entanto, para não esquecer o ritual trotskista, o *Projeto de informe político* expõe o problema partindo do seguinte prognóstico apocalíptico previsto para um plano muito próximo.

"A natureza do governo Mitterrand-Mauroy – governo burguês de colaboração de classes, governo burguês de tipo frente popular –, assegura que quaisquer que sejam os conflitos que possam colocá-lo em oposição à burguesia, ao aparato do estado burguês que a Vª República formou, em última instância, só pode capitular diante deles. *Afinal de contas as massas se levantarão contra este tipo de governo. Exigirão, efetivamente, a ruptura com a burguesia, um governo sem representantes da burguesia.* Então, abrir-se-á uma crise revolucionária. Certamente, as massas tentarão impor suas exigências ao governo, em meio à greve geral. E também seguramente surgirão os conselhos, os soviets, sob uma ou outra forma (*Projeto de informe político*, p.8).

Isto quer dizer que, como vimos anteriormente, a luta não será das massas contra o governo e sim das massas exigindo que o governo rompa com a burguesia. Para essa tarefa, empregarão métodos políticos e organizativos revolucionários (embora aqui não se mencione a insurreição): a greve geral e os soviets .

É um quadro mais que absurdo: as massas, organizadas em soviets, realizam uma greve geral, porém o partido trotskista não as chama para derrotar o governo burguês, mas para exigir que tal governo rompa com a burguesia. Agora veremos como se trata a questão do governo:

"Em cada período, em cada etapa, em cada momento da luta de classes, nossa política está determinada em função das condições atuais e da atual consciência das amplas camadas operárias, pela forma que devemos analisar e responder à questão do poder" (Op. cit., p.6).

Avançando um pouco mais, encontramos a seguinte palavra de ordem: "abaixo o governo", mas para negá-la e, em seguida, afirma-se que "seria absurdo indicar aos trabalhadores o objetivo de derrubar o governo. Isto quer dizer que, para a OCI (u), o absurdo não é levantar a palavra de ordem "abaixo o governo" no momento em que as massas confiam nele (nós preferiríamos o termo "erro ultra-esquerdista" ao invés de "absurdo"), e sim o *objetivo* de derrotá-lo, que é uma coisa muito diferente.

Poucas linhas depois, deparamos com: "fora os ministros burgueses". Porém, como já vimos, a OCI está a favor desta tarefa mas contra agitar esta palavra de ordem em razão da pouca importância que dão as massas a tais ministros. Discordamos deste argumento reformista: se as massas não compreendem a importância dos ministros gaullistas e radicais no governo, nosso dever, como trotskistas, é *fazer com que elas compreendam*. Por isso, agitamos constantemente esta palavra de ordem de governo.

Pois bem, suponhamos que "Fora os ministros burgueses" não seja a palavra de ordem de governo adequada para o momento. Então qual é? Para a OCI (u) a resposta é... NENHUMA. Com efeito, fala-se em duas palavras de ordem de governo para explicar porque não se deve levantá-las e depois não se dá nenhuma outra para opor ao governo burguês.

A OCI (u) considera que existe uma situação "pré-revolucionária" com uma "guerra civil em gestação" e que a luta de classes se encaminha para o surgimento de soviets e da greve geral. Se a falta de uma palavra de ordem de governo é um crime em *qualquer* etapa da luta de classes, o que dizer dessa ausência numa etapa como a que delinea a OCI? E o que dizer do partido operário supostamente revolucionário que se *nega*, como a OCI, a levantar esta palavra de ordem? Francamente, o dicionário se mostra insuficiente para encontrar adjetivos.

De toda maneira, a ausência de uma palavra de ordem de governo é uma parte coerente desta totalidade revisionista que é a política da OCI (u). Se a tarefa de derrotar o governo frente-populista e instaurar a ditadura do proletariado não está dada nem nesta etapa nem na seguinte, então por que se deve opor uma palavra de ordem ao governo? Ao contrário: segundo a OCI (u), seria um erro total lançar tanto a palavra como a tarefa. Por isso, só menciona palavras de ordem de governo para refutá-las.

14. Uma previsão clara

Segundo o *Projeto de informe político*, "as relações políticas que existem a partir de 10 de maio e de 14 e 21 de junho indicam que o governo Mitterrand-Mauroy é só a primeira forma de governo de frente popular. Provavelmente, no decorrer das próximas etapas, virão outros governos de frente popular com outras características" (Op. cit., p.8).

Esta previsão é claríssima: depois do atual governo, virão outros governos de frente popular, por anos e anos. Já que cada governo francês dura 7 anos, com 4 governos frente-populistas (contando o atual) teremos por 28 anos frente-populismo na França. Por outro lado, ao longo do documento se insiste que o atual governo é inaceitável para a burguesia. Que esta não pode aceitá-lo e que já está fazendo todo o possível para derrotá-lo (de tal forma que já existe uma "guerra civil em gestação"). Como se resolve esta contradição? Nós vemos duas respostas possíveis:

Uma, é que se reconhece implicitamente que tudo o que diz o *Projeto* anteriormente é falso e que, portanto, nós temos razão: que o governo frente-populista é perfeitamente compatível com o regime burguês, que a burguesia o tolera perfeitamente – e, mais que isso, *necessita* dele para impedir que o ascenso operário ultrapasse os marcos do regime – a ponto de estar preparada para aceitar uma sucessão de governos frente-populistas.

Porém, governo frente-populista significa para as massas mais miséria: aumento do desemprego, aumento dos preços, diminuição dos salários, mais horas de trabalho, etc. Esta não é uma especulação nem uma previsão, é o que está acontecendo agora na França, como reconhece o próprio *Informations Ouvrières.*, conforme já citamos.

Se o que se espera para o futuro imediato é uma sucessão de governos frente-populistas, isso significa que a miséria continuará crescendo. E aqui estamos falando somente dos operários da metrópole imperialista: imaginemos o que significará para os trabalhadores de Guadalupe, Nova Caledônia e os das semicolônias africanas.

Diante disso, porque é "absurdo" o "objetivo" de derrotar o governo? Ao contrário, não só não é absurdo como também é uma tarefa imediata, de vida ou morte para o proletariado. Se a OCI (u) diz que essa é uma tarefa absurda, então deve acrescentar que toda sua política é reformista ao se negar a levantar uma palavra de ordem de governo.

Esta é uma interpretação possível da previsão da OCI (u), porém nós vimos outra que é parte coerente de sua política revisionista. Se se prevê uma sucessão durante anos e anos de governos frente-populistas, a ausência de uma palavra de ordem de governo acaba adquirindo seu pleno significado. Para a OCI, o governo frente-populista, *com seus ministros burgueses* (caso contrário não seria frente-populista), não é um governo de classe, ou seja, *burguês*, mas um híbrido supraclassista, capaz de se orientar em tal ou qual direção de acordo com as pressões que se exerçam sobre ele. Por isso é desnecessário, mais que isso, é *um erro*, agitar a palavra de ordem "fora os ministros burgueses" ou qualquer outra palavra de ordem de governo. A política correta é, "sem ilusões, sem semear ilusões", pressionar o governo para que avance pela "via correta" da "luta de classes", "satisfaça as reivindicações dos trabalhadores", "governe contra a burguesia, apoiando-se nas massas que expulsaram Giscard e na maioria PS-PCF", etc., etc.

Ou seja, busca-se pressionar o governo *burguês e imperialista* para que ele realize as tarefas que, segundo o trotskismo, só podem ser realizadas pela *ditadura do proletariado*. Isto é o que sintetiza toda a política revisionista da OCI (u).

CAPÍTULO VI

E SE HOUVESSE UMA GUERRA CIVIL NA FRANÇA?

A OCI vê uma guerra civil iminente onde só existem rivalidades e baseia toda sua política nela. Acreditamos haver demonstrado amplamente que esta análise de modo algum corresponde à verdadeira situação francesa. Mas suponhamos por instante que ela tivesse razão: por exemplo, que o "campo reacionário", liderado pela CNPF estivesse preparando um golpe de estado, apoiado na força armada dos oficiais reacionários do Estado-Maior francês. Neste caso, poderíamos dizer que a política da OCI é correta e trotskista?

Desde já respondemos que não: sua política continua sendo igualmente revisionista, oportunista, enfim, perfeitamente de acordo com a teoria dos "campos". Isto é o que demonstraremos no presente capítulo, mas, antes de continuarmos, impõe-se a seguinte constatação. Recordemos que, nas comparações históricas citadas pelo *Projeto de informe político*, afirma-se que os bolcheviques se pronunciaram contra o governo de Kerenski ao mesmo tempo que lutavam em seu campo contra Kornilov. Isto é correto, apesar de que teria sido mais correto dizer que os bolcheviques *combateram implacavelmente* Kerenski, ao invés de se pronunciaram contra ele.

Como demonstraremos no presente capítulo, a OCI se lembra de "lutar no campo" de Mitterrand, mas se esquece completamente de "se pronunciar contra" ele.

1. Guerra civil entre os "campos"

A OCI sustenta, como vimos, que existe uma guerra civil "em gestação" entre o "campo burguês progressista" de Mitterrand e o campo reacionário da CNPF e compara esta situação com a que existiu na Rússia em agosto de 1917, com a sublevação de Kornilov e outras similares.

Em outras palavras, a guerra civil será travada entre o campo do governo e das massas e o campo da burguesia e da coluna vertebral do aparelho estatal (que inclui — supomos nós, porque o *Projeto* nada fala a respeito — o estado-maior das forças armadas).

No entanto, é muito provável que, ao estourar a guerra civil, as massas continuem confiando no governo. Ou ainda que suceda como na guerra civil espanhola, quando as direções traidoras estalinista,

social-democrata e anarquista frearam todas as lutas contra o governo e chamaram constantemente as massas a confiar nele.

Qual é a política da OCI? "As massas, inclusive as que querem ver atendidas suas reivindicações, dirigir-se-ão ao governo, aos ministros, considerando-os como seus aliados, pedindo-lhes que as apóiem para que elas obtenham satisfação. É preciso, através de nossa prática política, *limpar o caminho a este processo político no qual as massas vão querer embarcar numa espécie de diálogo com 'seu governo', 'seus ministros'* " (Op. cit., p. 8).

Então, parte-se de um fato *possivelmente* real, que as massas continuarão confiando no governo e pensando que bastará o "diálogo" com Mitterrand e seus ministros para satisfazer suas reivindicações e romper com a burguesia. Mas esse fato, que é somente uma probabilidade, é dado como *certo* pela OCI porque é o que melhor se encaixa na teoria dos "campos". Não lhe ocorre cogitar, nem sequer como hipótese, que as massas percam a confiança no governo e nos partidos operários traidores, diante do aumento do desemprego e da diminuição dos salários reais, etc.

Mas suponhamos que ocorra o que afirma a OCI: as massas continuarão confiando no governo burguês apesar de tudo. Um partido trotskista deve traçar uma política para *combater* a atitude conciliadora das massas, para demonstrar-lhes que devem confiar somente em sua própria mobilização e que o caminho da confiança no governo burguês conduz, unicamente, à catástrofe (Espanha, Chile, etc.)

Não pensa dessa maneira a OCI. Levada pela teoria dos campos, e pela conseqüente necessidade de manter a unidade do campo progressista a qualquer preço, inclusive com o objetivo de consolidá-la, sua "prática política" será a de fomentar a atitude conciliadora das massas, facilitando o "diálogo" destas com "seu governo, seus ministros".

Com isso, chega-se ao cúmulo do reformismo pró-burguês. A OCI não levanta sequer a necessidade de mobilizar as massas contra a reação, sem mobilizá-las contra o governo frente-populista, política que poderia fundamentar-se em argumentos táticos falsos, mas de certo peso numa guerra civil. Aqui se defende a política *oposta* para

qualquer mobilização: a de dialogar com o governo, quer dizer com o *chefe do campo*.

2. Guerra civil sem que se arme o proletariado

Diz o *Projeto de informe político*:

"Sem dúvida ,a marcha dos acontecimentos exigirá que seja lançada a palavra de ordem de milícias operárias, para responder aos 'ataques da guerra civil' que o grande capital prepara. (...) Mas decidir hoje, em agosto de 1981, lançar a palavra de ordem de armamento dos operários, palavra de ordem que devemos e estamos nos preparando para lançar na campanha que estamos fazendo em *Informations Ouvrieres* (...) seria... pecar por um espírito 'doutrinário' dos mais desconcertantes!" (Op. cit. p. 5).

Vejam. Ocorre que "hoje, em agosto de 1981", o grande capital já está preparando seus ataques de guerra civil". Mas, ao mesmo tempo, "hoje, em agosto de 1981", lançar a palavra-de-ordem de armamento dos operários seria... pecar por um desconcertante espírito doutrinário!"

Em todos os casos da história nos quais se "preparou uma guerra civil", os reformistas e os oportunistas se opuseram ao armamento do proletariado. Para isso utilizam argumentos como "não provocar a reação"; "não assustar as classes médias"; "não romper a aliança com a burguesia liberal"; ou argumentos aparentemente de outro tipo, como "onde vamos conseguir as armas?", etc. A OCI, que se reivindica trotskista, limita-se a afirmar que levantar o armamento do proletariado seria hoje "pecar pelo espírito doutrinário", por conseguinte, não levanta essa palavra de ordem.

E isso é tudo. Em todo o extenso *Projeto de informe político* não encontramos absolutamente nenhuma outra menção ao problema das milícias operárias e do armamento do proletariado, ainda que sejam muitas as referências à guerra civil.

Não entendemos por que propor estas palavras de ordem significa demonstrar um espírito "doutrinário". Ao contrário: o inimigo possui um poderoso exército, bem treinado e perito em combater as massas tanto da metrópole como das semicolônias. Se a guerra civil já está

sendo preparada, o mínimo que se pode dizer é que o armamento do proletariado não é somente uma bandeira de atualidade candente, problema de vida ou morte para os trabalhadores, mas deveria ter sido levantada há tempos, assim que começaram a ser observados os primeiros sintomas de guerra civil.

Segundo o *Projeto*, "nós caracterizamos que atualmente na França existe uma situação *pré-revolucionária*..." (Op. cit. p. 8). Talvez seja por isso que defender o armamento do proletariado é pecar por espírito doutrinário: teria que aguardar que a situação se tornasse revolucionária para levantar essa palavra de ordem. O único significado desse argumento é que os operários devem aceitar ser massacrados até que a situação se torne revolucionária. Os operários não devem responder a cada golpe do capital, despertar todas as massas exploradas com seu exemplo e passar por sua vez ao ataque; não, eles devem aceitar os golpes e deixar impunes seus agressores. Nós nos permitimos lembrar à OCI uma verdade elementar da luta de classes: as situações *pré-revolucionárias* podem converter-se em revolucionárias, mas também em *contra-revolucionárias*. Com esta política da OCI, de negar-se explicitamente a propor o armamento do proletariado, ocorrerá justamente a última.

Na citação que transcrevemos inicialmente, diz-se que "(...) a palavra de ordem de armamento dos operários, palavra de ordem que devemos e estamos nos preparando para lançar na campanha que estamos fazendo em *I.O.* (...)".

Em primeiro lugar, o tempo que está levando a OCI para "preparar-se" é extraordinariamente longo. O *Projeto* apareceu em agosto. Estamos escrevendo este documento em dezembro, ou seja, já se passaram *cinco meses*. Para o pensamento formal, cinco meses são sempre cinco meses. Para a dialética, cinco meses, numa situação de "guerra civil em gestação", são exatamente o oposto do mesmo lapso de tempo em períodos de "paz social". Se a situação é a que desenha Lambert, então é um crime deixar passar um dia, ou melhor, *uma hora*, sem levantar a palavra de ordem de armamento dos operários, porque nesse lapso o inimigo está se armando.

Em segundo lugar, "a campanha que estamos fazendo em *I.O.*...": de que campanha falamos? Se tomarmos os *I.O.* a partir de "hoje, agosto

de 1981" até a data de hoje (números 1011 e 1032), não encontraremos absolutamente nenhuma campanha de preparação dos trabalhadores e da vanguarda proletária para a guerra civil.

No máximo aparecem algumas denúncias: por exemplo, em *I.O.* 1029 é denunciado um ataque fascista contra a editora *Etudes et Documentation Internationales* (EDI), dedicada à difusão de obras marxistas. Estas denúncias ocupam algumas linhas da seção "Notícias breves da semana". Onde está a campanha pelo esclarecimento desses crimes e, principalmente, pela formação, ao menos de piquetes de defesa operária (já nem falamos de milícias)? Respondemos: *em nenhuma parte*, a não ser que se considere que essas breves denúncias constituem uma campanha. Além do mais, são denúncias *contra* os fascistas, não *pelo* armamento do proletariado e pela destruição do corpo de oficiais.

Resta perguntar por que um partido que se reivindica trotskista se nega a levantar as palavras de ordem pelo armamento e pela formação de milícias operárias, quando considera que existe uma situação pré-revolucionária e uma guerra civil em gestação. A teoria dos campos nos proporciona a resposta. A guerra civil que está sendo preparada é entre os "campos" conhecidos, então é preciso evitar a todo custo que se transforme numa *guerra civil do proletariado contra a burguesia*, como ocorreria inevitavelmente se os operários se armassem e formassem suas milícias.

Mas alertamos: armando-se ou não os operários, a guerra civil será sempre entre as classes, porque a burguesia se arma para defender seus interesses de *classe* contra o proletariado. Se este não se arma, a guerra civil não será evitada, nem a derrota das classes exploradas em seu conjunto.

Esclarecemos, para concluir este ponto, que nós não acreditamos que o armamento do proletariado seja uma tarefa de urgência imediata, uma vez que discordamos de Lambert, que afirma que a França já está às portas de uma guerra civil e que nossa política deve ser *agora* a que adotou Trotsky para a Espanha. O que denunciemos é a inconseqüência de Lambert, a serviço de sua política de apoio ao "campo burguês progressista". Nós devemos levantar essas palavras

de ordem, mas para explicá-las aos trabalhadores, não para a ação imediata.

3. Guerra civil sem destruição do exército burguês

O proletariado não pode ser vitorioso numa guerra civil contra a burguesia sem destruir previamente o exército burguês. Isto é uma lei da luta de classes. Destruir esse exército significa ganhar para a causa proletária a maior parte dele e desmoralizar ou neutralizar completamente o restante. Em outras palavras, que o estado-maior se converta num grupo de "generais sem exército", que as tropas (operários e camponeses que prestam o serviço militar), além de um setor importante do corpo de suboficiais e de oficiais de baixa patente, se rebelem contra o alto comando burguês e passem para o outro lado da trincheira.

A luta pela destruição do exército burguês deve ser uma campanha permanente do partido revolucionário. Mas esta luta passa do plano propagandístico e pedagógico para o plano da agitação e da ação quando existe uma situação como a que descreve a OCI, de guerra civil em gestação.

O *Projeto de informe político* da OCI não contém nem sinal de tal campanha. Em todo o texto jamais é *mencionado* o alto comando ou o estado-maior das forças armadas contra-revolucionárias, nem é traçada uma política para destruí-las. O único grupo armado que é mencionado é o Serviço de Ação Cívica, grupo paramilitar criado por De Gaulle e que a OCI considera uma instituição fundamental da Vª República.

"Mitterrand está criando ele próprio as condições [para a guerra civil] como a *operação contra o SAC* (...). O grande capital prepara-se para a guerra civil, partindo do próprio coração das instituições da Vª República — o SAC é *uma delas*, ligado às demais — e do aparelho de estado burguês" (Op. cit., p.5).

E o exército, não é parte do estado burguês? Não é a peça fundamental do dispositivo da burguesia na guerra civil? E se é assim, por que nunca é mencionado?

A citação anterior nos dá a chave. O SAC *é parte do campo inimigo*, junto com outras instituições do estado burguês. Por isso é mencionado tantas vezes ao longo do documento e praticamente não há edição de *I.O.* que não tenha um artigo a respeito. *Porque o próprio Mitterrand é quem está à frente da luta contra o SAC.*

Que tipo de campanha faz a OCI contra o *exército*? Nós vimos somente duas: uma delas é pela redução do serviço militar para seis meses. Esta campanha tem início em *I.O. 1022, de 17 de outubro de 1981*; grifamos esta data porque, em nossa carta ao comitê central do POSI¹⁰¹, datada de *13 de outubro*, denunciávamos a OCI por não realizar esta campanha, que consiste em exigir do governo que cumpra suas próprias promessas eleitorais. Significa que a OCI assumiu esta campanha em resposta a nossas críticas.

A outra campanha é contra o aumento do orçamento militar. *I.O. 1025* denuncia que o atual orçamento militar é 17% maior que o do ano passado (144 bilhões de francos contra 123) e que é mais alto que o orçamento para a educação (137 bilhões de francos).

A OCI defende que o orçamento militar deve ser usado para resolver o problema do desemprego e também para aumentar o orçamento destinado à educação pública, aceitando, assim, nossas críticas. Mas estas são as duas únicas campanhas em *I.O.* que têm relação com o exército.

Em *I.O. 1026* é denunciado esse aumento do orçamento militar depois de sua aprovação pela Assembléia Nacional e afirma-se: "*Ao ir contra as aspirações dos jovens operários e camponeses fardados, ao satisfazer os desejos do corpo de oficiais, não fortalece o governo o lugar e o papel político deste? Colocado acima da mudança, quer dizer, da vontade popular, pelo próprio governo, como não será levado o exército, com sua vontade política arbitrária, a atuar contra a mudança por conta da reação?*"

Fora o estilo queixoso desta passagem, que combina muito mal com um partido revolucionário (e que, digamos de passagem, é o que predomina em todo o *I.O.*), aqui se situa corretamente o corpo de oficiais no campo da reação. Mas, uma vez que o governo não está no campo da reação e lidera o campo progressista, toda essa denúncia se reduz a um chamado fraternal ao chefe do campo para que não

cometa o erro de dar aos oficiais o orçamento que pedem. Não existe aqui um chamado à *mobilização das massas* contra o orçamento militar.

No que se refere à redução do serviço militar para seis meses, não houve, até agora, outro chamado à mobilização além da constituição de uma delegação para se apresentar no Ministério da Defesa com um abaixo assinado promovido pela OJR, a organização juvenil orientada politicamente pela OCI, e uma marcha à Assembléia Nacional no dia em que deveria ser aprovado o orçamento militar.

As palavras de ordem de redução do serviço militar e utilização do orçamento militar são corretas, mas de maneira alguma podem ser consideradas como uma campanha pela destruição do exército burguês, muito menos se há uma situação de guerra civil em gestação. Em lugar nenhum, aparecem artigos agitativos chamando os soldados e suboficiais a se rebelarem contra o comando reacionário e a não aceitar atuar contra os trabalhadores. Também não são chamados a retirar as armas dos quartéis e entregá-las às organizações operárias.

E por que deveria ser assim? Basta dirigir respeitosos chamados à chefia de campo, o governo burguês de Mitterrand, para que ele saiba de nossas aspirações, e denunciar as maquinações malignas do corpo de oficiais. Eles se encarregarão de solucionar o problema. Mas, nada de nos mobilizarmos pela destruição desses oficiais pelos trabalhadores nem propor que os comitês de soldados constituam um novo corpo de oficiais, porque isso poderia romper o campo.

4. As virtudes especiais do frente-populismo

Diz o *Projeto de informe político*: "Nós condenamos o governo frente-populista espanhol e mesmo assim estávamos no 'campo' desse governo contra Franco. No entanto, quando ocorreu o golpe de estado dos generais de Argel¹⁰², em 1961, contra De Gaulle, nós nos negamos a entrar no 'campo' de De Gaulle. Da mesma forma, é necessário, ainda que o estado burguês seja sempre o estado burguês, saber discutir a forma e as particularidades de cada estado burguês" (Op. cit., p. 7).

Aqui somente é citado o exemplo de De Gaulle, mas a OCI também se negou, em outra oportunidade, a se integrar ao 'campo' do rei Juan Carlos da Espanha.

Pois bem, a realidade é que o proletariado espanhol, sob o regime de Juan Carlos, conseguiu conquistas muito maiores que o francês, sob Mitterrand, em relação à situação existente antes de ambos assumirem o comando. Desde a morte de Franco e da ascensão de Juan Carlos, conquistaram-se a eliminação pelo menos parcial da censura à imprensa; a realização de eleições democráticas burguesas, com a participação dos partidos que Franco havia ilegalizado, como o PC, o PSOE e inclusive partidos revolucionários, trotskistas; o direito de greve; a liberdade sindical. Nada comparável conseguiu o proletariado francês no governo de Mitterrand, quer dizer, não conquistou quase nenhum direito ou reivindicação que já não o tivesse no governo de Giscard. Então, por que a OCI se negaria a defender essas conquistas contra um golpe dos franquistas? Ou por que se nega a defender a democracia francesa, tal qual existiu sob De Gaulle contra um golpe dos generais fascistas da OAS¹⁰³?

Para os marxistas, pelo contrário, sempre é necessário combater militarmente no "campo" de um governo burguês, quando este é ameaçado por um golpe ou sublevação da reação. Bom exemplo disso é o que dava Trotsky sobre a política dos revolucionários no caso de a Inglaterra "democrática" invadir o Brasil governado pelo semifascista Vargas.

"No Brasil reina atualmente um regime semifascista que deve ser odiado por qualquer revolucionário. Suponhamos, entretanto, que amanhã a Inglaterra entre num conflito militar com o Brasil. De que lado se colocaria a classe operária nesse conflito? Nesse caso, eu, pessoalmente, estaria ao lado do Brasil 'fascista' contra a 'democrática' Grã-Bretanha. Por quê? Porque não se trataria de um conflito entre a democracia e o fascismo. Se a Inglaterra vencesse, colocaria outro fascista no Rio de Janeiro e amarraria o Brasil com correntes duplas. Se, pelo contrário, triunfasse o Brasil, a consciência nacional e democrática desse país ganharia um poderoso impulso que levaria à derrubada da ditadura de Vargas. Ao mesmo tempo, a derrota da Inglaterra acertaria um bom golpe no imperialismo britânico

e daria um impulso no movimento revolucionário do proletariado inglês" (*Escritos*, T. X, p. 44).

Isto quer dizer que, para Trotsky, o caráter "semifascista" do governo Vargas não é empecilho para que ele se coloque *militarmente* do seu lado, diante de uma eventual invasão imperialista, que colonizaria o Brasil e imporá um governo ainda mais reacionário.

Defendeu a mesma posição, como analisamos em outro momento, em relação à Alemanha, em 1933: a necessidade de lutar militarmente ao lado do bonapartista reacionário Bruening e Hinderburg, se o país fosse atacado por Hitler e seus nazistas.

Nós, na Espanha, teríamos lutado com Juan Carlos-Calvo Sotelo contra Tejero se houvesse ocorrido uma guerra civil entre ambos.

Seguramente, o governo frente-populista de Mitterrand deve possuir virtudes muito especiais para merecer que os trotskistas lutem em seu campo contra a reação, os mesmos trotskistas que não lutariam no campo de De Gaulle.

Com essa posição, a OCI está demonstrando que oportunismo e ultra-esquerdismo no fundo são dois lados da mesma moeda revisionista. É oportunista em relação a Mitterrand, em cujo governo burguês vê tantas virtudes que luta em seu campo, subordinando-se politicamente à sua direção. É ultra-esquerdista em relação a De Gaulle, já que se nega a combater militarmente em seu campo contra a reação fascista. Em ambos os casos, tem uma política diretamente oposta à de Trotsky, que afirmou, como vimos, que sempre lutaremos militarmente no campo do governo burguês se este for ameaçado pelo fascismo ou pelo imperialismo.

Nós, que combatemos *todos* os governos burgueses e não apoiamos *nenhum*, combateremos ao lado de *qualquer* deles que entrar numa guerra civil contra um adversário reacionário.

5. Os três exemplos de Lambert

Vimos que o *Projeto de informe político* traz três exemplos históricos nos quais ocorreram confrontos físicos entre o governo e a burguesia do campo reacionário: o levante de Kornilov, a invasão japonesa da

China e a guerra civil espanhola. São justamente esses três exemplos que nos servirão para demonstrar que a política da OCI para a França (supondo que realmente existe uma guerra civil em gestação) é oposta à que aplicaram Lenin e Trotsky.

Lutar ao lado de Kerenski contra Kornilov

Aproximadamente uma semana antes da sublevação de Kornilov (agosto de 1917), já corriam rumores por toda a Rússia de um levante contra-revolucionário contra o governo de Kerenski. Imediatamente formou-se um bloco "defensista" (defesa do governo) com os mencheviques, com os eseristas¹⁰⁴ e aparentemente com um setor do Partido Bolchevique. Esta foi a reação de Lenin: "Qualquer bolchevique que tivesse chegado a um acordo com os defensistas (...) para expressar indiretamente confiança no governo provisório (que é defendido, segundo se afirma, dos cossacos¹⁰⁵) seria, evidentemente, imediata e sumariamente expulso do partido (...). Nossos operários e nossos soldados vão combater as tropas contra-revolucionárias se elas iniciarem uma ofensiva contra o governo provisório; vão fazê-lo, *não para defender esse governo que chamou Kaledin e Cia., no dia 3 de julho, mas para defender independentemente a revolução na busca de seus próprios fins: os fins de garantir a vitória dos operários, dos pobres, a causa da paz, e não a vitória dos imperialistas Kerenski, Avxentiev, Tseretelli, Skobeliev e Cia.*" (Obras completas, Tomo XXVI, pp. 329-330).

E quando os cossacos de Kornilov avançavam sobre Petrogrado: "Não devemos apoiar o governo de Kerenski nem sequer agora. É uma falta de princípios (...). Lutamos contra Kornilov exatamente como o fazem as tropas de Kerenski, *mas nós não apoiamos Kerenski. Pelo contrário, desmascaramos sua debilidade*" (Op. cit., p. 373).

Como vemos, a política de Lenin consiste em lutar contra Kornilov junto com as tropas de Kerenski, mas sem lhe dar o menor apoio; pelo contrário, ataca-o constante e implacavelmente. A finalidade de sua luta não é a defesa do governo burguês, mas a garantia da vitória do proletariado. A política de Lambert, ao contrário, consiste em lutar contra a CNPF, mas em defesa do governo e facilitando o diálogo das massas com ele. Tememos muito que, com essa política, Lambert

tivesse sido "expulso imediata e sumariamente" do partido bolchevique.

A invasão japonesa da China

Em julho de 1937, inicia-se a invasão japonesa da China. Nesse momento, Trotsky envia um comunicado à imprensa burguesa, onde diz:

"Se existe no mundo uma guerra justa, é a guerra do povo chinês contra seus opressores. Todas as organizações operárias, todas as forças progressistas da China, *sem abandonar seus programas e sua independência política*, cumprirão até o fim com seu dever na guerra de libertação, independente de sua atitude em face do governo de Chiang Kai-shek" (*On China*, p. 547).

Esta posição de Trotsky suscitou algumas dúvidas nas fileiras do movimento trotskista internacional, já que se tratava de lutar ao lado do exército de Chiang Kai-shek, o mesmo que havia massacrado os operários de Shanghai. Por isso, Trotsky pouco depois esclareceu sua posição, numa série de artigos e cartas:

"Ao participar da guerra nacional legítima e progressista contra a invasão japonesa, as organizações operárias devem manter sua total *independência política* ante o governo de Chiang Kai-shek" (Op. cit., p.573; grifado no original).

"Sabemos muito bem que Chiang Kai-shek é o carrasco dos operários. Mas o próprio Chiang Kai-shek é obrigado a conduzir uma guerra que é *nossa guerra*. Nela, nossos camaradas devem ser os melhores combatentes. Politicamente devem criticar Chiang Kai-shek por fazer a guerra de maneira ineficaz, por não impor pesados impostos à classe burguesa, por não armar os operários e camponeses, etc. O operário chinês deve dizer: 'Os ladrões japoneses impuseram esta guerra a meu povo. É minha guerra. Mas, infelizmente, a condução da guerra está em mãos erradas. Devemos vigiar severamente essa direção e *nos preparar para substituí-la*'" (Op. cit., p. 574 e 575).

Ou seja, inclusive numa polêmica com setores ultra-esquerdistas que se negam a combater o imperialismo, Trotsky não se cansa de insistir

na *independência política* das organizações operárias e na necessidade de denunciar o governo.

A guerra civil espanhola

Finalmente, a política de Trotsky na guerra civil espanhola também é oposta à preconizada pelo *Projeto de informe*. Num artigo publicado em *Lutte Ouvriere* de 21 de maio de 1937, disse: "É necessário mobilizar aberta e audaciosamente as massas *contra o governo de Frente Popular*" (A revolución española, T. II, p. 104).

E pouco depois: "Acusamos este governo de proteger os ricos e atacar os pobres. *Enquanto não formos suficientemente fortes para derrubá-lo, combateremos sob sua bandeira. Mas em todas as ocasiões manifestaremos nossa desconfiança em relação a ele: esta é a única possibilidade de mobilizar politicamente as massas contra esse governo, preparando sua derrubada.* Qualquer outra política seria traição à revolução" (Op. cit., p. 167).

"A renúncia à agitação independente e à pronta organização para a *derrubada revolucionária do governo burguês* não pode, no melhor dos casos, senão prolongar a agonia da democracia burguesa e *facilitar a vitória do fascismo*" (Op. cit., p.157).

E isto também está muito claro. Para Trotsky, é um dever lutar nas fileiras republicanas contra Franco. Mas aceitamos a direção *militar* de Negrín, não sua direção política. Pelo contrário, chamamos constantemente as massas a desconfiarem do governo frente-populista, a se mobilizarem contra ele e a prepararem sua derrubada revolucionária.

6. A verdadeira política bolchevique e trotskista

Destas afirmações tão claras de Lenin e Trotsky depreende-se a verdadeira política dos revolucionários para a situação de um choque físico entre dois "campos". Resumamos suas principais características.

Lutamos militarmente no campo frente-populista

Quando ocorre um *choque físico* entre dois setores da burguesia, não podemos permanecer neutros, somos obrigados a nos alinhar. Mas

nos alinhamos, respondendo a uma realidade objetiva, alheia a nós, que nos obriga a lutar num terreno que não é o nosso. Nosso terreno é o da luta de classes, do proletariado contra a burguesia.

É nosso dever combater o fascismo ou uma invasão imperialista. E, se o governo burguês também faz isso, nos encontramos no mesmo campo. Mas esse campo é unicamente *militar*. Jamais, em momento algum, nos subordinamos à sua direção política. Nossa "oposição irreduzível" ao governo, nossa independência política em relação a ele, é o eixo principista de toda nossa política; a única coisa que muda é a *forma* de combater o governo, isto é, a tática. Por exemplo, denunciaremos suas vacilações e debilidades diante do inimigo fascista ou imperialista. Exigimos que arme os trabalhadores e camponeses e garanta um treinamento militar de primeira, pago pela patronal. Exigimos também que obtenha os fundos para a guerra, através dos impostos sobre os lucros da burguesia. É exatamente a guerra que nos proporciona uma magnífica oportunidade de demonstrar na prática que o governo frente-populista é quem mais favorece a vitória do fascismo e o esmagamento das massas

O alinhamento militar é um episódio tático

Mas a subordinação militar ao comando da frente antifascista ou do governo frente-populista não é uma política permanente. É somente uma tática que responde a determinada relação de forças: é aplicada quando os partidos operários traidores e o governo da frente popular contam com a confiança das massas e possuem maior força que o partido bolchevique. Por isso, Trotsky afirma que combatemos sob as bandeiras de Negrín, enquanto não temos força suficiente para derrubá-lo.

Transformar a luta entre campos em luta de classes

O partido revolucionário tem um objetivo permanente, que não deve ser abandonado durante a guerra civil: é a independência política do proletariado.

Os campos surgem durante as guerras civis ou invasões imperialistas, como demonstram os três exemplos históricos citados pelo *Projeto* da OCI. Como já dissemos, os revolucionários lutam militarmente no campo mais "progressista", porém não para capitular diante de sua

direção política burguesa como faz a OCI, mas para fazer exatamente o contrário. Durante essa luta militar, combatemos politicamente a direção burguesa, inculcamos nas massas a mais absoluta desconfiança em relação a esse campo e buscamos transformar essa desconfiança em ódio de classe. Nossa propaganda e agitação desmascara passo a passo as vacilações e debilidades da direção do campo e a mostra como a melhor aliada do campo inimigo, embora esteja nas nossas fileiras.

Derrubar o governo burguês e conquistar o poder

Nossa política de independência de classe e ruptura do bloco proletário com a burguesia aponta para nosso objetivo supremo de derrocar o governo burguês e conquistar o poder. Sem a derrubada revolucionária do governo burguês não pode haver vitória contra o fascismo ou somente pode haver uma vitória momentânea. O perigo fascista continuará existindo. A miséria das massas permanecerá não como perigo e sim como *realidade*.

A atual política da OCI, de manter a classe operária amarrada à carroça do governo frente-populista, faz o jogo do "campo reacionário" e constitui a melhor maneira de conduzir o proletariado francês à catástrofe.

CAPÍTULO VII

A POLÍTICA EM FACE DOS PARTIDOS OPERÁRIOS

CONTRA-REVOLUCIONÁRIOS

A ascensão dos partidos operários contra-revolucionários ao governo, seja para exercê-lo de forma direta com a "sombra da burguesia" (o caso atual da França), seja para participar de um gabinete com maioria de partidos burgueses (o primeiro governo francês do pós-guerra, no qual Thorez foi ministro do trabalho), é um fato relativamente incomum na maioria dos países capitalistas, embora mais freqüente nos adiantados. Quando ocorre, provoca diferentes tipos de reação no movimento marxista. É justamente essa reação um excelente termômetro para saber se o partido em questão é

revisionista ou se é conseqüente com o marxismo. Antecipando o que seria o desenvolvimento do presente capítulo, sintetizemos brevemente as diferenças.

Para os revisionistas, a chegada dos partidos operários contra-revolucionários ao governo significa uma mudança favorável nas características dos mesmos. O fato de as massas confiarem neles lhes outorga certas virtudes que os transformam: de contra-revolucionários e agentes da burguesia passam a reformistas que estão contra a burguesia mas têm um método equivocado, qual seja, o da colaboração de classes.

Daí se conclui que deve ser abandonada a denúncia violenta e constante dos mesmos e de suas direções, em troca de uma política de apoio combinada com a crítica fraternal para que modifiquem sua orientação equivocada.

Os marxistas revolucionários pensam exatamente o contrário. Quando tais partidos fazem parte do governo burguês, seu caráter contra-revolucionário se acentua ao máximo, porque à sua função habitual de agentes da burguesia no movimento operário acrescenta-se a função de governantes, gerentes políticos do estado capitalista contra os trabalhadores. Esta é a análise de princípios que fazem os marxistas revolucionários: que os partidos passaram de agentes da burguesia no movimento operário a agentes da burguesia e avalistas da ordem burguesa *na sociedade como um todo*. Podemos dizer que passaram de partidos operários burgueses a *partidos burgueses operários*: sua característica de classe não muda pelo fato de entrar no governo burguês, mas a partir de então sua função é aplicar a política da burguesia para toda a sociedade, não só para o movimento operário.

A política que se depreende desta apreciação é que nossa denúncia dos partidos traidores, se foi violenta antes de sua chegada ao governo, é agora um milhão de vezes mais violenta e conseqüente. Para não nos estendermos, digamos simplesmente que, quando os mencheviques entraram no governo provisório, Lenin disse que a política dos bolcheviques para eles deveria ser igual a que possuíam em relação aos cadetes, antes de fevereiro. E quando Blum chegou ao governo em 1936, Trotsky o qualificou de irmão gêmeo do Partido Radical burguês.

Estas são, em linhas gerais, as diferenças entre revisionistas e marxistas em face dos partidos operários contra-revolucionários no governo. Como é a política da OCI (u)? *Revisionista até a medula*, como veremos a seguir.

1. A OCI não combate os partidos operários contra-revolucionários

A OCI (u), partido que se reivindica trotskista, mudou completamente a caracterização marxista tradicional dos partidos operários contra-revolucionários e da política revolucionária em relação aos mesmos, desde que o PS e o PCF chegaram ao governo com Mitterrand.

Se prestarmos atenção aos *I.O.* que apareceram durante os oito meses posteriores às eleições, encontraremos o seguinte panorama: *não há nenhum* artigo contra o Partido Socialista.

Há exatamente o oposto: *I.O.* número 1004 expressa sua alegria porque, nas eleições, o PS ganhou 46 cadeiras do PC e afirma: "A derrota massacrante dos partidos burgueses é acompanhada de um retrocesso considerável do PC". *I.O.* número 1024 publica um artigo, ao qual já nos referimos em outra parte, sobre o congresso do PS, com um virulento ataque à ala Rocard, suposta representante do "campo reacionário" nas fileiras do partido do governo.

Com respeito ao partido estalinista, encontramos *artigos* nos seguintes números de *I.O.* (grifamos a palavra "artigos", porque não nos referimos a tal ou qual frase solta): 1007, 1014, 1022, 1023, 1027, 1030 e 1032. Dois deles (1014 e 1032) não se referem à França e sim à Polônia. Criticam a direção do PCF por apoiar a burocracia polonesa e soviética em sua guerra contra os operários poloneses. Temos então que, em trinta e três edições do jornal, aparecem somente sete artigos contra o partido estalinista e dois deles não se referem à sua política na França.

Pois bem, o *Projeto de informe político* afirma: "Sua presença [no governo] significa que o PCF, o aparelho estalinista da CGT, não somente acoberta o conjunto da política do governo como toma sob sua responsabilidade o freio e o retrocesso das massas, a defesa da burguesa, do estado, da Vª República e de suas instituições, avalizando as exigências econômicas e políticas da burguesia" (p.7).

Excelente afirmação não fosse por dois pequenos defeitos. Em primeiro lugar, porque não inclui o PS? Este é justamente o máximo responsável pelo "freio e retrocesso das massas" e está encarregado da "defesa da burguesia, do estado, da Vª República e de suas instituições", por ter sob sua responsabilidade a máxima instituição do estado francês, a presidência da república.

Em segundo lugar, é lícito acreditar que semelhante afirmação no documento que fixa os traços gerais da política do partido para o próximo período deveria concretizar-se numa *campanha* de denúncia implacável pelo menos contra o PC. Nada disso: só cinco artigos em oito meses, sem contar que dois são dedicados à questão polonesa.

Antes de 10 de maio passado, o PC era objeto de ataques constantes e brutais em *I.O.* por sua política contra-revolucionária a serviço da burguesia; o PS também era atacado, ainda que em menor medida. Edição após edição do jornal, era atacado por sua política divisionista que colocava em perigo a derrota eleitoral de Giscard.

Eleito o novo governo, tudo isso mudou. Os escassos ataques ao PS desapareceram completamente e a campanha constante contra o PC transformou-se em um ou outro artigo de denúncia.

2. Ao invés de denúncia, crítica fraternal

A falta de denúncia dos crimes contra-revolucionários do PC e principalmente dos do PS, na atual etapa, tem contrapartida no que a OCl diz sobre eles. Essa política pela positiva tem dois aspectos que veremos separadamente, ainda que ambos respondam à mesma concepção global, típica do revisionismo, de *que o PS e o PC perderam seu caráter contra-revolucionário*. O primeiro aspecto é o da crítica fraternal ao PS e ao PC; o segundo, que veremos mais adiante, consiste em chamá-los para a frente única.

A "Declaração do CC da OCl" (*I.O.1030*), outro dos documentos que serão discutidos no XXVIº Congresso da organização, faz referência à política do governo e à dos partidos operários dentro do mesmo:

"É um fato: contra as aspirações das massas trabalhadoras, o governo não toma medidas anticapitalistas que são necessárias para

tirar o país do atoleiro. *O governo e a maioria do PS-PCF obtiveram a confiança da classe operária, das massas trabalhadoras e da juventude. O governo e a maioria PS-PCF não deixam de ceder aos capitalistas e aos banqueiros. É um fato: desde a sua constituição, o governo e a maioria PS-PCF somente fazem concessões e mais concessões aos capitalistas e banqueiros*”.

Dir-se-ia que a conclusão, visto que se trata de um documento supostamente trotskista, é óbvia: “não é por acaso que o governo, com sua maioria PS-PCF, atue exclusivamente em benefício dos patrões e contra o interesse dos trabalhadores que o elegemos contra Giscard. *Esse governo não pode atuar de outra maneira porque é um governo burguês, patronal. O PS-PCF não podem agir de outra maneira porque são partidos traidores, que se venderam à patronal há muito, muito.* Isso confirma o que nós trotskistas dizemos há muitos anos: que o movimento operário e as massas trabalhadoras não podem confiar num governo patronal, mesmo que formado majoritariamente pelo PS-PCF”.

Isto dizemos nós, trotskistas, mas não é o que diz a OCI:

“A verdadeira saída consiste em responder às reivindicações dos trabalhadores e romper com a burguesia. O que eles querem é que o país seja governado contra os capitalistas.”

A quem está dirigido este chamado choroso? *Ao governo e aos partidos operários traidores:*

“Existe a possibilidade de fazer uma política diferente. *A existência de uma maioria PS-PCF na Assembléia indica claramente (...).* A exigência do momento, que vem de baixo, é clara: é preciso governar contra os capitalistas, apoiando-se na maioria. É preciso apoiar-se na maioria que derrotou Giscard, na maioria que elegeu uma maioria PS-PCF para acabar com a sabotagem dos capitalistas e banqueiros.”

Ou seja, ao invés de aproveitar a situação para pôr fim às ilusões equivocadas dos trabalhadores, mostrando-lhes na prática o verdadeiro caráter do governo, o PS e o PCF dizem que este mesmo governo e estes partidos podem tomar outro caminho, o de governar contra os capitalistas. De passagem, afirma que é preciso continuar *confiando* neles, porque eles podem fazer isso.

Agora que a situação objetiva permite aos trotskistas passar das denúncias propagandistas contra os partidos traidores, denúncias que fazemos há muito tempo, à ação e à mobilização das massas contra eles, a OCI chama os trabalhadores a confiar neles. Toda a sua ação se limita a criticá-los fraternalmente por governarem a favor dos

patrões e a chamá-los para que tomem o rumo certo. Pode haver crime maior contra o trotskismo e contra a revolução proletária ?

3. A OCI chama o PS e o PCF a formar uma frente única

A outra face desta política de confiar nos partidos traidores se expressa da seguinte maneira: “contra o aumento dos preços, contra o achatamento dos salários *organizado deliberadamente pelos patrões*, só existe uma possibilidade de lutar que a de é *formar a frente única das organizações operárias* para reivindicar precisamente dos patrões que tanto se regozijam o aumento geral de salários e o congelamento dos preços” (IO, 1007, editorial).

Aqui existe uma mentira flagrante cujo objetivo é proteger o governo: o aumento dos preços e o achatamento dos salários são exigidos pelos patrões, entretanto quem os decreta é o governo de Mitterrand, e assim tem que ser dito.

Mas essa mentira tem um objetivo imediato: ocultar que são o PS e o PCF que aplicam esta política, porque aqui eles são chamados a formar a frente única para lutar contra tal política. Isto é, a OCI chega ao extremo da idiotice ao chamar o PS e o PCF a formar uma frente única contra a política... que eles mesmos aplicam no seu governo! A OCI é consciente de que o absurdo desta política é facilmente desmascarado, por isso mente para esconder os verdadeiros autores da política de fome.

Poder-se-ia argumentar que um simples editorial não reflete a política geral e permanente do partido. Entretanto, existem duas afirmações categóricas que demonstram que a frente única é um dos eixos da política atual do OCI.

Na carta ao CC do POSI, dissemos: “Quando aparece um governo de frente popular, termina a tática de frente única“. O fraudulento “conselho geral” convocado pela OCI respondeu: “*A luta pela frente única operária é uma constante*” (Bulletin...,p.27)

A “Declaração do CC” diz, citando um manifesto da OCI (u), editado no dia seguinte ao das eleições: “Nós, a OCI (u), dizemos aos trabalhadores e aos jovens: Vocês impuseram a unidade contra a divisão. Giscard foi derrotado. É preciso fazer todo o possível para manter e difundir o bloco unido dos trabalhadores, *de seus partidos e de suas organizações políticas*, que acaba de infligir uma primeira derrota ao capital”.

Um pouco mais abaixo: “Assim, a posição da OCI (u) é clara e se caracteriza por uma continuidade política que, em todas as circunstâncias, opõe a unidade da frente proletária à burguesia...”.

Aqui está dito com uma clareza que não admite dúvidas que, para a OCI (u), a entrada do PS e do PCF no governo não significa o abandono da frente única, porque esta é a política que deve ser aplicada “em todas as circunstâncias”. Na realidade, houve uma mudança: antes, o chamado à frente única ia acompanhado da denúncia desses partidos; agora, essa denúncia foi atenuada no caso do PC e inteiramente abandonada no caso do PS.

Os trotskistas acreditam no contrário: que é condição indispensável – embora não seja a única – para aplicar-se a tática da frente única que os partidos operários estejam na oposição, não no governo. Quando o PS e o PC se encontram no governo, existe uma aliança política entre eles e a burguesia, ou setores importantes dela. Isto não elimina a possibilidade de que exista uma oposição política ao governo, mas dentro dos marcos do regime institucional que abriga tanto os partidos burgueses como os partidos operários contra-revolucionários.

Existem momentos excepcionais nos quais a maior parte da burguesia rompe com o governo frente-populista e procura derrubá-lo mediante um golpe de estado, ou sublevação contra-revolucionária. Nestes momentos, quando se romper o acordo entre o PS-PC e a burguesia, pode-se impor a tática de frente única com eles. Mas estes momentos são, insistimos, excepcionais. A regra geral é o acordo político desses partidos com a burguesia. E, nessa situação, não pode haver chamado à frente única operária com os gerentes políticos do regime burguês.

A razão é muito simples: a frente única é uma tática que consiste em convidar os partidos operários majoritários e as suas bases para lutar contra a burguesia e seu governo em torno de pontos comuns, que são as reivindicações mais sentidas pelas massas. É o chamado a uma luta imediata, já, agora.

Quais são os pontos em comum que têm os trotskistas com o PS e o PC atualmente na França? As reivindicações mais sentidas pelas massas francesas hoje são o fim do desemprego, o congelamento dos preços dos artigos de primeira necessidade e o aumento dos salários. Como podemos chamar o PS e o PC a lutar por essas reivindicações se são eles mesmos que aplicam a política de austeridade do governo, de desemprego, de preços altos e salários miseráveis? Uma frente

com o PS e o PC contra o desemprego significa lutar pela aplicação do plano Mauroy, que promete trabalho para 10% dos desempregados atuais, até o final de 1984, e para todos, lá para o ano de 1988. Este seria um ponto em comum para se fazer uma frente única, mas um ponto em comum dos traidores, da canalha contra-revolucionária da qual participa hoje a OCI (u).

4– Uma confusão teórica a serviço da traição

A resposta do suposto “conselho geral” à nossa carta ao CC do POSI diz: “*Toda* a política de Lenin e Trotsky em relação aos partidos operários ou que representam as massas tem como eixo a linha da frente única, com a reivindicação: *rompam com a burguesia!* Na França, a reivindicação de um governo PS–PCF sem ministros burgueses é uma das expressões mais elevadas da luta pela frente única operária” (*Bulletin...* número 1, p.26; grifado no original).

Em primeiro lugar, é falso que a linha da frente única seja o eixo da política de Lenin e Trotsky em relação aos partidos operários burgueses. Vamos nos deter sobre isso um pouco mais adiante. Aqui se faz uma confusão entre duas táticas diferentes: a frente única e o governo operário e camponês.

O chamado ao PS e ao PC para romperem com a burguesia é, efetivamente, “uma das expressões mais elevadas da luta pela frente única operária”, quando esses partidos *estão na oposição*. Aqui refere-se ao PS e ao PCF no governo, em aliança com a burguesia. O chamado para romper com a burguesia como expressão da tática da frente única é, como *todas* as expressões dessa tática, um convite à luta em torno dos pontos comuns sentidos pelas massas até o ponto em que estejam dispostas a se mobilizar de maneira imediata.

O chamado para “romper com a burguesia” quando o PS e o PC estão no governo não é um convite à luta conjunta com eles, mas uma *exigência*, destinada a impulsioná-los para que constituam um governo sem burgueses, um governo contra a burguesia. No caso de que uma grande ascensão de massas os obrigasse a fazê-lo, o governo resultante não seria ainda a verdadeira ditadura do proletariado mas um passo extremamente importante para a mesma. Mas se eles não romperem com a burguesia, *o que é o mais provável*, então sua essência contra-revolucionária ficaria clara perante as massas. Esta, digamos logo, é a tática do governo operário e camponês.

Esta confusão, de forma alguma, é casual. Ela obedece a uma lógica profunda, coerente com toda a política da OCI (u). Porque, na continuação do trecho do Bulletin citado mais acima, pergunta-se: “É necessário lembrar mais uma vez o *Programa de Transição* e este trecho tão importante sobre o governo operário e camponês?” (Op. cit., p.26).

Digamos que sim e recordemos: “Exigimos de todos os partidos e organizações que se apóiam nos operários e camponeses e falam em seu nome que rompam politicamente com a burguesia e entrem no caminho da luta pelo governo dos operários e dos camponeses. Neste caminho, nós lhes prometemos pleno apoio contra a reação capitalista. Ao mesmo tempo, desenvolveremos uma incansável agitação em torno das reivindicações de transição que deveriam formar, em nossa opinião, o programa do “governo operário e camponês” (P. de T., p.34).

Aqui está dito que o chamado para romper com a burguesia é uma exigência aos partidos operários, não um convite para a luta conjunta com eles. Mas o mais importante aqui é que “desenvolveremos uma incansável agitação em torno das reivindicações de transição que deveriam formar, em nossa opinião, o programa do ‘governo operário e camponês’”.

Qual é a única agitação que faz a OCI? *O apoio às “medidas” ou “passos progressistas” do governo Mitterrand contra a burguesia e a CNPF (Confederação do Patronato Francês); o apoio aos princípios que surgem do plano Mauroy para liquidar o desemprego em sete anos; o chamado ao governo a não cometer o erro de conciliar com a burguesia.*

Alguns exemplos:

- A grande greve da Renault foi, durante um mês, ignorada pela OCI (u), que, finalmente, deu uma linha aventureira destinada a paralisar a luta;

- Em Logabax, contra as demissões, defendeu que se devia “dar ao governo o tempo que ele necessitasse” para resolver os problemas, além de não ter proposto a nacionalização da empresa;

- No movimento estudantil, a **UNEF**, dirigida pela OCI e pelo PS, limita-se a “felicitar” o governo a cada medida que ele toma; e

- Finalmente, no conflito de Orly, contra as demissões, a OCI formou uma frente única com a burocracia sindical ligada ao PS e ao PC para aprovar uma resolução onde se adota, como única medida para impedir as demissões, uma reunião com o Ministro do Trabalho.

Esta é a lógica profunda da confusão teórica entre a frente única e o governo operário e camponês: *a OCI (u) formou uma sólida frente única com o governo frente-populista, burguês e imperialista de Mitterrand e com todos os partidos que o integram (inclusive os burgueses)*. O objetivo de suas referências fraudulentas a Lenin e Trotsky é disfarçar sua traição ao proletariado e à revolução sob uma roupagem trotskista.

5. Uma frente única dentro da frente única

Defendemos então que a OCI (u) é parte de uma grande frente única encabeçada pelo governo de Mitterrand, da qual participam os partidos burgueses e operários do mesmo. No entanto, é necessário matizar essa afirmação, porque dentro dessa grande frente, a OCI (u) impulsiona outra, mais reduzida, que obedece à lógica dos “campos progressistas”. Vejamos:

“O conflito se desenvolverá tanto no interior do governo *como no interior do PS*. E, nesse caso, tampouco a OCI (u) permanecerá neutra” (*Proyecto de informe político*, p.7).

Ou seja, a teoria dos campos se estende aqui ao PS, o principal partido do governo.

I.O. 1024 (31/10/81) dedica um importante artigo ao congresso do PS, realizado em outubro, onde se diz:

“Em face do furor reacionário (da patronal e da imprensa), inúmeros delegados ao congresso foram muito aplaudidos ao pedirem ao governo que utilize os meios de que dispõe para fazer cessar os golpes lançados pelos banqueiros e a escandalosa sabotagem da alta administração. Mas essa vontade de reagir e de nomear claramente o inimigo foi atacada no segundo dia por vários membros do governo, principalmente por dirigentes *de correntes minoritárias do PS*: *Rocard* [ministro do Planejamento], *Chevenement*, *Mauroy* [primeiro-ministro]. Não é este o objetivo da nova saraivada da imprensa, dirigida desta vez contra o congresso de Valence: apoiar-se nos chamados à ‘moderação’ provenientes do interior do PS para redobrar a ofensiva contra os trabalhadores e o governo?”

Mais claro, impossível. O governo (ou seja, Mitterrand) está sendo atacado dentro do próprio PS por ministros como Mauroy e Rocard. Estes são os agentes dos “capitalistas e banqueiros”, que sabotam a ação do governo.

Outro artigo, intitulado “Por que eles preferem Rocard?”, afirma que este ministro é contra “provocar uma confusão no setor produtivo”; em outras palavras, é contra as nacionalizações. Devido a essas declarações e a outras do gênero, o jornal *La Croix*, que expressa as opiniões da hierarquia católica, disse que Rocard “se destaca no grupo dos razoáveis (...) por preconizar a moderação nos aumentos salariais...”(I.O. 1024).

I.O. contrasta essas declarações de Rocard com as do ministro do interior Gaston Defferre: “Quanto aos banqueiros, são eles ou nós”; ou seja, o governo é o inimigo mortal dos banqueiros..

Aqui se revela o aspecto sectário da orientação geral oportunista da OCI (u): excluem-se Mauroy e Rocard do “campo burguês progressista”. O governo frente-populista é progressista e por isso a OCI (u) faz frente única com ele. Mas dentro dessa frente única há uma ala “infiltrada”, digamos assim, que representa o campo inimigo, reacionário, o do CNPF. Esse setor é o que impede que o governo avance pelo “bom caminho” de satisfazer as reivindicações das massas, e o faz ceder às exigências dos capitalistas e banqueiros. Por isso, a OCI (u) forma uma frente única – dentro da frente única maior – com Mitterrand e seus colaboradores incondicionais, como Defferre, contra Rocard e seus pares.

Com isso, o PS – e nos referimos ao PS em seu conjunto, com *Mitterrand* no comando – deixou de ser um partido operário traidor, um partido operário burguês, que passou definitivamente para o lado da contra-revolução já faz quase 70 anos. Agora é um partido que integra os dois campos, o burguês e o antiburguês. A OCI faz frente única com este último, ou seja, nada menos que com Mitterrand.

6- A verdadeira política de Lenin e Trotsky

A roupagem leninista e trotskista com a qual a OCI (u) procura disfarçar sua traição realmente não resiste à crítica: basta ver o que disseram Lenin e Trotsky sobre o tema de que nos ocupamos.

Em primeiro lugar, a chegada dos partidos operários traidores ao governo exige uma mudança radical na caracterização dos mesmos e, conseqüentemente, uma mudança na política do partido revolucionário. Escutemos primeiro Lenin referindo-se aos mencheviques quando eles começaram a fazer parte do governo provisório:

“A mínima confiança nos mencheviques equivale a uma traição à revolução, como *teria sido confiar nos cadetes entre 1905 e 1917*”.

E acrescentava: “*A principal garantia de seu êxito está agora na clara compreensão das massas sobre a traição dos mencheviques e dos eseristas, no total rompimento com eles, num boicote do proletariado revolucionário de tal forma incondicional, como foi o boicote aos cadetes depois da experiência de 1905*” (*Obras completas*, T. XXVI, p. 330).

Lenin afirmava e insistia que, a partir de sua entrada no governo burguês, os mencheviques mereciam, da parte do proletariado, o mesmo tratamento dado ao partido burguês dos cadetes: nenhuma confiança, ruptura total, boicote incondicional. Evidentemente, esta caracterização excluía toda política de acordo ou frente com eles. Lenin o dizia explicitamente: “Os mencheviques passaram definitivamente para o campo dos inimigos do proletariado. Com pessoas que passaram definitivamente para o campo dos inimigos não se negocia; com elas não fazemos blocos. A tarefa primordial dos social-democratas revolucionários é isolá-los por completo de todos os elementos mais ou menos revolucionários da classe operária” (*Obras completas*, T. XXVI, p. 329–330).

Trotsky não era menos categórico. Quando Blum chegou ao governo, disse: “O partido de Blum é *um partido burguês, o irmão mais novo do radicalismo decadente*” (*On France*, p. 178).

Voltou a insistir neste conceito, em plena guerra civil espanhola: “É preciso desencadear uma batalha implacável contra a aliança com a burguesia e pelo programa socialista. É preciso denunciar a direção estalinista, socialista e anarquista, precisamente por sua aliança com a burguesia. Não se trata de redigir artigos que permanecerão mais ou menos confinados nas colunas de La Batalha [o órgão do POUM]. Não. *Trata-se, isto sim, é de dirigir as massas contra seus dirigentes que estão a ponto de levar a revolução ao desastre*” (*A revolução espanhola*, vol.2, p. 77).

Isto significa que, no meio da guerra contra o fascismo, Trotsky chama o combate ao frente-populismo e às direções traidoras do PS, do PCE e dos anarquistas: exatamente o contrário do que faz a frente única.

Para concluir, “toda a política de Lenin e Trotsky em relação aos partidos operários ou que representam as massas tem como eixo” justamente o contrário do que afirma a OCI: nenhum acordo, ruptura

total, isolamento, dirigir as massas contra eles, quando participarem de um governo burguês.

7– Uma tática excepcional para uma circunstância excepcional

Dizíamos que existe uma circunstância excepcional na qual se deve propor a tática da frente única com os partidos operários traidores que estão no governo. Essa circunstância deu-se em agosto de 1917 e durou exatamente quinze dias. Nesse período, Lenin e Trotsky defenderam a frente única com os mencheviques e social-revolucionários, ainda que sem deixar de atacá-los. Assim o explicou Trotsky anos depois, na polêmica contra os estalinistas do terceiro período¹⁰⁶, que se negavam a combater Hitler com os social-democratas: “Os [bolcheviques] tinham o direito de dizer: para derrotar a korniloviada devemos derrotar primeiro a kerenskiada. Disseram isso mais de uma vez, porque era correto e necessário para toda a propaganda posterior. *Mas isso resultava totalmente insuficiente para oferecer resistência a Kornilov no dia 26 de agosto e nos dias subsequentes, e para impedir que ele massacrasse o proletariado de Petrogrado.* Por isso, os bolcheviques não se limitaram a fazer um chamado geral aos operários e aos soldados para que rompessem com os conciliadores e apoiassem a frente única vermelha dos bolcheviques. *Não, os bolcheviques propuseram aos mencheviques e aos social-revolucionários a luta numa frente única e criaram organizações de luta conjuntas*” (*The Struggle Against Fascism in Germany*, p.136).

Em face da sublevação contra-revolucionária de Kornilov, os bolcheviques deixaram de ter como centro de sua agitação o chamado a “romper com os conciliadores” e, excepcionalmente, propuseram aos mencheviques e socialistas-revolucionários uma luta conjunta por um objetivo imediato: derrotar Kornilov. Dito de outra forma, até a sublevação de Kornilov, adotaram uma tática completamente oposta à da frente única com os mencheviques e Socialistas-revolucionários. Ao invés disso, conclamaram o rompimento com os conciliadores e a constituição da frente única *revolucionária* (“vermelha”).

Em que circunstâncias se propôs esse acordo? Novamente, fala Trotsky: “*Toda a burguesia apoiava Kornilov. A aliança dos bolcheviques com os social-revolucionários só foi possível porque os conciliadores romperam temporariamente com a burguesia: o medo de Kornilov obrigou-os a isso. Os representantes destes partidos sabiam*

que, se Kornilov triunfasse, a burguesia já não necessitaria deles e permitiria que ele os estrangulasse” (Op. cit. p. 187; grifos do original).

Lenin e Trotsky propuseram a frente única quando a burguesia de conjunto rompeu a aliança com os mencheviques e Socialistas-revolucionários e passou para o lado de Kornilov.

O caso da Espanha foi diferente: só um setor da burguesia rompeu com a República e se uniu a Franco. O outro setor manteve a aliança com o PS, com o PC e com os anarquistas, razão pela qual Trotsky jamais levantou a tática de frente única na guerra civil espanhola.

8– A origem da tática da frente única

A frente única, tática de aplicação circunstancial quando o momento a exige, é uma das melhores que elaborou o leninismo. Nas mãos dos revisionistas da OCI (u) tornou-se um princípio de aplicação universal e permanente: “A luta pela frente única operária é uma constante”.

Para os nossos mestres, a frente única é uma tática formidável, que pode ser aplicada em determinados momentos, de acordo com a situação da luta de classes e do grau de força (ou debilidade) da organização marxista revolucionária. A IIIª Internacional defendeu-a, pela primeira vez, depois de 1921, nas circunstâncias que explicava Trotsky:

“Os acontecimentos contra-revolucionários de fevereiro de 1921¹⁰⁷ demonstraram que era absolutamente impossível continuar adiando a adequação dos métodos econômicos de construção socialista às necessidades do campesinato. Os acontecimentos revolucionários de março de 1921 na Alemanha¹⁰⁸ demonstraram que era absolutamente impossível seguir postergando uma retirada tática, com o objetivo de preparar a luta para ganhar a maioria da classe operária. Como vimos, ambas as retiradas coincidem no tempo e estão intimamente ligadas entre si. São retiradas no sentido relativo, porque demonstram graficamente a necessidade, tanto na Alemanha como na Rússia, de passar por um certo período preparatório: um novo rumo econômico na Rússia, *a luta por palavras de ordem transicionais e pela frente única no Ocidente*” (*The First Five Years of the Communist International*, vol. 2, p. 267).

A tática surge, pois, em 1921, quando se estabiliza o capitalismo e fracassa o plano da Internacional Comunista de afastar a social-democracia do movimento operário mediante a vitória da revolução em

algum país da Europa Ocidental. A derrota da revolução alemã significa a estabilização do capitalismo e uma grande ofensiva contra o nível de vida das massas, e, ao mesmo tempo, a consolidação da social-democracia no movimento operário. Com isso, os partidos comunistas, que, em alguns países europeus adquiriram muita força, continuam sendo minoritários em relação à social-democracia. A tática da frente única é formulada a partir dessa nova situação objetiva e subjetiva que obriga os partidos comunistas a passar por um “período de preparação” no qual deverão ganhar a maioria da classe.

Como se desenvolve essa tática?

Novamente fala Trotsky: “Hoje, o setor organizado da classe operária está dividido em três formações. Uma delas, comunista, luta pela revolução social e, precisamente por isso, apóia toda mobilização dos trabalhadores contra os exploradores e o estado burguês, por mais parcial que seja.

Outra formação, a reformista, busca a conciliação com a burguesia. *Mas, para não perder a influência sobre os trabalhadores, os reformistas vêem-se obrigados, contra os desejos mais ardentes de seus próprios dirigentes, a apoiar as mobilizações parciais contra os exploradores.*

Por último, o terceiro grupo, centrista, vacila constantemente entre os outros dois e carece completamente de importância como setor independente.

“Por conseguinte, devido a estas circunstâncias, é perfeitamente possível realizar ações conjuntas entre os operários agrupados nestas três organizações e as massas desorganizadas que aderem às mesmas, em torno de toda uma série de problemas vitais” (Op. cit., p. 94).

No mesmo documento que estamos citando, está dito que: “*Nos casos em que o partido comunista é uma organização de uma minoria numericamente insignificante, o problema da sua conduta à frente da luta de classes não tem uma importância prática e organizativa decisiva.* Em tais condições, as ações de massas continuam sendo dirigidas pelas velhas organizações que, devido à existência de poderosas tradições, seguem desempenhando um papel decisivo. O problema da frente única também não se dá nos países onde o PC é a organização dirigente das massas trabalhadoras. Mas, onde o PC já constitui uma força política grande, bem organizada, mas não decisiva; onde o partido abrange organizativamente um quarto ou um terço, ou um setor ainda maior da vanguarda proletária organizada, o problema

da frente única se apresenta em sua forma mais aguda” (Op. cit., p.92).

De tudo isso deriva uma série de caracterizações da tática da frente única que podemos sintetizar assim:

- Deve ser defendida quando existe uma determinada relação de forças entre o partido revolucionário e o reformista, sendo aquele mais débil que este, mas sem constituir uma minoria insignificante do movimento operário.

- Deve ser defendida quando o movimento operário está lutando para se defender de uma ofensiva capitalista.

- É dirigida aos partidos oportunistas com influência majoritária no movimento operário – na época de Lenin e Trotsky eram os social-democratas – quando eles se vêem obrigados a apoiar as mobilizações parciais dos trabalhadores.

- É um convite – não uma exigência – para a luta conjunta e imediata em torno dos problemas que sofrem os trabalhadores.

- E se depreende daqui uma característica adicional, que é necessário enfatizar, mesmo correndo o risco de sermos repetitivos: uma vez que se aplica somente em determinadas circunstâncias, trata-se de uma *tática*, de forma alguma de uma política de aplicação permanente. Caso contrário, a IIIª Internacional a teria definido como uma estratégia, que iria requerer táticas acessórias ou subordinadas para buscar a formação da frente única, em cada etapa da luta de classes.

A OCI, com sua concepção de que “a luta pela frente única é uma constante”, afirma exatamente o contrário. Em tal caso, deve ser conseqüente e afirmar que a IIIª Internacional cometeu um erro político ao defini-la como uma tática que deve ser aplicada somente em circunstâncias especiais e conjunturais, como as descritas acima. Se a OCI fosse conseqüente até o final, deveria afirmar que Lenin e Trotsky se enganaram, em 1917 na Rússia, porque não aplicaram essa tática (durante todo o ano repudiaram os acordos com os mencheviques e socialistas-revolucionários) e que se equivocaram novamente nos dois primeiros congressos da Internacional Comunista, quando propuseram todo tipo de táticas, com exceção do acordo com a social-democracia.

Além disso, os dirigentes da OCI deveriam chegar a um acordo. Em sua intervenção em Angola, Luis Favre defendeu, como vimos, que as únicas palavras de ordem que devem ser *agitadas* são as palavras de ordem para a ação imediata, razão pela qual a OCI não

levanta agora uma palavra de ordem de governo. Suponhamos por um instante que Favre tenha razão. Mas a frente única é justamente para a ação imediata. Por que, então, é uma “constante”, isto é, deve ser levantada até quando não existem possibilidades para sua realização?

9– Uma tática contraditória

A aplicação desta tática se chocava freqüentemente com a realidade de que a direção social-democrata se negava, terminantemente, a participar da luta conjunta. Dessa realidade, surgiu uma discussão, já no IV^o Congresso. A ala direita, encabeçada por Radek e Thalheimer sustentava que a frente única passava essencialmente pelo acordo com as direções social-democratas, enquanto que a esquerda, liderada por Zinoviev, afirmava que se deveria buscar a unidade com as bases operárias, de qualquer tendência que fosse. Esta é a discussão entre os partidários da frente única “por cima” e os da frente única “por baixo” (desconhecendo a direção social-democrata).

Com base nestas contradições, o estalinismo caiu depois em dois desvios diametralmente opostos. O primeiro foi o do Comitê de Unidade Sindical Anglo-russo, frente única da burocracia soviética com a burocracia sindical britânica em 1925. Graças a essa frente única, os burocratas britânicos puderam trair e provocar a derrota da formidável greve geral britânica, realizada em 1925, aproveitando-se do prestígio de sua aliança com a direção da Revolução Russa. O outro desvio deu-se na Alemanha, quando os estalinistas, no seu “terceiro período” ultra-esquerdista, defendiam a frente única “pela base” e o desconhecimento da direção “social-fascista”. Com isso, sabotaram a unidade do proletariado alemão e permitiram a ascensão de Hitler ao poder.

Desvios à parte, a tática da frente única é contraditória devido a um fato real: através dela, tenta-se buscar uma mobilização unitária e imediata dos trabalhadores, e a luta não é precisamente o terreno no qual as direções reformistas se sentem mais cômodas. Seu teatro de ação é a tribuna parlamentar, a redação do jornal, o escritório do sindicato ou do partido. Não a fábrica ou a barricada nas ruas. O eixo da sua atividade é a negociação não a mobilização.

Para os trotskistas, isto não é assim. Trotsky diz: “interessa-nos arrastar os reformistas dos seus santuários e colocá-los junto a nós diante dos olhos das massas que lutam” (*The first five years...*, p.95).

Em certas ocasiões, quando a pressão das massas é muito forte e, sobretudo, quando uma ofensiva do capitalismo põe em perigo seus privilégios, podemos “arrastar os reformistas de seus santuários” e obrigá-los a lutar. Esta situação nos beneficia como revolucionários, já que é somente através da mobilização que se fortalece o nosso partido e se torna clara a verdadeira face contra-revolucionária dessas direções.

Mas, em muitas ocasiões, talvez na maioria delas, é impossível obrigar a burocracia reformista a se mobilizar. Em tais casos, desde que o partido revolucionário possua a força suficiente (recordemos que essa é uma das condições para se aplicar a frente única), pode dar-se de fato uma frente única pela base. Se ocorre uma luta, então este tipo de frente também nos pode favorecer já que desmascara a direção traidora.

Seja como for, a frente única é uma tática para mobilizar as massas, e somente assim deve ser proposta, jamais para frear uma mobilização, como a defendeu o estalinismo em suas duas versões contraditórias, “por cima” (na Inglaterra) e “pela base” (na Alemanha).

10– A frente única nas nossas fileiras

A tática da frente única, aplicada pelos trotskistas antes da morte de Trotsky, passou por etapas claramente definidas.

A primeira corresponde à etapa do Comitê anglo-russo e de outra grande frente única dessa época: a do Partido Comunista Chinês com o Kuomintang. Além disso, dentro da URSS, houve de fato a frente única da burguesia com o campesinato rico, nos marcos da NEP, como vimos num capítulo precedente.

O eixo da política de Trotsky, nessa etapa, foi a ruptura dessas três frentes únicas contra-revolucionárias. Na Inglaterra e na China, suas previsões se confirmaram pela derrota da greve geral na primeira e pela derrota da revolução de 1925–27 na segunda. Dentro da URSS, a burocracia, obrigada por circunstâncias que colocavam em perigo sua dominação, teve que dar um sangrento fim à sua frente com os Kulaks e tomar as palavras de ordem da Oposição de Esquerda¹⁰⁹ pela aplicação de um plano quinquenal e pela industrialização do país, de forma ultimatista e totalitária.

A segunda etapa corresponde ao período entre 1928 e 1933. Com o avanço do nazismo na Alemanha, a frente única se transformou na

tática principal do trotskismo e tinha todas as características clássicas da frente única tal como definidas pela IIIª Internacional.

Em primeiro lugar, deve-se ter em conta que o trotskismo, ultraminoritário, não se considerava uma organização independente, mas uma fração leal do Comintern e de seus partidos nacionais. Por conseguinte, lutava para que o PC alemão, organização com grande influência de massas, mas minoritário em relação à social-democracia, chamasse-a a constituir a frente única. Em segundo lugar, tratava-se de uma tática defensiva para mobilizar unitariamente as massas contra o perigo fascista.

A segunda etapa chega ao fim em 1933, com a vitória do fascismo na Alemanha. A partir de então, os trotskistas rompem com o Comintern, passam a existir como grupos independentes e praticamente abandonam a tática da frente única. Quer dizer, não totalmente: continuam a desenvolvê-la apenas localmente, em torno de lutas reivindicatórias dos trabalhadores, mas na esfera nacional só a defendem *propagandisticamente*, no sentido de “isto é o que deveriam fazer os partidos operários de massa”, abandonando-a como tática para a ação imediata do próprio partido. A simples menção à frente única desaparece da literatura trotskista a partir da ascensão das frentes populares na Espanha e na França.

O abandono da frente única obedece a uma razão muito sólida: “é uma tática para a ação imediata. O trotskismo, corrente muito débil e extremamente minoritária no movimento operário, não estava em condições de defendê-la. Daí decorre o fato notável de que os documentos programáticos mais importantes da fundação da Quarta Internacional – o *Programa de Transição* e o manifesto *A guerra imperialista e a revolução proletária mundial* (o chamado “Manifesto de Emergência”) –, nem sequer mencionam a tática da frente única. Isto demonstra, por outro lado, que é apenas uma tática subordinada à grande tarefa estratégica da construção do partido revolucionário do proletariado.

Pode haver uma circunstância em que a frente única ainda possa ser proposta: é no nível local, de uma categoria ou de uma nacionalidade oprimida. Por exemplo, diante de uma greve numa fábrica ou de uma mobilização de trabalhadores imigrantes, pode-se propor a frente única com a burocracia sindical ou com a direção local do partido socialista ou estalinista, visando à vitória da mobilização. Mas isso é inteiramente diferente da frente única na esfera *nacional*, como foi defendida originalmente pela IIIª Internacional.

Quando os partidos operários traidores estão no governo, só deve ser proposta sob uma circunstância absolutamente excepcional como o levante de Kornilov.

11– A tática do entrismo

A partir de 1934–35, Trotsky começa a propor uma nova tática: a do entrismo nos partidos socialistas.

A nova tática se impõe em virtude dos seguintes fatos: como consequência da traição estalinista na Alemanha e do avanço do fascismo na Europa, um grande setor da juventude é atraído pela social-democracia e ingressa em suas fileiras. Ocorre então um duplo fenômeno: os partidos social-democratas se fortalecem, mas ao mesmo tempo aparece em seu seio uma série de tendências centristas de esquerda que enfrentam as direções traidoras.

Nos países onde isto acontece – principalmente na França, na Espanha e nos Estados Unidos – Trotsky propunha a linha do entrismo.

Para analisar esta tática, o exemplo mais claro, ainda que pareça estranho, é um caso em que aparentemente teria que se propor a frente única: a França de 1934. Vejamos o que dizia Trotsky:

“Já dissemos que a frente única dos partidos Socialista e Comunista encerra possibilidades imensas. Se quiser seriamente isso, amanhã será a senhora da França. Mas deve possuir a vontade de fazê-lo (...) A chave da situação está na frente única. Se o proletariado não utilizar esta chave, a frente única cumprirá o lamentável papel que teria cumprido a frente única dos mencheviques e dos social-revolucionários na Rússia em 1917 se... se os bolcheviques tivessem permitido” (*On France*, pág. 58).

Isto significa um chamado de Trotsky para a construção da frente única? Não, significa que ele reconhece que essa frente entre os dois partidos operários existe na realidade e se arma de uma política para isso. Essa política foi a do entrismo no Partido Socialista e se impôs precisamente quando se formou a frente única PS–PC.

“A frente única inicia a marcha no caminho das massas. *Queremos participar ativamente.* A única possibilidade que nossa organização tem de participar na frente única de massas, nas circunstâncias dadas, consiste em ingressar no PS” (*Escritos*, T. VI, vol.1, p. 66).

Quer dizer, impunha-se como tática para que o pequeno partido trotskista não ficasse marginalizado em relação ao movimento de massas. Com que objetivo?

“Vários camaradas – inclusive eu – acusamos a direção da Liga¹¹⁰ (francesa) e de *La Verité* de que sua luta contra a direção social-democrata era insuficiente. À primeira vista, poderia parecer que há uma contradição irreconciliável entre esta crítica (que mantenho em todos os seus aspectos) e a proposta de ingressar no partido social-democrata. Na realidade não há tal coisa (...) A entrada de forma aberta naquele partido *com a finalidade de desenvolver uma luta inexorável contra a direção reformista* implica levar a cabo um ato revolucionário. O exame crítico da política de Blum e Cia. deve ser o mesmo em ambos os casos” (Op. cit., p. 65–66).

Trotsky então critica a direção da seção francesa pela insuficiência de sua luta contra a direção social-democrata e propõe que, para que esta luta seja mais efetiva (“inexorável”), a Liga *entre* no partido social-democrata. É o oposto da frente única que busca o acordo entre duas organizações em torno de pontos comuns para a luta. O entrismo é uma tática para que o pequeno grupo revolucionário se insira na corrente das massas e leve adiante sua “luta inexorável contra a direção reformista”. Demos o exemplo da França, mas insistimos que a tática entrista foi aplicada, não pela existência da frente do PS–PC, mas para ganhar as correntes de esquerda do PS, isto é, pelas mesmas razões que nos Estados Unidos, Espanha, Holanda, etc., onde essa frente única jamais surgiu.

12– O governo operário e camponês

Ao desaparecer a frente única entre as táticas do trotskismo, surge outra, que rapidamente adquire *status* como uma das táticas mais importantes do nosso movimento: o governo operário e camponês.

Não foi por acaso que Trotsky não desenvolveu essas duas táticas ao mesmo tempo e que surgia uma à medida que desaparecia a outra. Como dissemos, a frente única é um chamado feito por um partido revolucionário com influência de massas a um partido reformista majoritário para a luta conjunta, com base em pontos comuns.

O governo operário e camponês como tática em face dos partidos operários corresponde a outra etapa, quando os partidos estalinistas e social-democratas deixaram de ser reformistas e se converteram em contra-revolucionários, já que passaram definitivamente para a ordem

burguesa. A frente única parte do entendimento de que existem rivalidades entre a burguesia e os partidos operários. A tática de governo operário e camponês se impõe quando existe uma profunda unidade contra-revolucionária entre eles, o que é característico da atual etapa histórica.

A frente única é o chamado à mobilização das massas com suas direções reformistas. O governo operário e camponês não é um chamado, mas uma exigência; não para lutar juntos, mas para que essas direções rompam sua colaboração e sua aliança com a burguesia e tomem o poder com um programa revolucionário. É, em síntese, o chamado às massas para que rompam com suas direções traidoras ou as obriguem a romper com a burguesia.

Por tudo isso, frente única e governo operário e camponês são táticas opostas, que correspondem a etapas totalmente diferentes da luta de classes.

Digamos, para concluir, que só nos referimos ao governo operário e camponês como tática para varrer as direções traidoras do movimento operário, e não no outro sentido que é descrito pelas Teses (da IV–CI), isto é, como tipo específico de governo.

13– A frente operária revolucionária

A etapa em que os partidos operários se converteram definitivamente em contra-revolucionários originou outro fenômeno: o de correntes centristas que, em muitos casos, surgem no seio destes partidos e que evoluem em direção a posições revolucionárias trotskistas. Chamamos estas correntes de “trotskizantes” porque adotam muitos de nossos postulados programáticos: a necessidade da revolução operária e a destruição do estado burguês, a denúncia dos partidos operários contra-revolucionários, a necessidade de apoiar-se na mobilização revolucionária das massas, o tipo de estado que se deve construir depois da tomada do poder, etc.

É necessário armar-se de uma política ante estas correntes para ganhá-las para o programa marxista, para a revolução proletária e para a construção do partido trotskista. Essa política é a da frente única revolucionária, já defendida em 1917 como “frente única vermelha”. O trotskismo a levantou na Espanha e na França, países onde a situação revolucionária ou pré-revolucionária havia proporcionado o surgimento de tais correntes nos partidos operários

de massa, diante das traições de suas direções. Vejamos como se propunha na Espanha:

“A tarefa imediata do proletariado é criar, no próprio curso da luta, uma direção capaz, que não pode ser outra senão um verdadeiro partido revolucionário marxista, que não esteja carregado dos velhos erros e dos velhos crimes, que esteja livre de todo oportunismo e de todo desejo de conciliação (...). *Os elementos desse novo partido já existem.* Encontram-se entre os restos do POUM, onde se havia formado uma ala esquerda que criticava muito vivamente a pusilanimidade do Comitê Executivo; entre os anarquistas, sobretudo entre os “Amigos de Durruty”¹¹¹; e nas juventudes socialistas, onde os camaradas se sublevam contra o curso contra-revolucionário dos estalinistas.

A todos os revolucionários que se sentem próximos a nós, dirigimos este chamado: venham reforçar nossas fileiras. Esclareçamos os pontos divergentes com base numa discussão amigável. Unidos na luta, derrotaremos nosso inimigo comum” (*La revolución española*, Vol.2, p. 482 e 485).

Uma política similar foi aplicada na França, com o chamado à constituição da *frente proletária revolucionária*. O jornal *La Lutte Ouvriere*, na edição de 10 de outubro de 1936, publicou uma carta aberta do Burô político do POI dirigida à Esquerda Revolucionária (o grupo de Pivert), ao Grupo *Que Fazer?* (uma pequena organização centrista), à União Anarquista e à Aliança das Juventudes Socialistas do Sena, corrente dirigida por Fred Zeller, que havia rompido com a juventude do partido de Blum e estava se aproximando dos trotskistas.

Depois de uma breve análise da situação na Espanha e na França, a carta diz:

“Numa situação como essa, só a luta decidida pelo programa revolucionário da *expropriação da burguesia* pode tirar a iniciativa dos fascistas e preparar os trabalhadores para a luta decisiva. Propomos que ela se organize em torno das seguintes palavras de ordem:

“Controle operário e camponês da produção, da indústria e dos bancos, supressão do segredo comercial;

“Constituição de Comitês de Ação de massas eleitos e Congressos de delegados de Empresa; e

“Viva a ocupação das fábricas!”.

O chamado conclui assim:

“A crise da frente popular é a expressão da crise do capitalismo liberal na França. A burguesia radical ameaça os operários que

ocupam as fábricas. Para vencer, a classe operária deve romper a frente da traição, essa associação monstruosa da água e do fogo.

“As classes médias e o campesinato ouvirão a *frente proletária revolucionária* e a ajudarão, se ela expressar a luta das classes exploradas e não for o fruto da domesticação dos trabalhadores pela burguesia. Neste momento, em que a situação nos exige redobrar e estender a luta, propomos a ação conjunta sobre as bases aqui expressas” (grifos do original).

“As bases aqui expressas” são justamente as palavras de ordem que constituirão o Programa de Transição: o controle operário e a criação dos sovietes (“Comitês de ação”). Um chamado sobre essas bases não pode estar dirigido às direções traidoras do movimento operário, mas a grupos ou correntes com posições revolucionárias ou que evoluam para tais posições: aqui está-se propondo nada menos que a expropriação da burguesia com um programa revolucionário.

Este chamado foi objeto de uma verdadeira campanha no *Lutte Ouvriere*: na edição de 24 de outubro lançou as palavras de ordem:

“Frente única proletária contra a burguesia, contra o fascismo e contra a guerra imperialista;

“Temos que expulsar os ministros radicais do governo;

“Agrupemos os explorados *no terreno da luta de classes contra o capitalismo*”.

O chamado para lutar por estas palavras de ordem repete-se em quase todas as edições do *L.O.*, que não citamos para não nos estendermos demasiado.

Devemos assinalar que o entrismo e a frente revolucionária são propostos em duas etapas totalmente diferentes da luta de classes. O primeiro correspondeu a um momento em que as massas haviam sofrido uma derrota, com a chegada de Flandim ao governo e a transformação da IIIª República francesa num estado bonapartista. No partido social-democrata de Blum, existiam correntes de esquerda que questionavam a direção traidora.

A frente única revolucionária se impôs quando as massas retomaram a ofensiva, ao mesmo tempo que a frente única PS–PC se convertia numa *frente popular* com o Partido Radical burguês. Esta etapa exige uma tática para ganhar as correntes que definimos como “centristas trotskizantes” (centristas com uma dinâmica positiva, em direção à revolução) para a construção do partido revolucionário. Por isso, o chamado à luta conjunta com essas correntes faz-se sobre a base do programa trotskista.

14– A única estratégia do trotskismo

De tudo isso se depreende que, para o trotskismo, a frente única com os partidos reformistas, o governo operário e camponês (do ponto de vista que tratamos aqui) e a frente única revolucionária são somente *táticas*. Cada uma corresponde a uma determinada circunstância da luta de classes e é adotada ou descartada por conveniência circunstancial.

O trotskismo conhece somente *uma estratégia* no terreno político-organizativo: *a construção do partido revolucionário para superar a crise de direção revolucionária do proletariado*. A esta estratégia se subordinam as diferentes táticas que acabamos de descrever, que são aplicadas com o fim de destruir, varrer do movimento de massas as direções contra-revolucionárias estalinistas e social-democratas. A aplicação de uma ou outra dessas táticas depende da situação objetiva (ascensão ou retrocesso do movimento de massas, fortalecimento ou debilidade da classe dominante, etc.) e subjetiva (a relação de forças entre o grupo revolucionário e as direções contra-revolucionárias, a existência ou inexistência de correntes trotskizantes).

A direção revolucionária que transforma qualquer dessas táticas em uma estratégia universal de aplicação permanente abandona de fato a construção do partido revolucionário e, com isso, a luta pela conquista do poder. Este é, precisamente, o caso da OCI, para a qual “a luta pela frente única é uma constante”.

Constante para nós é unicamente a construção do partido trotskista mediante distintas e múltiplas táticas.

Esta mania da OCI (u) de transformar a frente única numa estratégia supra-histórica é uma manobra para afastar o trotskismo da direção da luta da classe operária e das massas exploradas, conformando-se com o chamado às direções traidoras para que encabecem essas lutas.

CAPÍTULO VIII:

A OCI ABANDONA O PROGRAMA DE TRANSIÇÃO EM TROCA DE UM PROGRAMA MÍNIMO

Como vimos, a OCI tem uma política de centrar seus ataques exclusivamente no CNPF e nos altos funcionários giscardianos. Não só não ataca o governo, como também faz parte do seu “campo”. Isto a leva a afirmar que o movimento de massas atravessará duas etapas em sua atitude em face do governo. Na primeira, as massas verão o governo como seu “aliado” contra o CNPF e tentarão “dialogar” com ele. A tarefa da OCI nesta etapa é “facilitar” esse diálogo. Na segunda, que se iniciará depois da derrota do CNPF, as massas se levantarão, mas não para derrubar o governo, senão para obrigá-lo a romper com a burguesia. Supomos (porque jamais é dito explicitamente) que a palavra de ordem “fora os ministros burgueses do governo” fica relegada para essa segunda etapa, ou seja, para um futuro indeterminado. A síntese desta política é que OCI não tem, nem procura ter, uma palavra de ordem de governo, o que significa o abandono total do programa de transição, tanto na letra como no método, porque o eixo do programa de transição é justamente o problema de governo: um programa trotskista é justamente um conjunto de palavras de ordem e tarefas que têm como objetivo a mobilização revolucionária das massas para a derrubada da burguesia – isto é, do *governo burguês de plantão* – e a conquista do poder pelo proletariado.

Notamos que acontece algo bastante cômico com a OCI. Toda a sua política é revisionista, mas, como tenta ocultar este fato, cita a cada passo Trotsky e o programa. O *Projeto de informe político* tem um capítulo intitulado “Aplicar o método do programa de transição” e, ao longo do documento, são abundantes as citações de Trotsky (além de algumas de Lenin e da IIIª Internacional). Isso é típico do revisionismo mais vergonhoso: citar ritualmente os mestres, jurar por eles e... aplicar uma política diretamente contrária a seus ensinamentos.

1– A OCI reconhece que não tem programa

No *Projeto de informe político*, afirma-se que a OCI não tem na atualidade um programa de transição: “... as outras palavras de ordem que constituirão a coluna vertebral do programa de ação que *teremos que redigir*” (Op. cit., p.5)

Quer dizer, as palavras de ordem transitórias e o programa de ação ainda não foram redigidos.

Deixemos claro que na terminologia trotskista “programa de ação” é o mesmo que “programa de transição”: em 1934, Trotsky redigiu um “programa de ação para a França”. O programa de transição de 1938 retoma as mesmas palavras de ordem e, acima de tudo, mantém o mesmo caráter e método daquele. Continuemos.

O *Projeto* pergunta: “Estamos diante de uma tarefa que devemos cumprir: saber elaborar, sobre a base do Programa de Transição da IVª Internacional, um programa de ação que responda à nova situação política entre as classes no nosso país. Podemos fazê-lo de imediato?” (Op. cit., p.5).

A resposta é não: “É indispensável que a OCI elabore nas próximas semanas e nos próximos meses um programa de ação. No entanto, não se trata de ser ultimata, nem de ser abstrato” (Op. cit., p.7).

Nisto, a OCI procede exatamente ao contrário do trotskismo. Um trotskista diz: “Feita a caracterização de uma nova etapa da luta de classes, não podemos avançar nem mais um passo sem a elaboração de um programa adequado à mesma”. A OCI, em troca, coloca tudo de pernas para o ar ao afirmar que o programa é necessário, que deve elaborá-lo, mas que pode deixar esta tarefa mais para adiante, para as próximas semanas ou meses.

2– Trotsky versus Frank–Molinier–Lambert

A negativa consciente em formular um programa não é um fato casual. Também não é novo: já aconteceu antes em nossas fileiras com a fração Frank–Molinier do partido francês. Vejamos como foi e a polêmica que fez Trotsky naquela ocasião, porque a história está se repetindo.

Em 1935, uma ala do partido trotskista francês liderada por Frank e Molinier resolve publicar um “órgão de massas” para responder à nova situação criada pela Frente Popular de Blum e pelo crescente ascensão das massas. Este jornal, chamado *La Commune*, formulou cinco palavras de ordem: criação de comitês operários e comunas; formação de milícias populares e armamento do proletariado; derrotismo revolucionário; governo operário e camponês; reconstrução do partido operário e camponês; e reconstrução do partido revolucionário.

Excetuando-se a das “comunas”, estas palavras de ordem parecem extraídas de *Aonde vai a França?* ou de algum outro escrito de Trotsky da época. No entanto, Trotsky qualificou o manifesto do *La Commune*

de “capitulação diante da onda social-patriota”. “Quem não compreende assim, não é um marxista.” (*The crisis of the French Section*. New York: Pathfinder Press, 1977; p. 102). Por quê? Porque *La Comunne* – como a OCI hoje em dia – não tinha um programa:

“Para nós, o importante é um *programa* que corresponda à situação objetiva (...). Mas no pensamento e na carta de P. Frank – e no conhecido manifesto de *La Commune* – não se menciona um programa, e não é por acaso: o programa é um obstáculo importante para a confraternização com a pequena-burguesia, com os intelectuais, pessimistas, céticos e aventureiros; nós, ao contrário, estamos convencidos de que o programa determina tudo” (Op. cit., p.106).

Aqui Trotsky nos dá a chave: Frank e Molinier não levantavam um programa, para poderem capitular diante da ala à esquerda da Frente Popular, isto é, diante de Marcel Pivert e companhia. Lambert se nega a construir um programa para capitular, não aos intelectuais de esquerda como Pivert, mas, pior ainda, ao governo burguês de Mitterrand e ao que existe de mais podre na direita burocrática contra-revolucionária do aparato sindical, Bergeron e seus comparsas.

Lambert diz que não elabora um programa porque “não é questão de ser ultimata”. Frank dizia exatamente o mesmo. “Nada de ultimatismo organizativo” (citado em op. cit., p.106). Trotsky responde:

“Que distorção repugnante da formulação leninista! Nada de ultimatismo em relação às massas, aos sindicatos, ao movimento operário; o ultimatismo mais intransigente em relação a qualquer grupo que aspire a dirigir as massas. O ultimatismo a que nos referimos se chama *programa marxista*” (Op. cit., p.106; grifos no original).

Um pouco depois, quando Frank e Molinier propuseram a reunificação, Trotsky insistiu: “*Antes de mais nada o programa!* Jornal de massas? Ação revolucionária? Reunificação? Comunas por todas as partes? Muito bem, muito bem. Mas, *antes de mais nada, o programa!*”.

Como podemos ver, a história se repete. Mas, como dizia Marx, o que ontem foi tragédia, hoje se repete como farsa. Frank–Molinier levantavam cinco palavras de ordem e chamavam isso de programa. Trotsky respondeu: “Milícia operária e derrotismo revolucionário não constituem um programa. Todo o mundo as aceita com tais ou quais reservas” (Op. cit., p.107).

Lambert, ao contrário, se nega explicitamente a formular um programa.

Frank–Molinier repeliam o “ultimatismo” para capitular a uma corrente centrista de esquerda que, por sua vez, capitulava à frente popular. Lambert capitula diretamente ao governo burguês de frente popular e à burocracia sindical.

3– As tarefas e palavras de ordem de Pablo e Lambert

A recusa em elaborar e levantar um programa de ação (quer dizer, transição) não significa que a OCI não proponha tarefas e palavras de ordem em face da política do governo. Ao contrário, ela as propõe da forma mais clara e categórica no *Projeto de informe político*.

O ponto de partida para elaborar as tarefas é a seguinte constatação, imediatamente após afirmar que não se pode ser “ultimatista nem abstrato”:

“O governo Mitterrand–Mauroy entra forçosamente, a cada momento, em conflito com o aparato do estado burguês, com a burguesia cujos interesses, entretanto defendem”. Apesar da frase ritual de que o governo defende os interesses da burguesia, esta apreciação dá a tônica das tarefas que a OCI se impõe:

1) Sobre a necessidade de quebrar o aparato de estado da Vª República: “A OCI (u) apoiará todo passo que o governo Mitterrand–Mauroy possa dar nesse sentido” (Op. cit., edição francesa, p.19);

2) Sobre a política econômica e as nacionalizações com indenização que o governo planeja: “A OCI (u) apoiará todo passo que o governo Mitterrand–Mauroy dê nesse sentido. Consideramos que as medidas tomadas pelo governo para que os trabalhadores de Boussac–Saint–Frères mantenham seus empregos até setembro, constituem um primeiro passo” (*idem*).

3) Sobre a anulação das leis antilaicas e a supressão dos fundos oficiais para o ensino privado: “Uma vez mais, a OCI apóia todo avanço nesse sentido” (*idem*).

4) Sobre o problema do emprego, o aumento de preços, o ensino, a formação profissional: “Será sempre do mesmo ângulo que deveremos abordá-los” (*idem*), ou seja, busca-se apoiar os passos progressistas do governo.

Em síntese, a OCI tem um programa claríssimo e concreto ante o desemprego, a inflação, as leis antilaicas, o ensino, as condições de trabalho e a formação profissional, nada menos que a totalidade dos

problemas mais angustiantes do proletariado francês. Não é um programa de transição, dirigido contra o governo burguês e a propriedade capitalista. É o *apoio às medidas reformistas do governo*. Como diz o próprio *Projeto*, este é o eixo da política da OCI: “será sempre do mesmo ângulo que deveremos abordá-los”. Mais claro, impossível. Temos que reconhecer essa virtude.

Por seu lado, Pablo tem exatamente o mesmo programa. Na resolução política do Congresso constitutivo da Tendance Marxiste Révolutionnaire Internationale afirma-se: “Apoiamos cada *medida* favorável aos trabalhadores” (Suplemento de *Pour l’Autogestion*, nº 2). E em outra parte:

“Nós defenderemos incondicionalmente o governo Mitterrand contra os ataques da direita e apoiaremos as *medidas sociais e políticas* por ele tomadas que satisfaçam as reivindicações dos trabalhadores” (*Pour l’Autogestion*, nº 1).

E em síntese: “tenta-se combinar habilmente a unidade de ação, o apoio a toda *medida progressista*, com a propaganda do programa de transição” (*Sous le drapeau du socialisme*, 10 de maio).

Isto significa que, assim como Lambert, Pablo faz do apoio às medidas progressistas do governo o eixo de sua política e de seu programa. E, para completar as coincidências, aparecem as mesmas frases rituais obrigatórias entre os revisionistas: “a propaganda do programa de transição”.

Então, a coincidência entre Pablo e Lambert sobre o problema-chave do programa é total. A única diferença entre elas é a terminologia, porque onde Pablo fala em apoiar “medidas”, Lambert fala em apoiar “passos”. Nisto, vemos uma aproximação entre Lambert e ... Stalin. Como vimos, Stalin se caracterizava por apoiar os “passos progressistas” do governo provisório a partir das páginas do *Pravda*, na época em que esse jornal tinha uma política totalmente oportunista, segundo Trotsky.

4– Uma política a partir das ilusões das massas

No afã de justificar sua capitulação ao campo frente-populista, a OCI montou uma estrutura explicativa que parte da seguinte consideração: “O governo Mitterrand–Mauroy, burguês, de colaboração de classes, de tipo frente-populista, é produto da derrota que as massas trabalhadoras e a juventude impuseram à burguesia: as massas o reconhecem e vão reconhecê-lo durante toda uma etapa

como seu governo. A partir desta constatação, feita sobre a base de fatos objetivos rigorosamente estabelecidos (...) é que devemos nos guiar *hoje*, para determinar nossas tarefas” (*Proyecto de informe político*, p. 3; grifado no original).

Na realidade, aqui se mencionam dois fatos, mas nenhum dos dois é “objetivo”. Que o governo Mitterrand–Mauroy é “burguês”, de colaboração de classes, de tipo frente-populista” é um fato objetivo. Mas o fato de que “as massas o reconhecem e vão reconhecê-lo durante toda uma etapa como *seu governo*” é claramente *subjetivo*. É o que pensam as massas – de forma equivocada, por outro lado – sobre o caráter do governo.

O fator que a OCI leva em conta para determinar suas tarefas é unicamente o subjetivo, já que ao longo do documento se repetem frases como: “combater as ilusões, no terreno das ilusões” levando-se em conta que “os trabalhadores não fizeram a experiência com a política de colaboração de classes do governo Mitterrand–Mauroy”. E a própria estrutura do documento confirma o que dizemos: o primeiro capítulo fala “Sobre o problema das ilusões”, vale dizer, sobre o problema subjetivo.

Fica claramente estabelecido, então, que o ponto de partida da OCI para elaborar sua política é o fator subjetivo, as ilusões das massas. Agora vejamos o que isso significa na prática.

A empresa de computadores Logabax iniciou um plano de reestruturação que implicava a demissão de centenas de operários. Qual foi a política da OCI ante esse problema desesperador? “Nós não propusemos, imediatamente, a nacionalização da Logabax, porque levamos em conta que os trabalhadores, que acabavam de tirar Giscard, acreditaram que o novo governo Mitterrand–Mauroy necessitava de tempo para preparar as nacionalizações” (Op. cit., p.5).

Não poderia ser mais claro. Contra a política trotskista – “para que não haja mais demissões, ocupemos a fábrica e exijamos sua expropriação” – a OCI resolve, junto com os trabalhadores, dar a Mitterrand o tempo que ele pede.

5– A política trotskista parte do fator objetivo

Nós afirmamos, junto com Trotsky, que a concepção da OCI de tomar como ponto de partida da sua política o fator subjetivo – aquilo em que as massas acreditam – é uma concepção absolutamente revisionista, de fazer seguidismo ao atraso das massas para justificar

o apoio a Mitterrand. Expliquemo-nos: no nosso artigo publicado em *Correspondência Internacional* n.º 13, assinalávamos que o ultra-esquerdismo e o oportunismo compartilham o defeito metodológico de só levar em conta um elemento da realidade. Para os oportunistas da OCI, esse elemento é o subjetivo, as ilusões das massas. Mas são tão oportunistas, que **NÃO** levam em conta o outro fator subjetivo: as massas, além de ilusões, têm aspirações. As aspirações das massas francesas, hoje em dia, se concretizam em liquidar com o desemprego, tal como prometeu Mitterrand; se concretizam em melhores salários, etc. E se sintetizam numa França socialista: por isso elegeram Mitterrand, que traiu absolutamente todas as aspirações das massas. Mas, de modo algum, a OCI leva em conta essas aspirações, ao formular sua política.

Nós, marxistas revolucionários, elaboramos nossa política e nossas palavras de ordem com base em todos os elementos – objetivos e subjetivos – que a realidade nos apresenta, em sua relação orgânica e sua dinâmica. Mas o ponto de partida para elaborarmos nossa política é sempre o fator *objetivo*, concretamente, as *necessidades das massas*: baixos salários, desemprego, etc. Por isso, não é por acaso que o *Programa de Transição* parte das “premissas *objetivas* da revolução socialista”. Nosso programa não parte da idéia de que as massas acreditam em Stalin, Blum ou Jouhaux, mas do seguinte: “As forças produtivas da humanidade pararam de crescer. As novas invenções e progressos técnicos não conduzem a um aumento da riqueza material. As crises de conjuntura, nas condições da crise social de todo o sistema capitalista, impõem às massas privações e sofrimentos sempre maiores” (*Programa de transición*, Bogotá, Editora Pluma, 1977, p. 7).

Por outro lado, Trotsky observava com muita clareza que, quando surge uma nova situação na luta de classes, devemos, “em primeiro lugar, ter uma visão honesta e clara da situação objetiva, das tarefas históricas que emanam desta situação, independentemente do fato de os trabalhadores estarem maduros ou não para isso. Nossa tarefa *não depende da mentalidade dos operários* (...) Nós devemos *dizer a verdade aos trabalhadores* e então ganharemos os melhores elementos” (*Discusiones sobre el Programa de Transición*).

Dito de outro modo, nossa política não depende da mentalidade (das ilusões) dos trabalhadores, mas de suas necessidades.

Isto significa que não levamos em conta as ilusões? De forma alguma. É justamente esse o erro dos ultra-esquerdistas. Nós as

levamos em conta para elaborar nossa tática, isto é, a forma como “dizemos a verdade aos trabalhadores” de modo que eles nos compreendam e se mobilizem.

Para explicar melhor, voltemos ao exemplo da Logabax. Ali há um fato objetivo – centenas de operários correndo o risco de perder seu emprego – e um **SUBJETIVO** – esses trabalhadores acreditam que Mitterrand solucionará o problema.

Um oportunista diz, junto com a OCI: “já que os trabalhadores acreditam em Mitterrand, devemos dar a ele o tempo que pede e não exigir a expropriação da fábrica”.

Um ultra-esquerdista diz: “as demissões da Logabax demonstram que este governo burguês não solucionará nada, é igual ao de Giscard. Abaixo o governo de Mitterrand”.

Nós, trotskistas, dizemos: “Contra as demissões, devemos ocupar a fábrica e exigir sua expropriação imediata, sem indenização e sob nosso controle. Vocês confiam em Mitterrand, nós não. Propomos um acordo: lutemos juntos contra as demissões, ao mesmo tempo que negociamos com o governo no qual vocês acreditam”.

Qualquer trabalhador pode aceitar esta proposta simples, mobilizar-se, lutar e, ao mesmo tempo, negociar com o governo. Assim, através da ação e da mobilização, compreenderá o erro de confiar no governo.

Isto nos leva a outro problema. Segundo a OCI, deve-se “combater as ilusões no campo das ilusões”. Falso: colocar-se no terreno das ilusões é fazer seguidismo a elas, como a OCI faz. As ilusões só podem ser combatidas mediante a *mobilização*, e as massas só se mobilizam a partir de suas necessidades objetivas.

6– Uma “confusão” no caráter das palavras de ordem

As palavras de ordem e tarefas que a OCI formula são todas mínimas. Nenhuma vai contra a propriedade privada capitalista, que é condição *sine qua non* para que uma palavra de ordem seja de transição. Um pouco mais adiante nos aprofundaremos no caráter das palavras de ordem. O que assinalamos aqui é que a falta de palavras de ordem de transição entre as que levanta a OCI (nos referimos às que levanta de forma sistemática, não às que aparecem num ou noutro artigo de jornal de forma ritual) não é casual: atentar contra a propriedade privada capitalista significa dirigir-se contra o governo burguês, e isso é o que a OCI quer evitar a todo custo.

Uma das razões que dão para não levantar palavras de ordem de transição e de governo nesta etapa é defendida pelo camarada Luis Favre, em sua intervenção numa plenária conjunta da Convergência Socialista e da Organização Socialista Internacionalista de Angola. Diz Favre:

“Um camarada disse que para propor uma política é necessária uma palavra de ordem de governo. Agora vejamos, *esta palavra de ordem de governo tem um caráter de agitação ou de propaganda? Se o problema de derrubar o governo está na ordem do dia, o caráter desta palavra de ordem é agitativo, é um chamado imediato à ação das massas para derrubá-lo. Se for o caso de uma expectativa, a OCI afirmou em vários editoriais que se pronuncia por um governo PC–PS sem ministros burgueses*” (Transcrito da gravação feita na reunião).

Começando pela última afirmação de Favre, é verdade que em vários editoriais de *I.O.*, assim como no *Projeto de informe político*, a OCI se pronuncia por um governo PS–PC sem ministros burgueses. Mas o faz de forma abstrata, formal: ao se recusar a levantar “fora os ministros burgueses”, a palavra de ordem por um governo PS–PC se transforma numa bandeira para ser agitada nos dias de festa, e num lema que em nada inquieta o governo burguês.

Segundo Favre, as únicas palavras de ordem que devem ser agitadas são aquelas que servem para mobilizar as massas de forma imediata. Isto é um erro: agitação e ação imediata não são sinônimos. As palavras de ordem agitativas são as três ou quatro idéias fundamentais que apresentamos ao movimento de massas de forma constante, independentemente de que este se mobilize por elas imediatamente.

A OCI nos dá o melhor exemplo disso. Em 1974, lançou sua palavra de ordem “Derrubar Giscard”; as massas derrubaram eleitoralmente Giscard, em 1981. Quer dizer, passaram-se sete anos; mas, durante estes sete anos, a OCI jamais deixou de agitar essa grande reivindicação, concretizada em palavras de ordem, tais como, “unidade PS–PCF para derrubar Giscard”, “votar em Mitterrand”, etc.

Vejamos outros exemplos. Os camaradas venezuelanos levantam a seguinte palavra de ordem: “por uma conferência das organizações operárias para combater o desemprego”. Possivelmente vários anos se passarão antes que essa tarefa possa ser concretizada, no entanto, os camaradas venezuelanos não deixarão de agitar essa palavra de ordem, e entendemos que é um grande acerto que façam isso.

O PST argentino¹¹² agita as palavras de ordem “abaixo a ditadura militar” e “por uma assembléia constituinte”. Ninguém afirma que as massas se levantarão para derrubar o governo de forma imediata. Mas, por outro lado, ninguém critica o PST (a) por fazer da palavra de ordem “abaixo a ditadura militar” o centro de sua agitação. Ao contrário, todo o nosso movimento mundial considera que é um grande acerto político.

Este ‘erro’ da OCI, como todos os outros, não é casual. É parte coerente da sua política de proteger a unidade do ‘campo’ liderado por Mitterrand e seu governo burguês.

7. O caráter do nosso programa de transição

O *Programa de Transição*, esse programa que a OCI se nega explicitamente a formular, tem uma série de características essenciais, como veremos, de maneira sintetizada, a seguir.

O trotskismo não tem dois programas, tem somente um. A social-democracia, como a OCI hoje, tinha dois **PROGRAMAS**. Um, chamado ‘mínimo’, era composto por reivindicações reformistas, isto é, por aquelas que o regime capitalista podia conceder, mas sem pôr em perigo sua dominação. O outro programa, ‘máximo’, incluía as palavras de ordem que eram contra a propriedade privada capitalista e se referia diretamente ao problema do poder. A agitação da social-democracia se baseava no programa mínimo; as palavras de ordem contra a propriedade capitalista e pela conquista do poder ficavam relegadas aos ‘dias de festa’, aos discursos no primeiro de maio, etc.

O trotskismo tem um só programa, porque as palavras de ordem contra a propriedade privada capitalista não são guardadas para os dias de festa, ao contrário, são suas palavras de ordem fundamentais. Considera que os objetivos que a social-democracia relegava ao programa máximo – a conquista do poder, a expropriação da burguesia, a instauração da ditadura do proletariado – são tarefas urgentes, imediatas. A crise do sistema capitalista significa, não somente que a burguesia não pode dar novas concessões, mas que nem sequer pode manter as existentes, muitas das quais foram conquistadas há décadas pelo movimento operário.

Devido a isso, já não existem palavras de ordem máximas e mínimas. Qualquer reivindicação operária, por mais elementar que seja, é revolucionária porque questiona a propriedade capitalista e, como consequência, o poder político da burguesia. Muitas tarefas que

o movimento operário tinha-se dado para serem realizadas dentro do sistema capitalista devem ser resolvidas pelo socialismo. Por exemplo, o problema do emprego e do nível de vida: o capitalismo não pode garantir trabalho e uma vida digna para a imensa maioria da humanidade. Por isso, estas reivindicações requerem a implantação da escala móvel de horas de trabalho (distribuição do trabalho existente entre toda a mão-de-obra disponível) e a escala móvel dos salários (aumento automático dos salários de acordo com o aumento do custo de vida). Estas tarefas não são reformistas, mas sim, transitórias, porque só o governo do proletariado pode realizá-las, a partir da planificação socialista da economia.

Isto não significa que o partido trotskista não lute por tarefas reformistas: um pequeno aumento de salários, a expulsão de um capataz abusivo de uma fábrica, etc. Ao contrário, agita continuamente uma infinidade de palavras de ordem como essas, que não vão contra a propriedade privada capitalista. Mas o método do programa exige que elas jamais sejam lançadas de forma isolada: expulsão do capataz e ponto. Pelo contrário, elas são muito úteis para iniciar uma mobilização, mas procurando fazer com que a referida mobilização não se detenha. Por isso, combinamos a palavra de ordem “reformista” com outras cada vez mais audazes para que a mobilização não se detenha: da expulsão do capataz à expulsão de todos os capatazes, logo, do dono da fábrica, à expropriação da mesma, à imposição do controle operário.

Em síntese, o trotskismo jamais lança suas palavras de ordem de forma isolada, nem anárquica. Cada uma delas é parte de um sistema, que pode partir de uma tarefa sentida pelas massas, mas levando sempre ao questionamento de todo o regime.

Voltemos ao exemplo anterior da Logabax: há demissões, mas os trabalhadores confiam no governo. A OCI defende, baseando-se na confiança dos trabalhadores, que a única tarefa é negociar com o governo; nós, os trotskistas, não somos contra a negociação; mais ainda, acreditamos que, se os trabalhadores confiam no governo, negar-se a negociar seria uma política ultra-esquerdista, estéril. Mas de forma alguma nos limitamos a negociar. Nossa política é: *“Negociemos com o governo, ao mesmo tempo que ocupemos a fábrica e imponhamos o controle do Comitê de Empresa e a distribuição do trabalho disponível entre todos. Aqui há mil operários trabalhando oito horas por dia. A patronal quer demitir quinhentos.*

Proponhamos que continuem trabalhando os mil, quatro horas, sem redução de salário”.

Esta é a essência do programa transicional: o encadeamento dinâmico das palavras de ordem, desde as mais elementares, até as anticapitalistas, para promover a mobilização permanente dos trabalhadores contra o sistema e o regime.

8– Os eixos do Programa de Transição

As características mencionadas configuram, conjuntamente, um aspecto do Programa, mas não o esgotam. Este método se apóia em três pilares distintos, mas intimamente ligados entre si: o problema do governo, o das instituições do estado e a superação da crise de direção revolucionária do proletariado.

Já que o objetivo presente, imediato, do trotskismo é a conquista do poder, nenhum programa pode considerar-se transitório, se não inclui uma palavra de ordem de governo. Estamos nos referindo a uma palavra de ordem *concreta*, isto é, qual é a superestrutura operária que deve entrar no lugar da superestrutura burguesa e quais são os passos a serem seguidos para alcançá-la? Isto significa levantar palavras de ordem tais como, “o governo do PS e do PC”, que deve ir acompanhada, no caso da França, com “fora os ministros burgueses”. Na Argentina, para dar outro exemplo, lançamos “fora o governo militar, convocar imediatamente uma Assembléia Constituinte com liberdade para os partidos operários”. Na Espanha ou na Inglaterra, diríamos “abaixo a monarquia”, acompanhada da palavra de ordem da assembléia constituinte ou outra adequada.

Diferentemente do problema do governo, que se baseia nos partidos políticos, o problema do *Estado* burguês se baseia nas instituições: presidência, ministérios, parlamento e a mais importante de todas, as forças armadas. A esta estrutura de estado, o trotskismo sempre opõe uma estrutura como a soviética, baseada nas organizações operárias de base.

O terceiro pilar, que constitui o eixo central do programa, é a superação da crise de direção revolucionária do proletariado. Isto implica na crítica constante e brutal aos partidos operários contra-revolucionários, agentes do capital no movimento operário, e às burocracias sindicais. Simultaneamente à luta para esmagar, massacrar, varrer as direções traidoras, construímos o partido revolucionário, que só pode ser um partido trotskista.

Toda a atividade do partido trotskista se baseia no método e nos eixos mencionados. Em outras palavras, nunca levantamos uma palavra de ordem isoladamente ou um conjunto anárquico de palavras de ordem, mas um sistema de palavras de ordem que leve a classe operária às seguintes conclusões: que a solução de todos os problemas, por mínimos que sejam, exige a insurreição contra o governo burguês e a conquista do poder pelo proletariado; que isso exige a construção de uma direção revolucionária, para derrotar os partidos operários traidores.

9– O reformismo da OCI

Por tudo isso, dizemos que a política da OCI é absolutamente reformista, a serviço do campo de Mitterrand.

Em primeiro lugar, as palavras de ordem e as tarefas que apresenta são as mesmas do governo burguês, com a inclusão de alguns lemas extraídos do *Programa de Transição*, que aparecem na sua imprensa propostos de forma abstrata e por motivos puramente formais.

Em segundo lugar, por não estarem ligadas às reivindicações transicionais e ao problema do poder, não constituem um programa, mas uma soma de palavras de ordem anárquicas, sem hierarquização nem ligação entre si. Ou seja, são todas palavras de ordem *mínimas*, que não questionam a propriedade privada capitalista, nem o poder burguês, por mais que algumas delas tenham sido extraídas textualmente do *Programa de Transição*.

Finalmente, como fica demonstrado no exemplo da Logabax (e em muitos outros exemplos que não citamos para não nos estendermos muito), o método da OCI não é a mobilização, mas a negociação. Insistimos que os trotskistas não se opõem à negociação. Mas para nós o fundamental é a mobilização das massas, e, nesse marco, negociamos com a patronal ou com o governo, no momento e nos termos em que a correlação de forças nos permite. Para a OCI e para todos os reformistas, ao contrário, o fundamental é a negociação, e, nesse marco, a pressão das massas pode obrigá-los a impulsionar uma vez ou outra a mobilização.

Como síntese de toda a sua política oportunista-revisionista, a OCI não tem uma política de superar a crise de direção revolucionária do proletariado francês. No *Projeto de informe político* aparece uma “Resolução sobre o partido dos 10.000”. Nela não aparece nenhuma

menção ao PS nem ao PCF e à necessidade de combatê-los. Por outro lado, se antes das eleições havia na sua imprensa uma campanha sistemática contra o PCF e outra, não tão brutal, contra o PS, agora os ataques contra os estalinistas se suavizaram e os ataques aos social-democratas desapareceram por completo.

Por isso, a construção do “partido dos 10.000” é uma frase ritual a mais. Toda a política da OCI conspira diretamente contra a construção do partido trotskista revolucionário.

Capítulo IX

UM PROGRAMA OPORTUNISTA ANTE AS NECESSIDADES MÍNIMAS DAS MASSAS

Dizíamos, em nossa Carta ao CC do POSI, que uma das características fundamentais do bolchevismo e do trotskismo, e ao mesmo tempo um aspecto fundamental do método do *Programa de Transição*, é a agitação constante de palavras de ordem que mobilizem o proletariado a partir de suas necessidades mais sentidas. Ainda que possamos parecer repetitivos, convém nos determos nessa questão, insuficientemente desenvolvida na Carta.

O *Programa de Transição* afirma que nossa “tarefa consiste na *mobilização sistemática das massas para a revolução proletária*” (p.12).

O conceito de *mobilização sistemática* se repete em cada uma das tarefas enumeradas pelo programa:

“O desemprego e a carestia exigem *palavras de ordem e métodos de luta generalizados...*” (*idem*).

“Contra a carestia só é possível *lutar com uma palavra de ordem: a escala móvel de salários*” (*idem*).

“A *luta* contra o desemprego é inconcebível sem o chamado a uma ampla e audaciosa organização de obras públicas” (Op. cit., p.18).

E, em síntese: “A ‘possibilidade’ ou ‘impossibilidade’ de realizar as reivindicações é, no presente caso, uma questão de relação de forças que *só pode ser resolvida pela luta*” (Op. cit., p.13).

Pois bem, a OCI se opõe a este conceito de mobilização com um argumento bastante sofisticado, no qual convém deter-se. Vejamos,

por meio de um exemplo, como o *Projeto de Informe Político* a concebe.

Entre as empresas que o governo pensa estatizar está a Thomson-Brandt, grande multinacional da indústria elétrica e eletrônica, que produz desde eletrodomésticos até aparelhos de radar e computadores. Estoura um conflito na empresa, quando o governo anuncia que só estatizará a matriz, não suas inúmeras filiais e subsidiárias. Isto implica uma reestruturação da empresa, com um grande número de demissões.

A célula local da OCI publica um panfleto dizendo: “não às demissões, anulação do novo plano de reestruturação do grupo Thomson-Brandt, pagamento integral dos dias não trabalhados, emprego para os temporários, indexação dos salários conforme a alta do custo de vida” (citado pelo *Projeto...* p.6).

Lambert comenta: “A linha política desse panfleto é *diretamente oposta* à linha deste informe” (Op.cit.,p.6). Por quê?

“Todas as palavras de ordem [as enumeradas mais acima] (...) estão totalmente separadas, ‘ao estilo estalinista’, como bandeiras ‘econômicas’, da bandeira política da nacionalização sem indenização nem direito à reaqisição, ausente dessa enumeração. Em outras palavras, nosso camarada convida os trabalhadores a se lançarem “à luta, à luta” pelas reivindicações ‘econômicas’ que, pelo fato de estar ausente a bandeira da nacionalização, implicam no esvaziamento do seu conteúdo transitório (político). A forma desordenada com que algumas dessas reivindicações aparecem para os trabalhadores implica que de fato se propõe a eles a luta... pela greve geral ‘reivindicativa’ ” (Op. cit., p.6).

Vamos desarmar essa armadilha para inocentes. Aqui se está dizendo que é incorreto levantar a bandeira “contra as demissões” sem uni-la à da nacionalização sem indenização, (isto, diga-se de passagem, é o oposto do que se propõe em Logabax, onde a OCI *não defende* a nacionalização porque os operários confiam no governo; por acaso os operários da Thomson-Brandt *não* confiam no governo?). Mas aqui se diz algo mais. Já que os trabalhadores levantam bandeiras “econômicas”, puramente ‘reivindicativas’ e não levantam a bandeira transicional da nacionalização sem indenização... não se deve chamá-los à luta!

Isso é uma distorção repugnante do *Programa de Transição* e de seu método. Os trotskistas impulsionam todas as lutas dos trabalhadores, por mais “reivindicativas” que sejam, e no curso delas

buscamos dar-lhes um conteúdo transitório, através da mobilização permanente. Efetivamente, no caso da Thomson, a OCI diz: “É um erro impulsionar esta luta porque os trabalhadores não estão se mobilizando pela nacionalização sem indenização da empresa”.

Nós, trotskistas, dizemos: “Vamos à greve contra as demissões e a reestruturação. Para que não haja demissões, defendemos a estatização sem indenização da Thomson, com controle operário para impor a *nossa* reestruturação, de acordo com os *nossos* interesses e não com os da patronal”.

A diferença entre a OCI e os trotskistas é a diferença entre não mobilizar, baseando-se num argumento ultra-revolucionário (na realidade, profundamente reformista, por suas conseqüências), e elevar uma luta “econômica” ao nível político, agitando palavras de ordem transitórias na própria mobilização.

Toda luta operária parte dessas reivindicações que o *Projeto* chama com tanto desprezo de “econômicas”. Elevá-las ao nível “político”, mediante palavras de ordem transitórias é a tarefa *nossa, dos trotskistas*. Abandonar a luta pelas reivindicações econômicas, que é a política da OCI, é abandonar toda a luta. Isto a OCI o sabe muito bem. Sua atitude de desprezar “a luta, a luta” esconde, atrás de um argumento ultra-esquerdista, a abjeta política reformista de *não mobilizar as massas*.

Ao longo deste capítulo, veremos como o desprezo pela... “luta, luta” se traduz na militância prática da OCI.

1. A situação do proletariado francês

Começemos por conhecer um pouco a situação do proletariado e das massas trabalhadoras franceses durante o atual governo. No início do mandato de Mitterrand, tivemos o seguinte quadro: aumento da tarifa de gás em 22% e da luz em 15%; aumento do preço da gasolina em seis centimos o litro; aumento dos aluguéis das moradias entre 10 e 13%; aumento das tarifas de transporte público de passageiros em 14%. Por outro lado, o aumento do salário mínimo é de 10%, e existem 1.800.000 desempregados, além de um número indeterminado de subempregados, trabalhadores que só encontram trabalhos temporários. (Todos os dados são de *Le Monde*, 1,2,7,10 e 18 de julho de 1981).

Seis meses depois, a situação é muito pior. Segundo *Informations Ouvrieres* nº 1025, “já se ultrapassou a marca de dois milhões de desempregados (...), número oficial ao qual se devem acrescentar os milhares e milhares de jovens em busca de seu primeiro emprego, que não são computados como desempregados”. Além do mais, “o desemprego continua aumentando”.

Uma “Declaração aprovada pelo Comitê Central da OCI”, publicada em I.O. 1030, assim o resume:

“Os salários estão congelados; os preços continuam subindo; os aluguéis se tornam uma carga tão pesada que cresce o número de desempregados que não podem pagá-los; as condições de trabalho, longe de melhorar, tornam-se tão intoleráveis que, numa agência dos correios, os trabalhadores protestaram contra o ‘local giscardiano’ em que são obrigados a trabalhar, ou seja, contra o fato de estarem submetidos às mesmas condições de trabalho a que estavam no governo de Giscard. Sem falar do aumento do ritmo de trabalho (...). Sem falar da negativa obstinada de reclassificar os operários semi-especializados da Renault (...). Sem falar do aumento das contribuições do seguro social. Sem falar das incríveis manobras mediante as quais se tenta fazer o trabalhador pagar a redução da jornada de trabalho através do trabalho aos sábados e inclusive da redução de salários. Sem esquecer a cifra oficial de dois milhões de desempregados e as sombrias previsões para 1982”.

Temos, então, um panorama extraordinariamente sombrio, que já gerou várias lutas importantes dos trabalhadores franceses, como a da Renault e de outras empresas, como veremos mais adiante.

2. A OCI não luta contra a miséria do proletariado francês

O *Programa de Transição*, como vimos, afirma a necessidade da luta contra estas pragas do capitalismo. E propõe uma série de medidas de luta concretas:

Contra o aumento de preços e a queda do salário real: “... a escala móvel de salários. Isto significa que os contratos coletivos de trabalho devem assegurar o aumento automático dos salários correlativamente com a elevação dos preços dos artigos de consumo” (p.12).

Contra o desemprego: “... chegou o momento de lançar, junto com a exigência de obras públicas, a bandeira da escala móvel de trabalho” (p.13).

Estas palavras de ordem devem fazer parte de “um plano geral, traçado para um período de vários anos (...) do ponto de vista dos interesses dos trabalhadores, e não dos exploradores” (p.18).

Aqui temos, pode-se dizer, o método do *Programa* em todo o seu esplendor: desde as reivindicações mais elementares – contra o desemprego e a queda do salário real – até a elaboração de um plano econômico operário.

A OCI não tem um plano para a luta contra a miséria do proletariado. Limita-se a *denunciá-la*. Quando dizemos *plano*, estamos nos referindo a uma campanha de agitação sistemática, com “bandeiras e métodos de luta generalizados”, como diz o *Programa de Transição* (p.12). As palavras de ordem aparecem aqui e acolá: aumento de salários e de pensões de acordo com o aumento do custo de vida em *I.O.* 1005; congelamento de preços em *I.O.* 1014; escala móvel de horas de trabalho no nº 1020. A citada “Declaração do CC” (*I.O.* nº 1030) traz uma lista de palavras de ordem que citamos a seguir, intercalando alguns comentários:

“Por um verdadeiro controle de preços [Aplicado por quem? Não se diz]; por um aumento geral de salários de acordo com o aumento dos preços; pela redução do horário de trabalho sem contrapartida e respeitando-se a legislação de 1936; pela medida de urgência de dar trabalho obrigatoriamente aos desempregados [E por que não se levanta a palavra de ordem de ‘plano de obras públicas’? Respondemos: porque seria uma exigência a ser feita ao governo, coisa que a OCI evita por todos os meios]; pelo atendimento das reivindicações dos trabalhadores imigrantes [Quais são essas reivindicações? Quem deve atender-lhes e como o obrigamos a isso?]; pela nacionalização sem indenização nem direito a reaquisição dos grandes grupos capitalistas [E o controle operário? Sem isso, ‘nacionalização’ significa para os trabalhadores uma mera mudança de patrão]; por um plano de produção que não responda às necessidades da lei do lucro nem às exigências dos capitalistas, mas às necessidades dos trabalhadores”(*I.O.* 1030).

Se esta última palavra de ordem é o “plano geral traçado para um período de vários anos”, mencionado pelo *Programa de Transição*, onde estão os “métodos de luta” para impô-lo? Respondemos: não estão em *I.O.*, nem no *Projeto de informe político*, nem na “Declaração do CC”. E acrescentamos: não é por acaso, é porque toda mobilização, em última instância, vai se dirigir *contra o governo de Mitterrand, chefe do campo “progressista”*. E isto é explicado com

clareza por Stephane Just, no documento do Burô Político, que também será discutido no XXVIº Congresso da OCI:

“Neste momento, devemos expressar o que as massas esperam do governo, o que não significa que *todas as reivindicações devem ser dirigidas ao governo: a regra geral é que devemos dirigi-las à patronal, e não obrigatoriamente em termos de ação imediata*” (*La Lettre d'Informations Ouvrieres*, nº 11).

Aqui está a justificativa teórica da negativa da OCI em impulsionar a mobilização: as aspirações das massas estão depositadas no governo, e a conclusão implícita disso é que *a mobilização se voltará contra o governo* quando essas aspirações forem traídas. A tarefa (ou “regra geral”) da OCI é desviar as reivindicações para a patronal; quando elas se dirigirem contra o governo, a OCI vai formulá-las (como na “Declaração do CC”), mas não em “termos de ação imediata”, daí a ausência de métodos de luta em tal declaração e em toda a literatura da OCI.

Quando se diz que nem todas as reivindicações devem ser formuladas em termos de ação imediata, poderíamos estar de acordo com Just, mas com duas condições. A primeira é que se especifiquem as bandeiras que não são para a ação imediata: por exemplo, “quando tivermos força suficiente derrubaremos o governo burguês de Mitterrad”, ou inclusive “fora os ministros burgueses”. As massas não se mobilizarão por essas tarefas enquanto confiarem no governo, mas, numa situação como a que vive o proletariado francês, “aumento de salários” ou as bandeiras para acabar com o desemprego são “para a ação imediata” sim, porque se trata de problemas de vida ou morte.

A segunda condição é que se esclareça que “agitação” e “ação imediata” não são sinônimos. Se a classe operária confia no governo, as palavras de ordem que se referem ao seu caráter burguês e à necessidade de derrubá-lo evidentemente não são para a ação imediata. Mas isto não significa que não as agitemos. Pelo contrário: aplicamos a famosa frase de Lenin de “explicar pacientemente”, que para nós significa *de maneira constante e pedagógica*.

Para Just, no entanto, se determinada bandeira não é “para a ação imediata”, então não deve *ser levantada, nem agitada*, e só lembrada de vez em quando, nos dias de festa, e de forma abstrata.

As palavras de ordem enumeradas na “Declaração do CC” são *todas* para a ação imediata, tendo em vista a situação em que se encontram as massas da França. No entanto, a OCI não menciona *nenhuma* medida de luta, porque todas essas reivindicações se

dirigem contra o governo, e isso vai contra a “regra geral” de Just. Por isso, reafirmamos o que foi dito acima: a OCI *denuncia* os problemas das massas francesas *mas não os combate*.

Vejamos alguns desses problemas mais de perto.

3. O desemprego

Quando o primeiro-ministro Mauroy pronunciou seu discurso programático diante da Assembléia Nacional, no dia 8 de julho, havia na França um milhão e oitocentos mil desempregados; essa cifra já superou os dois milhões. Mauroy apresentou o seguinte plano, batizado como “guerra contra o desemprego” (*guerre au chômage*):

“O governo vai propor aos senhores em dezembro a aprovação de um plano de dois anos (...) que organizará a luta implacável contra o desemprego. Permitirá iniciar uma transformação profunda em nossa sociedade em 1984. Então, será apresentado um plano quinquenal mais ambicioso”(Le Monde, 10/7/81). E, em outro momento do discurso, diz que o objetivo do primeiro plano é a criação de 200.000 postos de trabalho para o final de 1984.

A OCI não só não propõe nenhuma medida de luta concreta contra o desemprego, como, no comentário sobre o discurso de Mauroy, diz: “*Nenhum trabalhador pode deixar de apoiar o princípio desses planos*”.

O que é isso senão uma brincadeira de mau gosto? O trabalhador desempregado sabe que, segundo o plano de Mauroy, lá para 1984 haverá trabalho para 10% dos desempregados atuais (quem sabe quantos serão na época), e que depois haverá um plano de cinco anos. Portanto, terá que esperar sete anos para ver se os planos burgueses podem eliminar o problema do desemprego. E a OCI lhe diz que ele deve apoiar esse plano! E vai além, como demonstra o exemplo de Logabax, diz que ele deve ser paciente e dar ao governo o tempo de que ele precisa para implementar o plano.

O problema se agrava com a existência dos “intérimaires”, trabalhadores que conseguem empregos temporários por meio de agências de emprego. Este é um dos setores mais explorados da classe trabalhadora, já que a instabilidade no emprego o torna particularmente vulnerável aos ataques patronais.

A OCI atribui – corretamente – grande importância a esta questão. Mas, quando se trata de passar das denúncias às propostas para a ação, a única coisa que propõe é a realização de um congresso de

trabalhadores temporários para eleger uma delegação que entregue um abaixo-assinado ao ministério do trabalho.

Pois bem, a delegação foi formada e foi ao ministério. O resultado da entrevista, publicado em *I.O.* nº 1029 é uma ode à impotência: o funcionário que recebeu a delegação fez algumas promessas vagas, mas quando lhe perguntaram por que não se aplica a promessa eleitoral do PS de obrigar as agências a pagar ao trabalhador temporário um salário no intervalo entre um emprego e outro, na perspectiva de abolir o trabalho temporário, respondeu: “Não decidimos assim, porque isso provocaria o desaparecimento imediato das empresas de trabalho temporário. Não queremos isso. Sem dúvida, chegaremos a esse resultado, mas não imediatamente”. Acrescentou que o governo formularia um plano de *três* anos para acabar com o trabalho temporário.

A delegação se retirou chorando: “Então, o governo se orienta de fato para uma lei que manterá o trabalho temporário durante três anos, pelo menos... Como isso se concilia com os interesses da democracia e com os dos mais afetados, os superexplorados trabalhadores temporários?”

Ponto, fim do artigo. O que esperavam? Achavam que uma delegação ao ministério do trabalho, sem estar acompanhada de nenhuma medida de luta, resolveria o problema?

Aplicando o método do *Programa de Transição* ao problema do desemprego (incluindo os temporários), teríamos um programa como este:

“Companheiros trabalhadores, há em nosso país mais de dois milhões de desempregados, número que sobe a cada dia, e não inclui os temporários nem os jovens que buscam seu primeiro emprego. O governo nos pede um tempo de sete anos para resolver o problema. O plano do governo contempla somente os interesses dos patrões, é uma burla a nossas aspirações e às razões pelas quais o elegemos. Vamos repudiá-lo!

“Que os comitês de empresa convoquem um congresso de delegados para elaborar um plano econômico que contemple o trabalho para todos e aprove as medidas de luta necessárias para impô-lo. Nesse congresso, a OCI proporá as seguintes medidas de emergência:

- Aumento imediato dos impostos sobre os lucros dos patrões.
- Anulação do orçamento de defesa.

- Que se utilize esse dinheiro para um plano de obras públicas que garanta trabalho para todos os desempregados, com salários fixados pelos sindicatos.
- Reintegração dos demitidos a seus antigos postos de trabalho.
- Que se ponham à disposição do congresso de delegados os livros de contabilidade das empresas em processo de demissão de trabalhadores ou de fechamento. Uma comissão nomeada pelo congresso estudará esses livros e, com base em seu informe, decidirá: as empresas que puderem reintegrar os demitidos serão obrigadas a fazê-lo; as que não puderem serão expropriadas imediatamente sem indenização e colocadas sob o controle dos seus trabalhadores.
- As agências de emprego temporário serão fechadas e proibidas por lei.
- A OCI alerta: a patronal e o governo não podem aceitar este plano, porque ele se baseia em nossas necessidades, não nos lucros dos patrões; é um plano oposto ao de Mauroy. Isto exige que o congresso adote as medidas de luta necessárias. Estamos convencidos de que só venceremos a patronal e o governo mediante uma greve geral com ocupação de fábrica, e propomos que comecemos desde já a prepará-la, criando comitês de greve por fábrica e um comitê de greve nacional.”

Este programa é só um exemplo, que deve ser melhor adequado à situação concreta. Só queremos assinalar que a OCI não levanta nenhum programa transicional desse gênero. Contenta-se com a medida ultramínima de exigir que o governo cumpra seu miserável plano burguês e suas promessas eleitorais, e chora quando ele diz que não pode fazê-lo. Em síntese, a OCI renunciou à luta contra o desemprego, porque renunciou à luta contra a burguesia e o governo de Mitterrand.

4. O apoio às nacionalizações do governo

Dizíamos, em nossa carta ao CC do POSI, que a OCI (u) apóia o plano de Mauroy de nacionalizar uma série de empresas em crise.

A OCI respondeu parcialmente à nossa crítica, dizendo que distorcemos o editorial de *I.O.* ao não citarmos, entre outras, as seguintes frases:

“Este exemplo é significativo em outro sentido. É correto ‘reembolsar’ ou ‘indenizar’ a Agache-Willot? Quantos bilhões de

francos beneficiaram os grandes grupos da siderurgia e as indústrias elétrica, eletrônica e química? (*Bulletin* nº 1, p. 31).

Com isto querem demonstrar que nós distorcemos a linha do editorial: “Nesse editorial, ressalta-se claramente, em oposição ao plano de nacionalizações do governo, a reivindicação de ‘nada de indenizações’, a expropriação de toda empresa que demite, etc.” (Op.cit., p.31).

Então, vamos citar nossa Carta ao CC do POSI, vamos ver quem distorce:

“Ao invés de fazer invocações à supressão e à coletivização da propriedade privada e, portanto, ‘estar a favor... das nacionalizações’ que o governo Mitterrand vai fazer, o Programa de Transição diz que é preciso ‘prevenir as massas contra os charlatões da Frente Popular’, já que são ‘agentes do capital’, e que só se pode confiar na ‘força revolucionária’, ou seja, não se pode confiar no governo dos charlatões. Trotsky teria dito que Mauroy é um charlatão a serviço do capitalismo, que não se pode confiar nele e só na força revolucionária das massas, que é preciso expropriar sem indenização e lutar já pela “tomada do poder pelos operários e camponeses”.

“O programa da OCI (u) se transforma num programa mínimo, que ‘está a favor de uma medida ultraburguesa, que não soluciona absolutamente nenhum problema e que não ataca em absoluto a burguesia. E, paralelamente, há uma ou outra diferença no jornal, muito, muito excepcional, através de perguntas feitas, vez por outra e de forma implícita, sobre a conveniência de não se pagar aos burgueses que forem expropriados. Mas a linha positiva, editorial, foi o apoio, *a priori*, ao plano de nacionalização do governo’.

Acreditamos que nossa crítica foi perfeitamente clara e de forma alguma distorce o editorial e a linha da OCI. Nós dizemos que sua política é a de *apoiar* o plano de Mauroy, já que diz que todo avanço nesse sentido (da aplicação do plano de nacionalizações) “só pode ser positivo”, e que se deve estar “a favor, *a priori*, da nacionalização”.

E, ritualmente, de quando em quando, se diz que o ideal seria que não se indenizassem os capitalistas expropriados. Exatamente a mesma coisa que dizem Pablo, o PC e todos os reformistas que existem no mundo! Que as nacionalizações do governo burguês são progressistas, que devemos apoiá-las. E, na oportunidade, também dizem ao governo que seria melhor não indenizar os capitalistas.

Se Lambert e Just dizem que distorcemos suas palavras, então que nos digam onde está dito em *I.O.* ou em qualquer material da OCI (u):

“O plano Mauroy é um plano burguês que consiste em estatizar empresas em crise e indenizar seus donos com o dinheiro que é obtido com a exploração dos trabalhadores. Com esse plano, Mauroy e Mitterrand se mostram como o que realmente são, servos abjetos dos capitalistas. A nacionalização que queremos é a expropriação sem indenização e sob o controle operário de todas as empresas capitalistas e a imposição do controle operário nas já nacionalizadas. Essa é a única ‘nacionalização’ a favor dos trabalhadores, e só pode ser alcançada por um governo dos operários e dos camponeses. Por isso, *repudiamos* o plano Mauroy.”

Que Lambert e Just nos mostrem onde se faz uma *campanha* sistemática e brutal com a palavra de ordem: “Abaixo o plano burguês de Mauroy; pela nacionalização sem indenização”.

Nós não a encontramos. Encontramos apenas, como dissemos, a aprovação do plano Mauroy, “por princípio” e “*a priori*”, e a sugestão tímida de não indenizar. Por isso, dizemos que Lambert e Just são charlatões a serviço de Mauroy, que por sua vez é um charlatão a serviço do capital.

5. A Educação

O problema do ensino público adquiriu grande importância ultimamente, devido ao fechamento, no governo de Giscard, de milhares de escolas públicas. Isto faz com que muitas famílias trabalhadoras tenham que colocar seus filhos na escola católica paga. O problema reside então no que significa o ensino católico como difusão de uma ideologia ultra-reacionária, além da baixa no orçamento do trabalhador.

Esta situação exige do partido trotskista uma política pela reabertura imediata das escolas fechadas e, diante da resposta inevitável do governo de que “não há verbas para isso”, a reivindicação de que se aumente o orçamento para o ensino à custa, por exemplo, do orçamento militar.

Esse é um aspecto do problema. O outro é que o ensino é um fato social e todo o sistema educativo deve ficar nas mãos da sociedade, não nas mãos caprichosas de qualquer grupo capaz de se autofinanciar, como a Igreja.

A campanha da OCI, que se expressa permanentemente em todas as edições do jornal, do nº 1000 ao 1020, está sintetizada na bandeira “fundos públicos para a escola pública, fundos privados para a escola

privada”. A partir do número 1021, e como se fosse uma resposta a esta nossa crítica feita na carta ao Comitê Central do POSI, esta reivindicação aparece ligeiramente modificada: “só uma escola deve ser financiada pelos contribuintes: a escola pública aberta a todas as crianças” (*I.O.* 1025).

Isto não altera nada: a OCI faz campanha em torno da velha reivindicação dos maçons, dos liberais e dos socialistas burgueses: que o Estado deve repassar verbas unicamente para a escola pública, mas a escola privada e confessional tem o direito de coexistir com ela sempre que puder se autofinanciar. Mais adiante, nos referiremos a este aspecto do problema e a suas implicações profundamente reacionárias. Agora, vamos ver o que se diz em *I.O.* sobre a reforma do ensino:

“Quem melhor que os professores, pais de alunos e jovens para definir em que sentido se deve reformar a escola, expressar as necessidades e propor medidas? Para quebrar a resistência dos capitalistas, não teria que se apoiar nos professores, pais e jovens e mobilizá-los?” (*I.O.* 1018). Esta é uma posição liberal burguesa, que esquece o fato de que os “pais e jovens” se dividem em burgueses, pequeno-burgueses e proletários. A posição trotskista, de classe, é a expropriação das escolas privadas e a estatização de todo o sistema educacional, sob o controle do movimento operário e com um programa de estudos único, elaborado pelos profissionais de ensino e sujeito à aprovação também das organizações operárias. Junto com isso, exigimos uma série de garantias para os estudantes: um salário que os livre de toda obrigação que não seja a de estudar; direito à educação superior para todos os jovens; direito ao trabalho ao concluírem os estudos.

Pois bem, nós já havíamos formulado esta crítica em nossa Carta ao CC do POSI e a OCI nos respondeu. Em *I.O.* 1028 critica o “curioso método de discussão de Moreno, já que no citado artigo de *I.O.* 1018, depois das frases citadas por nós (e que são as mesmas que aparecem um pouco mais acima), se diz:

“Não se teria que convocar uma conferência nacional de delegados de professores e pais, com as organizações operárias, preparada em todos os municípios da França, para discutir como se organiza a nacionalização laica do ensino e as medidas a serem tomadas para garantir o direito real aos estudos e à formação profissional para todos?”

Em nossa Carta ao CC do POSI dizíamos: “Estamos nos referindo não à simples menção, em duas ou três frases perdidas em alguns jornais, das tarefas mais elementares, mas à campanha e agitação permanente e sistemática, em *todos* os jornais, das palavras de ordem...”

Este é justamente o caso: só encontramos a convocação a uma conferência nacional de pais e professores com as organizações operárias em duas edições do jornal, num suplemento especial sobre o ensino no nº 1017 e na citação do nº 1018. Portanto, nossa crítica é válida; trata-se efetivamente de “duas ou três frases perdidas em alguns jornais”, de forma alguma uma *campanha* tal como a entendem os trotskistas. Trata-se de uma repetição ritual de algumas frases do léxico trotskista, nada mais.

Em relação ao problema do ensino, a OCI realiza duas campanhas sistemáticas. Uma é a de “verbas públicas para a escola pública”; a outra, sobre a universidade, se refere à revogação de certas leis giscardianas. A ambas nos referiremos mais adiante, quando veremos o que a OCI faz, não o que deixa de fazer.

De qualquer maneira, discordamos do chamado à conferência nacional feito nesses termos. As organizações operárias aparecem ali como um participante a mais, junto com os pais (sem diferenciação de classe) e os professores. Nós consideramos, como dissemos mais acima, que as organizações operárias são as que devem controlar e dirigir a tal conferência e ter o voto definitivo sobre qualquer plano ou programa que ali se elabore.

Segundo, a “nacionalização laica do ensino” se contrapõe por completo à bandeira sobre o destino dos fundos públicos e privados, que reconhece o direito à existência da escola confessional. A bandeira que se agita sistematicamente é esta última.

Terceiro, a conferência deveria resolver sobre as “medidas a serem tomadas para garantir”, etc., etc. Por que a OCI oculta as medidas que, a seu ver, deveriam ser tomadas? Um partido trotskista diria: “A conferência deverá discutir as medidas a serem tomadas. Nós proporemos as seguintes, para que o movimento operário e os trabalhadores da educação comecem a discuti-las...”

“Finalmente, as críticas da OCI à nossa Carta ao CC do POSI começaram a aparecer meses antes do surgimento da versão francesa de tal carta. Por isso, os leitores franceses não sabiam que nós criticávamos *a falta de uma campanha conseqüente*, não tal ou

qual frase isolada. “Curioso método de discussão” é o de vocês, senhores da OCI!

6. Os trabalhadores imigrantes

Dedicamos um capítulo à parte aos imigrantes porque são aproximadamente a quarta parte dos trabalhadores manuais na França, e seu setor mais explorado. Os problemas que afetam todos os trabalhadores – salários, custo de vida, desemprego, moradia etc. – estão exacerbados ao máximo no caso dos imigrantes por causa da discriminação racial. Além do mais, eles não podem se organizar sindicalmente e participar da vida política do país. Os que se encontram em pior situação são os trabalhadores “*sans-papiers*” (sem documentos). Eles são aproximadamente 300.000, de acordo com números recentes, e estão sujeitos à expulsão imediata do país.

No dia 26 de maio, pouco depois de assumir o novo governo, o ministro do interior suspendeu as expulsões de imigrantes, à espera das novas leis que regulamentariam sua situação. A OCI aplaudiu a medida: em *I.O.* nº 1002 afirma-se que a suspensão “*é um importante primeiro passo no atendimento das reivindicações dos trabalhadores imigrantes depois da queda de Giscard-Bonnet-Soléru. Em segundo lugar, indica o caminho a ser seguido para dismantelar o aparato repressivo aperfeiçoado por Giscard-Poniatowsky-Peyrefitte (...)* A medida de suspensão provisória, à espera do debate na Assembléia nacional, parou essa máquina que perturbava suas vidas em nome das leis giscardianas”.

Segundo a OCI, então, os trabalhadores imigrantes não devem desconfiar do governo burguês, social-chauvinista, nem se organizar para lutar por seus direitos. Para que, se o governo atende a suas reivindicações? Mas vejamos como foi o “debate na Assembléia Nacional” e as “novas leis”.

Segundo *I.O.* 1020, as leis apresentadas para regularizar a situação dos imigrantes “estão longe de responder às necessidades de igualdade e justiça reclamadas por eles”. De fato, os que desejam se beneficiar com as novas leis devem ter vinte anos de residência no país e “apresentar provas irrefutáveis disso”. Aprovou-se, ademais, um projeto apresentado pelo senador socialista M. Roujas que suprime o direito das organizações de imigrantes com mais de cinco anos de existência de “lutar contra a discriminação” e de exercer “diante da justiça os direitos reservados à parte civil”.

I.O. nº 1025 se refere novamente a este problema, quando informa que trabalhadores imigrantes de nove empresas da região parisiense se declararam em greve e ocuparam as fábricas devido a um novo decreto: os *sans-papiers* têm prazo até o fim deste ano para apresentar às autoridades um contrato ou pelo menos uma promessa de trabalho; quem não puder apresentar será expulso. Os ocupantes das fábricas foram expulsos “brutalmente pela força conjunta de uma milícia patronal e pela polícia”. O mesmo *I.O.* denuncia que se trata de “um verdadeiro ardil, porque a regularização de seus documentos depende unicamente da boa vontade dos patrões”.

O que se propõe para remediar a situação? “Os militantes da OCI unificada submetem à discussão (dos imigrantes afetados) a proposta de formar uma delegação das empresas envolvidas que vá ao ministério exigir a retirada das forças policiais, a expulsão das milícias patronais, a regularização imediata e incondicional da situação dos imigrantes sem documentos e a intervenção do governo para obrigar os patrões a dar a cada trabalhador empregado um contrato de trabalho conforme a lei”.

Em resumo, o governo deu “um importante primeiro passo” para a satisfação das reivindicações, e por isso a OCI chamou os imigrantes a confiarem nele. Depois esse “primeiro passo” se transformou numa pisada nos direitos dos imigrantes, e a OCI continua *chamando-os a confiar*: a única medida que propõe é que se forme uma delegação para ir ao ministério. E em *I.O.* nº 1030 declara seu apoio a uma manifestação convocada para o dia 12 de dezembro pela Maison des travailleurs inmigrés.

Nós não estamos contra a delegação ao ministério. Mas essa não pode ser a única medida, em relação a todos os trabalhadores que estão em luta. As formas de negociar são importantes, mas o fundamental são as *medidas de luta*. Se os trabalhadores imigrantes de nove empresas estão em greve dirigidos por uma “coordenadora de imigrantes sem documentos”, há certas tarefas que se estabelecem de maneira quase automática para difundir a luta e garantir sua vitória: que a “coordenadora” estenda seu raio de ação até abarcar *todos* os imigrantes, tanto os que estão em situação irregular quanto os que não estão. Assim, o que nasceu como um pequeno organismo *ad hoc*¹³, pode transformar-se numa poderosa organização única de todos os imigrantes da França, e com uma direção independente da burocracia sindical, odiada pelos imigrantes, com justa razão, por seu racismo.

Esta organização poderia dirigir a luta por todos os direitos dos imigrantes (direitos que até agora a OCI não se dignou sequer a mencionar). Por exemplo, na campanha eleitoral, o PS lhes havia prometido o direito de voto. Quando chegou ao governo, anunciou que só poderiam votar a nível municipal. E terminou negando-lhes esse miserável direito. Poderia lutar por seus direitos de obter os mesmos salários dos operários franceses. Poderia lutar por seus direitos nacionais: ter escolas bilingües e conservar seus idiomas, costumes e cultura.

Tudo isso poderia ser feito, se existisse um partido revolucionário que o propusesse. A OCI não é esse partido. Seus escassos artigos sobre os trabalhadores imigrantes se limitam a apoiar suas lutas sem lhes oferecer nenhuma perspectiva revolucionária. Pelo contrário, a única coisa que propõem é uma delegação ao ministério, ou seja, em última instância, que confiem no mesmo governo que decretou sua expulsão, para resolver seus problemas.

7. O problema de classe nesta discussão

Estas deficiências da OCI (u) e de Lambert em relação aos trabalhadores imigrantes (que, por outro lado, não são sequer mencionados no *Projeto de informe político*) não obedecem a um esquecimento casual. Por trás do revisionismo de Lambert e de sua adaptação à social-democracia há um problema *de classe*.

A OCI (u) é uma organização formada por setores da aristocracia operária e trabalhadores de “colarinho branco”. É um partido de 5.000 militantes, dos quais entre 500 e 1.000 são professores e profissionais. Por outro lado, numa fábrica como a Renault há uma célula de apenas dois militantes (até pouco tempo eram três, mas um foi expulso por apoiar nossas críticas neste debate). Por isso, não é casual sua frente única com Bergeron e Force Ouvriere¹¹⁴, que é justamente a organização sindical dos trabalhadores de colarinho branco.

No terreno organizativo, a OCI (u) também se adapta à social-democracia e aos estratos assalariados privilegiados. Levada pelas mãos de Lambert, a OCI abandonou a organização do partido por empresa, categoria ou sindicato em favor da organização de bairro, como o PS.

Tanto por sua política como por sua organização, a OCI (u) se afasta cada vez mais do setor social para o qual deveria dirigir-se como base de sua militância e direção: o proletariado industrial e seu

setor mais explorado, os trabalhadores imigrantes. O escasso trabalho que realiza nesse meio, a julgar pelo que *Informations Ouvrieres* reflete, não tem como centro as fábricas, mas os *foyers*, ou seja, os lugares de residência.

Não é trotskista o partido francês que não se orientar para os operários industriais e para os trabalhadores negros, árabes, antilhanos, mediterrâneos e para as mulheres trabalhadoras. Só esses setores, os mais explorados, podem ser trotskistas conseqüentes porque são anticapitalistas e antiimperialistas. Os setores para os quais a OCI (u) se dirige são “anticapitalistas” num sentido estreito, já que jamais denunciam nem se mobilizam contra o imperialismo francês, a máxima expressão do capitalismo.

Por isso, não há direção trotskista na França se não existe uma organização cheia de camaradas negros, árabes e mulheres trabalhadoras.

Fora da direção da OCI (u) os burocratas corrompidos da UNEF e da CGT (Force Ouvriere), pagos direta ou indiretamente por Bergeron! Por uma orientação para os trabalhadores imigrantes, industriais e mulheres!

Encher a OCI (u) com os operários mais explorados, afastando a aristocracia operária e os burocratas da UNEF e da Force Ouvriere!

CAPÍTULO X

UM PROGRAMA MÍNIMO ANTE O ESTADO E A IGREJA

Um problema vital para o partido revolucionário é o de se armar com um programa para a destruição das instituições mediante as quais a burguesia exerce sua dominação. Nos referimos a todo esse dispositivo de ministério, secretarias de Estado, hierarquias de funcionários, forças armadas, a que comumente chamamos “aparato estatal”, coroado no caso da França pela presidência da República.

Quando um novo governo chega ao poder, é muito comum que faça algumas mudanças superficiais, desde a substituição de altos funcionários do governo anterior por gente de confiança, até a reforma constitucional. O governo Mitterrand não é uma exceção: acabou com a pena de morte; promulgou uma lei de anistia (muito limitada, aliás); está estudando uma chamada “lei de descentralização”, que limita os

poderes dos governadores dos estados enquanto aumenta os dos conselhos municipais.

Para os marxistas, o objetivo dessas “reformas” não é nenhum segredo: tenta-se abolir algumas instituições ou leis particularmente irritantes para as massas, sem alterar em nada o essencial. Ou seja, “mudar alguma coisa para que tudo fique igual”.

Nós consideramos que em cada etapa da luta de classes, o partido trotskista deve ter um programa para a destruição do Estado burguês e suas instituições, mostrando ao mesmo tempo o tipo de instituições que devem substituí-las: sovietes, eleição popular dos funcionários públicos com revogabilidade imediata etc. E, em se tratando de um Estado bonapartista como é a Vª República francesa, uma de nossas bandeiras permanentes deve ser “abolição da presidência”.

Em nossa carta ao CC do POSI criticávamos a OCI por carecer de um programa para a destruição da Vª República. No presente documento, vimos que isso se deve ao fato de que a OCI transferiu sua teoria dos “campos” para o seio do aparato estatal e considera que a eleição de Mitterrand é ‘incompatível’ com a existência da Vª República.

A OCI respondeu à nossa crítica dizendo que tem sim um programa para a destruição do Estado burguês da Vª República. Programa que se expressa, segundo eles, na seguinte passagem do *Projeto de informe político*.

“É impossível respeitar a vontade expressa pelas massas em 10 de maio e em 14 e 21 de junho, enquanto se respeitam a Vª República, a Constituição e suas instituições antidemocráticas. O aparato de Estado (que é um aparato de Estado burguês) da Vª República é um aparato de Estado bonapartista. É preciso quebrá-lo. *A OCI unificada apoiará todo passo que o governo Mitterrand-Mauroy puder dar nesse caminho, sem levar em conta sua política*” (citado em “Sobre o problema da frente popular e a política da OCI unificada”, *Bulletin intérieur d’information et de discussion international* nº 1, 30/11/81).

Isto não é mais do que ratificar nossa crítica: o único programa que a OCI tem para a destruição do Estado burguês é o apoio a “todo passo” que o governo burguês de Mitterrand puder dar nesse sentido. Não se diz o que se deve fazer no caso de que o governo não dê nenhum passo nesse sentido (que é, desde já, o que está ocorrendo) nem se contrapõem instituições operárias às do Estado burguês.

E, como para reafirmar ainda mais o que dizemos, na “Declaração do CC” publicada em *I.O.* 1030, aparece uma lista de palavras de

ordem, algumas das quais têm a ver com o problema do Estado. São elas:

“Pela revogação de todas as leis antilaicas, pela supressão das verbas públicas para a escola livre e confessional e pela entrega íntegra das mesmas à escola pública;

“Pela exoneração imediata dos altos funcionários impostos por Giscard, que continuam em seus postos, organizando a sabotagem; (...)

“Pela redução imediata do serviço militar para seis meses”.

Vamos ver o que significa este “programa”, tanto pelo que diz como pelo que omite.

1. Primeira omissão: a Vª República

Podemos dizer que até 10 de maio passado, a OCI teve uma política que é uma aula de trotskismo no que se refere a princípios. Denunciou constantemente o caráter bonapartista da Vª República, que outorga poderes quase ilimitados à presidência, ao mesmo tempo que anula os do parlamento. Assinalou sempre o caráter antidemocrático do aparato estatal, como retrocesso em relação às conquistas da própria democracia burguesa. Esta política da OCI se expressava na agitação da reivindicação “abaixo a Vª República”, concretizada em palavras de ordem para a ação, tais como: “derrotar Giscard para derrubar a Vª República”, “frente única dos partidos operários contra os partidos e instituições da Vª República” etc. O ataque ao aparato estatal bonapartista era o eixo das campanhas políticas da OCI, centradas nos governos que exerciam as funções estatais. Daí a luta feroz contra os governos sucessivos de De Gaulle, Pompidou e Giscard.

Desde que Mitterrand chegou ao governo, a reivindicação “abaixo a Vª República” desapareceu por completo da agitação e da propaganda da OCI, como demonstra a lista de palavras de ordem que reproduzimos mais acima.

Evidentemente, não se pode agitar no momento a palavra de ordem “tirar Mitterrand para destruir a Vª República”. Esta seria uma política ultra-esquerdista e estéril, já que as massas ainda confiam no novo governo. Mas isto não significa que a palavra de ordem “abaixo a Vª República” deve desaparecer da agitação do partido revolucionário, mesmo momentaneamente. Pelo contrário: agora que se inicia um

ascenso do movimento de massas, é necessário agitá-la mais que nunca, não só porque se pode dirigir a mobilização operária e popular para a destruição do Estado burguês, como também porque nesse processo é possível desmascarar o governo Mitterrand como acérrimo defensor da Vª República. A única coisa que muda em relação à etapa anterior é a formulação tática das palavras de ordem. Por exemplo:

“Para que se respeite a vitória das massas é preciso desmantelar o Estado RPR-UDF, acabar com a Vª República, suas instituições e sua constituição. Elegemos Mitterrand contra a Vª República, mas ele diz que as instituições estão bem feitas (ver sua entrevista em *Le Monde*, 2 de julho), e até agora não mudou nada, nem pensa fazê-lo no futuro.

Por isso devemos confiar somente em nossas forças. Só nossa mobilização independente pode liquidar a Vª República! Convocatória a uma assembléia nacional que assuma plenos poderes executivos e legislativos até dotar a França de uma nova constituição! Que seus membros sejam eleitos em assembléias locais e possam ser excluídos quando, a critério dos eleitores, traírem seus mandatos!

Nessa assembléia, os trotskistas vão propor uma nova estrutura estatal, baseada em conselhos operários locais que elejam delegados a um conselho operário central, que concentraria todos os poderes de Estado e principalmente a força armada”.

2. Segunda omissão: a presidência da República

A instituição que coroa todo o dispositivo estatal bonapartista é a presidência da República. Na França, este fenômeno é especialmente pronunciado: a constituição gaullista outorga ao presidente poderes quase ilimitados. Por exemplo, é ele quem determina a ordem do dia que deve ser discutida pelo parlamento. Esta instituição, que cumpre um papel quase decorativo, não tem poderes para se opor ao presidente. A presidência inclusive pode emitir decretos (*ordonances*) com força de lei, que não estão sujeitos à aprovação pelo poder legislativo.

Por tudo isso, as palavras de ordem pela *abolição da presidência* e sua substituição por um organismo operário deve fazer parte da agitação constante do partido revolucionário contra a Vª República. Mas, como no caso anterior, a OCI se “esqueceu” disso, desde o dia 10 de maio. Ainda que jamais explique o porquê dessa ausência, nós acreditamos que o motivo se deduz facilmente de toda a sua política.

A OCI considera que a simples eleição de Mitterrand é incompatível com a existência da Vª República, daí que todo seu programa nesse terreno se reduza a impulsionar os “passos” que ele possa dar nesse sentido. Mas para dar “passos” deve-se contar com os poderes necessários, e não há instituição na França que os possua em maior grau que a presidência.

Nossa conclusão não se baseia numa afirmação explícita da OCI, mas é a consequência lógica de toda a sua política. A OCI está contra lançar palavras de ordem pela abolição da presidência, porque considera que essa instituição, nas mãos do “burguês antiburguês” Mitterrand, é a ferramenta para *destruir a Vª República por dentro*.

É errônea esta afirmação? Em todo caso, ninguém pode tachá-la de aventureira ou especulativa, já que se baseia nos fatos rigorosamente comprovados que expusemos acima. A OCI só poderá nos convencer de que estamos equivocados se nos mostrar, jornal por jornal, as palavras de ordem que agitou contra a presidência a partir de 10 de maio.

3. Terceira omissão: as forças armadas burguesas

Uma das bandeiras do “programa” da “Declaração do CC” é “pela redução imediata do serviço militar para seis meses”.

Foi talvez pensando nela que François Forge disse, em seu artigo de resposta a Capa, em *Correspondência Internacional* nº 13: “Pode haver alguém que tenha verdadeiramente a audácia de pretender (...) que a OCI apóia as forças armadas de seu imperialismo?”

Pois sim, nós afirmamos isso, e não com audácia (no sentido de sermos especulativos ou de inventarmos fatos), mas estritamente com base na realidade. Imediatamente antes da frase citada, Forge diz que não se deve “confundir momentos diferentes da situação”, e esclarece:

“A forma concreta da luta das massas contra o Estado burguês, o eixo que neste momento as massas podem tomar para se mobilizar contra o mesmo são os setores do aparato de Estado como a polícia, as polícias paralelas ‘institucionalizadas’, a alta administração que possui todos os instrumentos de comando do Estado” (Op. cit.). E com base nisso afirma que não se deve acusar a OCI de apoiar as forças armadas imperialistas.

Expresso em termos de documento, temos: Visto que as massas neste momento não prestam atenção ao problema das forças armadas

e considerando que somente se devem agitar as palavras de ordem que sirvam para a mobilização imediata, a OCI resolve... abandonar a luta contra as forças armadas! E somente um “audaz” pode pensar que isto é uma forma de apoio às forças armadas do imperialismo francês.

Nós, com a audácia que nos brinda nosso firme apoio sobre o método marxista, afirmamos que a OCI está sim apoiando as forças armadas do imperialismo francês, mas de forma vergonhosa, negativa, ao se recusar explicitamente a combatê-las. Consideramos que se existe um bom momento para passar da propaganda à agitação pela destruição das forças armadas, esse momento é o *presente*, quando as massas estão em ascenso e aspiram a liquidar esse inimigo eterno que é o exército burguês. Se suas ilusões as fazem acreditar que Mitterrand fará isso, então devemos combater essas ilusões no terreno da *denúncia do governo e da mobilização*.

A bandeira “pela redução do serviço militar para seis meses” merece um parágrafo a parte. Que significa esta palavra de ordem isoladamente, como a OCI (u) a expressa? Esclarecemos que taticamente podemos concordar com ela, já que se trata de uma promessa eleitoral que não foi cumprida pelo governo, e uma reivindicação pela qual a juventude está se mobilizando multitudinariamente. Mas, em primeiro lugar, a OCI não centra seus ataques no governo por não cumprir suas promessas, mas sim no PC por aceitar publicamente a duração atual do serviço militar (um ano).

Em segundo lugar, a redução do serviço militar é uma bandeira mínima, reformista, que não atenta contra as forças armadas burguesas se não estiver unida a um programa de palavras de ordem transitórias relacionadas. Vejamos o que dizia Trotsky:

“Não podemos nos opor ao treinamento militar obrigatório por parte do Estado burguês, assim como tampouco podemos nos opor à educação obrigatória por parte desse mesmo Estado. O treinamento militar aparece diante de nossos olhos como parte da educação”(“Sobre o serviço militar”, 9/7/40; *Escritos*, tomo XI, vol.2, p.435). E esclarece:

“Estamos absolutamente a favor do treinamento militar obrigatório, assim como do serviço militar. Serviço militar? Sim. Pelo Estado burguês? Não. *Não podemos confiar essa tarefa, nem qualquer outra, ao Estado dos exploradores.*

Em nossa propaganda e agitação devemos diferenciar claramente estas duas questões. Ou seja, não lutar contra a necessidade dos

trabalhadores de serem bons soldados e de construírem um exército baseado na disciplina, na ciência, em corpos fortes etc, incluindo o serviço militar, mas sim contra o Estado capitalista que abusa do exército em favor da classe exploradora” (op. cit., p.434-435). E pouco depois:

“Nossos camaradas deveriam ser os melhores soldados e oficiais e, ao mesmo tempo, os melhores militantes de classe. Deveriam provocar nos trabalhadores desconfiança em relação à velha tradição, aos planos militares da classe burguesa e seus oficiais, e insistir na necessidade de educar oficiais operários, que serão absolutamente leais ao proletariado”(Op. cit., p.453).

Desses conceitos de Trotsky se desprende todo um programa transitório:

- Controle do serviço militar pelas organizações operárias;
- Emprego das forças armadas unicamente para repelir a agressão externa, não para atacar outros países; desmantelamento imediato de todas as bases estrangeiras e retirada das tropas ali estacionadas;
- Proibição de utilizar as forças armadas para reprimir o movimento operário;
- Salário mínimo industrial para os soldados, pago por seus patrões;
- Legalidade para os comitês de soldados; que estes se filiem aos sindicatos centrais;
- Que esses comitês elejam os oficiais e suboficiais, sob controle das organizações operárias; que garantam um bom treinamento no uso das armas mais modernas para todos os soldados; não queremos ser bucha de canhão! Até atingir o objetivo estabelecido pelo *Programa de Transição*: “Substituição do exército permanente por uma milícia popular em união indissolúvel com as fábricas, minas, granjas, etc.” (p.30).

A OCI, com sua bandeira única (a qual, insistimos, só serviria taticamente para denunciar o governo) tem o “programa” contrário: que os operários devem ser piores soldados que antes e permanecer sempre sob o comando de seus oficiais burgueses, a serviço dos exploradores.

4. A luta contra a Igreja é abandonada

Uma das críticas formuladas em nossa carta ao CC do POSI se referia ao emprego por parte da OCI da palavra de ordem “fundos públicos para a escola pública, fundos privados para a escola privada”, porque ela significa respeitar o direito da igreja católica de manter suas escolas e difundir sua ideologia putrefata, contanto que se autofinancie.

Nossa crítica não provocou a menor resposta por parte da OCI. Pois bem, *I.O.* (por exemplo, nos números 1019 e 1020) dedicou muito espaço para explicar como as escolas católicas difundem sua ideologia a serviço da exploração. Como denúncia está muito bem, mas o curioso (melhor dito, o repugnante) é que a OCI *continua defendendo o direito da escola católica de existir e de contaminar as mentes infantis*: sua única reivindicação continua sendo a de não liberar créditos públicos à escola privada, ou seja, o velho lema da maçonaria¹¹⁵, dos liberais e do socialismo burguês.

Se considerarmos que a igreja católica, além de um colossal aparato a serviço da contra-revolução, é uma potência econômica (o Papa é hoje o primeiro acionista da Bolsa de Nova York), o corte das verbas públicas seria um golpe duro para ela, mas de maneira alguma a tiraria de cena. Por isso, para os revolucionários, é um dever supremo empregar os métodos da luta de classes mais implacável para tirar da Igreja os meios com que ela conta para sua ação contra-revolucionária. Isto significa, em outras palavras, expropriar suas escolas, clubes, hospitais e todos os seus meios de autofinanciamento: fábricas, campos etc. Significa obrigar os padres a trabalhar e a exercer os rituais fora das horas de trabalho, assim como o trabalhador só vai à missa em suas horas livres. Significa, enfim, levantar um programa de transição contra a Igreja:

- Fora os padres e as freiras da escola, dos sindicatos, dos hospitais, das associações esportivas e culturais, de toda atividade que não seja estritamente a do culto!
- Expropriação imediata e sem pagamento de todos os bens da Igreja!
- Que os padres ganhem a vida trabalhando, não difundindo sua ideologia podre a serviço da exploração!
- Fundos públicos para a escola pública, fundos privados... também!

5. A teoria dos campos no aparato do governo

A OCI não só considera que surgiram dois campos antagônicos na esfera da sociedade, como transferiu essa teoria para o âmbito do próprio governo e do aparato estatal. Segundo o *Projeto de informe político, não existe somente um aparato governamental a serviço da burguesia*, mas os dois campos citados. O campo antiburguês compreende o presidente Mitterrand, os altos funcionários nomeados por ele e a maioria dos ministros. O outro, por hora muito mais poderoso, é o campo burguês dos funcionários giscardianos e também de alguns ministros.

Vejam alguns exemplos de aplicação dessa política. Em julho, ocorre uma greve no aeroporto Roissy-Charles De Gaulle pela reintegração de seis sindicalistas demitidos. Esse aeroporto é, desde já, uma empresa estatal; por isso, o patrão contra o qual se dá a greve é o Estado, e concretamente o governo de Mitterrand. Mas a OCI não entende assim:

“O que devíamos ter feito? Devíamos ter lutado pela vitória da greve, formulando uma tática que no seu desenrolar estabelecesse a *ruptura com a burguesia e, nesse caso, a revogação dos altos funcionários colocados por Giscard, que se mantêm em seus postos...*” (*Proyecto de informe político*, p.5).

Veja-se, então, que o patrão não é o governo, mas os altos funcionários, e não qualquer funcionário, mas os que vêm da administração anterior, que por alguma razão (talvez por falta de tempo) o governo não removeu.

Algumas linhas acima, se diz: “Nós não dissemos: ‘O ministro Fiterman é o responsável (pelas demissões), mas dissemos: a culpada é a direção geral (do aeroporto)’” (Op. cit., p.4).

Portanto, os trabalhadores dessa empresa estatal estão lutando unicamente contra a administração do aeroporto, que vem da época de Giscard; não contra o ministro dos transportes Fiterman (que pertence ao PC e que ficamos sabendo que faz parte do campo mitterrandista), nem contra o patrão supremo das empresas estatais, o presidente da República. Em outras palavras, segundo a OCI, quando o patrão é o governo, os trabalhadores não devem lutar contra ele, mas contra os representantes do campo inimigo que se encontram em seu seio.

Exemplos como este há em abundância, e os veremos quando nos aprofundarmos na política da OCI para a atual etapa; nos referimos ao problema de Roissy para mostrar como responde a uma concepção geral, a dos “campos”, transferida para o seio do aparato estatal. O

Projeto de informe político eleva a linha aplicada em Roissy ao nível de uma política geral para o período:

“Devemos explicar às massas trabalhadoras que (...) para respeitar a democracia que derrubou Giscard, é preciso tirar esses altos funcionários (giscardianos); exonerá-los”(Op. cit., p.3).

Dizíamos que alguns ministros do atual governo pertencem ao campo inimigo. O *Projeto de informe político* menciona concretamente quatro ministros: o gaullista de esquerda Jobert, o radical Crépeau e os socialistas Delors e Rocard. “Apesar dos radicais e gaullistas de ‘esquerda’ estarem totalmente marginalizados, sua presença no governo é altamente significativa. Mas o fato de maior importância está em que, diante da derrota de sua representação política, a burguesia teve que tomar diretamente a seu cargo o combate político contra o governo de Mitterrand” (Op. cit., p.4).

Jobert e Crépeau são, então, membros do campo inimigo no governo; no entanto, sua debilidade, fruto da derrota de seus partidos nas eleições, os torna insuficientes. O *Projeto de informe* continua: “Por ora, o CNPF assumiu esse combate político contra esse governo burguês, que não pode considerar como seu (...) O CNPF teve que assumir tanto a reorganização da representação política da burguesia como o fato de fazer explodir o PS, apoiando-se em primeiro lugar em *Delors e Rocard*”.

Portanto, os ministros Delors e Rocard, apesar de socialistas, são também membros do campo inimigo, e têm maior importância que Jobert e Crépeau: por algum motivo a patronal se apóia neles.

Essa atitude de transferir os campos para o âmbito do governo tem um objetivo claro, no qual nos deteremos quando tratarmos da política da OCI. Esse objetivo é *preservar o campo*, não fazer nem dizer nada que possa incomodar nossos aliados do campo e fundamentalmente o chefe dele, o presidente Mitterrand.

6. Como desmantelar o aparato estatal, segundo a OCI

Vimos neste documento que, em vários conflitos operários, sobretudo em empresas públicas, a OCI propõe que a mobilização deve dirigir-se contra os “altos funcionários giscardianos que se mantêm em seus postos”. Nesses casos, esta palavra de ordem cumpre o papel de desincumbir o governo dos problemas dos trabalhadores e impedir que eles se mobilizem contra ele.

Mas esta palavra de ordem, no campo programático, cumpre outro papel, ainda mais nefasto. A lista de palavras de ordem na “Declaração do CC” inclui a de “exoneração dos altos funcionários”; o *Projeto de informe político* nos esclarece seu significado:

“Devemos explicar às massas trabalhadoras que (...) para respeitar a democracia que derrubou Giscard, é preciso varrer esses altos funcionários; exonerá-los”. *Por acaso não é esta uma política de princípios em relação à tarefa principal que as massas trabalhadoras devem assumir: destruir o estado burguês, desmantelando as instituições reacionárias da Vª República?*” (Projeto..., p.3).

Temos, então, que a “tarefa principal” que as massas devem assumir é a “destruição do Estado burguês”, e para isso devem “desmantelar as instituições reacionárias da Vª República”. E a maneira “principista” de fazê-lo consiste em *afastar os altos funcionários giscardianos*, ou seja, substituí-los por funcionários socialistas.

Digamos, para começar, que esta política nada tem de novo. Durante o governo provisório russo, os mencheviques e esseristas levantavam a palavra de ordem de “por um ministério dos partidos majoritários nos soviets”, ao que Lenin respondeu:

“Um ministério dos partidos majoritários nos ‘soviets’ significa apenas uma troca de pessoas no ministério, conservando-se todo o velho aparato governamental, aparato integralmente burocrático, integralmente antidemocrático, incapaz de fazer reformas sérias que constam até mesmo nos programas esseristas e mencheviques (...) Mesmo naqueles ministérios que estavam nas mãos dos ministros socialistas, manteve-se inalterado todo o velho aparato administrativo, e freou-se toda a atividade.

Compreende-se [conclui Lenin] já que toda a história dos países parlamentares burgueses demonstra que uma mudança ministerial significa muito pouco, pois a atividade administrativa real está nas mãos de um enorme exército de funcionários (...) Este exército está atado pela sujeição à hierarquia, por determinados privilégios do serviço ‘oficial’; os quadros superiores desse exército estão totalmente subordinados, por meio das ações e dos bancos, ao capital financeiro e são, em certa medida, seu agente e o veículo de seus interesses e influência” (*Obras Completas*, T. XXVI, p.451).

Ou seja, para Lenin, substituir os funcionários burgueses pelos dos partidos soviéticos (ou os giscardianos pelos socialistas mitterrandistas) significa deixar intacto o aparato estatal. E mais ainda:

significa enganar as massas ao fazê-las crer que as velhas instituições, nas mãos de funcionários socialistas, podem satisfazer suas necessidades.

O movimento operário revolucionário tem uma tradição, que remonta à Comuna de Paris¹¹⁶, contra a burocracia dos funcionários públicos. Esta se resume nas palavras de ordem:

- Que as organizações operárias assumam as funções estatais;
- Eleição dos funcionários pelo movimento operário;
- Que estes permaneçam nos cargos por períodos limitados, possam ser afastados em qualquer momento por seus eleitores e recebam o mesmo salário de um operário médio.

Com esta questão dos funcionários públicos se arredonda a política oportunista da OCI em relação às instituições estatais. Abandonam-se as exigências de “abaixo a Vª República” e “abolição da presidência”; abandona-se a luta pela destruição das forças armadas burguesas e sua substituição pela milícia operária, em favor da exigência mínima de “redução do serviço militar”; Conserva-se o respeito por uma instituição arqui-reacionária como a Igreja, com a única exigência de que se autofinancie; e, como chave de ouro, propõe-se o desmantelamento do aparato estatal burguês mediante a simples substituição dos funcionários giscardianos por funcionários social-democratas.

CAPÍTULO XI

LAMBERT E PABLO APÓIAM O GOVERNO

Vimos anteriormente que, fora uma ou outra frase ritual, como “por um governo PS-PCF”, a OCI não tem uma palavra de ordem concreta de governo. Justifica essa posição com uma série de razões, todas elas falsas; já vimos quais são, mas convém recordá-las de maneira sintetizada.

A palavra de ordem de “fora os ministros burgueses” é tradicional no bolchevismo e no movimento trotskista: nós a levantamos quando está no poder um governo frente-populista ou operário-burguês. Lenin

a levantou durante o governo de Kerenski, e Trotsky, durante os governos de Blum e Negrín.

A OCI invoca a tradição oposta, a do reformismo: não levanta essa palavra de ordem devido à “escassa importância das funções ministeriais e das forças burguesas que respaldam” os ministros burgueses. Ou seja, o mesmo argumento que os mencheviques e seus discípulos, os estalinistas, usaram. Nós, bolcheviques-trotskistas, dizemos: se o PS e o PCF, com sua maioria eleitoral e parlamentar, incluem em seu governo a sombra da burguesia, então devemos denunciá-los implacavelmente por isso, convocando as massas a expulsar os ministros burgueses do governo.

Outra razão para não propor esta nem nenhuma outra palavra de ordem de governo nos é dada por Luis Favre: que as únicas palavras de ordem que devemos agitar são aquelas que possam mobilizar as massas de forma imediata. Com isso, confunde agitação com ação imediata, mas, além disso, contradiz toda a política anterior da OCI, que durante os sete anos de Giscard levantou a palavra de ordem “Fora o governo de Giscard, por um governo do PS e do PCF”, sem que existisse, pelo menos até bem pouco tempo, possibilidade alguma de concretizá-la.

Outra razão, que se repete inúmeras vezes no documento, é que “as massas consideram que o governo Mitterrand-Mauroy é seu governo”, ou seja, confiam nele.

As razões anteriores, todas de índole tática, poderiam nos fazer pensar que, se mudarem as circunstâncias (por exemplo, se as massas deixarem de confiar no governo), a OCI começará a levantar palavras de ordem de governo. Mas o *Projeto de informe político* [esgrime uma razão adicional, de tipo *teórico*, onde nos diz de fato que *jamais levantará uma palavra de ordem de governo enquanto a frente popular continuar no poder*]:

“Seria absurdo apontar para os trabalhadores o objetivo de derrubar o governo. A linha que devemos desenvolver é a de ruptura com a burguesia” (Op. cit., p.7).

Em primeiro lugar, não entendemos como se pode romper com a burguesia sem romper com o governo burguês. Mas o mais grave é que aqui se abandona por completo o eixo do *Programa de Transição*:

“É preciso ajudar as massas, no processo de luta cotidiana, a encontrar a ponte entre suas atuais reivindicações e o programa da revolução socialista. Esta ponte deve consistir em um sistema de reivindicações transitórias que, *partindo das condições atuais e da*

atual consciência das amplas camadas operárias, conduzam a uma só e mesma conclusão: a conquista do poder pelo proletariado” (p.10).

Trotsky insiste nisso ao longo do documento: “O velho ‘programa mínimo’ é constantemente superado pelo programa de transição, cuja tarefa consiste *na mobilização sistemática das massas para a revolução proletária*” (Op. cit., p. 11-12).

“Sobre a base desta luta [por salários e contra o desemprego] (...) os operários compreenderão melhor a necessidade de *liquidar a escravidão capitalista*” (Op. cit., p.13).

“A estatização dos bancos só dará resultados favoráveis se o *próprio poder estatal passar das mãos dos exploradores para as mãos dos trabalhadores*” (Op. cit., p.21).

E em síntese: “Cada uma das exigências transitórias deve conduzir, portanto, a uma *única conclusão política*: os trabalhadores necessitam romper com todos os partidos tradicionais da burguesia para estabelecer, junto com os camponeses, *seu próprio poder*” (Op. cit., p.35).

Então, o objetivo de derrubar o governo burguês não só não é “absurdo”, como deve ser a “única conclusão política” de cada palavra de ordem que levantamos.

Este é o programa mais geral do trotskismo, mas o que acontece sob o governo de frente popular? Em julho de 1936, a Pré-conferência Internacional da Quarta Internacional aprovou o documento “O novo ascenso revolucionário e as tarefas da IVª Internacional”, referido à situação da Bélgica, *França e Espanha*, estes últimos, países onde governavam frentes populares.

A tese 9 afirma: “Só pode haver uma união séria, profunda e duradoura do proletariado com as massas pequeno-burguesas, em oposição aos acordos parlamentares com os exploradores radicais da pequena-burguesia, sobre a base de um programa revolucionário, ou seja, *a conquista do poder pelo proletariado e uma revolução nas relações de propriedade* em prol dos interesses de todos os trabalhadores. A ‘Frente Popular’ como coalizão com a burguesia é um freio para a revolução e uma válvula de escape para o imperialismo”.

E a tese 10 insiste: “O primeiro passo para uma aliança com a pequena-burguesia é a ruptura do bloco com os radicais burgueses na França e na Espanha, do bloco com os católicos e liberais na Bélgica etc. É necessário explicar esta verdade, sobre a base da experiência, a todo operário socialista e comunista. *Esta é a tarefa central do momento*. Na etapa atual, a luta contra o reformismo e o estalinismo é

principalmente uma luta contra o bloco com a burguesia. *Pela unidade honesta dos trabalhadores, contra a unidade desonesta com os exploradores! Fora a burguesia da Frente Popular! Abaixo os ministros capitalistas!*” (*Documents of the Fourth International*, p.87).

Tanto na França como na Espanha, onde existiam governos de Frente Popular, a “tarefa central do momento” para Trotsky era a *revolução proletária e a conquista do poder*. Isto é lógico, se levarmos em conta que a etapa do governo frente-populista corresponde a um debilitamento do poder burguês e, ao mesmo tempo, a um momento em que o proletariado tem aspirações anticapitalistas e socialistas. É a etapa em que a crise revolucionária está na ordem do dia, e por isso é necessário dirigir as aspirações e as necessidades do proletariado e das massas para um objetivo único: a derrubada do governo e a conquista do poder.

Quando a OCI afirma que o *objetivo* de derrubar o governo frente-populista é “absurdo”, nos dá, em meio ao emaranhado de razões falsas, a verdadeira razão para não levantar palavras de ordem de governo: a OCI apóia o governo burguês. E nisto Lambert e Pablo têm pleno acordo.

1. Como se expressa o apoio ao governo

Queremos deixar claro, em primeiro lugar, que não estamos comparando as respectivas trajetórias de Lambert e Pablo, que são antinômicas. Afirmamos que, neste ponto preciso de apoio ao governo burguês de Mitterrand, existe uma identidade essencial entre eles.

Já citamos as passagens essenciais dos documentos de um e de outro, onde expressam seu apoio às medidas (ou passos) progressistas do governo. A OCI afirma que “apoiará todo passo que o governo der nesse sentido” (refere-se às estatizações anunciadas por Mauroy) e acrescenta que “será sempre do mesmo ângulo que deveremos abordar” praticamente todos os problemas mais sentidos do proletariado e da juventude (Projeto..., p. 7); enquanto o órgão pablista diz: “apoiaremos todas as medidas sociais e políticas que [o governo] tome, que satisfaçam as reivindicações dos trabalhadores...” (*Pour l'autogestion* nº 1).

Pois bem, tanto Pablo como Lambert dizem que não apóiam o governo:

- “Nós *não apoiaremos o governo* como apoiaríamos um verdadeiro governo dos trabalhadores” (*Pour l'autogestion* nº1).

- “Portanto, não devemos apoiar o governo burguês de Mitterrand-Mauroy. Isso seria abandonar os princípios” (*Projeto...*, p.3).

A pergunta é: é possível apoiar os passos ou medidas progressistas de um governo burguês e não apoiar tal governo? Nós achamos, com Trotsky, que não, que apoiar os “passos/medidas” de um governo burguês é solidarizar-se politicamente com ele. É algo qualitativamente diferente de lutar no “campo militar” ou “físico” do governo frente-populista quando ele é atacado pelo setor mais reacionário (Kornilov contra Kerenski etc). Os reformistas sempre esconderam seu apoio ao governo burguês frente-populista por trás da máscara de apoio às “medidas/passos progressistas”.

2. Alguns governos burgueses são mais progressistas que outros?

A OCI e seus discípulos do POSI espanhol têm uma política com a qual concordamos plenamente quanto aos princípios (ainda que discordemos quanto à sua aplicação tática). É a política de repudiar todas as medidas do governo Juan Carlos - Suárez, por mais “progressistas” que pareçam. As medidas desse governo foram vinte vezes mais “progressistas” que as de Mitterrand-Mauroy. Basta mencionar uma: o direito de voto para todos os espanhóis e a legalidade para os partidos e sindicatos operários. A OCI jamais declarou seu apoio a tais medidas ou passos e com justa razão, porque significava apoiar a política de conjunto da monarquia para salvar o essencial do aparato estatal franquista modificando alguns aspectos secundários. Em outras palavras, para a OCI e para o POSI, apoiar uma medida ou passo do governo Juan Carlos-Suárez equivale a fornecer-lhe meios para fortalecer sua política de conjunto. Nós consideramos que essa política corretíssima é a que os partidos revolucionários devem aplicar em relação a *todos* os governos burgueses, independente do seu tipo.

A OCI não pensa o mesmo. Assim como repudia as medidas de Juan Carlos, considera seu dever apoiar os “passos progressistas” de Mitterrand, infinitamente mais mesquinhos que os daquele, e com isso proporcionar ao governo frente-populista francês os meios através dos quais ele possa enganar os trabalhadores.

A OCI não tem uma política de princípios com relação aos governos burgueses: aprova os passos de um e repudia os de outro.

Não vê a ambos como os veria um trotskista: como *inimigos de classe*, ambos merecedores de nosso repúdio.

Para nós, só existe uma explicação para a política da OCI: ela considera que o governo de Mitterrand é um governo burguês *sui generis*, antiburguês, cujos “passos progressistas” devemos apoiar. E isto se deve ao fato de que Mitterrand goza do apoio das massas, que o consideram seu governo, como se repete enfadonhamente ao longo do *Projeto*.

Existem, então, dois tipos de governos burgueses, os progressistas e os reacionários, e a diferença entre ambos reside no apoio ou falta de apoio que lhe dediquem as massas. Baseado nisso, o partido revolucionário deve apoiar ou repudiar seus “passos ou medidas progressistas”.

Isso se reflete na já citada afirmação do *Projeto de informe político*: “Quando se deu o golpe de estado dos generais de Argel, em 1961, contra De Gaulle, nós nos negamos a nos incorporar ao ‘campo’ de De Gaulle. É preciso discernir em cada caso de que governo se trata em particular” (Op. cit., p.7). Ou seja, o governo de De Gaulle é qualitativamente diferente do de Mitterrand, e qualitativamente diferente significa, para os marxistas, que a diferença é *de classe*.

A política oportunista até a medula de apoiar o governo de Mitterrand se fundamenta no caráter burguês “antiburguês” desse governo.

Essa política tem sua contrapartida sectária e ultra-esquerdista: uma vez que o governo gaullista não tem as mesmas “virtudes antiburguesas” do mitterrandista, a OCI não está em seu “campo” contra o golpe dos coronéis fascistas de Argel. É justamente o contrário do que afirma Trotsky, que, quando se instala uma luta física entre um governo burguês e um golpe fascista, intervimos militarmente no campo do governo, sem deixar nem por um instante de combatê-lo.

Esta política sectária se estende a outro terreno, como se vê claramente no caso da Espanha. Ali, o governo de Juan Carlos-Suárez concedeu eleições e legalidade para todos os partidos. A obrigação dos revolucionários era denunciar o conteúdo contra-revolucionário dessas medidas, o que o POSI de fato fez. Mas, ao mesmo tempo, tinha a obrigação revolucionária de utilizar essas medidas, e não o fez. Até há pouco tempo, não havia lutado para obter sua legalidade e participar das eleições às Cortes.

3. A posição dos trotskistas

Trotsky e nós, seus discípulos, temos uma política oposta à da OCI em todos esses terrenos. Nós partimos de um fato que constitui uma verdade elementar da luta de classes: todos os governos burgueses têm a mesma essência contra-revolucionária. Não colocamos um sinal de igual entre todos os governos: só um idiota poderia dizer que o governo de Mitterrand e o do marechal Pétain são a mesma coisa. Mas ambos têm em comum seu caráter burguês, contra-revolucionário; ambos buscam por distintas vias manter o regime burguês. Portanto, não existe uma diferença qualitativa entre eles.

O marxismo é uma ciência que define os governos por seu caráter de classe, e, a partir daí, busca as diferenças que possam existir entre eles. A OCI, ao contrário, aplica um critério não-científico, de definir os governos com base nas ilusões das massas, mais especificamente de seus setores mais atrasados. Se for conseqüente até o fim, no dia em que as massas perderem suas ilusões, dirá que o governo de Mitterrand se converteu num governo burguês “normal”.

Nós, trotskistas, não fazemos esse tipo de diferenciação, não consideramos que é preciso apoiar os passos ou medidas dos governos burgueses “progressitas” para impulsioná-los a romper com a burguesia. Pelo contrário, nossa atitude em relação aos passos ou medidas de Mitterrand é a mesma que em relação aos de Juan Carlos-Suárez: denunciemos o caráter contra-revolucionário de ambos os governos e de todas as suas medidas.

O fato de não ver nenhuma “virtude anticapitalista” especial em nenhum governo burguês, ainda que seja frente-populista, significa que somos conseqüentes também em outro terreno: nossa política para o momento em que o governo burguês é atacado por um setor mais reacionário que busca impor um regime bonapartista ou fascista. Vejamos em primeiro lugar o que diz Trotsky:

“Eu comparo a luta de Bruening contra Hitler à luta de Kerenski contra Kornilov; eu comparo a luta dos bolcheviques contra Kornilov à luta do Partido Comunista Alemão contra Hitler” (*The Struggle Against Fascism in Germany*. New York, Pathfinder Press, 1971, p. 186).

Isto quer dizer que, para Trotsky, não existe uma diferença *qualitativa* entre o frente-populista kerenskista e o bonapartista reacionário Bruening; e, quando a ameaça de Kornilov-Hitler se impõe, sua política é a mesma: lutar militarmente no campo de Kerenski-Bruening.

Em outra parte, esclarece: “A guerra civil entre Negrín e Franco não tem o mesmo significado que a concorrência eleitoral entre Hindenburg e Hitler. Se Hindenburg tivesse começado uma luta militar contra Hitler, isto teria sido o ‘mal menor’. Mas Hindenburg não era o ‘mal menor’, não travou uma luta aberta contra Hitler” (*La revolución española*, vol. 2, p. 163-164).

Ou seja, o qualitativo para Trotsky é que exista ou não uma “luta militar”. Por isso, é correto alinhar-se no campo *militar* da República contra Franco, não no de Hindenburg contra Hitler, porque essa “luta militar” *não se deu*.

Quanto aos “passos ou medidas”, *jamais* os apoiaremos, mas temos sim a obrigação de *utilizá-los*, qualquer que seja o caráter do governo burguês que os outorgue. Isto originou uma grande discussão entre o PS argentino e Mandel. Quando a ditadura militar de Lanusse convocou eleições e concedeu a legalidade a todos os partidos, inclusive aos operários, o PST(A) não apoiou essa medida, mas proclamou constantemente e aos quatro ventos que se tratava de uma conquista arrancada da ditadura pelas lutas operárias a partir do Cordobazo¹¹⁷. Dizia que o governo tentava desviar o ascenso de massas para os canais democrático-burgueses parlamentares. Mas, contra a ultra-esquerda e contra Mandel, que nos tachavam de reformistas, dizíamos que era nossa obrigação utilizar essas conquistas do movimento operário. Por isso, realizamos uma árdua campanha pela nossa legalização e participamos depois das eleições. Graças a isso, o PST se converteu, *nas palavras de Pierre Lambert*, num grande partido nacional.

Sintetizando, as nossas diferenças com a OCI nesse terreno são:

- Julgamos um governo pelo que ele é (ou seja, por seu caráter de classe), e não pelo que as massas pensam dele.
- Não encontramos diferenças qualitativas entre os governos burgueses: todos são absolutamente contra-revolucionários.
- Não apoiamos absolutamente nenhuma de suas medidas ou passos progressistas, mas os aproveitamos para nossos fins.
- Quando um governo burguês é atacado por um setor mais regressivo, combatemos no campo militar daquele, sem deixar de atacá-lo politicamente. Isto, sempre que se dê uma luta militar.

4. Uma distorção grosseira de nossa posição

Em sua já citada intervenção em Angola, Luis Favre afirmou, em resposta a um camarada que havia defendido a necessidade de denunciar todas as medidas do governo Mitterrand: “Por exemplo, se o governo decidir pagar o salário de setembro a todos os operários demitidos de Boussac-Saint Freres, nós diremos, ‘está bem, mas não é suficiente porque não há uma garantia de emprego’. Os camaradas [se refere a nós] diriam outra coisa: ‘Está mal, não se deve receber, isso é incorreto’. Agora, que operário entenderia isso?” (Atas gravadas. Onde escrevemos “receber” (“cobrar”, em espanhol, N.T.), Favre diz “pagar” na gravação original, mas supomos que se trata de um erro involuntário.

Isto é exatamente o contrário de nossa verdadeira posição, expressa no artigo de Miguel Capa em *Correspondência Internacional* nº 13: “As medidas ‘progressistas’ de um governo burguês, seja frente-populista ou não, *nós as utilizamos; nunca as apoiamos*. E as defendemos quando são atacadas”.

Aplicando esta posição ao caso de Boussac-Saint Freres, temos uma posição que não é a oportunista-revisionista de Favre, nem a ultra-esquerdista que ele nos atribui, mas a seguinte:

“O governo nos dá este salário para que não lutemos pela garantia de emprego permanente; neste governo, o número de desempregados aumenta constantemente. Por isso, vamos receber esse salário para poder continuar a luta, única forma de impedir o governo de nos deixar sem emprego, como já fez com centenas de milhares de companheiros em todo o país”. Esta é a nossa verdadeira posição e acreditamos que qualquer operário entenderia perfeitamente bem.

A posição de Favre, de apoiar este “primeiro passo” do governo, é totalmente oportunista, porque fomenta a confiança da classe operária no governo, conspirando com ele contra a única maneira de conquistar o emprego permanente: a mobilização dos operários. A diferença entre o oportunismo e o trotskismo é exatamente a que expressa Favre. Os oportunistas da OCI dizem que o que o governo faz “está bem”. Com isso, desmobilizam a classe, levando-a a pensar que o governo atua em seu favor.

Nós, trotskistas, queremos inculcar na classe operária que o governo é seu máximo inimigo político, e que se ele faz alguma concessão é com o objetivo de enganá-la e desmobilizá-la. Por isso, repudiamos ou denunciamos a medida da seguinte maneira: “O governo nos oferece o salário para setembro e a fome para depois. E se não for assim que nos demonstre: que não mande embora a nós,

trabalhadores, mas aos patrões; que nos dê o controle da fábrica para garantir que não haja uma única demissão. Mas, desde já, alertamos: não haverá nada disso, porque esse é um governo de acordo entre um setor da burguesia e os partidos operários traidores. Por isso, devemos receber esse salário e logo em seguida ocupar a fábrica e apelar para a solidariedade do movimento operário. Caso contrário, nos pagarão setembro e talvez outubro, mas depois ficaremos desempregados e na miséria”.

Em outra parte de sua intervenção, Favre diz: “Os setores auxiliares [do ensino] sempre lutaram pela titulação; este ano, como em todos os outros, pediram que o governo lhes garantisse emprego. O governo fez uma declaração dizendo que garantiria o emprego. *A nós nos pareceu que era um primeiro passo para a satisfação das reivindicações.* Agora, o governo declarou que não tem emprego para todos e disse que os que não vão trabalhar vão receber de qualquer maneira um salário. E nós, não contentes com isso – imagine como estavam os professores auxiliares, iriam receber salário sem trabalhar – reivindicamos que se dividissem as classes com até 25 alunos, para que todos pudessem trabalhar. Lançamos todo um combate para impor as reivindicações. O camarada [novamente, o que concorda com nossas posições] teria que dizer: “Temos que denunciar o governo por esta medida, de decidir pagar os salários aos professores auxiliares apesar de eles não trabalharem”. “ (Ata gravada).

De fato, afirmamos que o governo teria mesmo que ser denunciado, por não cumprir com suas promessas. Segundo Favre, “O governo fez uma declaração dizendo que garantiria o emprego (...). Agora ele declarou que não tem emprego para todos e disse que os que não vão trabalhar vão receber de qualquer maneira um salário.” Então, segundo ele, os professores estão contentíssimos e a OCI lhes diz que essa alegria está muito bem, que foi dado “um primeiro passo” e que temos tempo para negociar a distribuição de 25 alunos por classe para que haja trabalho para todos.

Nós, trotskistas, dizemos: “O governo nos prometeu trabalho e, obviamente, não cumpriu, porque é um governo burguês, do qual participam o PS e o PC, os partidos que nos traíram. Agora, para nos contentar, nos oferece um salário gratuito. Mas nós não queremos esmolas: não queremos ser desempregados com salário, mas trabalhadores com salário. O que o governo quer é nos desmoralizar e nos dividir; assim, quando resolver suspender nosso salário gratuito,

não teremos forma de lutar. Por isso, devemos receber esse salário, mas sem suspender por um instante a nossa luta pelo pleno emprego.

E, em seguida, proporíamos medidas concretas e palavras de ordem transicionais que dêem a essa luta uma perspectiva revolucionária. Por exemplo:

“Durante o governo de Giscard, foram fechadas milhares de escolas públicas. Nós devemos reabri-las, ocupá-las e realizar um congresso de professores para distribuir o trabalho disponível. Ao mesmo tempo, devemos exigir que o orçamento escolar seja administrado pelos professores e pelo movimento operário. Assim, haverá trabalho para todos os professores, inclusive para os novos, à medida que forem concluindo seus estudos”. Esse é um programa de transição para mobilizar os professores contra o seu patrão, o governo.

O programa de Favre, no entanto, é cúmplice da manobra através da qual o governo busca ganhar a confiança dos professores, demobilizá-los, lumpenizá-los e finalmente tirar-lhes a esmola quando eles já não estiverem em condições de lutar.

Nossa posição de forma alguma implica que os professores não devam receber o salário, mas o contrário: devem receber e, além disso, exigir que se dê tratamento igual a todo professor, inclusive o professor recém-admitido, enquanto continuar a luta pelo emprego.

5. Uma discussão chave

Toda a nossa discussão com a OCI gira em torno de dois pontos-chaves: um é o dos campos, de saber se os revolucionários devem fazer parte política do “campo progressista” burguês de Mitterrand ou não; e o outro, como vimos no presente capítulo, é o de apoiar ou não as medidas supostamente “progressistas” do governo. A OCI defende que sim; nós, que não. Mas, antes de avançar, devemos definir o que se entende (ou o que nós entendemos) por “medida progressista”.

Na época imperialista, em que a burguesia e todos os governos burgueses são absolutamente contra-revolucionários, “progressista” é todo passo ou medida que acelere o curso da revolução socialista, ou seja, todo passo anticapitalista. As medidas dos governos burgueses, suas concessões ao movimento de massas, são contra-revolucionárias porque respondem a três objetivos: frear a luta de classes e o ascenso revolucionário; aumentar o prestígio do governo e

dos partidos, tanto burgueses como operário-burgueses, diante das massas; e consolidar ou salvar o regime capitalista.

Como marxistas revolucionários, não podemos julgar cada medida de um governo separadamente (esta é boa, nós a apoiamos; esta é má, a recusamos), mas no marco de sua política de conjunto. Se um governo é burguês, sua política de conjunto é contra-revolucionária e, portanto, também o serão todas as suas medidas, por mais “progressistas” que pareçam.

Em síntese, julgamos cada medida de um governo no marco de sua política geral e em relação à luta de classes, jamais isoladamente.

Com base nesses métodos marxistas de apreciar os fenômenos em seu conjunto e em sua dinâmica, afirmamos: nesta etapa da luta de classes não há no planeta Terra um só governo burguês capaz de tomar uma “medida” ou dar um “passo” progressista, ou seja, que tenda à destruição do regime burguês, à instauração do socialismo e à abolição da exploração.

Nada disso significa que não lutaremos por medidas reformistas, mas entendendo sempre que estas são um subproduto da mobilização revolucionária da classe operária. Vejamos um exemplo.

Suponhamos que um governo burguês conceda um aumento de salários devido a uma greve geral. Nossa política ante essa “medida” dependerá do momento da luta de classes. Se o governo decretou o aumento porque não quer que a greve se prolongue, mas os trabalhadores não estão em condições de continuar lutando, diremos: “tomemos o que conquistamos e voltemos ao trabalho”, porque vemos que não há possibilidade por enquanto de levar a greve até o final, até derrotar o governo burguês e instaurar um governo dos operários e camponeses. O que não faremos jamais será dizer, com a OCI: “está bem que o governo tenha concedido o aumento; apoiamos essa medida”, porque nesse caso estamos apoiando o governo, colaborando com sua política de ganhar prestígio diante das massas e deter a luta. Se agirmos assim, o operário que nos escutar dirá: “Minhas ilusões neste governo estão justificadas, porque ele adota medidas progressistas, anticapitalistas. Já deu um primeiro passo, agora devemos ter paciência que virão os outros”.

Esclarecemos que o exemplo anterior se refere a uma greve geral contra o governo, mas aplicaríamos a mesma política se se tratasse de uma greve parcial contra um patrão individual ou contra a patronal de um setor da indústria. Continuemos.

Se o aumento de salários é fruto de uma greve, esse fato tem que servir para que denunciemos o governo, demonstrando que ele tomou essa medida contra a sua vontade e a da patronal, forçado por nossa luta. Efetivamente, diríamos:

“Nossa luta acaba de obter uma vitória, ao forçar o governo a nos dar um aumento de salários. Novos avanços exigirão novas lutas. Mas devemos dizer que Mitterrand nos traiu. Nós o elegemos contra Giscard para que garanta trabalho e bons salários para todos, e vejam o que aconteceu: para manter nosso nível de vida (já nem dizemos para melhorá-lo) somos obrigados a lutar, enfrentar a polícia, passar fome e correr o risco de ficarmos sem trabalho, como ocorria antes. Achávamos que isso tinha acabado, mas é evidente que não podemos confiar no governo nem no PS nem no PC: nada ganharemos se não lutarmos”.

A OCI, com sua política revisionista, faz exatamente o contrário: não só apóia as medidas, o que constitui um ato de solidariedade política com o governo, como, levada pela lógica de sua posição, apóia este governo de forma direta. Assim, se nega a exigir a estatização da Logabax para dar a Mitterrand o tempo de que necessita.

APÊNDICE

EM RESPOSTA A ALGUMAS CRÍTICAS

Nossas críticas à OCI, formuladas na carta de Capa em *Correspondência Internacional* nº 13 e na Carta ao Comitê Central do POSI, de 13 de outubro passado, foram respondidas de maneira parcial, e às vezes indireta, em certos documentos da OCI: no artigo de François Forge em *CI* nº 13, nos documentos publicados no *Bulletin interieur d'information et de discussion internationales* nº 1, na intervenção de Luis Favre num plenário conjunto dos dois partidos angolanos e, fundamentalmente, numa “Declaração do CC da OCI”, submetida à discussão no XXVIº Congresso e publicado em *I.O.* 1030.

Neste último documento, e como resposta indireta à nossa afirmação de que a OCI não tem um “programa de ação”, ou seja, transitório, para a França, aparece a seguinte lista de palavras de ordem:

“Por um verdadeiro controle de preços;
“Por um aumento geral de salários em relação ao aumento de preços;
“Pela redução do horário de trabalho sem contrapartida, respeitando-se a legislação de 1936;
“Pela adoção da medida de urgência de dar trabalho obrigatoriamente aos desempregados;
“Pela satisfação das reivindicações dos trabalhadores imigrantes;
“Pela nacionalização sem indenização nem direito a re aquisição (*rachat*) dos grandes grupos capitalistas;
“Por um plano de produção que não responda às necessidades da Lei do lucro e às exigências dos capitalistas, mas sim às necessidades das massas populares;
“Pela revogação das leis antilaicas, pela supressão das verbas públicas para a escola livre e confessional e pelo repasse de tais verbas integralmente para a escola pública;
“Pela exoneração imediata dos altos funcionários postos por Giscard, que continuam em seus cargos, organizando a sabotagem;
“Pelo respeito ao estatuto do funcionário público;
“Pela redução imediata do serviço militar para seis meses;
“Pela revogação das restrições aos estudos e da Lei Faure na Universidade.

Este “programa”, ou melhor, esta relação de palavras de ordem, reafirma milimetricamente o eixo de nossas críticas. Não há aqui nenhuma palavra de ordem de governo, nada que indique que só um governo dos trabalhadores pode atender a estas reivindicações, nem como chegar a tal governo (estabelecendo, por exemplo, que, “para realizar este programa é necessário em primeiro lugar varrer os ministros burgueses, Jobert e Crépeau, do governo”). Portanto, devemos concluir que, mais do que palavras de ordem (apesar da forma) são pedidos dirigidos ao governo Mitterrand, o que é coerente com toda a orientação da OCI. De fato, quem vai elaborar e aplicar um “plano de produção baseado nas necessidades das massas populares, não dos capitalistas”? Quais são as “reivindicações dos trabalhadores imigrantes”, quem e como se há de satisfazê-las? Quem deve controlar os preços e determinar sua taxa de aumento para fixar o aumento dos salários? A resposta é: o governo Mitterrand. A tarefa da OCI é pressioná-lo para que não ceda às “exigências dos capitalistas”.

Por esta “resposta” indireta aos questionamentos que já fizemos e a outros que analisaremos nas páginas seguintes, afirmamos que nossas críticas continuam de pé e se reafirmaram e ampliaram.

1. A OCI (u) NA RETAGUARDA DA PRIMEIRA ONDA

Em junho de 1936, ocorre na França a grande onda de greves com ocupação de fábricas que culmina na greve geral. Este é o processo a que Trotsky chamou a “primeira onda” e que resultou numa série de conquistas do proletariado francês, como a “Lei das quarenta horas”, que estabelece uma semana de trabalho máxima de quarenta horas, e o pagamento como horas extras das que ultrapassarem esse número.

Este grandioso movimento do proletariado francês foi precedido por uma série de conflitos locais e de fábrica, “greves econômicas” ou “corporativas”, como as chamavam os dirigentes estalinistas e social-democratas daquela época, e pela vitória eleitoral de Blum.

Nós consideramos que a França está vivendo atualmente os primeiros indícios de uma situação similar; o ascenso das massas ainda não alcançou o mesmo grau dos meses anteriores a maio-junho de 1936, mas aponta nessa direção. Em todo o país, ocorrem lutas operárias: contra as demissões, por aumentos de salários, etc. Isso significa que as massas, ainda que confiem em Mitterrand e em seu governo frente-populista, não se limitam a esperar passivamente que este resolva seus problemas, mas lutam por eles.

A política da OCI (u), tal como a vimos, consiste em evitar cuidadosamente que as massas lutem contra o governo. Daí seus constantes esforços para orientar as lutas contra os “banqueiros e capitalistas”, no caso das empresas privadas, e contra os “altos funcionários giscardianos”, quando o conflito afeta uma empresa pública ou estatizada, ou se trata de uma luta estudantil.

O fato de desviar ou frear o enfrentamento das massas com o governo não só constitui uma violação dos mais sagrados princípios do trotskismo, como tem outra conseqüência: a OCI não tem uma política para se colocar à frente das lutas do movimento operário e de massas.

Em nossa carta ao CC do POSI, dissemos que a OCI (u) não tem uma política de solidariedade com as lutas do movimento operário, de propagandizá-las, defendê-las, muito menos de estendê-las e colocar-se na sua direção para dar-lhes uma perspectiva revolucionária, mediante palavras de ordem transitórias adequadas. Agora,

reafirmamos essa acusação: nada se diz, por exemplo, da greve ferroviária de Paris-Saint Lazare, iniciada em 10 de dezembro, e que paralisou a circulação de um grande setor da **banlieue** parisiense. Nós ficamos sabendo da existência dessa luta por meio de *Le Monde* (11/12/81), e não por meio de *Informations Ouvrières*. Por outro lado, o “programa” da “Declaração do CC” já citada nada diz sobre a solidariedade com as lutas operárias em curso.

Tampouco disse alguma coisa sobre as lutas dos camponeses. Na última carta ao CC do POSI, criticamos a OCI (u) pela falta de solidariedade para com as lutas camponesas e pela ausência de uma política para uni-las às lutas do movimento operário. Esta situação não mudou: nas respostas (ainda parciais) à nossa carta não se diz nada a respeito e, pior ainda, se formos nos guiar pela “Declaração do CC”, na França não existem camponeses.

A esta altura, não podemos prever se estas lutas preliminares do movimento de massas desembocarão numa “primeira onda”, como a de 1936, ou se o governo conseguirá abortar o processo. A dinâmica objetiva aponta para o primeiro, já que a situação material do povo trabalhador piora a cada dia. Afirmamos que o partido trotskista tem o dever de aplicar uma política para difundir, unificar e fortalecer as lutas parciais e colocar-se à frente da primeira onda quando ela estourar. A OCI (u), pelo contrário, tem uma política para freá-la. Por isso, quando ela ocorrer, romperá sobre a cabeça da OCI (u) e a varrerá de seu caminho junto com os demais obstáculos.

1. A Plataforma de Orly: capitulação ante a burocracia

É preciso reconhecer que a OCI (u) formulou, é verdade, uma política para alguns (muito poucos) conflitos operários. Já vimos dois: Logabax, onde se negou a levantar a bandeira de “estatização para que não haja demissões”, porque o governo “precisa de tempo para resolver os problemas”; e Boussac-Saint Freres, onde defendeu que a medida do governo de garantir o emprego de centenas de trabalhadores demitidos *durante três meses* foi “um passo adiante”. Agora vejamos outros dois casos.

Segundo informa *I.O.* 1026, em 12 de novembro realizou-se a conferência dos trabalhadores do aeroporto de Orly, para discutir as medidas a serem tomadas diante da ameaça de demissão de vários trabalhadores. Diz-se que foi “uma autêntica assembléia operária para

organizar a luta contra as demissões, contra o desemprego”, e que “esta conferência é um êxito”.

Vale a pena deter-se em primeiro lugar na intervenção de um delegado da central operária Force Ouvriere, que o artigo de *I.O.* cita extensamente e sem a menor crítica: “Para FO, os únicos responsáveis antes de 10 de maio são a camarilha de Horffel e companhia, que organizaram premeditadamente o desmantelamento da plataforma de Orly. Portanto, *não é o novo governo*. Mas o novo governo deve responder às aspirações dos trabalhadores: significa que não deve aceitar esses planos. Giscard não foi varrido para que seus planos sejam aplicados”.

Claro, por que iria criticar esta intervenção de um burocrata sindical, se coincide precisamente com a posição da OCI (u): a culpa de tudo é do governo anterior, tenta-se apenas advertir Mitterrand que não deve aplicar esses planos.

Mas o pior (ou melhor, segundo a ótica lambertista) veio depois, quando foi aprovada “por unanimidade menos quatro abstenções” uma declaração elaborada pela organizações sindicais presentes, onde se estabelecem as medidas a serem tomadas contra as possíveis demissões:

“A conferência delega ao comitê coordenador aqui constituído o *objetivo de reunir-se com o Sr. Fiterman* [o ministro do setor] *para discutir esses problemas (...)* e resolve que, se as negociações com o ministro dos transportes fracassarem, *fará idênticas negociações com o primeiro-ministro e depois com o Presidente da República*” (citado em *I.O.* 1026).

Que medidas corajosas! Reunir-se com o ministro dos transportes, depois com o primeiro-ministro, depois com o presidente e depois... nada, porque aí termina a declaração. E, se ocorrerem demissões, a culpa é de Giscard.

Supomos que as quatro *abstenções (não votos contra a traição, mas abstenções)* não são da OCI (u), porque *I.O.* não critica a declaração: limita-se a transcrevê-la e diz que “a conferência é um sucesso”, porque aprovou uma medida de “luta contra as demissões”.

Nós não nos opomos às reuniões com os ministros, com Mitterrand e com a vovozinha de Mitterrand. Mas essa não é uma medida de luta, e sim de negociação, e de negociação impotente, além de tudo. Para um partido que se diz trotskista, nos parece elementar que ele proponha, por exemplo: “Sim, façamos encontros com Fiterman, Mauroy e Mitterrand, mas, ao mesmo tempo, *paralisemos o trabalho e*

ocupemos a plataforma. Assim evitaremos as demissões”. Se a relação de forças nos for desfavorável, proporemos medidas de luta menos radicais. Mas se for tomada uma decisão como a de Orly, teremos que dizer: “Acataremos disciplinadamente a decisão tomada, mas a conferência foi um fracasso total porque se impôs a política traidora da burocracia sindical de confiar no governo e fazer reuniões com os ministros. Saibamos desde já que é uma decisão nefasta, porque nos leva inevitavelmente à derrota, a que se dêem novas demissões”.

Nada disso: a OCI (u) capitulou por completo ante a burocracia sindical traidora.

2. Renault, a segunda traição

No início de setembro, estoura uma greve na Renault, a fábrica mais importante das estatizadas. A empresa emprega cerca de 40.000 operários e tem fábricas em todo o país.

O conflito começa nas fábricas Sandouville (Seine-Maritime) e Boulogne-Billacourt (região parisiense). As principais reivindicações são: redução do ritmo de trabalho na linha de produção e revogação de um decreto da administração que estabelece o *chomage technique*, a suspensão do trabalho durante cinco dias “para adaptar a produção ao mercado” (informes tirados de *Le Monde*, 25/9/81).

Qual foi a política da OCI (u)?

Primeiro, o silêncio total. *Le Monde* diz que o conflito começou “nos primeiros dias de setembro”. A primeira notícia que aparece em *I.O.* é no número 1021, de 10 de outubro, ou seja, um mês depois, e se trata de uma nota de um terço de página.

O editorial do nº 1022, de 17 de outubro, é dedicado ao assunto e tem o seguinte título: “Renault: primeiro enfrentamento entre as classes depois do 10 de maio”. Ali se diz: “Os trabalhadores se perguntam o que faz o governo? Onde se situa diante das provocações patronais?” Aqui já existe a primeira confusão, porque numa fábrica estatizada, o patrão, autor dessas “provocações”, é o *governo Mitterrand*.

O editorial responde à pergunta feita pelos trabalhadores: “A tarefa da OCI (u) é explicar a contradição entre a manutenção, na direção da Renault, de Hanon e outros altos funcionários dedicados à defesa dos interesses de capitalistas e banqueiros e a realização da vontade das massas trabalhadoras, expressa na votação maciça no PS no PCF”.

Como formulação tática, poderia servir, se em seguida se dissesse que o governo Mitterrand está traíndo as aspirações dos trabalhadores da Renault ao aplicar a mesma política de Giscard. Mas não é isso que I.O. diz, já que num artigo da mesma edição (1022) afirma: “Os trabalhadores sabem que o governo não pode ‘decidir tudo em todas as partes’. Então deveria, para respeitar a vontade das massas trabalhadoras, exonerar toda essa direção da Renault, todos os altos funcionários que, como todos sabem, representam os capitalistas e banqueiros”.

Então, existe uma “contradição” entre o patrão (o governo de Mitterrand) e a gerência, nomeada por Giscard. Mas, já que o patrão “não pode fazer tudo em todas as partes”, sugerimos a ele que exonere toda a direção e nomeie uma nova: com isso se solucionam todos os problemas.

Temos um conflito operário numa grande fábrica nacionalizada, onde o patrão é o governo. Com a mobilização, os operários estão adquirindo consciência, por um lado, de que seu maior inimigo é o governo burguês no qual confiam erroneamente; por outro, do verdadeiro significado da “nacionalização” burguesa, que só inclui uma mudança de patrão.

A OCI considera que seu dever é impedir essa aquisição de consciência. Desvia a luta contra o governo, canalizando-a para a “gerência giscardiana”. Por outro lado, jamais levanta a palavra de ordem pelo controle operário da Renault, que se concretiza de maneira muito simples: não-reconhecimento da diretoria burguesa, eleição de uma nova diretoria pela assembléia geral dos trabalhadores e responsável perante ela.

Pois bem, a OCI (u), como perna esquerda “trotskista” do campo mitterrandista, tem que dar uma colaboração “vermelha” à sua política de impedir a mobilização. Consegue fazê-lo mediante a agitação da palavra de ordem “Greve total unitária de todas as fábricas”.

Veamos o que significa “greve total” como método de luta. A Renault é um colosso multinacional que tem na França mais de 10 fábricas e 40.000 trabalhadores. Portanto, a “greve total” exige métodos e bandeiras de luta que poderíamos chamar “acessórios” a serviço da greve: piquetes de greve; assembléias gerais por fábrica para eleger comitês de greve locais que, por sua vez, vão eleger um comitê de greve central para dirigir a luta em escala nacional; formação de comissões para organizar ações de solidariedade; convocatória regular de assembléias gerais de fábrica para informar

sobre o desenvolvimento do conflito e submeter à discussão e votação as medidas a serem tomadas etc.

No marco da orientação geral da OCI (u), a simples convocação de uma “greve total” não é um erro, mas uma política consciente: lançar uma palavra de ordem aventureira e estéril para paralisar a luta.

O segundo aspecto se refere à perspectiva que se dá à luta. A OCI (u) se limita a levantar as reivindicações dos trabalhadores: pela redução do ritmo de trabalho e contra os fechamentos temporários. Um partido trotskista não pode deter-se aí, mas deve propor:

“Para satisfazer nossas reivindicações de forma permanente, devemos impor o controle operário da Renault, o que significa:

- Derrubar a atual diretoria burguesa;
- Eleição de uma direção operária pela assembléia geral dos trabalhadores; não aceitaremos nenhum dirigente enviado pelo governo;
- A nova direção elaborará os planos de produção, ritmo de trabalho, salários, etc., e os submeterá à aprovação da assembléia geral;
- A gerência prestará contas periodicamente diante da assembléia geral;
- Os gerentes terão as seguintes características:
 - . São eleitos pela assembléia geral e podem ser revogados por esta em qualquer momento;
 - . Seu mandato dura dois anos no máximo, sem possibilidade de reeleição;
 - . Ao finalizar seu mandato, voltam ao posto de trabalho;
 - . Recebem o mesmo salário que um operário qualificado.
 - . Este é um programa transicional para a Renault, porque é parte das reivindicações pelas quais os trabalhadores já estão lutando (ritmo de trabalho e fechamentos temporários) e orienta essa luta para uma perspectiva anticapitalista, revolucionária, ao mesmo tempo que põe a descoberto o verdadeiro caráter do governo Mitterrand, perante os trabalhadores.

3. Aguardar o amadurecimento político das massas

O documento de Stéphane Just publicado em *La Lettre d'I.O.* nº 11 nos dá a chave teórica para compreender porque a OCI (u) não impulsiona as lutas operárias:

“A preparação das grandes lutas que virão, talvez da greve geral, depende essencialmente do amadurecimento político e, portanto, da resposta que dermos aos problemas políticos” (p.5).

Esta afirmação é falsa por várias razões. Em primeiro lugar, não pode haver “amadurecimento político” das massas se não for através da luta. O amadurecimento político necessário para as grandes lutas e greves que estão sendo preparadas está se forjando justamente na atual onda de conflitos locais.

Mas a luta não basta, se não existir um partido trotskista que apresente uma perspectiva revolucionária. Isto significa que o partido deve intervir em todas as lutas parciais do proletariado e das massas, ligando suas reivindicações às palavras de ordem e ao problema do poder.

Se falta o partido com o programa revolucionário, as lutas parciais das massas e inclusive as grandes explosões, como o maio francês, se dissipam, e a vontade de luta das massas cede diante da confusão e da apatia.

Por outro lado, o partido que não intervém nas lutas operárias e se senta, aguardando que se dê o amadurecimento político das massas, abandona toda possibilidade de se colocar à frente do proletariado.

Por tudo isso, a orientação da OCI (u) freia objetivamente o amadurecimento político das massas e o desenvolvimento da única expressão verdadeira desse amadurecimento, o partido revolucionário, trotskista.

2. A OCI (u) VIOLA OS PRINCÍPIOS ELEMENTARES DO MOVIMENTO OPERÁRIO

Nossa carta ao Comitê Central do POSI formulava contra a OCI (u) uma série de acusações muito graves, no terreno de certos princípios, em relação ao movimento operário. A fundamental acusação que fazíamos era que, em relação ao plano de conjunto de Mitterrand e Calvo Sotelo para reprimir os militantes da ETA¹¹⁸ refugiados na França, a OCI (u) não fazia campanha pela liberdade desses militantes quando eles eram presos pela polícia francesa. Recordemos que Mitterrand tem uma política bastante sutil, destinada a salvar seu prestígio ante as massas e a manter, ao mesmo tempo, suas boas relações com a monarquia espanhola: não fazer acordo para a extradição dos militantes bascos, mas, por sua vez, mantê-los presos na França. Hoje eles estão presos na ilha-prisão de Yeu.

Segundo *Le Monde* de 22 de setembro, vários militantes do ETA presos na ilha estão fazendo uma greve de fome em protesto contra sua prisão, já que não cometeram qualquer violação das leis francesas. Fiel à sua linha, a OCI (u) não disse uma palavra a respeito, nem para solidarizar-se com essa greve de fome, nem para exigir a liberdade desses militantes.

Devemos assinalar que, pelo contrário, *I.O.* faz uma campanha permanente de solidariedade com os grevistas de fome do IRA¹¹⁹ irlandês. O fato se explica facilmente: os presos do IRA questionam o regime de Thatcher, não o de Mitterrand.

Tampouco apareceu em *I.O.* uma campanha de solidariedade aos combatentes bretões, bascos e corsos, nem aos das colônias francesas. A “Declaração do CC” em *I.O.* 1030 não inclui palavras de ordem dirigidas a esses setores, nem sequer os menciona.

1. As vergonhosas explicações de Luís Favre

É verdade que houve, por parte da OCI (u), uma resposta parcial a estas acusações. Em sua já citada intervenção no plenário dos partidos angolanos, Luís Favre explicou a posição da OCI (u) em relação aos presos do ETA e do IRA. Vejamos seus argumentos através das atas gravadas da reunião.

Favre: - “Nós lançamos uma campanha contra a extradição, é preciso dizer, quando a questão estava colocada”.

Primeiro problema: A questão não está mais colocada? Não há presos do ETA na Ilha de Yeu?

Segundo problema: Favre está mentindo: não há nenhuma campanha em *I.O.* pelos presos do ETA. Há um único artigo, o já mencionado de *I.O.* 1010, mas seu objetivo é a defesa do ministro Defferre, como dissemos na carta ao POSI. Poder-se-ia responder que a campanha foi feita através de panfletos e folhetos, não através do jornal. Não aceitamos essa explicação. O partido pode publicar todos os panfletos que quiser, mas só consideramos campanhas partidárias as que se realizam por meio do órgão oficial, a cara do partido diante das massas.

Favre: - “O governo cedeu em face de quê? Dessa campanha contra a extradição”.

Supondo que houve campanha, o que significa “o governo cedeu”? Ceder é prender os bascos na Ile de Yeu ao invés de extraditá-los? Sinceramente, a OCI (u) se contenta com muito pouco...

Favre: - “Quem é o advogado que defende os bascos? Ives Deschafer, membro do Comitê Internacional contra a repressão”.

Bom, felicitamos o senhor Deschafer e a seu comitê. Mas continuamos sem saber onde está a campanha da OCI (u). Por acaso é membro do Comitê? Não sabíamos, porque I.O. jamais o menciona.

Favre: - “O ETA pediu que se fizesse uma campanha contra a extradição porque pensou que a situação de seus presos na França não seria a mesma que na Espanha. Uma coisa que não tem nada a ver com o marxismo, só com o senso comum: *é preferível ficar preso a levar uma bala na cabeça; é preferível inclusive ser condenado – ao que eu me oponho – a ser libertado para ser assassinado*”.

Veja o leitor o que acontece quando se substitui o marxismo pelo “senso comum”, o mais vulgar do pensamento vulgar. Ocorre que, quando os combatentes do ETA são perseguidos pelas polícias dos dois países, Favre diz: “Por favor, que os **flics** franceses os prendam para que eles não sejam mortos pela Guarda Civil espanhola”.

Favre diz que “o ETA pediu que se fizesse uma campanha contra a extradição”. Deixando de lado o fato de que a OCI (u) não fez essa campanha nem nenhuma outra, devemos lembrar que nós não somos o ETA, partido nacionalista burguês ou pequeno-burguês. Nós somos os trotskistas, o partido do proletariado para a revolução socialista. Não calamos nossas bandeiras ainda que o ETA não as levante. Se se forma uma frente de unidade de ação exclusivamente contra a extradição, participaremos dela, mas observando nossa regra de ouro: conservamos nossa independência política e agitamos nossas bandeiras.

O ETA pode ter razões válidas para negociar “prisão” em troca de “não-extradição”, se a relação de forças lhe é desfavorável. Mas isso não significa que os trotskistas franceses devam sair às ruas gritando “Sim, sim, que os prendam”, como propõe nosso campeão do “senso comum”. Pelo contrário, devem redobrar sua campanha por:

- Liberdade total para os combatentes do ETA;
- Que eles tenham asilo, trabalho e plena liberdade de ação política;
- Que tenham permissão para cruzar a fronteira, em ambos os sentidos, quantas vezes desejarem.

Favre: - “Os camaradas falam em sua resolução sobre os presos do IRA na França. Vocês conhecem algum nome de preso do IRA na França? Ocorre que não há nenhum.

Pois sim, nós conhecemos os nomes de dois: Denis Donaldson e Billy Kelly. Segundo reportagem de *Le Monde*, de 29 de agosto, página 3, intitulada “Dois membros do IRA presos em Orly”, Donaldson e Kelly foram presos no aeroporto por utilizarem passaportes falsos. A edição do dia seguinte esclarece que na verdade são membros do Sinn Fein, braço político do movimento republicano irlandês e que serão julgados pelo tribunal de Créteil.

Nós, na América Latina, sabíamos disso, a OCI (u), na França, não? Impossível: Favre está mentindo, está fingindo que desconhece a existência dos presos republicanos irlandeses na França para ganhar uma discussão; tal é o método tipicamente pequeno-burguês que emprega numa discussão de vital importância para o futuro do trotskismo mundial.

A OCI (u) faz campanha pelos presos da Irlanda, mas se nega a fazê-la pelos presos na França para evitar conflitos com o governo Mitterrand. Que os heróicos combatentes pela independência da Irlanda o saibam: a OCI (u) os defende contra o imperialismo britânico, não contra seu grande aliado, o imperialismo francês. Com isso, demonstra que toda sua campanha de solidariedade com os grevistas de fome não passa de fraseologia oca.

3. MITTERRAND É PARTE DO DISPOSITIVO CONTRA-REVOLUCIONÁRIO MUNDIAL

É desnecessário voltar a insistir no papel que desempenha o governo Mitterrand como fiel servidor dos interesses da burguesia imperialista francesa, e como parte integrante do dispositivo contra-revolucionário mundial liderado pelo imperialismo ianque. Papel que lhe foi reconhecido por Reagan quando declarou ao *New York Times* (23/7/81) depois da reunião de cúpula das sete potências imperialistas em Ottawa:

“Mitterrand quebrou o gelo em Ottawa. Enquanto almoçávamos, afirmou que a França respeitará absolutamente todos os seus compromissos com a Aliança Atlântica. *Suas declarações ante a ameaça soviética poderiam ter sido pronunciadas por mim ou por qualquer um de nós*”.

Nossa carta ao CC do POSI denunciou os fatos que levaram Reagan a fazer tal declaração e a convidar Mitterrand para uma visita de Estado, pouco antes da Conferência Norte-Sul de Cancún.

Denunciamos também a OCI (u) por não fazer uma campanha contra o governo Mitterrand: por seu papel em Ottawa, por seus planos armamentistas e, por outro lado, pela manutenção das tropas francesas na África. Agora somos obrigados a reafirmar estas acusações.

1. A OCI (u) não ataca o imperialismo francês

Nossa carta ao CC do POSI estava baseada principalmente na leitura de *I.O.*, já que até o momento não havíamos tido tempo de fazer um estudo exaustivo do *Projeto de informe político* e de outros materiais. Agora, feito esse estudo, devemos afirmar: em todo o documento que fixará a política geral da OCI (u) até seu próximo congresso, jamais aparece o termo *imperialismo francês*, portanto, a OCI (u) não tem uma política para combatê-lo.

Só aparece uma menção isolada na “Declaração do CC” em *I.O.* 1030: “O PCI [nome que adotará a OCI (u) depois do próximo congresso] lutará pelo direito dos povos oprimidos de disporem de si mesmos, em particular pelo direito dos que são oprimidos pelo imperialismo francês”.

É uma menção no mínimo bastante mesquinha. Além do mais, não vai acompanhada de nenhuma palavra de ordem – já nem dizemos de um programa – para questões concretas tais como a presença de tropas francesas na África: a lista de palavras de ordem não traz uma só a respeito.

Uma pessoa que desconhecesse por completo os fatos e quisesse conhecê-los através de *I.O.* não saberia que a burguesia e o governo franceses são imperialistas, salvo se tivesse a boa sorte de tropeçar nas três linhas acima citadas, ou num artigo em *I.O.* 1029 sobre a recente visita de Mitterrand à Argélia. Lendo isto ficaria sabendo, por exemplo, que “os vínculos entre o imperialismo francês e a Argélia são muito antigos”, mas não em que consistem esses vínculos, nem como Mitterrand busca fortalecê-los, nem o que devem fazer os revolucionários para rompê-los.

Tampouco saberia que a multinacional francesa Pechiney-Ugine-Kuhlman é dona das minas de bauxita de Camarões e de chumbo, estanho, cobalto e manganês do Zaire e Gabão. Nem que o governo de Mitterrand mantém ali destacamentos especiais do exército (os chamados *paras*) para “proteger nossos cidadãos se eles forem ameaçados ou incomodados” (como disse o ministro da defesa numa

entrevista), ou seja, para defender as instalações da P.U.K. se o povo de Camarões, Zaire ou Gabão resolver recuperar suas riquezas naturais.

Na carta ao CC do POSI, citávamos um comunicado do Grupo de Libertação Armado de Guadalupe que diz: “O atual governo francês (...) adota em relação às suas próprias colônias atitudes retrógradas pelas quais deverá prestar contas perante a história”.

Nós acrescentamos que a OCI (u) vai se sentar no mesmo banco dos réus, como *cúmplice*.

2. A OCI (u) mente sobre sua política

Entre nossas acusações à OCI (u) estava o fato de ela não denunciar o papel de Mitterrand como firme aliado de Reagan e peça fundamental do dispositivo contra-revolucionário. Não se denunciava, por exemplo, seu papel na conferência de cúpula de Ottawa.

Esta nossa afirmação mereceu a seguinte resposta indignada de François Forge, em seu artigo de *Correspondência Internacional* nº13:

“Não há o que dizer sobre o “não se diz nada” sobre o que o governo faz em Ottawa: quem acompanha, por menos que seja, a política da OCI (u) sabe que não somente *I.O.* consagrou um editorial internacional a esta questão, como que sua direção colaborou na elaboração de um artigo sobre o mesmo tema para *Correspondência Internacional*”.

Não nos interessa o que escreve a direção da OCI (u) para *C.I.*, revista teórica e informativa internacional, mas sim o que aparece em *I.O.*, o órgão de imprensa que reflete sua política oficial. Quem seguir a política da OCI (u) pelo *I.O.*, como fizemos nós, saberá que *Forge está mentindo*: não há ali um único editorial, nacional ou internacional, nem um único artigo dedicado à conferência de Ottawa, ou que sequer a mencione.

Novamente, como no caso do IRA, recorre-se à mentira consciente para confundir o leitor desprevenido, ou que não tem acesso à imprensa da OCI (u), contanto que se ganhe a discussão.

3. Um editorial em seis meses

Em *I.O.* 1024 (que saiu um mês depois do artigo de Forge), há um editorial internacional sobre a conferência Norte-Sul de Cancúm, o

único que vimos em *I.O.* a esse respeito. Ali se diz, ao se confrontarem as declarações de Reagan e Mitterrand:

“Mas tanto num como noutro caso, tenta-se manter e defender o sistema imperialista e manter em seus postos os governos compradores que governam na maioria dos países economicamente atrasados devido à sua exploração pelo imperialismo”. E o editorial conclui:

“Devemos acabar com o imperialismo, com o capital e com todas as classes e camadas exploradoras e seus governos. O único caminho é o socialismo. Em todo caso, é intolerável que um governo levado ao poder pelas massas populares contra Giscard, tome a seu cargo a política imperialista deste”.

Quando se diz que “devemos acabar com o imperialismo (...) e seus governos”, inclui-se o governo Mitterrand? Se é assim, por que o órgão do partido francês não o diz claramente? Por exemplo: “O governo Mitterrand é peça fundamental na estrutura imperialista que explora os países atrasados, como demonstra toda sua política, assim como sua participação em Ottawa e Cancúm. Os trabalhadores franceses devem combater esse governo. A mais elementar solidariedade de classe com nossos irmãos africanos exige que lutemos pela retirada das tropas francesas da África, pela expropriação das multinacionais e pela devolução de suas riquezas naturais aos povos de Camarões, Zaire, Gabão, Marrocos, Argélia, etc.”.

Nada disso: em seis meses, o único editorial internacional dedicado ao imperialismo francês, limita-se a dizer que é “intolerável” que Mitterrand aplique a política de Giscard, sem acrescentar que além de intolerável é *lógico*, já que se trata de um governo burguês.

Digamos, para concluir, que isto dá uma nova dimensão à mentira de François Forge. Este editorial que comentamos não só não havia aparecido quando Forge escreveu seu artigo, senão que é o único em seis meses: quem pode acreditar que a OCI (u) está fazendo uma campanha de denúncia do papel contra-revolucionário de Mitterrand em escala internacional?

4. A POLÍTICA SINDICAL DA OCI (u) NO MOVIMENTO OPERÁRIO

Vimos, em nossa carta ao CC do POSI, qual é, em linhas gerais, a política sindical da OCI (u) e, fundamentalmente, a total ausência de

uma política de denúncia constante e sistemática das traições da burocracia sindical. Pelo contrário, como demonstramos no caso da plataforma de Orly, a OCI (u) faz suas as propostas das direções traidoras. Ou seja, não age como um partido revolucionário, que acata disciplinarmente uma decisão que considera equivocada, mas ao mesmo tempo a denuncia.

Não queremos repetir aqui esses argumentos, mas nos aprofundarmos em dois aspectos que só vimos de passagem na carta citada: a despolitização sindical e a ausência de palavras de ordem pela unidade do movimento operário.

1. A despolitização, política burguesa

A militância trotskista nos sindicatos tem um sentido muito preciso: vamos a essas organizações de massas para divulgar nosso programa revolucionário e ganhar a vanguarda proletária para ele, ou seja, para nosso partido. Obviamente, adequamos nossas formulações de forma que sejam compreendidas por todos os trabalhadores, inclusive pelos mais atrasados. Em cada sindicato, formulamos um programa político específico com palavras de ordem para a ação.

A orientação de não fazer política nos sindicatos faz o jogo do sindicalismo pelego e da burocracia, que busca fazer com que as organizações sindicais deixem a atividade nas mãos dos partidos afastados das massas.

As palavras de ordem políticas brilham por sua ausência nos artigos sindicais de *I.O.* na presente etapa. É muito chocante o contraste com o jornal anterior a 10 de maio de 1981. Naquele momento, a OCI (u) fazia uma campanha política no movimento operário pela eleição de Mitterrand. Quase não havia artigo sindical em *I.O.* que não terminasse com as bandeiras políticas do partido: “expulsar Giscard”; “abaixo a Vª República”; “votar em Mitterrand e numa maioria PS-PCF”, etc. Com isso, dava-se uma perspectiva política às reivindicações dos trabalhadores.

Isto é o que falta agora em *I.O.*. Mais ainda, como dissemos em nossa carta ao CC do POSI, a direção da UNEF se opôs explicitamente a que o grêmio de estudantes secundaristas, recentemente criado, votasse uma posição política de votar em Mitterrand nas eleições.

Vejamos o que disseram nossos mestres a respeito. A IIIª Internacional aprovou em seu IVº Congresso as “Teses sobre a ação comunista no movimento sindical”. Uma delas está dedicada justamente ao problema do neutralismo sindical:

“A influência da burguesia sobre o proletariado se reflete na teoria da neutralidade, segundo a qual os sindicatos deveriam ter objetivos corporativos, estritamente econômicos e não de classe. O neutralismo sempre foi uma doutrina puramente burguesa, contra a qual o marxismo revolucionário trava uma luta à morte. Os sindicalistas que não se dão nenhum objetivo de classe, isto é, que não apontam para a derrubada do sistema capitalista são, apesar de sua composição proletária, os melhores defensores da ordem e do regime burguês” (*Los cuatro primeros congresos de la IC*, vol. 2, p. 216-217).

Deve-se ter em conta que esta tese programática estava destinada a armar os comunistas, corrente minoritária nesse momento, em luta contra a corrente reformista nos sindicatos. Esta é justamente a situação da OCI (u). Está tentando ganhar força no movimento sindical, *ocultando seu programa político*, capitulando assim diante “*dos melhores defensores da ordem e do regime burguês*”.

2. A unidade sindical

A citada tese do IVº Congresso da IC defende: “os interesses da burguesia exigem a divisão do movimento sindical” (Op. cit., p.215). E um pouco mais adiante: “Nos países onde existem paralelamente duas centrais sindicais nacionais (Espanha, França, Checoslováquia, etc.), os comunistas devem lutar sistematicamente pela fusão das organizações paralelas (...) A preservação da unidade sindical bem como o restabelecimento da unidade destruída só são possíveis se os comunistas levarem adiante um programa prático para cada país e para cada setor da indústria” (Op. cit., p. 219-220).

Na França, o movimento sindical está dividido em várias centrais: CGT, CFDT¹²⁰, CGT-FO etc. A OCI (u) afirmou que a Vª República se mantém de pé e sua agonia se prolonga pelo fato de não existir uma ação unificada que provoque sua derrubada final.

Sendo assim, por que não propõe a unidade sindical, a filiação de todos os trabalhadores a sindicatos por ramo industrial e a organização de uma central única? Esta teria que ser uma campanha de agitação permanente no movimento operário. Se a unidade é uma reivindicação tão sentida pelos operários franceses, que operário de

base (não burocrata de aparato) estaria contra essa proposta? A orientação da OCI (u) de não reivindicar a unidade sindical faz o jogo da burguesia e dos aparatos, em seu afã de manter a divisão do movimento operário.

5. A POLÍTICA SINDICAL DA OCI (u) PARA O MOVIMENTO ESTUDANTIL

Nossa carta ao POSI dedicava um capítulo à política da OCI (u) para o movimento estudantil, política aplicada por meio do sindicato UNEF Independente e Democrática. Recordemos que esse organismo é dirigido por militantes socialistas e da OCI (u). Seu presidente, Jean-Cristophe Cambadélis, é membro do Comitê Central da OCI (u).

Dizíamos que a UNEF, chamada *Independente e Democrática* para diferenciar-se dos estalinistas de Renouveau, considera que seu papel consiste em “*informar as autoridades sobre todas as reivindicações e aspirações dos estudantes*” (I.O. 1000), como resposta ao anúncio do primeiro-ministro Mauroy de que a política do governo para as universidades seria o resultado de uma “*concertación*¹ e negociação” com o movimento estudantil.

Esta política da UNEF se acentuou até um grau monstruoso, como o demonstra um comunicado do grêmio estudantil publicado em I.O. 1025, onde se diz:

“A UNEF Independente e Democrática e a Federação da Educação Nacional [FEN, sindicato dos professores universitários dirigido por socialistas] estudaram a situação da universidade e se felicitam por:

1) A revogação definitiva da Lei Sauvage, decidida em 2 de outubro [pelo parlamento];

2) A decisão do governo de *apresentar, em novembro de 1982, um informe para uma nova política universitária*”.

Então, além de se limitar a informar as autoridade e concertar com o governo as soluções dos problemas estudantis, a UNEF, sob a direção da OCI (u), felicita o governo pelo anúncio de que, dentro de um ano, publicará um informe sobre a situação universitária. Chegou-se a um grau de degradação tal, que não só se apóiam as medidas “progressistas” tomadas pelo governo, como se antecipa que suas futuras medidas também serão “progressistas”.

¹ Veja-se nota 2. (N.T.)

Nossa carta ao CC do POSI qualificava a política da OCI (u) no terreno estudantil de “oportunista”. Em face desses novos fatos, nada nos resta, senão modificar nossa apreciação: é uma política de traição direta e consciente ao movimento estudantil.

Esta política obedece, como descobrimos posteriormente, a razões muito profundas. Devemos dizer que já suspeitávamos dessas razões, mas agora elas são confirmadas por certos dados que se tornaram públicos.

1. Favre responde a Nahuel Moreno

Antes de mais nada, vejamos uma resposta parcial que a OCI (u) deu às críticas formuladas na Carta. O autor da resposta é o inefável Luis Favre, em sua intervenção no plenário dos partidos angolanos. Ele não se dignou a responder nossa observação central de que a UNEF havia se convertido em correia de transmissão do governo burguês no movimento estudantil. Limitou-se a responder sobre a política de “*concertación* e negociação” da UNEF e, de passagem, distorceu grosseiramente nossa posição.

Favre começa esclarecendo, com um pedantismo que está totalmente fora de lugar numa discussão séria entre trotskistas, que leu “um livrinho que não é nem de Lenin, nem de Marx, nem de Engels, nem de Trotsky, peguei um livrinho que em meu país se chama ‘mata-burros’ [dicionário], que é para aqueles que têm dificuldade para saber o significado de uma palavra. *Concertación* quer dizer discutir, negociar”.

E conclui num tom irônico: “O fato é que o governo Mitterrand, não é culpa nossa, decidiu abrir as negociações com o sindicato estudantil, e os sindicatos estudantis disseram: ‘Revogação da lei de orientação’. Os camaradas estão contra que os sindicatos negociem com o governo e com a patronal? Isso é absurdo!”

“Vamos recomendar a esse campeão do “senso comum” que deixe de lado o dicionário e se dedique a ler um pouco Lenin, Marx, Engels e Trotsky. Descobrirá que, de fato, nossos mestres não se opõem à “*concertación*” (como sinônimo de negociação) dos sindicatos com a patronal e com o governo (“com o diabo e com sua avó”, segundo a conhecida frase de Trotsky). Mas, ao contrário da corrupta burocracia sindical, correia de transmissão dos interesses da patronal, se opõem terminantemente a fazer da negociação/*concertación* o eixo da

atividade do sindicato, como o é para a UNEF, para a OCI (u) e para Favre.

A tarefa do sindicato é *mobilizar* seus filiados por suas reivindicações: no caso do movimento estudantil, por mais verbas para a universidade, melhores instalações, trabalho para os formados de acordo com seu nível de capacitação, etc. A negociação/*concertación* é uma tática dentro dessa tarefa central, uma tática que depende da relação de forças.

Por exemplo: suponhamos que o movimento estudantil esteja se mobilizando por um aumento das verbas. Se os estudantes estão fortes, se contam com a solidariedade do movimento operário e se estão em condições de levar adiante uma verdadeira luta, propomos medidas radicais, tais como ocupação da universidade, manifestações etc., e negociamos o fim da luta em troca do atendimento dessa reivindicação. Mas, como somos trotskistas, ligamos a reivindicação “econômica” a palavras de ordem de transição: por exemplo, controle da universidade e do orçamento pelos sindicatos dos estudantes, dos professores e dos trabalhadores da Universidade.

Se, pelo contrário, os estudantes estão lutando sozinhos, o movimento operário está em refluxo, etc., nossas medidas de luta devem adequar-se a essa situação e limitar-se a abaixo-assinados, cartas abertas e outras do gênero. Possivelmente negociaremos o fim da luta em troca de que não haja estudantes expulsos, deixando a reivindicação das verbas para um momento mais favorável.

Por último, se o governo está tão forte que consegue impor a “normalidade” nas aulas, sem conceder nenhuma reivindicação, então nos dedicamos a preparar pacientemente as lutas futuras para quando surgir uma relação de forças mais favorável.

A UNEF e a OCI (u) defendem o contrário: basta que o governo receba os delegados do sindicato e lhes diga: “Levaremos em consideração suas reivindicações” para que a UNEF os felicite publicamente por sua atitude.

Em síntese, para a burocracia sindical e para a UNEF, o eixo da atividade do sindicato é ‘concertar’ com o governo imperialista contra-revolucionário de Mitterrand. Na linguagem do dicionário, cara a Favre, isso significa “negociar”. Na linguagem marxista, significa entregar o movimento estudantil de pés e mãos atados ao governo burguês.

Para os trotskistas, o eixo da atividade é mobilizar os estudantes contra o governo e negociar com ele como e quando a relação de forças nos impuser.

2. As verdadeiras razões por trás de uma política

Ao estudar a política da UNEF e da OCI (u) para o movimento estudantil, nos perguntávamos com assombro sobre os seus motivos profundos: eles verdadeiramente acreditavam nas virtudes revolucionárias do governo Mitterrand? Não: as verdadeiras razões vieram à tona, pouco depois de enviada nossa Carta ao CC do POSI.

Em *UNEF Inform* (órgão do sindicato estudantil) de 7 de outubro, aparece uma carta do ministro da educação nacional, Alain Savary, datada de 30 de setembro, onde se diz:

“É necessário (...) reconhecer a representatividade das organizações estudantis e brindar-lhes os meios para assumir essa representatividade nas melhores condições de vida democrática. É a tal necessidade que respondeu a busca, particularmente difícil, *dos meios financeiros suplementares que serão entregues de forma constante às associações sob a forma de subvenções*”.

E *Le Monde* de 10 de dezembro informa que a UNEF Independente e Democrática está recebendo um subsídio anual de 200.000 francos, ou seja, 35.000 dólares em câmbio atual.

Trinta e cinco mil dólares, além dos “meios financeiros suplementares” que serão entregues “de forma constante” à UNEF... eis aí a verdadeira causa da política putrefata da “*concertación*”!

Já sabemos que a burguesia tem duas políticas alternativas para as organizações sindicais: destruí-las e, quando isso não é possível, corromper seus dirigentes com dinheiro e “benefícios” de todo tipo.

Cambadélis, membro do CC da OCI (u) e presidente da UNEF, tornou-se um membro a mais da confraria de traidores como Maire, Bergeron e Seguy. Não é um oportunista, ou é secundariamente. É um traidor, um burocrata corrompido, que vendeu o movimento estudantil à burguesia em troca de trinta e cinco mil dólares além dos “meios financeiros suplementares”.

A partir de agora, nós, os trotskistas franceses, temos pela frente uma campanha no movimento estudantil: “Fora o judas Cambadélis da direção da UNEF!”

NOTA FINAL: Quando estávamos dando os últimos toques neste documento, nos chegou a versão francesa de nossa carta ao CC do POSI, publicada no *Bulletin intérieur d'information et de discussion international*, junto com uma resposta de François Forgeu.

Ainda não pudemos ler a resposta de Forgue a nossa carta, mas devemos notar o seguinte: nossa carta ao POSI está datada de 13 de outubro. O “conselho geral” convocado pela OCI (u) reuniu-se em novembro. Este boletim com a versão francesa de nossa carta tem data de *20 de dezembro*. O Congresso da OCI (u) está marcado para 26 de dezembro.

Isto significa que os membros desse suposto “conselho geral” não conheceram nossa carta, e os delegados ao congresso da OCI (u) a conheceram com apenas seis dias de antecedência. Em compensação, as críticas parciais a nossa carta ficaram conhecidas com um mês de antecedência.

É assim que a direção da OCI (u) discute....

DOCUMENTOS DA ORGANIZAÇÃO COMUNISTA INTERNACIONALISTA (unificada)

Proyecto de informe político preparatorio al XXVIº Congreso de la OCI (u), aprovado pelo Comitê Central de 22, 23 e 24 de agosto de 1981. Seu autor é Pierre Lambert. Versão em espanhol,
Correspondencia Internacional nº 15, 12/11/81.

“Documento discutido e aprovado pelo Burô Político da OCI (u)”, publicado em *La Lettre d’Informations Ouvrieres* 10 e 11. Seu autor é Stéphane Just. Não existe versão espanhola.

Resoluções do “conselho geral” posterior à divisão da CI (QI), reunido de 21 a 26 de novembro de 1981. *Bulletin intérieur d’information et de discussion internationale*, nº 1, 30/11/81. Esclarece-se que essas resoluções se baseiam no informe de Stéphane Just, “*As frentes populares e a política da OCI (u), seção francesa da Quarta Internacional (Comitê Internacional)*”. Não existe tradução espanhola no momento da redação deste documento.

Forgue, François: “Primera respuesta al camarada Capa”,
Correspondencia Internacional nº 13, outubro de 1981.

Favre, Luis: “Sobre el frente único antiimperialista”,
Correspondencia Internacional nºs 10 e 11, julho-agosto de 1981.

Favre, Luis: Intervención en el plenário conjunto de los dos partidos angoleños adherentes a la ex-CI(CI); atas gravadas, versão espanhola.

Jornal *Informations Ouvrieres*, órgão da OCI (u), números 1000 a 1032 (16 de maio a 26 de dezembro de 1981)

Jornal *UNEF Inform*, órgão da União Nacional dos Estudantes da França, independente e democrática.

MATERIAIS DA CORRENTE PABLISTA

Pour l'autogestion y Sous le drapeau du socialisme.

MATERIAIS DE NOSSA CORRENTE

Moreno, Nahuel: *Carta al Comité Central del Partido Obrero Socialista Internacionalista de España*, 13 de outubro de 1981.

Capa, Miguel: "El gobierno Mitterrand, sus perspectivas y nuestra política", em *Correspondencia Internacional* nº 13, outubro de 1981.

TEXTOS

Lenin, V.I. *Obras Completas*, Buenos Aires, Editorial Cartago, 1970.

Mao Tsé-tung *Obras Escogidas*, Pequim, Edições em línguas estrangeiras, quatro tomos, 1971.

Trotsky, L. *Escritos*, Bogotá, Ed. Pluma, 1977-79.

Trotsky, L. *Programa de Transición*, Bogotá, Ed. Pluma, 1977

Trotsky, L. *La revolución española*, Barcelona, Ed. Fontanella, 1977.

Trotsky, L. *On China*. New York, Monad Press, 1976

Trotsky, L. *On France*, New York, Monad Press, 1979

Trotsky, L. *The Challenge of the Left Opposition*. New York, Pathfinder Press, 1975

Trotsky, L. *The Crisis of the French Section*. New York, Pathfinder Press, 1977

Trotsky, L. *The First Five Years of the Communist International*, 2da. Ed. New York, Monad Press, 1972.

Trotsky, L. *The Struggle Against Fascism in Germany*. New York, Pathfinder Press, 1971.

Trotsky, L. *The Third International After Lenin*. New York, Pathfinder Press, 1971

Trotsky, L. *Oeuvres*, Paris, EDI, 1981.

Vários – *Documents of the Fourth International, 1933-40*. New York, Pathfinder Press, 1973.

Just, S. e Berg, Ch. *Fronts populaires d'hier et d'aujourd'hui*. Paris, Selio, 1971.

Guérin, D. *Front populaire, révolution mangée*. Paris, Maspero, 1979.

Internacional Comunista: *Los cuatro primeros congresos de la Internacional Comunista*, Córdoba, Cuadernos de Pasado y Presente, 1ra. Ed., 1973.

Degras, J., ed. *The Communist International, 1919-1943*. London, Frank Cass & Co., 1971.

[colocar como notas de página]:

OJR – Organização da Juventude Revolucionária.

UNEF – União Nacional dos Estudantes da França.

Banlieue – periferia, subúrbio.

Flics – tiras, policiais civis.

SFIO – Seção Francesa da Internacional Operária, nome oficial do Partido Socialista Francês.